

EDITORIAL

Esse é o número 4 de ***PASSAGENS – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica***, que temos a satisfação de publicar.

São variados e significativos os materiais para reflexão que oferecemos aos nossos leitores.

Desde Argentina, *Universidad de Buenos Ayres (UBA)*, a Professora Doutora Alcira Bonilla aborda a importante questão para a “filosofia prática” das relações humanas que é colocada pelos movimentos migratórios e pelos conflitos sociais daí decorrentes.

A doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, contempla as perplexidades de dois escritores comprometidos com o catolicismo romano: são eles Fidelino Figueiredo (português) e Jonathas Serrano (brasileiro) que, postos em diálogo, fazem ecoar o espirituoso questionamento de Gilbert Keith Chesterton colocado nos termos da interrogação “*e, nós católicos, como ficamos?*”, diante das perplexidades de toda ordem vividas na virada do século XIX para o XX.

O mais recente professor aprovado em concurso público para o Departamento de Ciência Política da UFF, Professor Doutor Carlos Sávio Gomes Teixeira, que caba de defender sua tese doutoral na USP, sob orientação do atual Ministro da Educação, o cientista político Professor Doutor Fernando Haddad, comparece brindando-nos com o pensamento de Roberto Mangabeira Unger, professor da *Law School (Harvard)* sobre a relação entre a estrutura institucional da social-democracia europeia e o desenvolvimento do direito no século XX.

O Professor Doutor Vanderlei Vazelesk Ribeiro, docente de História da América da Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, discute a atuação dos regimes militares instaurados no Brasil (1964) e no Peru (1968) no que tange à implantação de leis de reforma agrária. Ressalte-se que Vanderley teve sua tese de doutorado publicada na Argentina pela *Universidad Nacional de Quilmes* sob o título: *Cuestiones Agrárias em el Varguismo y el Peronismo*. Ele dá um importante tom de latinoamericanidade à nossa Revista *PASSAGENS*.

Já o Professor Doutor Maurício Vieira Martins, professor de Sociologia da UFF, assinala o fascínio que Karl Marx tinha por Charles Darwin, pois esse recorda o seu nome na abertura d'*O Capital*, refletindo filosoficamente sobre “história e teleologia” nesses gigantes do pensamento científico.

A atualidade do liberalismo no mundo contemporâneo, e, portanto também na sociedade brasileira, pode ser confrontada com o liberalismo presente historicamente no Estado Imperial Brasileiro, malgrado a presença do trabalho escravo. E quem realiza o confronto é o Professor Doutor Théo Lobarinhas Pinheiro, do Departamento de História da UFF e Vice-Diretor do nosso Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF.

Doutor em Comunicação Social e cientista político, Wilson Couto Borges, que é também autor de *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*, (Editora Revan) , sobre o Governo Leonel Brizola & Nilo Batista, articula a relação entre as narrativas produzidas pelos meios de informação, o imaginário social e a ideologia; um tema em aberto e crucial tendo em vista a velocidade das transformações no jornalismo impresso e o universo de atuação das mídias.

Por fim, consolidamos uma parceria significativa do Laboratório Cidade e Poder (LCP/ UFF) com a Professora Doutora Ursula Prutsch, historiadora, ex-professora em Innsbruck, Áustria, e atualmente no Instituto de Estudos Americanos na *Ludwing Maximilians Universität (LMU-Munchen*, em Munique. A autora aborda a ação política de Nelson Rockefeller no seu *The politics of Nelson Rockefeller's Office of Inter-American Affairs in Brazil during World War II*.

Os leitores poderão comprovar a riqueza dos artigos e ensaios, o rigor na análise e a crescente internacionalização da Revista. A multidisciplinaridade continua pedindo passagem em *PASSAGENS...*

Tudo isso nos anima em dar continuidade ao trabalho que vimos realizando com prazer.

Estamos todos e todas de parabéns!

Os Editores.

**VULNERABILIDADE VS. AUTONOMIA
CONFLITOS DE MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

**VULNERABILIDAD VS. AUTONOMÍA
CONFLICTOS DE LAS MIGRACIONES CONTEMPORÂNEAS**

**VULNERABILITY VS. AUTONOMY
CONTEMPORARY MIGRATION CONFLICTS**

**VULNÉRABILITÉ VS. AUTONOMIE.
CONFLITS DANS LES MIGRATIONS CONTEMPORAINES**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102401

Alcira B. Bonilla

RESUMO

O tratamento da questão do conflito nas relações humanas se constitui em tema importante da Filosofia Prática. A respeito da conflitividade em geral, o filósofo argentino Ricardo Maliandi desenvolveu a ideia de caráter estruturalmente conflitivo das interrelações humanas e de sua expressão sob a forma de problemas morais. Percorrendo estes avanços, o tema central do artigo apresenta uma aproximação com o conflito entre “vulnerabilidade e autonomia”. Para contribuir para a visualização desde conflito, recorre-se a diversos aportes dos estudos migratórios contemporâneos, já que estes, lidos a partir de uma perspectiva filosófica, colocam novas interrogações teóricas; em particular, se exemplifica a partir da referência específica à atenção dada à saúde mental dos migrantes contemporâneos.

Palavras-chave: Conflito, autonomia, vulnerabilidade, migrações contemporâneas, saúde mental.

RESUMEN

El tratamiento de la cuestión del conflicto en las relaciones humanas constituye un tema mayor de la Filosofía Práctica. Respecto de la conflictividad en general, el filósofo argentino Ricardo Maliandi desarrolló la idea del carácter estructuralmente conflictivo de las interrelaciones humanas y de su expresión bajo la forma de problemas morales. Recogiendo estos avances, el tema central del artículo presenta una aproximación al conflicto entre “vulnerabilidad y autonomía”. Para contribuir a la visibilización de este conflicto, se recurre a diversos aportes de los estudios migratorios contemporáneos, porque éstos, leídos desde una perspectiva filosófica, plantean interrogantes teóricos nuevos; en particular, se ejemplifica con una referencia específica a la atención de la salud mental de los migrantes contemporáneos.

Palabras-clave: Conflicto, autonomía, vulnerabilidad, migraciones contemporáneas, salud mental.

ABSTRACT

The treatment of the issue of conflicts in human relationships is an important subject of Practical Philosophy. While addressing conflictivity in general, Argentine philosopher Ricardo Maliandi developed the idea of a structurally conflictive character of human interrelations, which expresses itself in the form of moral problems. Considering these advances, this paper focuses on an approach of the conflict between ‘vulnerability and autonomy’. To help visualize such conflict, it resorts to the many contributions of the contemporary migratory studies, since, when read from a philosophical perspective, they raise new theoretical questions. More particularly, its examples are based on the specific reference to the attention given to the mental health of contemporary migrants.

Key words: Conflict, autonomy, vulnerability, contemporary migrations, mental health.

RÉSUMÉ

L'analyse de la question du conflit au sein des relations humaines constitue un thème important pour la Philosophie pratique. Au sujet des rapports conflictuels en général, le philosophe argentin Ricardo Maliandi a développé l'idée selon laquelle il existerait un caractère conflictuel au sein des rapports humains et de leur expression sous la forme de problèmes moraux. En tenant compte de ces progrès, le thème central de l'article présente une approche du conflit entre « la vulnérabilité et l'autonomie ». En vue de contribuer à la visualisation de ce conflit, l'on fait appel aux multiples apports offerts par

les études consacrées aux migrations contemporaines, étant donné que celles-ci, considérées à partir d'une perspective philosophique, proposent de nouvelles interrogations théoriques. Elles offrent en particulier des exemples à partir de l'attention spécifique portée à la santé mentale des migrants contemporains.

Mots-clés : Conflit, autonomie, vulnérabilité, migrations contemporaines, santé mentale.

El tratamiento de la cuestión del conflicto o de la conflictividad en las relaciones humanas constituye un tema mayor de la Filosofía Práctica que se vuelve visible sobre todo a partir de su desarrollo prestigioso en la famosa “Dialéctica del amo y del esclavo” de la *Fenomenología del Espíritu* de Georg W. F. Hegel. En el medio filosófico argentino, el filósofo Ricardo Maliandi en su “ética de la convergencia” ha defendido como idea central el carácter estructuralmente conflictivo de las interrelaciones humanas, así como la presunción de que tales conflictos se expresan bajo la forma de problemas morales¹. Años atrás, Maliandi formuló una acertada definición general de conflicto que parte de la categoría de relación: “[...] una relación de incompatibilidad o de mutua exclusión (o por lo menos de tendencia a la mutua exclusión) entre dos o más elementos de un conjunto”². Puede considerarse que en esta definición se encuentra la clave del despliegue posterior de la “ética de la convergencia”, siendo además igualmente fructífera para trabajar desde perspectivas no coincidentes del todo con ella.

Si bien se toman en cuenta tales antecedentes el tema central de este artículo no se refiere a la conflictividad en general sino que presenta una aproximación contemporánea a un conflicto específico del campo de la Filosofía Práctica: el conflicto entre “vulnerabilidad y autonomía”. La extensa bibliografía sobre cada uno de los términos involucrados es ampliamente conocida, pero la tensión entre ambos, aunque existente, ha sido prácticamente soslayada. Para contribuir a la visibilización de este conflicto, esta contribución intenta enriquecer el debate no sólo con el recurso habitual a la revisión de textos filosóficos, sino también con diversos aportes de los estudios migratorios contemporáneos que leídos desde una perspectiva filosófica muestran una

¹ Maliandi, Ricardo (2006). *Ética: dilemas y convergencias. Cuestiones éticas de la identidad, la globalización y la tecnología*. Buenos Aires: Biblos. p. 11. La autora de este escrito comparte estas asunciones básicas, si bien no adhiere en su totalidad a la propuesta de Maliandi. Pero no es éste el lugar para tal discusión.

² _____. (1984). *Cultura y conflicto. Investigaciones éticas y antropológicas*, Buenos Aires, Biblos. p. 9.

fecundidad particular y plantean interrogantes teóricos que a veces no ponen de manifiesto los escritos de filósofos profesionales³. Así, con el objeto de mostrar aspectos importantes del conflicto mencionado que no siempre resultan claramente visibles en los tratamientos teóricos de la cuestión, se ejemplificó la conflictividad anunciada con una referencia específica a la atención de la salud mental de los migrantes contemporáneos.

Para mayor claridad expositiva, el trabajo se estructura en tres secciones: la discusión filosófico-práctica del conflicto “vulnerabilidad - autonomía”; el “caso” de la atención de salud mental de los migrantes contemporáneos; y, en carácter de conclusión, las aportaciones teóricas que la consideración del caso proporciona a la Ética y la Bioética actuales.

El conflicto práctico “vulnerabilidad vs. autonomía”

Si bien el concepto y el término “autonomía” provienen del ámbito político, el conflicto, o al menos tensión, entre vulnerabilidad y autonomía en el ámbito moral, obviamente con consecuencias en el social y el político, puede rastrearse a lo largo de toda la historia de la Ética occidental, para hablar sólo de un campo ampliamente conocido en el medio académico latinoamericano. Sin embargo, la consideración de este conflicto se encuentra más bien soslayada o latente en las diversas teorías antiguas y modernas sobre la agencia o el agente de la acción moral, en definitiva, el sujeto de tal conflictividad. Sin necesidad de hacer un recorrido exhaustivo, algunos ejemplos bastan para corroborar esta apreciación.

Podría comenzarse con una referencia a las figuras aristotélicas bien conocidas del “hombre prudente” (*phrónimos*) y del “sabio” (*sofós*). Sin intentar zanjar la cuestión planteada por los textos del Estagirita sobre la coexistencia y jerarquía interna entre ambos modelos, representativos de la vida activa del ciudadano (*polítes*) y de la vida contemplativa del sabio respectivamente, analizando ambas figuras de la agencia

³ En este y otros trabajos de la autora se defiende la necesidad de enfoques interdisciplinarios y de la función y el lugar de la filosofía en ellos para el tratamiento de cuestiones complejas como son las vinculadas con el fenómeno migratorio. Cf. Bonilla, A. (2006). “Discusión de algunas categorías filosóficas para el enfoque intercultural de las cuestiones migratorias en América Latina”. En Alemián, C. (Ed.) (2006). *Las ideas del Siglo XXI – XII Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAL, p. 225-237; _____. (2007). “Esbozos para un campo interdisciplinario. Filosofía intercultural y estudios migratorios”. En Lértora Mendoza, C. (Ed.) (2007). *Evolución de las ideas filosóficas 1980-2005 – XIII Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAL, p. 189-198; _____. (2007). “Ética, mundo de la vida y migración”. En Salas Astrain, R. (Ed.) (2007). *Sociedad y Mundo de la Vida a la luz del pensamiento Fenomenológico-Hermenéutica actual*, EUCSH, Santiago de Chile, p. 27-58.

moral se percibe que las dos sólo pueden ser modélicas para un universo reducido de seres humanos, en tanto están elaboradas sobre la base de exclusiones diversas e importantes y están dotadas de un alto grado de suficiencia moral. El modelo del *phrónimos* se convierte en patrón de medida para la toma de decisiones virtuosas. Esto queda claro en la conocida definición de la virtud (*areté*) en la que Aristóteles se pone a cubierto de la objeción que brota de la más inmediata percepción del proceso racional de toma de decisiones. Si bien los actos virtuosos son individuales y hay una sola manera del ser bueno, la opción por el término medio no es siempre perceptible con claridad, y, si “el hábito medio” (*he mése héxis*) es digno de alabanza, éste no siempre resulta un criterio adecuado para la elección del bien y aun del propio término medio (*mésón*)⁴. Por esta razón aparece la figura del *phrónimos* en la definición mencionada: “[...] hábito selectivo que consiste en un término medio relativo a nosotros, determinado por la razón y por aquello por la cual decidiría el hombre prudente”⁵. No sólo el *phrónimos* elige bien los medios, porque está guiado por un razonamiento correcto en cuyo caso poco se distinguiría del hombre hábil, sino que elige bien, porque su vida virtuosa ha generado en él un hábito de mirada particular (el “ojo del bien”, para emplear la metáfora platónica)⁶. Atendiendo al contexto sociopolítico en el que escribía Aristóteles, que excluía de esta vida virtuosa con promesa de vida óptima (*eudaimonía*) a las mujeres, los ancianos, los niños, los asalariados, los esclavos y los extranjeros, puede preguntarse de modo legítimo quién o quiénes constituyen sus referentes, cuando establece el modelo del *phrónimos* y quiénes integran, en definitiva, la comunidad moral de los agentes de la vida virtuosa. Siguiendo en este punto la investigación de R. Bodéüs, hay indicios de que los destinatarios de este discurso son los encargados de legislar (*nomothétaí*), de modo tal que el *phrónimos* es la encarnación del buen legislador y, por extensión, del buen juez⁷. Si bien lecturas posteriores buscaron universalizar al referente del texto aristotélico, queda claro que el modelo del *phrónimos* ha de ser imitado por aquellos varones adultos y libres que

⁴ Aristóteles (1985). *Ética a Nicómaco*. Edición bilingüe y traducción de M. Araujo y J. Marías. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. p. 31 [1109b].

⁵ Ibidem, p. 26 [1169b-1107a]. Se modificó levemente la traducción porque la edición citada da lugar a confusiones y no resulta fiel al texto griego.

⁶ Bodéüs, R. (1982). *Le philosophe et la cité. Recherches sur les rapports entre morale et politique dan la pensée d'Aristote*. Paris: Les Belles Lettres. p. 71-73.

⁷ “Con el término ‘nomothética’ Aristóteles designa la facultad de instaurar las normas racionales que presiden efectivamente el devenir humano; una facultad que no sólo caracteriza al legislador investido de una misión en la Ciudad, sino también, por analogía, a todos aquellos que, nutridos de la misma ciencia, son capaces de formular para otros los preceptos que tienen fuerza de ley”. Cf. Bodéüs, R. (1982). Op. Cit, p. 113-114.

resultan ser los únicos seres humanos capaces de agencia plena y, por consiguiente, los verdaderos partícipes de la comunidad moral. Las éticas helenísticas, tanto las estoicas como las epicúreas, con las diferencias y variantes conocidas, heredaron tal modelo de suficiencia moral, si bien las líneas de exclusión de la comunidad moral ya no son las mismas, puesto que tanto las mujeres, como los asalariados, los extranjeros y los esclavos fueron considerados capaces de agencia moral plena por el estoicismo, nómina a la que el epicureísmo añadió los niños y los ancianos.

A diferencia del anterior, el modelo del *sofós* pone de manifiesto de manera más explícita la tensión entre autonomía y vulnerabilidad. En efecto, por un lado el *sofós* queda situado en lo más alto de la jerarquía humana, en tanto es el único que puede llegar a una *eudaimonía* semejante a la del dios (*theós*) en el ejercicio de la misma actividad que éste: la actividad contemplativa, virtud del entendimiento (*voûs*) que no tiene otro fin fuera de sí misma⁸. Es este ejercicio virtuoso el que otorga a los seres humanos que a él se consagran no sólo la *eudaimonía* perfecta y un placer (*hedoné*) similar al de la divinidad, sino que los convierte en seres autárquicos, que no requieren de los demás hombres para ser virtuosos. Y, sin embargo... El ser humano no es un dios inmortal (*athánatos*), sino mortal (*brotós*); por la contemplación sólo puede inmortalizarse en momentos privilegiados, nunca de manera continua y permanente. Parecería así que esta vida, la más digna de ser elegida, se revela como la intrínsecamente más vulnerable. Si bien Aristóteles no confunde el estado subjetivo de plenitud o felicidad y la posesión de bienes materiales con la vida perfecta (*eudaimonía*), tiene en claro que el amor de los dioses no libera al *sofós* de las inclemencias del destino: pérdida de bienes, de amigos, de salud, etc., que pueden alejarlo de la contemplación y dificultar así su *eudaimonía*⁹.

A partir de este ejemplo se afirma que estas lecturas resultan incompletas si no se añade un factor de comprensión que los estudiosos del pensamiento trágico griego han puesto en evidencia: el papel del destino y, en consecuencia, la existencia de algo así como una “suerte moral” (*moral luck*). Si las consideraciones anteriores hicieron referencia al polo de la autonomía o suficiencia moral, las tragedias y la enseñanza que de ellas recibieron los filósofos remiten así al polo de la vulnerabilidad que ha sido más silenciado por la filosofía. La literatura al respecto es demasiado amplia como para mencionarla en este trabajo. Quizá uno de los desarrollos contemporáneos más

⁸ Aristóteles (1985). Op. Cit, p. 165-166 [1177a].

⁹ Ibidem, p. 169-170 [1178b-1179a].

esclarecedores sobre este tópico se presenta en la discusión norteamericana de la década de 1970 sobre las condiciones internas y externas de la *eudaimonía* y la *moral luck*. Este debate se inspira en el texto aristotélico e inicia una relectura de trágicos y filósofos antiguos cuya culminación se encuentra en el muy conocido *La fragilidad del bien*¹⁰.

Con referencia a la Modernidad puede señalarse que la mayor parte de las teorías sobre la personalidad moral presentan aproximaciones y referencias a la autonomía moral, si bien no en todas hay un tratamiento explícito de la misma. La transformación más importante de la idea de autonomía es llevada a cabo por Kant, que la define en 1785 como “[...] *la propiedad de la voluntad de ser ella misma su ley, independientemente de cómo estén constituidos los objetos del querer*”¹¹. En tanto la autonomía es concebida como la capacidad creadora racional de normas y valores que tienen a todo ser humano y a todo ser racional por fin (y no como medio) se constituye en el fundamento de la dignidad de los seres humanos, considerados personas, tal como lo indica también Kant: “*La autonomía es, pues, el fundamento de la dignidad de cada naturaleza humana o racional*”¹². De este modo se abre el camino para una distinción entre autonomía y autocracia (mera capacidad de dominar las inclinaciones) y una asimilación gradual de la autonomía a la autosuficiencia no solamente moral, en tanto se la concibe como autonomía de la razón pura práctica, origen de las leyes que dependen de la causalidad de la libertad en sentido amplio¹³. Con este planteo parecerían no ser compatibles, en principio, representaciones de la vulnerabilidad ni un establecimiento de tensiones o de relaciones entre formas de autonomía y formas de vulnerabilidad, sobre las cuales, sin embargo, ha trabajado estupendamente P. Ricoeur a partir de escritos kantianos¹⁴. Las derivas del tratamiento kantiano de la autonomía, empero, son múltiples y complejas y no todas resultan fieles a la presentación básica del autor. Señala H. Allison al respecto: “*Por ejemplo, la autonomía personal es a menudo considerada como un derecho, un ideal moral o una capacidad psicológica que poseen los individuos adultos reflexivos*”¹⁵. Así, diversas posiciones liberales

¹⁰ Nussbaum, M. (1995). *La fragilidad del bien. Fortuna y ética en la tragedia y la filosofía griega*. Madrid: Visor. Cap. 11 y 12.

¹¹ Kant, I. (1951). *Crítica de la razón práctica, Crítica del juicio, Fundamentación de la metafísica de las costumbres*, Buenos Aires: El Ateneo. p. 520.

¹² Ibidem, p. 515.

¹³ Ibidem, p. 50.

¹⁴ Ricoeur, P. (2001). *Le Juste 2*, Paris : Esprit.

¹⁵ Allison, H. (2001). “Autonomía. Autonomía y libertad”. En: Canto-Sperber, M., *Diccionario de Ética y de Filosofía Moral*, México DC: FCE. p. 121.

contemporáneas que provienen de Kant sostienen que la dignidad humana consiste en la autonomía, pero entendiéndola ahora como “[...] *la habilidad de cada persona en determinar para sí misma una idea de la buena vida*”¹⁶, ignorando las relaciones de poder y dominación que se dan en las sociedades contemporáneas y que determinan, en contraste, la vulnerabilidad de grupos minoritarios (entre otros, de migrantes) y su imposibilidad de conservar o elaborar estas ideas de buena vida al margen de las situaciones de dominación impuestas.

En franca divergencia con estas posiciones, diversos estudios contemporáneos, sobre todo posteriores a la Segunda Guerra Mundial, coinciden en acentuar la vulnerabilidad como rasgo sobresaliente de la vida humana y del fenómeno de la vida mismo. Así, Hans Jonas propone en sus investigaciones interdisciplinarias sobre el organismo vivo la recuperación del lugar teórico para “la unidad psicofísica de la vida”; vale decir, un retorno a la diferencia aristotélica entre “animado” e “inanimado” que había sido eliminada de la biología y la filosofía a partir del mecanicismo cartesiano ¹⁷. Caracterizada la vida como permanente y limitada conservación de sí mediante el obrar, se manifiesta fenomenológicamente como “[...] *la confrontación explícita del ser con el no-ser*”¹⁸, dado que todo ser vivo tiene en sí la posibilidad del no-ser como amenaza siempre presente: “*Cerniéndose así entre el ser y el no ser, el organismo posee su ser de modo condicional y siempre sujeto a una posible revocación*”¹⁹.

Con las éticas de la responsabilidad contemporáneas²⁰, sobre todo la de H. Jonas y la de Emmanuelle Lévinas, comienzan las revisiones sistemáticas de la cuestión de la vulnerabilidad. En efecto, no sólo se vuelve teóricamente visible la responsabilidad, sino que igualmente se pone énfasis en la indispensabilidad del concepto de vulnerabilidad para la construcción de una ética que supere los límites

¹⁶ Taylor, C. (1997). *Argumentos filosóficos. Ensayos sobre el conocimiento, el lenguaje y la modernidad*, Barcelona: Paidós. p. 320.

¹⁷ Para un desarrollo más extenso de los cambios de modelo teórico respecto de los organismos vivientes, consultar el capítulo 2 de Feijó, A. (2005). *Utilização de Animais na Investigação e Docência - Uma Reflexão Ética Necessária*, Porto Alegre: EDIPUCRS.

¹⁸ Jonas, H. (1995). *El principio de responsabilidad*, Barcelona: Herder. p. 148.

¹⁹ _____. (2000). *El principio vida*, Madrid: Trotta. p. 17.

²⁰ La bibliografía contemporánea del tratamiento filosófico de la responsabilidad puede llenar varias páginas. La palabra “responsabilidad” y sus variantes en las lenguas romances, así como la equivalente “*Verantwortung*” en alemán, son creaciones modernas. Usada primero en el ámbito del derecho, es comprobable un empleo filosófico escaso a partir del siglo XVIII y alcanzó la categoría de término técnico para la filosofía en la segunda mitad del siglo XIX, llegando en el siglo XX a ocupar una posición clave en la filosofía moral. Podría sostenerse que la escasa tradición de la responsabilidad como categoría relevante para la filosofía práctica, en conjunción con la aparición de problemas derivados de las nuevas situaciones sociales y tecnológicas y los nuevos modos de considerar el sujeto moral, han permitido la apertura de un espacio teórico y práctico que redimensiona el lugar de la responsabilidad en la reflexión filosófica contemporánea.

“centristas”²¹ de las éticas modernas. Si bien este último tópico importante no puede ser explicitado en este espacio, baste señalar que tales límites, por otra parte, han sido heredados por diversas corrientes contemporáneas, se consideren o no continuadoras del proyecto moderno, como el pragmatismo rortyano, las éticas discursivas, la teoría de la justicia en el modelo rawlsiano, etc.

Las propuestas de Jonas y Lévinas se pueden examinar conjuntamente dado que emanan de una matriz religiosa, filosófica y existencial compartida. En efecto, ambos pensadores provienen de la tradición ética del judaísmo, se forman filosóficamente en “la escuela de la fenomenología” y de la hermenéutica, y el ascenso del nazismo y del Holocausto deja en los dos una huella indeleble. En el caso de Jonas, la experiencia del cuerpo doliente y vejado realizada durante la guerra lo condujo al estudio de la filosofía del organismo y al descubrimiento de que la historia evolutiva es la de la libertad que, presente en todas las manifestaciones de la vida, culmina como responsabilidad en el ser humano. Levinas, por su parte, apela a la presencia insoslayable del rostro del otro para interpelar desde su filosofía de la exterioridad y el infinito a la “filosofía de la totalidad”, de la que el nazismo es consecuencia casi obligada²². Así, ambos subrayan el llamado a la responsabilidad que se manifiesta en la extrema vulnerabilidad del otro: la naturaleza y las generaciones futuras que los alcances de las acciones humanas determinadas por la tecnología pueden poner en peligro, para Jonas; y, para Levinas, empleando las expresiones bíblicas, “el pobre, el huérfano, la viuda, el extranjero”. Responsables y rehenes del otro, todos los seres humanos están obligados a hacerse cargo de la vulnerabilidad del otro; otro que, en razón de esa vulnerabilidad misma, se encuentra fuera de todo deber de reciprocidad. Para usar la expresión conocida de Jonas, en este sentido la responsabilidad sería “el deber del poder” o, más explícitamente: “[...] es el cuidado, reconocido como deber, por otro ser, cuidado que, dada la amenaza de su vulnerabilidad, se convierte en preocupación”²³.

²¹ En la línea de E. Lévinas, aunque con aportes de la obra de F. Nietzsche y del psicoanálisis, B. Waldenfels emplea este término de modo genérico para referirse al carácter autista y fagocitante en general del pensamiento europeo y sus derivados, que elimina al otro tanto en su particularidad como en su vulnerabilidad y extrema, en consecuencia, esta última. Cf. Waldenfels, B. (2006). *Grundmotive einer Phänomenologie des Fremden*, Frankfurt a. M., Suhrkamp; _____ (1995). “Lo propio y lo extraño”. En *Escritos de Filosofía*, año XIV, 27-28, pp. 149-162.

²² Lévinas, E. (1977). *Totalidad e infinito. Ensayo sobre la exterioridad*, Salamanca, Sígueme. p.47-56.

²³ Jonas, H. (1995). Op. Cit, p. 357. El desarrollo filosóficamente más denso de la noción de responsabilidad defendida por Jonas se encuentra en un pasaje anterior de esta misma obra, que se cita a continuación según la traducción que figura en la bibliografía, que contiene algunas imperfecciones estilísticas: “Existe todavía un concepto de responsabilidad del todo diferente, que no concierne a la

Ubicarse en la línea levinasiana exige abandonar las filosofías de la totalidad occidentales dominantes (el pensamiento de “lo Mismo”) y recurrir a la excedencia de la exterioridad, tal como ésta se manifiesta en la localización platónica de la Idea del Bien en un “allende” (*epékeina*) el mundo de las Formas incorruptibles y eternas. En el interior de la tradición totalizante misma, entonces, Lévinas encuentra la apertura hacia una sustitución jerárquica radical de la ontología (la primacía del Ser) por la ética (la primacía del Bien)²⁴. En esta sustitución de lo Mismo por lo Otro (*Autrui*) se juega la inversión de la intencionalidad (el lugar privilegiado de lo “Mismo”)²⁵. Vale decir, la “conciencia de” que fuera signo y origen de lo humano (el conocimiento racional, la acción libre y los afectos más elevados) se revela como dominadora y absolutista, fagocitante de la riqueza y la variedad de lo real, antropófaga en el ejercicio de su libertad y, por consiguiente, causante de genocidios y matanzas. Como segunda consecuencia de este nuevo posicionamiento Levinas propone “otro modo que ser” con el que deja inaugurada una posibilidad de existir convivialmente, erigiéndose el “no matarás” como imperativo absoluto que la excedencia impone. La excedencia del rostro del otro en cuanto vulnerable conmina la responsabilidad de cada uno y lo convierte en guardián de la vida desnuda. “Más allá” de los universales de la razón y de la política, un único universal inapelable: el otro vulnerable, expuesto, que se instituye como generador de la ética y de la política (de los derechos y de la justicia).

cuenta a pagar *ex post-facto* por lo hecho, sino a la determinación de lo que se ha de hacer; según este concepto, yo me siento responsable primariamente no por mi comportamiento y sus consecuencias, sino por la cosa que exige mi acción. La responsabilidad, por ejemplo, por el bienestar de otros no ‘examina’ sólo los propósitos dados del acto en lo que respecta a su admisibilidad moral, sino que obliga a realizar actos que no tienen otro propósito que ese fin. El ‘por’ del ser-responsable tiene aquí evidentemente un sentido del todo distinto al que tenía en la clase anterior, que se refería a sí misma. Aquello ‘por lo’ que soy responsable está fuera de mí, pero se halla en el campo de acción de mi poder, remitido a él o amenazado por él. Ello contrapone el poder a su derecho a la existencia, partiendo de lo que es o puede ser, y mediante la voluntad moral, lleva al poder a cumplir su deber. La cosa es cosa mía porque el poder es mío y tiene una relación causal precisamente con esa cosa. En su derecho intrínseco, lo dependiente se convierte en lo que manda; en su causalidad, lo poderoso se convierte en lo obligado. El poder se vuelve objetivamente responsable de lo que le ha sido encomendado de ese modo y, en virtud de la toma de partido de su sentimiento de responsabilidad, queda comprometido afectivamente: en el sentimiento, lo vinculante encuentra su vinculación a la voluntad subjetiva. Pero la toma de partido del sentimiento tiene su primer origen no en la idea de responsabilidad en general, sino en la bondad propia y conocida de la cosa, bondad que afecta a la sensibilidad y que abochorna al puro egoísmo del poder. Lo primero es el deber-ser del objeto; lo segundo, el deber-hacer del sujeto llamado a cuidar del objeto. Por una parte la demanda de la cosa, en la falta de garantía de su existencia; y por otra la conciencia moral del sentimiento de responsabilidad del yo activo, que engloba ya siempre el ser de las cosas”. Cf. Jonas, H. (1995). Op. Cit, p. 163-164.

²⁴ Lévinas, E. (1977). Op. Cit, p. 57-76.

²⁵ _____. (1978). *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence*, Paris, Kluwer Academic. p. 179ss ; 278ss.

Otra de las figuras notables de este debate ético es Carol Gilligan²⁶. Sin entrar en el detalle de las discusiones originadas por su libro de 1982²⁷, a los fines de este trabajo resulta útil la referencia a un texto algo posterior²⁸ en el cual explora formas del sí mismo (*self*) y de la responsabilidad que permanecieron latentes en la cultura occidental. La falta de tratamiento filosófico de estos aspectos la lleva buscar materiales para su investigación en el episodio del encuentro entre Eneas y el espectro de Dido muerta por su espada en los “campos del llanto” (*Iugentes campi*) infernales del Canto VI de la *Eneida* virgiliana. Sorprendido por el daño irreparable que ha causado involuntariamente a su amada (“¿He sido la causa de tu muerte?”; *Funeris heu tibi causa fui?* L.VI, 458), Eneas se describe a sí mismo como un hombre obligado por su responsabilidad a cumplir el destino señalado por los dioses. Según Gilligan, ésta es una imagen de la autonomía individual asociada con una noción de responsabilidad social concebida como deber u obligación típicamente masculina y occidental. El arte del poeta permite atisbar la cara oculta del héroe y también una responsabilidad diferente mediante la aparición del adjetivo *infandum* (“no decible”, “inexpresable”), en dos momentos decisivos del texto: en el banquete que la reina de Cartago le ofrece manifiesta su dificultad para contar la dolorosa historia de la caída de Troya (*infandum... dolorem*; L.II 3) y cuando la pasión lleva el calificativo de “*infandum... amorem*” (L. IV, 85). Tal inexpresabilidad revela que estas historias de dolor y de amor han quedado generalmente fuera de las discusiones acerca de la moralidad, la responsabilidad y el individuo.

La perplejidad y las preguntas de Eneas reflejan en su tensión esencial dos maneras de pensar acerca del sí mismo en relación y dos formas de responsabilidad conexas, si bien incompatibles: “*Las dos imágenes del sí mismo fijadas por estos dos marcos conceptuales implican dos maneras de pensar acerca de la responsabilidad que son fundamentalmente incompatibles*”²⁹. Gilligan distingue así dos acepciones de la palabra “responsabilidad”: *responsibility*, que significa compromiso con respecto a las

²⁶ Considerada adalid de una corriente de ética del cuidado de innegable trascendencia en la Bioética. Su obra más conocida, *In a Different Voice*, 1982, no sólo resultó una crítica difícil de refutar para su maestro L.Kohlberg, sino que introdujo diversos debates en el territorio de la ética discursiva, que había aceptado desde sus comienzos, si bien críticamente, tanto la idea universalista del sujeto moral rawlsiana como el esquema del desarrollo moral de Kohlberg, inspirado en aquél.

²⁷ A ellas se ha referido en lo esencial S. Benhabib en: Benhabib, S. (1992). “The Generalized and the Concrete Other: The Kohlberg-Gilligan Controversy and Moral Theory” In *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. London: Routledge. p. 148-177.

²⁸ Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice*.

²⁹ Para todas las citas de este texto de Gilligan se emplea la traducción realizada por la estudiante V. Grillo y revisada por la autora.

obligaciones, y *responsiveness*, vale decir, sensibilidad en las relaciones. Apelando a su experiencia y conocimiento profesional como psicóloga, Gilligan determina entonces la existencia de dos predisposiciones, una hacia la justicia y otra hacia el cuidado, que surgen de las experiencias de desigualdad y de unión incluidas en la relación entre hijos y padres y que caracterizan todas las formas del vínculo humano. Al igual que los autores tratados más arriba, Gilligan insiste en el carácter unilateral de una ética de la responsabilidad basada en la reciprocidad que parte de la definición del sí mismo y de la moralidad en términos de autonomía individual y de responsabilidad social puesto que desde esta perspectiva siempre se retorna al sí mismo, retorno que redundaría en olvido del otro, aun cuando se exprese como “imperativo categórico” o como “regla de oro”. La atención real hacia el otro se produce desde otra perspectiva que sobre todo la observación de la experiencia de las mujeres permite desplegar. En ella el sí mismo es conocido en la experiencia del vínculo, “[...] *definido no por la reflexión sino por la interacción, por la sensibilidad [responsiveness] del compromiso humano*”. Sin embargo, como lo muestra el Eneas virgiliano, no se trata de algo privativo del género, sino constitutivo de la experiencia de los seres humanos como tales. Más bien podría determinarse la coexistencia de dos voces morales: la que habla de vínculo, de evitar dañar, de cuidado y de respuesta, y la que habla de igualdad, reciprocidad, justicia y derechos pretendidamente universales.

Estas discusiones teóricas, sin embargo, revelan una dificultad adicional que se evidencia luego de una lectura atenta de los textos. En efecto, no se da cabida en ellos a las situaciones de vulnerabilidad en las cuales los sujetos involucrados como actores (agentes y pacientes) pertenecen a culturas ajenas a la occidental y respecto de las cuales la ciencia y la filosofía occidentales están cargadas de prejuicios y supuestos, como ha mostrado fehacientemente E. Said³⁰. En tales casos, cuando la comunicación de interpretaciones se torna compleja, sólo se puede ir produciendo en horizontes de traducción de experiencias, de racionalidades y de lenguajes renovados y ampliados constantemente. Como ocurrió en el momento de la aparición teórica de la experiencia de las mujeres, que parcialmente se refleja en las entrevistas y encuestas que transcribe Gilligan, también en las situaciones que aquí se mencionan ha de partirse de una escucha respetuosa que rescate de las voces de los otros no sólo el relato del sufrimiento que transmiten sino también la imagen de nosotros mismos que nos devuelven, tal vez como agentes y responsables de ese dolor. Con esta

³⁰ Said, E. (2004). *Orientalismo*. Barcelona: Random House Mondadori.

democratización efectiva del diálogo, convertido entonces en polílogo de razones³¹, la convivencia de personas, a la vez autónomas y vulnerables, se torna finalmente posible.

A partir de una relectura de los textos kantianos P. Ricoeur logra vincular “autonomía” y “vulnerabilidad” en un marco de tensiones múltiples de enormes consecuencias para la ética y para el tratamiento de los cuestionamientos que plantean las sociedades actuales³². La conjunción de fenomenología, hermenéutica y dialéctica en la metodología de trabajo de este pensador³³, así como su atención a la literatura, la historiografía, los estudios bíblicos y el psicoanálisis, le han permitido arribar a una concepción del sujeto de la Ética que reinterpreta y abre las líneas de investigación tradicional mediante la consideración de la vulnerabilidad o fragilidad constitutivas del ser humano. Ricoeur no renuncia a la consideración kantiana del ser humano como autónomo, en tanto que sólo la capacidad de darse a sí mismo racionalmente la ley (ser legislador de sí mismo) lo habilita a éste para obrar de modo verdaderamente moral. Empero, en una reconstrucción del discurso kantiano a partir de las dos vertientes que se manifiestan respectivamente en la *Crítica de la Razón Práctica* (la autonomía como nudo *a priori* de la libertad y la ley) y en *¿Qué es la Ilustración?* (la autonomía como tarea de sujetos políticos que deben salir del estado de sujeción), Ricoeur señala que la autonomía se presenta de modo paradójico y como “idea-proyecto”: “*Porque el ser humano es por hipótesis autónomo, debe llegar a serlo*”³⁴. De este modo queda manifiesta una ampliación de sentido de la autonomía, que permite considerarla a la vez como la prerrogativa y el *desideratum* de un ser vulnerable, frágil. Ambos términos, vulnerabilidad y autonomía, lejos de oponerse, se componen entre sí: “[...] *la autonomía es la de un ser frágil, vulnerable. Y la fragilidad no sería más que una patología, si no fuera la fragilidad de un ser llamado a ser autónomo, dado que siempre lo es de alguna manera*”³⁵.

A partir de esta reconstrucción, sobre la base de investigaciones anteriores en las cuales el filósofo enfocó críticamente la noción occidental del sí mismo (*self, soi-*

³¹ Bonilla, A. (2006). “Autonomía moral entre limones y colectivos: las ‘mamacitas’ bolivianas en Buenos Aires” En Wehr, I. (Ed.) (2006). *Un continente en movimiento: Migraciones en América Latina*, Frankfurt a. M. / Madrid, Vervuert / Iberoamericana. p. 143-158.

³² Ricoeur, P. (2001). Op. Cit, p.85-105.

³³ De modo explícito, Ricoeur se refiere a esta temática en una recopilación de trabajos publicada a mediados de los '80. Cf. _____. (2000). *Del texto a la acción*, Buenos Aires: FCE. p. 39-110; 259-278.

³⁴ Ricoeur, P. (2001). Op. Cit, p.86. Las citas de esta conferencia de Ricoeur, «Autonomie e vulnerabilité», están traducidas por la autora.

³⁵ *Ibidem*, p. 87.

même, Selbst), se amplía en cierto sentido la definición kantiana de autonomía, sin sacarla de su marco teórico moderno, en términos de poder o capacidad (*hórexis, conatus, potentia*)³⁶. De esta forma la autonomía, el poder o la capacidad es concebida bajo la metáfora de un triple haz que se despliega en el poder de decir, en el poder de obrar sobre el curso de las cosas y de ejercer influencia sobre los otros protagonistas de la acción y en el poder de hacer una narración inteligible y aceptable de la propia vida (puesto que la dimensión temporal nos es intrínseca), a los que debe agregarse el poder de considerarse a sí mismo como autor de los propios actos. Ahora bien, la reelaboración del concepto de autonomía planteada integra niveles de vulnerabilidad (no potencia, o potencia menor o disminuida) que se corresponden igualmente con aquélla: el “no poder decir” (fuente de desigualdad básica, dado que lo distintivo del ser humano es el lenguaje), las fragilidades en el ámbito del obrar, que provienen del curso del mundo (enfermedades, envejecimiento, accidentes) o son infligidas por otros seres humanos, habida cuenta de la disimetría entre el agente y el receptor de la acción, y por último la incapacidad de conducir la vida de acuerdo con la idea de coherencia o identidad narrativa desde la perspectiva insustituible de la singularidad, vale decir, de ser autónomo en sentido pleno.

Desde su particular experiencia de errancia la filósofa española María Zambrano desplegó en “El exiliado” una fenomenología del exilio que con todo derecho debe ser incorporada a esta discusión³⁷. Para caracterizar al exiliado en su peculiar condición, Zambrano realiza dos pasos metodológicos. En primer término opera una *epojé*, una puesta entre paréntesis, de los supuestos habituales desde los cuales habitualmente es considerado el exilio, para rechazar la tradicional caracterización heroica, a la vez activa y deshumanizante, del exiliado. Con ello obtiene el espacio privilegiado de aparición para esta dimensión esencial de la vida humana. El segundo paso consiste en la práctica de las igualmente fenomenológicas “variaciones imaginarias”, para lo cual confronta de la figura del exiliado con las del refugiado y del desterrado y habilita el acceso a las diferencias esenciales entre estas figuras, que Zambrano denomina respectivamente: abandono, acogida y expulsión.

³⁶ En un retorno de la moral a la antropología, Ricoeur señala que la “capacidad” constituye “[...] el referente último del respeto moral y del reconocimiento del hombre como sujeto de derecho”. Ricoeur, P. (1999). *Lo Justo 1*, Madrid, Caparrós. p. 30. En este sentido se puede asignar capacidad al ser humano en virtud de su lazo íntimo con la noción de identidad personal y/o colectiva, cuyo componente más importante está constituido para Ricoeur por la identidad narrativa sobre la cual (solamente) puede pensarse la identidad moral.

³⁷ Zambrano, M. (1990). *Los bienaventurados*, Madrid: Siruela. p. 29-44.

El abandono (“nadie le pide ni le llama”) es el rasgo tipificador del exilio que marca su carácter sacro. El exiliado es aquél a quien “dejaron en la vida”: en el desierto o en la orilla de la historia, despojado y expuesto, manifestándose así “sólo lo propio de que se está desposeído”. En efecto, el hombre reconducido hacia sí mismo en tanto puro y desnudo padecer, en estado de vulnerabilidad absoluta, “[...]está ahí como si naciera, sin más última, metafísica, justificación que esa: tener que nacer como rechazado desde la muerte, como superviviente”³⁸. Esta particular revelación evidencia la condición más propia de todo ser humano: padecer y trascenderse sin poder acabar de estar, a la vez que abre los caminos para su realización personal e histórica. Por esto, el exiliado es alguien que emprende una “*peregrinación entre las entrañas esparcidas de una historia trágica*”, cuyos sentidos Zambrano pretende sacar a luz por su recurso a la “razón poética”, razón apta para y capaz de hacerse cargo de todo aquello que ha estado en el exilio de la razón occidental. La razón poética es así el método de un lógos transformado (“voz de las entrañas”, “luz de la sangre”) que da razón de los “profundos” o “ínferos” del ser humano y de su historia (las entrañas, los sueños, el padecer, la temporalidad), condenados al exilio por el imperio de una razón desencarnada, violenta y patriarcal. La figura del exiliado zambraniano sintetiza arquetípicamente así experiencias y circunstancias dramáticamente densas de la historia reciente. Es por esto que sus contribuciones merecen ser rescatadas por los estudios contemporáneos acerca de los numerosos exilios y migraciones que por razones políticas (el caso de la propia Zambrano), religiosas o económicas atraviesan la experiencia y la historia del último siglo y lo que va de éste.

El “caso” de la atención de salud mental de los migrantes contemporáneos

Antes de desarrollar este acápite, se necesitan dos aclaraciones. En primer lugar, un breve excursus metodológico sobre la oportunidad de incorporar al desarrollo teórico un estudio de este tipo y explicar qué se entenderá por “caso” en el trabajo. En segundo lugar, se mostrará que no por azar, sino obedeciendo a razones teóricas, el caso ha sido relevado del vasto campo de los estudios migratorios.

En los estudios sociales especialmente, el término “caso” abarca diversas acepciones, pudiéndose indicar al menos una acepción amplia y otra más restringida. Por otra parte, la construcción y estudio de casos resulta un recurso básico de la

³⁸ _____. (1993). *La razón y la sombra. Antología*, Madrid: Siruela. p. 383.

denominada ética aplicada (bioética, la ética de la educación, la ética de los negocios, la ética de las profesiones y la ética pública) en las prácticas de docencia, investigación, asesoramiento, etc. Este uso a veces se da junto con la discusión metaética acerca del valor teórico real del surgimiento actual de una casuística renovada.

Para mayor esclarecimiento y justificación de la acepción empleada en el texto, recurriendo al *Dictionnaire étymologique de la langue latine* de Ernout y Meillet no está de más recordar que “caso” proviene del latín *casus*, *-us* (“caída, hecho de caer (y, por eufemismo, de morir)”; y, en sentido concreto, “lo que cae, accidente, chance, ocasión”, a menudo en sentido desfavorable. Este sustantivo, a su vez, deriva del verbo *cado*, *-is*, *cadere*, *cecidi*, *casum*, “caer”, empleado con bastante regularidad en el sentido de “acontecer de modo inopinado”³⁹. Esta etimología da lugar a las acepciones de significado no gramatical en castellano, tales como “suceso, acontecimiento”, “casualidad, acaso”, “lance, ocasión o coyuntura”, pero también “especie o asunto de que se trata o que se propone para consultar a alguno y pedirle su dictamen”⁴⁰. Puede observarse que la historia y la tradición de la casuística guardan relación tanto con el carácter de suceso inopinado del caso (como opuesto a acontecimientos habituales o esperables) como con la última acepción indicada. En este trabajo, que no toma una historia particular, sino justamente un asunto más amplio aunque específico, se defiende el valor teórico del análisis de casos, sosteniendo con Orleans que: “*Develar casos conduce a la modificación y refinamiento de los compromisos teóricos, así como la teoría proporciona el marco para pensar acerca del caso*”⁴¹. Sea del tipo que fuere, la construcción del caso, y no sólo su tratamiento, es una operación relativamente compleja que muchas veces necesita del aporte de diversos especialistas puesto que está gobernada por una lógica y una retórica interna que no se circunscribe a la descripción pura y simple de una situación problemática particular sino que debe hacer patentes los rasgos sobresalientes que configuran una situación problemática completa en el campo respectivo⁴².

³⁹ Ernout, A.; Meillet, A. (1959). *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4ème. éd., Paris, Klincksieck. p. 81.

⁴⁰ RAE, 2001. La referencia está tomada de la edición electrónica.

⁴¹ Orleans, B.; Beauchamp, T. L.; Dresser, R.; Morton, D.B.; y Gluck, J.P. (1998) *The Human Use of Animals*, New York / Oxford, Oxford University Press. p. 1, 48. Traducción de la autora.

⁴² Bonilla, A. (2002). “El empleo de casos en la enseñanza de la ética: pros y contras” (trabajo inédito leído en las “IX Jornadas sobre la Enseñanza de la Filosofía. Coloquio Internacional: ‘Homenaje a Guillermo A. Obiols’”, Buenos Aires, 2002).

El segundo aspecto que debe aclararse es la elección del caso de la atención de salud mental de los migrantes contemporáneos. Para señalar la conflictividad típica que se manifiesta en este campo casi virgen para la investigación en este artículo no se desarrolla el tema de modo exhaustivo; simplemente se indica un marco descriptivo y teórico general sobre migraciones, derechos humanos y ciudadanía y se realizan algunas calas en la bibliografía disponible. En efecto, del conjunto de informaciones y reflexiones reunidas surge la constatación de la escasa atención teórica y práctica otorgada a las características específicas de la salud psíquica y de las enfermedades de origen psíquico que afectan a personas pertenecientes a grupos de origen migrante en la Argentina y en el mundo.

Por su masividad, frecuencia, pobreza material y correspondencia con las orientaciones del mercado globalizado, los movimientos migratorios contemporáneos se han convertido en el “*fenómeno biopolítico mayor de nuestro tiempo*”⁴³. La investigación de este fenómeno y de sus múltiples implicancias económicas, políticas, sociales y culturales, así como de su impacto en los cuerpos y en la formación de subjetividad de las y los migrantes, constituye actualmente un campo complejo e imposible de abordar desde disciplinas aisladas⁴⁴, necesitándose un enfoque interdisciplinario que incluya la filosofía. Si bien la consideración filosófica de las migraciones puede ser considerada una parte ineludible de la cuestión filosófica “*del otro*”⁴⁵, a pesar de tal relevancia esta temática estuvo prácticamente ausente de las agendas filosóficas casi hasta fines del siglo XX. Algo similar sucedió en la Ciencia Política. Una búsqueda de estos temas en diccionarios y enciclopedias especializadas, por ejemplo, arrojaría un resultado desolador⁴⁶. Por añadidura, al florecimiento de estos estudios sobre todo en la década del '90 siguió un empobrecimiento paulatino de los mismos después de los sucesos del 11 de setiembre de 2001 que, entre otros efectos, tuvieron los de etnicizar y demonizar la figura de los migrantes. La República Argentina, con la Ley de Migraciones 25.871 (2004) y la aplicación unilateral por su gobierno del Protocolo de Las Leñas sobre la libre circulación de nacionales del MERCOSUR y

⁴³ Esta frase que expresa la situación actual parafrasea conjuntamente a É. Balibar y a M. Foucault.

⁴⁴ Los trabajos tradicionales sobre migraciones provienen en gran parte de la demografía, la historia y la sociología, siendo reciente el esfuerzo epistemológico de modelos complejos e interdisciplinarios.

⁴⁵ Bonilla, A. (2008). “El ‘Otro’: el migrante”. En Fornet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2008). *Menschenbilder interkulturell. Kulturen der Humanisierung und der Anerkennung*, Aachen: Verlagsgruppe Mainz in Aachen. p. 366- 375.

⁴⁶ Como ejemplo de lo expuesto puede citarse el *Diccionario de política* de Bobbio, N.; Matteucci, N.y Pasquino, G., que no tiene el término “migraciones” entre sus entradas. Cf. Bobbio, N.; Matteucci, N.y Pasquino, G. (Dres.) (2008). *Diccionario de política*. 16 e. en español. México D.F. : Siglo XXI editores.

asociados, más el Plan de Regularización Documentaria “Patria Grande”, fue una de las excepciones a lo que hicieron la mayor parte de las naciones. Quizá esta actitud amplia, que da pleno cumplimiento a lo establecido en la Constitución Nacional y a los Documentos internacionales incorporados a ella, coadyuvó al refuerzo de los estudios migratorios en la Argentina⁴⁷.

Si bien la migración es un fenómeno constante en la historia de la humanidad, los flujos migratorios actuales no son homogéneos, así como tampoco resultan fácilmente comparables entre sí las “sociedades de acogida”⁴⁸ adonde arriban los migrantes⁴⁹ y el trato legal y social que éstas les brindan. El universo de referencia mayor de este trabajo es particularmente el de los migrantes pobres⁵⁰, que también comprende a refugiados y exiliados; vale decir, a todas aquellas personas que han debido abandonar su lugar de origen y cobijo porque la existencia en éste se les tornó inviable. La mayor parte de los migrantes actuales pertenecen a estos grupos y constituyen efectivamente migraciones compelidas y no voluntarias. Hoy se cuentan por millones los seres humanos que han sido y son arrojados de su suelo natal por el hambre, la guerra y las persecuciones por motivos étnicos y/o religiosos. Este rasgo particular otorga a tales migrantes una vulnerabilidad característica que los convierte en pieza de ajuste de los procesos económicos y políticos tanto regionales como globales.

Al focalizar la situación argentina hay que realizar algunas puntualizaciones. Definir la Argentina como país de inmigración, usualmente sólo hace referencia al hecho de las migraciones de procedencia europea que confluyeron en su territorio desde el último tercio del siglo XIX y el primero del XX. Ni la acción conquistadora y colonizadora española, ni la importación de esclavos negros o el traslado de grupos

⁴⁷ El momento culminante de este movimiento estuvo constituido por la realización en abril de 2006 en Buenos Aires del “1er. Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo”.

⁴⁸ Los términos técnicos “sociedades de recepción” y “sociedades de acogida” de los estudios migratorios sólo hacen referencia al país o lugar de arribo de los grupos y/o individuos migrantes.

⁴⁹ La categoría “migrantes” puede aplicarse a clases muy diversas de personas: estudiantes y profesores que disfrutan de becas o convenios de estadía laboral o investigativa; religiosos y religiosas de distintas confesiones que desarrollan una misión específica fuera de su país; accionistas, gerentes y empleados de empresas trans- o multinacionales; simples turistas; personas que buscan horizontes de realización más amplios, exiliados y refugiados, etc. También puede hablarse de migraciones externas e internas (flujos poblacionales de un lugar a otro en el interior de un país determinado). Cf. Mármora, L. (2001). “Migraciones”. En Di Tella, T. *et alii* (sup.) (2001). *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*, Buenos Aires: Ariel. p. 460-461.

⁵⁰ Si bien no se trata de una expresión técnica en sentido estricto, su empleo aparece insinuado con el mismo sentido y función -migrante, como “pobre extranjero”- en dos obras fundamentales para el tema: Fornet-Betancourt, R. (2003). *Interculturalidad y filosofía en América Latina*, Aachen, Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen; _____. (Hrsg.) (2004). *Migration und Interkulturalität*, Aachen: Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.

rebeldes de indígenas a lugares alejados de su asentamiento tradicional se estudian habitualmente como migraciones. Tampoco se señala que las poblaciones originadas en las migraciones actualmente más numerosas y visibles, las provenientes de los países limítrofes, han mantenido constante su participación porcentual sobre la población total desde el primer censo de 1869 (2,4%) al de 2001 (2,8 %). El mito fundacional del “crisol de razas”⁵¹ que determinó imaginariamente la Organización Nacional se construyó sobre la base de la “desmarcación étnica”⁵². Esta operación comprendió a la vez diversos procesos y estilos discriminatorios, incluido el genocidio, que ignoraron y dejaron “fuera del crisol” a mestizos, mulatos y negros y la promesa de una igualdad garantizada por la inclusión para los blancos que operaban la escuela pública y el servicio militar obligatorio. Frente a ésta, la situación contemporánea se caracteriza por tres cambios fundamentales: el aumento proporcional de los migrantes de países limítrofes o cercanos (el grupo inmigrante mayoritario), su mayor presencia en las ciudades y su nacionalidad (incremento de paraguayos, bolivianos y peruanos). En coincidencia con Grimson puede afirmarse que en la década del '90 se pasó de una “situación de invisibilización de la ‘diversidad’” a una “hipervisibilización de las diferencias”⁵³. Si del plano de los fenómenos poblacionales se va al político, también resulta interesante subrayar que este cambio se da en el marco de los debates y políticas multiculturales y del “reconocimiento”. La actual legislación migratoria argentina es fruto de estos debates, ya que contribuyeron a la redacción de su texto numerosas organizaciones religiosas y de la sociedad civil particularmente sensibles a la problemática⁵⁴. La Ley 25.871, que entró en vigencia a comienzos de 2004, establece en su Art. 4º el derecho humano a migrar. Formulada de esta manera el derecho a migrar –y su contraparte, el derecho a permanecer en el país de origen- no es considerado una concesión particular del Estado argentino, sino que se lo reconoce como inherente a la persona humana como tal y, por consiguiente, dotado de universalidad.

⁵¹ Expresión al parecer creada por M. G. J- de Crèvecoeur en *Letters from an American Farmer*, 1782, para referirse al modo cómo en las tierras de América del Norte los europeos de diversos orígenes se han convertido en “americanos”, “fundidos en una nueva raza de hombres”. Bilbeny, N. (2002). *Por una causa común. Ética para la diversidad*, Barcelona: Gedisa. p. 67. La itálica es de la autora.

⁵² Grimson, A.; Jelin, E. (comp.) (2006). *Migraciones regionales hacia la Argentina. Diferencia, desigualdad y derechos*, Buenos Aires: Prometeo. p. 71.

⁵³ *Ibidem*, p. 70.

⁵⁴ Las contribuciones publicadas en *Migración: un derecho humano. Ley de Migraciones Nº 25.871* dan testimonio de esto. Cf. Giustiniani, R. *et alii* (2004). *Migración: un derecho humano. Ley de Migraciones Nº 25.871*. Buenos Aires: Prometeo.

En síntesis, la constancia y visibilización de “nuevos” migrantes, sobre todo en las grandes ciudades, conduce a la ruptura del mito del “crisol de razas” y a la reconsideración de las prácticas políticas fundadas en él, principalmente en los ámbitos de la justicia, la salud, la educación y el trabajo. En la situación actual de pluralidad real por la copresencia en casi todas las sociedades del mundo de grupos de origen diverso, no siendo la Argentina una excepción a ello, se torna indispensable la deconstrucción de este mito y la propuesta de nuevas formas de entender esta pluralidad con el objeto de posibilitar formas más plenas de realización individual y modelos de convivencia más justos⁵⁵. En razón de lo dicho, la coexistencia de individuos y de grupos migrantes de gran heterogeneidad, mayoritariamente pobres, en nuestras megalópolis y en vastas regiones de las naciones actuales, interactuando en múltiples relaciones dinámicas con las sociedades denominadas de acogida y entre sí, impone por su propio peso una revisión más completa de la noción de ciudadanía, en la que se incluya fuertemente la categoría de “ciudadanía cultural”, pero a la vez el carácter inestable, dinámico y abierto de las relaciones referidas.

Para estudiar mejor la problemática compleja del proceso migratorio suele dividirse a éste en etapas, cada una de las cuales ofrece conflictos particulares tanto desde el punto de vista objetivo como subjetivo (vale decir, en referencia a la/las subjetividades migrantes) En la literatura especializada se reconocen al menos tres⁵⁶: emigración o salida del lugar de residencia habitual, inmigración o entrada y proceso de reorganización de la vida en el lugar de acogida y reconstrucción de los lazos con el lugar de origen (etapa que puede suceder o superponerse a la anterior). Hoy cabría añadir una cuarta, que según la secuencia temporal iría en segundo término: la etapa del tránsito, por demás difícil y riesgosa tal como lo demuestran numerosos ejemplos cotidianos. La mayor parte de los estudios referidos al tema investigan los procesos de reorganización de la vida en el lugar de acogida desde diversos modelos integracionistas o directamente asimilacionistas⁵⁷ que colocan el proceso de inmigración en una secuencia lineal en la que el/la inmigrante va perdiendo sus

⁵⁵ Para la deficiencia de las teorías denominadas multiculturalistas y de las políticas multiculturales: Bonilla, A. (2008) “El derecho humano a migrar y la transformación de la noción de ciudadanía”. En Arué, R.; Bazzano, B. y D’Andrea, V. (comp.) (2008). *Transformaciones, prácticas sociales e identidad cultural*, Vol. II, Tucumán, Universidad Nacional de Tucumán. p. 773-788.

⁵⁶ Castillo Guerra, J. (2004). “Hacia una teología de la migración: perspectivas y propuestas”. En Fornet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2004). *Migration und Interkulturalität*, Aachen, Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen. p. 154-155.

⁵⁷ Según muestran análisis críticos autorizados de los modelos sociológicos del fenómeno migratorio. Cf. Han, P. (2000). *Soziologie der Migration*. Stuttgart, Lucius & Lucius. p. 38-62.

vínculos con el lugar de origen así como sus connotaciones culturales específicas hasta convertirse en un integrante indiferenciado más de la sociedad de recepción.

Para visibilizar los problemas de vulnerabilidad especial que aquejan a estos grupos de migrantes pobres en cada una de las etapas señaladas y tomando en cuenta todas las variables posibles, no basta con la clasificación anterior y los resultados que provienen del campo de las Ciencias Sociales. Según se señaló más arriba, una “caja de herramientas” sobre el tema no puede prescindir de los aportes de la filosofía⁵⁸. Los tratamientos ya referidos de la vulnerabilidad de H. Jonas y C. Gilligan, pero sobre todo de E. Levinas, M. Zambrano y P. Ricoeur, aumentan la posibilidad de visibilización y enriquecen con sus variables el análisis de la vulnerabilidad característica de estos grupos y personas migrantes pobres. Como ya se dijo, en cada una de las etapas o estadios de la migración dicha vulnerabilidad puede ser considerada desde dos puntos de vista: un punto de vista subjetivo y otro objetivo. Según el primero (el subjetivo) podría intentarse una fenomenología de la subjetividad migrante⁵⁹. En calidad de primer resultado ésta arrojaría el dato de que la vulnerabilidad se manifiesta como malestar o sufrimiento. Consecuentemente esta vulnerabilidad redundaría en dificultades para el ejercicio consciente de la autonomía (“empoderamiento”), en la internalización de estilos de minorización, en problemas para la identificación cultural y social, etc., con elevados riesgos de anomia y, por consiguiente, de una caída cada vez mayor en la vulnerabilidad extrema.

Partiendo de una perspectiva objetiva que atiende a las normas y prácticas de la sociedad de acogida referidas a los y las inmigrantes se tipifica esta vulnerabilidad como exclusión. Tal exclusión comprende un abanico de formas de trato discriminatorio por parte de las sociedades de acogida que pueden sintetizarse como conculcación en diversos grados de derechos fundamentales para el ejercicio de capacidades y funcionamientos de la existencia humana⁶⁰, entre otras, la participación ciudadana plena, es decir el ejercicio de todos y cada uno de los derechos humanos en su conjunto.

⁵⁸ En el “Congreso Argentino de Estudios sobre Migraciones Internacionales, Políticas Migratorias y de Asilo”, Buenos Aires, 2006, se puso de relieve la importancia de la filosofía para la investigación migratológica.

⁵⁹ Tal vez pueda adaptarse el modelo zambraniano de la fenomenología del exiliado para realizar este análisis, tarea que desborda el objetivo de este trabajo.

⁶⁰ A los fines de este trabajo se adopta libremente esta denominación de A. Sen. Cf. Nussbaum, M.; Sen, A. (eds.) (1993). *The Quality of Life*, New York: Oxford University Press. p. 3.

Como una indicación de que el punto de vista adoptado en este escrito no se encuentra alejado del tratamiento del tema que se realiza en los foros internacionales especializados, a continuación se mostrarán algunas coincidencias con la teoría elaborada por J. Bustamante sobre la vulnerabilidad de los migrantes⁶¹. Para comprender estos hechos, el autor recurre a la conocida distinción weberiana de las dos dimensiones de la acción social, vale decir, entre la conducta observable de los actores y la dimensión intersubjetiva (o “sentido”) de la acción. Según Bustamante esta distinción facilita la diferenciación entre una “vulnerabilidad estructural” y otra, derivada de la anterior, “cultural”. La vulnerabilidad estructural se genera en la diferencia existente en las relaciones con el Estado entre un nacional y un migrante (se entiende, en el esquema moderno de los estados nacionales). De esta diferencia surgen las desigualdades en el acceso a los recursos, tales como prestaciones sociales, educación, trabajo, etc., y se van convirtiendo en el criterio normativo de las relaciones sociales entre nacionales e inmigrantes. Las diferencias de poder entre quienes “hacen las normas” y quienes las acatan se incrementan por la presencia de la vulnerabilidad cultural que se deriva “[...] del conjunto de elementos culturales (estereotipos, prejuicios, racismo, xenofobia, ignorancia y discriminación institucional) con significados despectivos que tienden a justificar las diferencias de poder entre los nacionales y los extranjeros”⁶². La secuencia que va de la vulnerabilidad estructural enunciada a la vulnerabilidad cultural, sería, entonces: 1. “[...] los nacionales transfieren al contexto social de sus relaciones con los inmigrantes/extranjeros, la diferenciación que hace el Estado entre nacionales y extranjeros”; 2. “Esa diferenciación acaba siendo convertida en un criterio o base normativa de una asimetría de poder de facto en las relaciones entre inmigrantes y nacionales”; 3. como resultado de la reiteración práctica de tal asimetría de poder en las relaciones entre unos y otros, se va insertando un “contenido de sentido”, vale decir, una “vulnerabilidad cultural” que perpetúa el tipo de relaciones sociales de dominación⁶³. Vista a lo Weber como tipo ideal, la vulnerabilidad estructural sería la construcción teórica que representa el extremo de la desigualdad que caracteriza a los inmigrantes internacionales como sujetos de derechos humanos y puede definírsela como “carencia

⁶¹ Bustamante, J. (2007). “La migración de México a Estados Unidos; de la coyuntura al fondo” En Defensor del Pueblo de Bolivia – OACDH, *Octava Conferencia Internacional de Instituciones Nacionales de Derechos Humanos. Migración. El rol de las instituciones nacionales. Informe Final*, Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País. p. 41- 57.

⁶² Ibidem, p. 55.

⁶³ Ibidem, p. 49.

extrema de poder”. Pasando a la “vulnerabilidad cultural”, el autor la define como la justificación ideológica de la existencia y de la práctica de la condición de vulnerabilidad de los migrantes de la cual se deriva la impunidad para quienes violen los derechos humanos de aquéllos.

Igualmente deudor de Weber, aunque renuente a poner en primer lugar la consideración de la vulnerabilidad cuando se habla del fenómeno migratorio, y defensor de una teoría de las migraciones que pone el acento en la autonomía de las y los migrantes, el filósofo italiano S. Mezzadra es conocido por su elaboración del “*derecho de fuga*”⁶⁴. Desde una mirada crítica alternativa al capitalismo tras investigar la relación entre globalización, trabajo y ciudadanía, Mezzadra indaga el significado político de los procesos de movilidad y, por ende, el fenómeno migratorio. La “fuga” se le presenta como categoría política indispensable y el “derecho de fuga” funge para poner de manifiesto la individualidad de los migrantes que son ejemplo de las contradicciones del capitalismo. Mezzadra encuentra una plataforma teórica estructuralmente afín en textos juveniles de M. Weber (la investigación sobre la condición de los trabajadores agrícolas del *Reich* y escritos y discursos de los años 1892-1899). Por ello reivindica el carácter pionero de la percepción weberiana sobre la conexión entre el desarrollo del capitalismo y la persistencia de flujos migratorios pretendidamente controlables, su caracterización de las migraciones como “movimientos sociales” y su comprensión de la subjetividad migrante. Con la categoría básica de “derecho de fuga” pretende subrayar la dimensión subjetiva de los procesos migratorios fuertemente ligada al ejercicio de elecciones personales, aunque no se subestiman ni las causas objetivas de la migración ni sus condiciones materiales y sociales. La categoría de derecho de fuga permite superar la distinción entre migrantes y prófugos y, para el caso de los migrantes, cumple la función de reaccionar contra la etnización de las migraciones⁶⁵ y de concentrar en la figura del migrante las contradicciones inherentes al ejercicio del derecho a la libertad de circulación, de modo que pone en evidencia la naturaleza política de las disputas sobre las migraciones. La tesis de la autonomía de las migraciones cierra el círculo teórico abierto por el “derecho de fuga”. En vez de reducir las migraciones contemporáneas a las leyes de oferta y demanda, esta tesis toma en

⁶⁴ Mezzadra, S. (2005). *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*, Madrid/Buenos Aires: Traficantes de sueños/Tinta Limón.

⁶⁵ Aunque aclare que las diferencias étnicas son construcciones sociales y políticas, Mezzadra parece hacer el juego a las teorías liberales o marxistas que minimizan las diferencias culturales. Así como la naturalización de las diferencias culturales conduce a la racización, inferiorización o exclusión de las y los migrantes, su minimización puede conducir a la incompreensión de los múltiples procesos de subjetivación, de adscripción cultural y de asunción de poder.

cuenta el excedente de prácticas subjetivas que se expresan en los movimientos migratorios en relación con las ‘causas objetivas’ que los determinan⁶⁶ y, en consecuencia, da cuenta de fenómenos económicos y sociales vinculados con la migración, tales como la constitución de redes transnacionales planteando desafíos a las políticas migratorias centralizadas en el concepto de integración. La tesis de la autonomía de las migraciones, que saca al migrante de su papel subordinado de víctima, no sólo obliga a reelaborar el racismo en el contexto de las relaciones y recursos del capitalismo global sino que igualmente ofrece la posibilidad para reconstruir el cuadro de las transformaciones del capitalismo globalizado desde el punto de vista del trabajo vivo y de su subjetividad. Un aporte indiscutible, sin duda, que pone el fenómeno migratorio en el corazón del capitalismo y señala sus contradicciones y alternativas posibles. Pero aporte que igualmente minimiza las heridas en el cuerpo y la subjetividad migrantes, así como sus dificultades en los lugares de acogida para ser visualizados y reconocidos como sujetos de derechos. Coincidiendo con Mezzadra respecto del potencial creador y hasta revolucionario de las y los migrantes, en tanto que su presencia cuestiona las creencias y prácticas habituales de la ciudadanía, está lejos de la perspectiva de esta contribución obviar la existencia de fortalezas y capacidades individuales y grupales de resistencia de quienes han debido migrar. Sin embargo, dada la situación de abandono y la consiguiente vulnerabilidad subjetiva y objetiva de las y los migrantes en las sociedades contemporáneas, se sostiene que “abandono” y “vulnerabilidad” se vuelven categorías indispensables, entre otras, a la hora de un tratamiento completo y serio del tema.

Puesto que el enfoque que orienta este trabajo, al volver visible la múltiple vulnerabilidad de las y los migrantes igualmente pone en evidencia los desafíos particulares que se plantean a las sociedades de acogida respecto de la efectivización plena de los Derechos Humanos⁶⁷, y sobre todo, de su efectivización diferenciada, vale decir, la que se hace cargo de las diferencias culturales e individuales en lo que éstas comportan de vulnerabilidad y dominación, habida cuenta de la toma de conciencia de la interrelación entre lo personal y lo político, logro indudable de las luchas feministas. Es esta voluntad de efectivización la que debe expresarse en las diversas políticas públicas que involucran a las y los migrantes, incluidas las políticas de salud mental. El

⁶⁶ Mezzadra, S. (2005). Op. Cit, p. 143-157.

⁶⁷ Con los términos “efectivización”, o su sinónimo “realización”, se señala que el Estado y sus agentes deben tener, a través de las políticas públicas y su implementación, una función más activa respecto de los Derechos Humanos que lo indicado con los términos “defensa” o “promoción”.

derecho humano a migrar implica, entre otros, la posibilidad de realización plena del derecho a la salud, incluida la mental, que sólo puede efectuarse plenamente en el marco del ejercicio de los derechos culturales. En el Art. 12 del “Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales” de 1966 se reconoce “[...] el derecho de toda persona al disfrute del más alto nivel posible de salud física y mental”. Con el objeto de volver efectivo este reconocimiento, este artículo debe complementarse con la vigencia y realización del Art. 15 que establece los derechos culturales, vale decir, en primera instancia, el derecho a la libre adscripción a la cultura de origen o a otra de adopción y a una práctica cultural en ese marco. Resulta importante aclarar que estos derechos se enuncian de modo muy genérico y deben complementarse tanto con normativas específicas como con el aporte de estudios sistemáticos sobre la unidad y los alcances de tales derechos⁶⁸. En definitiva, este derecho a la salud debe ser considerado también como integrando la “ciudadanía cultural” para quedar vinculado a una perspectiva democrática ampliamente inclusiva y participativa puesto que atiende a los contextos histórico-políticos de cada cultura que se han caracterizado y se caracterizan por episodios de dominación y resistencia protagonizados por grupos con especificidades diversas: étnicas, lingüísticas, religiosas, sociales, etc.⁶⁹. Sin temor a equivocaciones puede afirmarse que, más acá de lo exigido por las normas migratorias, los modelos actualmente vigentes de salud mental y las políticas y prácticas que dependen de ellos exhiben un carácter de dominación. En efecto, en tanto no toman en cuenta de modo explícito los rasgos culturales específicos de los grupos migrantes y los derivados de su vulnerabilidad particular, tales modelos, políticas y prácticas pueden ser considerados intentos de homogeneización cultural que atentan contra el carácter de sujetos de derechos de las personas de origen migrante o pertenecientes a minorías étnicas o lingüísticas. Es más, a punto tal no se consideran estas diferencias⁷⁰, que las dificultades para el diagnóstico y tratamiento de las y los migrantes en situación de vulnerabilidad mental ha conducido en diversos casos a “medicalizar” la migración en calidad de única alternativa terapéutica, como se verá más adelante. Al respecto pueden trazarse analogías con la medicalización de otras etapas y situaciones

⁶⁸ Symonides, J. (ed.) (2000). *Human Rights: Concept and Standards*, Aldershot, Ashgate / UNESCO. p. 175-230.

⁶⁹ Chauí, M. (2006). *Ciudadanía cultural. O direito à cultura*. San Pablo: Fundación Perseu Abramo. p. 138.

⁷⁰ Como ejemplo de lo afirmado, se señala que en una obra local de publicación reciente sobre bioética y salud mental sólo aparecen referencias vagas a la necesidad de considerar la situación cultural de los presuntos pacientes y no hay ningún artículo específico sobre el tema. Cf. Maglio, I. y Bello, M. A. (2009). “Derechos Humanos e investigación clínica en Salud Mental”, p. 100, y Stagnaro, J. C. (2009). “Apuntes para una reflexión sobre la perspectiva bioética en psiquiatría”, p. 220-221 En Fantin, J. C. y Fridman, P. (Comp.) (2009). *Bioética, Salud Mental y Psicoanálisis*, Buenos Aires: Pólemos. P. 89-122; 207-230.

de la vida humana, como la menopausia, el envejecimiento y la vejez, etc. El efecto general de esta medicalización consiste en la reducción a enfermedad de etapas y momentos fundamentales de la condición humana y por consiguiente en el empobrecimiento, no sólo de la calidad de vida de los grupos y personas que se encuentran en dichas etapas o circunstancias existenciales, sino de su pérdida efectiva de autonomía (vale decir, de poder)⁷¹.

Ante la falta de materiales locales pueden extraerse algunas referencias y observaciones críticas sobre el modelo vigente de salud mental de las y los migrantes del trabajo reciente de E. Koch, psiquiatra de larga trayectoria en la clínica y la investigación específicas, en donde se toman en cuenta los resultados más avanzados en la materia de los últimos cuarenta años en Alemania⁷². De forma análoga a lo expresado más arriba el estudio de Koch parte del axioma de que la migración en sí misma no constituye enfermedad alguna y que, por consiguiente, no sería legítimo establecer una conexión causal entre perturbación psíquica y migración. Sin embargo, esto no significa que no deban ser tomadas en cuenta las sobrecargas de esfuerzo y de desgaste físico y psíquico específicos que la migración trae aparejadas, sobre todo en las etapas de tránsito y de reorganización de la existencia en la sociedad de acogida y las características culturales propias de las y los migrantes. Citando a J. Zeiler y F.Zarifoglu, el autor describe diversos factores asociados a la migración con consecuencias potenciales para el origen y desarrollo de enfermedades psíquicas cuya enumeración puede resultar de interés a los fines de esta contribución:

el peso y duración de la sobrecarga de esfuerzo en el transcurso de la migración;

las características de la sociedad de acogida, entre las que figuran tanto las formas más o menos incluyentes de las políticas públicas respecto de los inmigrantes como los prejuicios y las prácticas discriminatorias compartidas por dicha sociedad

⁷¹ Sobre los daños subjetivos de la medicalización, cf. Bonilla, A. (2006). "¿Quién es el sujeto de la Bioética? Reflexiones desde la vulnerabilidad". En Losoviz, A.; Vidal, D.y Bonilla, A. (Eds.) (2006). *Bioética y salud mental. Intersecciones y Dilemas*, Buenos Aires: Akadia. p. 75-88.

⁷² Koch E. (2003). "Psychiatrie, Psychotherapie, Psychosomatische Rehabilitation und Migration". En Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration (Hrg.) (2003). *Gesunde Integration*, Berlin, Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration, p. 43-53. En el comienzo de estos estudios incidió la firma del Acuerdo alemán-turco del 30 de octubre de 1961 que estimuló y reguló la migración de trabajadores turcos. El ingreso masivo de este tipo de migrantes, hasta el momento poco frecuentes y culturalmente "otros" (por su lengua, religión, modos de entender las relaciones sociales y políticas), provocó un impacto sociocultural del que todavía no se ha repuesto la sociedad alemana que no estaba preparada para recibirlos. Cf. Bosse, D.; Vior, E. (2005) *Politische Partizipation von Migranten mit muslimischen Hintergrund in Deutschland – Entwicklungen und Probleme*, Magdeburg, Institut für Politikwissenschaft Otto-von-Guericke-Universität.

(todas ellas dependientes de las representaciones sociales sobre la inmigración y los grupos inmigrados, es decir, del imaginario social sobre la inmigración);

las características de los grupos de población inmigrados que los hacen reaccionar de formas específicas generando modos diversos de integración, asimilación limitada o marginalización respecto de la sociedad de acogida;

la calidad y efectividad de la ayuda social que reciben los individuos inmigrados;

las condiciones de vida concretas en el país de acogida de las y los inmigrantes, por ejemplo la situación legal de residencia, el estatuto socioeconómico, los lazos de pertenencia familiar, los lazos de pertenencia con el grupo étnico de origen, las experiencias de falta de seguridad y amenazas, etc.;

las condiciones y características individuales: las enfermedades psíquicas previas, las experiencias de la migración que marcaron particularmente a la persona, las expectativas y nivel de información previos a la migración, el conocimiento de idiomas, los modos y formas de “aculturación psicológica”, las vivencias negativas en el país de acogida (p.e. enfermedades, muerte de personas cercanas);

la fase de aculturación en la que se encuentra cada persona y/o grupo inmigrante⁷³.

Una relectura de la enumeración anterior muestra que se distinguen con claridad factores independientes y factores dependientes del migrante mismo como posibilitantes de la enfermedad mental o del riesgo de ésta. De todas maneras, según muestra este estudio, la preocupación política, social y profesional por la atención a los migrantes tiene más bien que ver con la necesidad de conservar la armonía social en la sociedad de acogida (la previa a la inmigración que en general se concibe como factor de perturbación) para que ésta no se vea seriamente trastornada por patologías nuevas o crecientes derivadas del fenómeno inmigratorio que puedan evitarse o disminuirse.

Aparecen otros datos que ponen de manifiesto el trato discriminatorio hacia los migrantes con dolencias psíquicas. Merecen destacarse, por ejemplo, los bajísimos índices de tratamiento e internación de pacientes psiquiátricos de origen migrante que registran las publicaciones y estadísticas⁷⁴. Igualmente resulta un problema mayor la falta de tratamientos en lenguaje materno siendo esto muy grave para el caso de

⁷³ Koch E. (2003). Op. Cit, p. 43-53.

⁷⁴ Entre un 1% y un 9% de la población en condiciones de internación solamente en 2003.

terapias que consideran el lenguaje y los relatos de las y los pacientes un instrumento fundamental de diagnóstico y tratamiento, sean o no psicoanalíticas, puesto que, entre otras distorsiones, se vuelve imposible la recuperación de relatos en los casos de amnesia provocada por el choque cultural. Para la mayor parte de las y los pacientes inmigrantes, habida cuenta de las carencias y dificultades de los diagnósticos posibles, el tratamiento que les es proporcionado no va más allá de un cóctail de psicofármacos, práctica, como se sabe, totalmente alejada de un verdadero tratamiento psicoterapéutico del tipo que sea. Frente a estos resultados un tanto desalentadores el trabajo de Koch finaliza con un llamado a incrementar las competencias interculturales de los terapeutas, los funcionarios y el conjunto de los actores sociales, si bien lo hace en sentido funcionalista como medio para lograr una “armonía” social y no tanto desde una perspectiva de reconocimiento de la otredad y de la diferencia migrantes como valor sociocultural positivo.

De los estudios reseñados por Koch sólo en un trabajo de N. Schmacke de 2002⁷⁵ aparece el respeto por la autonomía de los inmigrantes; allí se supera el concepto de asimilación mediante la consideración de la pertenencia cultural y de los valores propios de éstos. Esta constatación casi marginal habilita para indicar el *locus enuntiationis* y algunos presupuestos ideológicos del artículo de Koch. En efecto, más allá de las buenas intenciones y del sentido crítico del autor, se evidencia que para éste, tanto como para casi todos los estudios que analiza y critica, existe un único patrón de desarrollo humano que es el occidental europeo de los países centrales. Vale decir, la perspectiva resulta una vez más etnocentrista. Respecto de los grupos migratorios se evidencia como ideal para los mismos y sus relaciones con la sociedad de acogida la integración / asimilación a este patrón a través de diversas etapas de adaptación al mismo. Agregado a este presupuesto está el de una concepción esencialista de las culturas a las que pertenecen las y los migrantes que las considera como entidades cerradas y deja de lado las dinámicas propias del cambio y las posibilidades de la relación intercultural real, obturando de este modo la posibilidad de elaborar estrategias de salud mental que, además de ser exitosas, respeten el complejo de derechos de los que las y los migrantes son sujetos.

⁷⁵ Koch E. (2003). Op. Cit, p. 46.

Conclusiones:

En las páginas anteriores se mostró en primer término que el conflicto “vulnerabilidad vs. autonomía” no es una novedad de las filosofías del siglo XX y actuales, sino una cuestión persistente en el pensamiento occidental. De la multiplicidad de ejemplos que brinda su historia, se seleccionaron dos autores paradigmáticos como Aristóteles y Kant. Recurriendo al Estagirita, se puso en evidencia que sus desarrollos de las figuras emblemáticas por su perfección y autosuficiencia del *phrónimos* y del *sofós* apenas enmascaran el profundo dramatismo derivado de su carácter mortal. En cuanto a Kant, se prefirió partir de un par de citas en sus textos y expandir el tratamiento más tradicional del tema con referencias a epígonos; sobre todo poniendo de relieve la “paradoja de la autonomía” que se encierra en los enunciados kantianos según se percatara sagazmente de ello P. Ricoeur.

Aún haciendo justicia a la riqueza de perspectivas y argumentos que se pueden recabar en las obras heredadas de la tradición filosófica respecto de este conflicto, fue uno de los objetivos de esta contribución poner de manifiesto la visualización del debate en la segunda mitad del siglo XX a raíz del lugar teórico central ocupado por la vulnerabilidad en los estudios de Ética, Antropología filosófica y Filosofía política, a partir de las investigaciones de H. Jonas, E. Lévinas, C. Gilligan y P. Ricoeur.

Por último, mediante las referencias al tratamiento filosófico contemporáneo del fenómeno migratorio y, en especial, al caso de la atención de salud mental de las y los migrantes contemporáneos, se intentaron ampliar aún más los aspectos teóricos y prácticos en juego. Si bien en otras publicaciones se esbozó una clasificación de las investigaciones filosóficas sobre el tema⁷⁶, siguiendo el hilo de las corrientes predominantes, este texto que se concentra en el conflicto “autonomía vs. vulnerabilidad” destaca dos temas fundamentales. Por un lado, recurriendo al utillaje conceptual de autores como M. Zambrano y R. Fornet-Betancourt, entre los filósofos, y de J. Bustamante, sociólogo, se pone de manifiesto que las dos formas principales de la vulnerabilidad característica de las y los migrantes, vale decir, la vulnerabilidad subjetiva (dolor y sufrimiento) y la vulnerabilidad objetiva (exclusión de la comunidad ciudadana de derechos y obligaciones), son diversas caras o facetas de una misma vulnerabilidad que se hace visible en diversos momentos, situaciones y fenómenos del proceso migratorio. Por otro lado, se mostró la pertinencia teórica del debate a través de un enfrentamiento de posiciones entre los autores que subrayan la peculiaridad de

⁷⁶ Bonilla, A. (2006). Op. Cit.

la vulnerabilidad de las y los migrantes y su carácter inhabilitante para el reclamo y ejercicio de derechos provocado por ésta, y aquéllos, como Mezzadra, que insisten en los rasgos de autonomía ya implícitos en el ejercicio del “derecho de fuga” y sus consecuencias para el desarrollo del capitalismo y de nuevas formas de ciudadanía.

A entender de la autora, que mantiene una distancia crítica respecto de Mezzadra⁷⁷, sin embargo, ninguna de estas posiciones puede ser defendida de modo excluyente. Justamente el caso de la (no)atención a la salud mental de los migrantes, tanto en el nivel teórico, como en el de las políticas y las prácticas pertinentes, lleva a concluir que no pueden ser soslayadas este tipo de vulnerabilidades. Sin embargo, se sostiene que los términos de la tensión pueden y deben ser mantenidos en los tres planos señalados. En el plano teórico, el análisis de los diversos tipos de vulnerabilidad no debe ocultar el igualmente fructífero de las modalidades de reclamo y ejercicio de autonomía y de derechos por parte de las y los migrantes y sus diversos y complejos grupos de pertenencia. En este sentido, se contribuiría a un enriquecimiento del análisis si a categorías explicativas seductoras como el “derecho de fuga” se le opusieran otras, igualmente explicativas, que provienen de la posición opuesta, como la de “vulnerabilidad estructural” o “vulnerabilidad objetiva”. En el plano de las políticas públicas, que conllevan de modo latente en todos los casos la discusión por la definición de la ciudadanía y sus formas de ejercicio, la consideración de la vulnerabilidad es la que permite una distancia crítica de la facticidad política y muestra sus falencias e injusticias, a la vez que el acento en la autonomía redundaría en propuestas creativas y superadoras del desconocimiento, la invisibilización, la discriminación y el descuido del otro que aquejan a las sociedades contemporáneas. Por último, en el plano de las prácticas, no se trata de mantener de modo ficticio los conflictos o magnificarlos, en lugar de minimizarlos o resolverlos⁷⁸, sino de hacer de los conflictos el motivo para volver visibles las injusticias y las conculcaciones de derechos en el sentido pleno de la palabra. Negar, minimizar y homogeneizar, en estos casos, justamente equivaldría a un rechazo de la actitud racional y emancipadora que saca su potencial creador y transformador del reconocimiento de los conflictos.

⁷⁷ Bonilla, A. (2009). “La insuficiencia teórica del ‘derecho de fuga’”. En Lértora Mendoza, C. (Ed.) (2009). *Actualidad filosófica en el Cono Sur – XIV Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAL, CD-Rom.

⁷⁸ Aquí se hace una referencia explícita al segundo sentido de lo “malo”, según Maliandi, para evitar la crítica que pudiera dirigirse contra la posición asumida en este texto. Cf. Maliandi, Ricardo (2006). Op. Cit, p. 13-14.

Desde la perspectiva filosófica intercultural que anima este trabajo, se da término al mismo con una “aplicación” de lo discutido a la situación argentina en el campo de la salud mental. Dado que en el país no existen prácticamente estudios de salud mental que tengan por objeto a las y los migrantes con sus vulnerabilidades particulares, ni políticas y prácticas adecuadas, una visión global crítica que tome en cuenta el propósito básico intercultural y pluralista enunciado en la Ley Nacional de Migraciones conduce al menos a tres conclusiones provisorias en este punto. En primer término se señala que los modelos vigentes de salud mental, signados de modo implícito por la metáfora homogeneizante y falsamente universalista del “crisol de razas” que hasta hace poco fue dominante en el imaginario nacional, son de tipo asimilacionista y similares a los descriptos más arriba. En segundo lugar, también hay que alertar contra el racismo y la xenofobia latentes en el imaginario social que impiden el reconocimiento positivo del otro; en consecuencia se invisibilizan rasgos culturales y coyunturales que deberían ser tomados en cuenta para la tipificación y estudio de las enfermedades mentales y sus variantes, para la formulación de diagnósticos y para las prescripciones terapéuticas. Por último, el cambio indispensable sólo puede provenir de una formación antropológica y lingüística adecuadas de los profesionales de la salud mental que deban ocuparse con estos grupos y del incremento de profesionales e investigadores de origen migrante. Éstos, cumpliendo una función que va siendo reconocida cada vez más como indispensable en nuestras sociedades pluriculturales, podrán actuar de “puentes” culturales y contribuir no sólo a la superación de ciertas formas de vulnerabilidad que aquejan a las y los migrantes sino a mejorar el estado de las ciencias, las políticas y las prácticas de salud mental en la Argentina.

Referencias bibliográficas :

Allison, H. (2001). “Autonomía. Autonomía y libertad”. En Canto-Sperber, M., *Diccionario de Ética y de Filosofía Moral*, México DC: FCE.

Aristóteles (1985). *Ética a Nicómaco*. Edición bilingüe y traducción de M. Araujo y J. Marías. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

Bilbeny, N. (2002). *Por una causa común. Ética para la diversidad*, Barcelona: Gedisa.

Bobbio, N.; Matteucci, N.y Pasquino, G. (Dres.) (2008). *Diccionario de política*. 16 e. en español. México D.F. : Siglo XXI editores.

Bodéüs, R. (1982). *Le philosophe et la cité. Recherches sur les rapports entre morale et politique dan la pensée d'Aristote*. Paris: Les Belles Lettres.

Bonilla, A. (2002). "El empleo de casos en la enseñanza de la ética: pros y contras" (trabajo inédito leído en las "IX Jornadas sobre la Enseñanza de la Filosofía. Coloquio Internacional: 'Homenaje a Guillermo A. Obiols'", Buenos Aires, 2002).

_____. (2006). "Discusión de algunas categorías filosóficas para el enfoque intercultural de las cuestiones migratorias en América Latina". En Alemián, C. (Ed.) (2006). *Las ideas del Siglo XXI – XII Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAI. p. 225-237.

_____. (2006). "Autonomía moral entre limones y colectivos: las 'mamacitas' bolivianas en Buenos Aires" En: Wehr, I. (Ed.) (2006). *Un continente en movimiento: Migraciones en América Latina*, Frankfurt a. M. / Madrid, Vervuert / Iberoamericana. p. 143-158.

_____. (2006). "¿Quién es el sujeto de la Bioética? Reflexiones desde la vulnerabilidad". En Losoviz, A.; Vidal, D.y Bonilla, A. (Eds.) (2006). *Bioética y salud mental. Intersecciones y Dilemas*, Buenos Aires: Akadia. p. 75-88.

_____. (2007). "Esbozos para un campo interdisciplinario. Filosofía intercultural y estudios migratorios". En Lértora Mendoza, C. (Ed.) (2007). *Evolución de las ideas filosóficas 1980-2005 – XIII Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAI. p. 189-198

_____. (2007). "Ética, mundo de la vida y migración". En: Salas Astrain, R. (Ed.) (2007). *Sociedad y Mundo de la Vida a la luz del pensamiento Fenomenológico-Hermenéutica actual*, EUCSH, Santiago de Chile. p. 27-58.

_____. (2008). "El 'Otro': el migrante". En Fonet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2008). *Menschenbilder interkulturell. Kulturen der Humanisierung und der Anerkennung*, Aachen, Verlagsgruppe Mainz in Aachen. p. 366- 375.

_____. (2008) "El derecho humano a migrar y la transformación de la noción de ciudadanía". En Arué, R.; Bazzano, B.y D'Andrea, V. (comp.) (2008). *Transformaciones, prácticas sociales e identidad cultural*, Vol. II, Tucumán, Universidad Nacional de Tucumán. p. 773-788.

_____. (2009). "La insuficiencia teórica del 'derecho de fuga'". En Lértora Mendoza, C. (Ed.) (2009). *Actualidad filosófica en el Cono Sur – XIV Jornadas de Pensamiento Filosófico (Actas)*, Buenos Aires: FEPAI, CD-Rom.

Bosse, D.; Vior, E. (2005) *Politische Partizipation von Migranten mit muslimischen Hintergrund in Deutschland – Entwicklungen und Probleme*, Magdeburg, Institut für Politikwissenschaft Otto-von-Guericke-Universität.

Bustamante, J. (2007). "La migración de México a Estados Unidos; de la coyuntura al fondo" En Defensor del Pueblo de Bolivia – OACDH, *Octava Conferencia Internacional de Instituciones Nacionales de Derechos Humanos. Migración. El rol de las*

- instituciones nacionales. Informe Final*, Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País. p. 41-57.
- Castillo Guerra, J. (2004). "Hacia una teología de la migración: perspectivas y propuestas". En Fonet-Betancourt, R. (Hrsg.) (2004). *Migration und Interkulturalität*, Aachen, Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen. p. 154-155.
- Chauí, M. (2006). *Cidadania cultural. O direito à cultura*. San Pablo: Fundación Perseu Abramo.
- Ernout, A.; Meillet, A. (1959). *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4ème. éd., Paris : Klincksieck.
- Feijó, A. (2005). *Utilização de Animais na Investigação e Docência - Uma Reflexão Ética Necessária*, Porto Alegre: EDIPUCRGS.
- Fonet-Betancourt, R. (2003). *Interculturalidad y filosofía en América Latina*, Aachen: Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.
- _____. (Hrsg.) (2004). *Migration und Interkulturalität*, Aachen: Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.
- Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice*.
- _____. (1984). "Remapping the Moral Domain: New Images of the Self in Relationship". En Heller, T.; Sosna, M.; Wellbery, D. (eds.) (1984). *Reconstructing Individualism. Autonomy, Individuality, and the Self in Western Thought*, Stanford, California: Stanford University Press.
- Giustiniani, R. et alii (2004). *Migración: un derecho humano. Ley de Migraciones N° 25.871*. Buenos Aires: Prometeo.
- Grimson, A.; Jelin, E. (comp.) (2006). *Migraciones regionales hacia la Argentina. Diferencia, desigualdad y derechos*, Buenos Aires: Prometeo.
- Han, P. (2000). *Soziologie der Migration*. Stuttgart: Lucius & Lucius.
- Jonas, H. (1995). *El principio de responsabilidad*, Barcelona: Herder.
- _____. (2000). *El principio vida*, Madrid: Trotta.
- Kant, I. (1951). *Crítica de la razón práctica, Crítica del juicio, Fundamentación de la metafísica de las costumbres*, Buenos Aires: El Ateneo.
- Koch E. (2003). "Psychiatrie, Psychotherapie, Psychosomatische Rehabilitation und Migration". En: Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration (Hrg.) (2003). *Gesunde Integration*, Berlin, Beauftragte der Bundesregierung für Migration, Flüchtlinge und Integration. p. 43-53.
- Lévinas, E. (1977). *Totalidad e infinito. Ensayo sobre la exterioridad*, Salamanca: Sígueme. p.47-56.

- _____. (1978). *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*, Paris : Kluwer Academic.
- Maglio, I.y Bello, M. A. (2009). "Derechos Humanos e investigación clínica en Salud Mental" En: Fantin, J. C.y Fridman, P. (Comp.) (2009). *Bioética, Salud Mental y Psicoanálisis*, Buenos Aires, Pólemos. p. 89-122.
- Maliandi, R. (1984). *Cultura y conflicto. Investigaciones éticas y antropológicas*, Buenos Aires, Biblos.
- _____. (2006). *Ética: dilemas y convergencias. Cuestiones éticas de la identidad, la globalización y la tecnología*. Buenos Aires: Biblos.
- Mármora, L. (2001). "Migraciones". En Di Tella, T. *et alii* (sup.) (2001). *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*, Buenos Aires: Ariel.p. 460-461.
- Mezzadra, S. (2005). *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización*, Madrid/Buenos Aires: Traficantes de sueños/Tinta Limón.
- Nussbaum, M. (1995). *La fragilidad del bien. Fortuna y ética en la tragedia y la filosofía griega*. Madrid: Visor.
- Nussbaum, M.; Sen, A. (eds.) (1993). *The Quality of Life*, New York: Oxford University Press.
- Orlans, B.; Beauchamp, T. L.; Dresser, R.; Morton, D.B.; y Gluck, J.P. (1998) *The Human Use if Animals*, New York / Oxford: Oxford University Press.
- RAE. *Diccionario de la lengua española* (2001). 22 e. Madrid: Espasa Calpe.
- Ricoeur, P. (1999). *Lo Justo 1*, Madrid: Caparrós.
- _____. (2000). *Del texto a la acción*, Buenos Aires: FCE.
- _____. (2001). *Le Juste 2*, Paris : Esprit.
- Said, E. (2004). *Orientalismo*. Barcelona: Random House Mondadori.
- Stagnaro, J. C. (2009). "Apuntes para una reflexión sobre la perspectiva bioética en psiquiatría" En Fantin, J. C.y Fridman, P. (Comp.) (2009). *Bioética, Salud Mental y Psicoanálisis*, Buenos Aires, Pólemos. p. 207-230.
- Symonides, J. (ed.) (2000). *Human Rights: Concept and Standards*, Aldershot: Ashgate / UNESCO.
- Taylor, C. (1997). *Argumentos filosóficos. Ensayos sobre el conocimiento, el lenguaje y la modernidad*, Barcelona: Paidós.
- Waldenfels, B. (2006). *Grundmotive einer Phänomenologie des Fremden*, Frankfurt a. M., Suhrkamp.
- _____. (1995). "Lo propio y lo extraño". En *Escritos de Filosofía*, año XIV, 27-28, p. 149-162.

Zambrano, M. (1990). *Los bienaventurados*, Madrid: Siruela.

_____. (1993). *La razón y la sombra. Antología*, Madrid: Siruela.

**FIDELINO DE FIGUEIREDO E JONATHAS SERRANO.
PENSAMENTO CATÓLICO E RADICALIZAÇÃO POLÍTICA NA DÉCADA DE 1930
ALGUMAS REFLEXÕES¹**

**FIDELINO DE FIGUEIREDO Y JONATHAS SERRANO. PENSAMIENTO CATÓLICO
Y RADICALIZACIÓN POLÍTICA EN LA DÉCADA DE 1930
ALGUNAS REFLEXIONES**

**FIDELINO DE FIGUEIREDO AND JONATHAS SERRANO: SOME REFLECTIONS
ON CATHOLIC THOUGHT AND POLITICAL RADICALIZATION IN THE 1930s**

**FIDELINO DE FIGUEIREDO ET JONATHAS SERRANO. LA PENSÉE
CATHOLIQUE ET LA RADICALISATION POLITIQUE DANS LES ANNÉES 1930
QUELQUES RÉFLEXIONS**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102402

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

RESUMO

Neste artigo analisamos os conflitos que caracterizaram o contexto de radicalização política no Brasil na década de 1930 e seus reflexos subjetivos nos intelectuais ligados ao pensamento católico. Partimos dos diálogos intelectuais entre Fidelino de Figueiredo, historiador e crítico literário português que viveu no Brasil entre 1938 e 1951, e Jonathas Serrano, professor e autor de manuais de história no mesmo período. Diálogos que exemplificam o sentimento de perplexidade e hesitação que envolveu

¹ O tema deste artigo se insere na pesquisa de doutorado atualmente desenvolvida pela autora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Nela são analisadas, por meio de diálogos intelectuais, as relações entre antigas colônias e metrópoles no final do século XIX e início do século XX a partir dos casos de Brasil e Portugal e Argentina e Espanha. O projeto intitula-se *Diálogos Intelectuais entre dois lados do Atlântico – Práticas Historiográficas, Circulação de Ideias e Apropriação Cultural. Reconhecimento e Legitimidade (1870-1946)*.

estes intelectuais. Como fontes, utilizamos as cartas enviadas por Serrano a Fidelino nas décadas de 1920 e 1930.

Palavras-chave: Intelectuais, pensamento católico, radicalização política.

RESUMEN

En este artículo analizamos los conflictos que caracterizaron el contexto de radicalización política en Brasil en la década de 1930 y sus reflejos subjetivos en los intelectuales relacionados al pensamiento católico. Partimos de los diálogos intelectuales entre Fidelino de Figueiredo, historiador y crítico literario portugués que vivió en Brasil entre 1938 y 1951, y Jonathas Serrano, profesor y autor de manuales de historia en el mismo período. Diálogos que ejemplifican el sentimiento de perplejidad y hesitación que envolvió a estos intelectuales. Como fuentes, utilizamos las cartas enviadas por Serrano a Fidelino en las décadas de 1920 y 1930.

Palabras-clave: Intelectuales, pensamiento católico y radicalización política.

ABSTRACT

This paper analyzes the conflicts characterizing the context of political radicalization in Brazil, in the 1930s, and their subjective consequences on intellectuals linked to Catholic thought. Grounded on the intellectual dialogues between Fidelino de Figueiredo, a Portuguese historian and literary critic who lived in Brazil between 1938 and 1951, and Jonathas Serrano, a professor and author of history manuals from that same period, it shows the perplexity and hesitation feelings of both intellectuals. Its sources include the letters Serrano sent to Fidelino in the 1920s and 1930s.

Key words: Intellectuals, Catholic thought, political radicalization.

RÉSUMÉ

Dans cet article, nous analysons les conflits qui caractérisent le contexte de radicalisation politique observé au cours des années 1930 au Brésil, ainsi que leurs effets subjectifs sur les intellectuels liés au courant de pensée catholique. Nous partons des dialogues intellectuels tenus par Fidelino de Figueiredo, historien et critique littéraire portugais qui a vécu au Brésil de 1938 à 1951, et Jonathas Serrano, professeur et auteur de manuels d'histoire à la même époque. Il s'agit de dialogues ayant trait au sentiment de perplexité et d'hésitation qui a envahi ces intellectuels. En ce

qui concerne les sources, nous avons puisé dans leur correspondance des années 1920 et 1930.

Mots-clés : Intellectuels, pensée catholique, radicalisation politique.

Jonathas Serrano e Fidelino de Figueiredo se corresponderam entre as décadas de 1920 e 1930. São poucas as cartas disponíveis, cinco no total – uma no ano de 1921 e quatro entre 1936 e 1940 –, mas a partir delas é possível observar o diálogo entre intelectuais relacionados ao estudo da história e a uma rede de sociabilidade católica que, em especial na década de 1930, se via diante da radicalização política acentuada no Brasil. Serrano, morto em 1944, aos 89 anos, foi formado em direito, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), professor do Colégio Pedro II e autor de manuais de ensino de história, com os quais buscava conciliar a história nacional à história universal; mais especificamente procurava uma versão da história favorável à Igreja Católica e suas ações desde o período medieval.

Em seu livro *Epítome de História Universal*, publicado pela primeira vez em 1912 e seguido de 23 reedições até a última, em 1954, Serrano conjuga o ensino da história aos princípios católicos, pauta que irá fortalecer em seu pensamento durante a década de 1930, quando buscará conciliar esses mesmos princípios à pedagogia da Escola Nova, que ganha expressão na década de 1920. Em prefácio já presente no original de 1912, Escragnole Doria se refere a Serrano como “*profunda e sinceramente católico*”² e complementa dizendo que “*na escola, na academia, na imprensa, Serrano mantém sempre a fé católica patente, cortês, profunda e apostolar*”³. Assim, num contexto de ruptura entre o Estado e a Igreja no Brasil, após a proclamação da República, e diante da possibilidade de laicização do ensino, Serrano, quiçá por militância, escreve um livro no qual relaciona a história de diferentes sociedades ao longo do tempo de forma a construir uma síntese. Nela, ele se inspira em Bossuet, para, em suas palavras, “*proporcionar aos discípulos o indispensável conhecimento dos fatos mais notáveis e da marcha geral da civilização*”⁴.

Adotado, ainda na década de 1950, no Colégio Pedro II, na Escola Normal e em vários estabelecimentos do Rio de Janeiro, o livro representa, em nossa opinião, a

² Serrano, Jonathas (1950). *Epítome de História Universal*. 23ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. Prefácio de Escragnole Doria, p. 7.

³ Ibidem, p. 8.

⁴ Ibidem, p. 13.

tentativa de um historiador ligado à Igreja, em meio aos conflitos enfrentados pelos católicos na conjuntura republicana positivista, de adaptar-se sem deixar de impor seu pensamento. Talvez seja possível dizer que se processou em Serrano uma espécie de acomodação de ideias em meio às transformações políticas e históricas então vividas. Diante da impossibilidade de recusa completa das ideias em ascensão, era preciso impor outras que valorizassem a história e o papel da Igreja em diferentes sociedades. Era preciso estudar “*atos sociais*”⁵ e, com eles, transmitir valores morais oriundos do passado.

Na definição de Jonathas Serrano, a “*História é a ciência que tem por objeto o estudo da origem e desenvolvimento das sociedades humanas, dos fatos mais importantes nas mesmas sucedidos, e das relações entre eles existentes*”. Mais ainda: “*Mestra da vida’ tal a denominou Cícero, procurando sintetizar numa frase o alto valor moral das lições que nos oferece o passado do homem*”⁶. Aqui Serrano não fala na construção do futuro; retoma uma visão de história mestra da vida ainda da Antiguidade para defender o valor pedagógico nela presente.

Buscando a relação entre diferentes povos a fim de escrever uma história universal e encontrar ensinamentos que possam ser passados aos alunos, o autor percorre um largo período da humanidade. Parte da Antiguidade Oriental (passando pelos hebreus, fenícios e chineses, por exemplo) e da Antiguidade Grega e Romana; percorre a Idade Média e a Idade Moderna, períodos privilegiados em que enfatiza o papel da Igreja na Europa e na formação do chamado Novo Mundo, e chega à História Contemporânea – nas primeiras edições, até a passagem do século XIX para o XX; mas, nas edições da década de 1950, o conteúdo do livro já alcança a Segunda Grande Guerra, demonstrando que, além de reeditado, ele fora também revisto e complementado.

Embora adote essa divisão da história em quatro partes (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), Serrano afirma que ela poderia ser dividida em apenas duas partes: Antiga e Moderna. O marco de passagem entre elas seria o nascimento de Jesus Cristo. Afinal, para ele, “*o Cristianismo foi a maior transformação social de todos os tempos*”⁷. Afirmação que no contexto da década de 1910 possuía significado marcante, já que Serrano reivindica para a Igreja um papel político e social da qual vinha sendo destituída pelas autoridades republicanas.

⁵ Ibidem, p. 15.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem, p. 18.

Em introdução na qual apresenta algumas discussões teóricas sobre a escrita da história, Serrano defende uma visão representativa da estrutura do próprio texto. Para ele, os aspectos relacionados a apenas um indivíduo não são interessantes para a história, só alcançando valor histórico caso suas ações sirvam para a compreensão de um acontecimento mais amplo. As histórias individuais apenas possuiriam sentido quando relacionadas e parte de um processo encadeado e marcado por causas e consequências. Para Serrano,

“os fatos que só dizem respeito à vida privada de um indivíduo, não tendo consideráveis consequências sociais, pouco interessam, ou mesmo nada, à história geral. Podem ser objeto de biografias, memórias, etc; mas só terão valor histórico na proporção em que servirem à compreensão de um fato histórico propriamente dito, isto é, social. Não basta, porém, conhecer os nomes das personalidades, reis, generais, etc.; nem apenas as datas dos fatos. A história não é só nomenclatura, nem simples cronologia. É, principalmente, o encadeamento dos fatos, a concatenação das causas e das consequências, para a investigação das leis históricas. Cumpre estudar um fato, portanto, atendendo às causas que o produziram e às consequências que dele resultaram.”⁸

Serrano complementa citando Bossuet acerca da importância da história:

“A história é como que o reservatório da humanidade, a quase intelectual soma de experiência acumulada no longo evoluir da nossa espécie. Estudar bem a história é ‘abranger com o pensamento tudo que há de grande entre os homens, e segurar, por assim dizer, o fio de todas as questões do Universo’ (Bossuet, Discours sur l’histoire universelle, p. 22).”⁹

Assim, explicitamente vinculado à leitura da história de Bossuet, condicionada pela providência divina, Serrano confere a Deus e à Igreja a responsabilidade pela condução e transformação dos rumos da história. Isso ocorrendo de uma forma unívoca, que relaciona todos os homens e formações sociais. Daí a ênfase no cristianismo como divisor de águas na história e a defesa da história universal.

Lembramos que Bossuet, que fora refutado pelo racionalismo de Voltaire, foi também o autor que inspirou Joaquim Nabuco e outros intelectuais católicos no final do século XIX no Brasil. O teólogo e bispo francês do século XVII defendia o poder como oriundo de Deus, contribuindo para fundamentar as teorias absolutistas. Portanto, para combater a força do positivismo no poder político e no ensino da história caberia bem ao contexto republicano a sua releitura e apropriação.

Em *Epítome de História Universal* são vários os exemplos em que o autor exalta a Igreja Católica. Segundo ele, seu papel teria sido *“importantíssimo”*¹⁰ durante a Idade

⁸ Ibidem, p. 16.

⁹ Ibidem, p. 16.

¹⁰ Ibidem, p. 210.

Média, pois *“representou o princípio da ordem, salvou os restos da civilização e esforçou-se por suavizar a brutalidade dos costumes, auxiliando os fracos e os pequenos”*¹¹. A Inquisição teria aplicado penas leves, como peregrinações e a colocação de cruzes nas vestes, não condenando nunca diretamente à morte. Isso quem fazia era o braço secular, pois os *“tribunais que são obra dos papas, realizavam verdadeiro progresso no exercício da justiça”*¹². Eles teriam diminuído o número de execuções e de condenações à morte.

Outro exemplo interessante seriam as cruzadas que, segundo ele, eram consequência da intolerância dos turcos contra os católicos, além de representarem o espírito religioso e aventureiro da época. José de Anchieta, por sua vez, seria um poeta que se utilizou de seus talentos para mostrar aos indígenas a religião. Para Serrano, *“não há palavras para exaltar-lhe o mérito excepcional”*¹³. Quanto às reformas religiosas, a protestante teria dividido os indivíduos e se demonstrado intolerante, enquanto a contra-reforma católica *“caracterizou-se por manter sempre a união de todos os fiéis na Igreja, pela obediência ao papa”*¹⁴.

Para finalizar o livro, Serrano escreve que a história revela as conquistas e ideias dos homens ao longo do tempo. Mas, sobretudo, ela trataria de progresso. Não um progresso constante e sem recuos, tal como o percebiam os positivistas. A representação da história em linha reta e contínua seria um erro. O que há é uma *“evolução circular”*¹⁵. A história se repetiria, mas não exatamente como fora antes; o movimento seria progressivo, mas com repetições e oscilações; num movimento helicoidal no qual *“a curva não passa pelos mesmos pontos de um plano já percorrido”*¹⁶, estando sempre em ascensão em busca de um plano mais alto. Com isto, Serrano combate a ideia de progresso linear positivista e se posiciona teórica, ideológica e politicamente no contexto conflituado da década de 1910. Tensões e conflitos que veremos se acentuarem ainda mais na década de 1930 diante da radicalização política que atingia o Brasil e a Europa em diferentes sentidos.

Cabe lembrar que no mesmo período em que Serrano escrevia *Epítome de História Universal*, o crítico literário e historiador português Fidelino de Figueiredo tornava-se Ministro da Instrução Pública em Portugal, cargo que exerceu entre 1914 e

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem, p. 218.

¹³ Ibidem, p. 310.

¹⁴ Ibidem, p. 311.

¹⁵ Ibidem, p. 429.

¹⁶ Ibidem.

1915, anos iniciais da República portuguesa. No cargo, Fidelino é encarregado de revisar o ensino da história no país e um dos principais aspectos enfatizados por sua reforma é o ensino da história universal. Embora esta seja sua fase mais nacionalista, o nacional só poderia ser visto como parte de um todo maior, universal. Posicionamento que será aprofundado a partir da década de 1920, em sua fase cosmopolita, quando buscará valores universais diante do contexto pós-guerra. Pensar o todo e uni-lo, sem apagar suas especificidades, torna-se fator de grande importância para ele nesse período.

Pauta que esteve presente também nos estudos de Serrano sobre a história do Brasil. Em nota explicativa do seu *Epítome de História do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1933 (no auge da radicalização política), ele adverte “*que nunca se ha de isolar a História Pátria da História da Civilização Humana*”¹⁷. A história do Brasil, e ele reafirma várias vezes, somente deveria ser estudada de forma integrada à história universal.

Fidelino ainda teve como uma de suas principais características a ruptura com o positivismo anticlerical de Teófilo Braga, que preocupou diferentes intelectuais ligados de alguma forma ao pensamento católico. O nacionalismo que marcava a chamada primeira fase do seu pensamento vinculava-se à necessidade de impedir que os valores republicanos positivistas apagassem o passado monárquico português. Assim, Fidelino buscava a construção de uma identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas.

Portanto, ligados ao pensamento católico, defensores do ensino da história universal, combatentes do positivismo e relacionados à pedagogia ou a cargos voltados para o ensino, parece que Fidelino e Serrano possuem interessantes características em comum.

É nesse contexto, e com esses pontos de afinidade, que em 1921 Serrano escreve pela primeira vez a Fidelino. Pelo que demonstra a carta, Serrano e Fidelino se conheceram em 1920 quando este visitou o Brasil e, a partir de então, passaram a se corresponder. Na carta datada de 19 de junho de 1921, Serrano pede desculpas a Fidelino por não ter respondido a sua carta do dia 13 de março por razões pessoais, profissionais e financeiras. Em resposta à pergunta de Fidelino sobre se algum dia voltariam a se ver, diz acreditar que, na Europa ou no Brasil, voltariam sim a se encontrar pessoalmente, mas, enquanto isto não ocorre, poderiam manter contato por

¹⁷ Serrano, Jonathas (1939). *Epítome de História do Brasil*. 2ª edição, RJ: F. Briguiet. p. 7.

correspondências, jornais e revistas. Serrano diz ainda ser ele “o unico a lucrar neste cambio de ideas”¹⁸ com Fidelino. Afirma também aguardar com interesse os trabalhos que o intelectual português lhe oferece em sua carta, incluindo o primeiro volume da *Revista de História*, editada por Fidelino, único que faltaria para completar sua coleção. Finaliza enviando recordações de sua mulher e filhos à família de Fidelino.

Somente encontramos outra carta de Serrano a Fidelino em 1936. É possível que algumas cartas trocadas nesse período tenham se perdido com o tempo, ou, por alguma razão, não tenham sido conservadas por Fidelino. Na década de 1960, pouco antes de sua morte, em 1967, o intelectual português, já enfermo, decide reler sua correspondência, o que teria lhe trazido, segundo ele mesmo, “recordações amargas”¹⁹. Alegando ter se perturbado com a distância entre o que dele pensavam seus remetentes e o que ele havia realmente sido, resolveu destruir as cartas. Muitas não escaparam, mas a maioria foi salva por sua filha e enviada ao Centro de Estudos Portugueses no Brasil. Talvez a lacuna nas cartas de Serrano se deva a este episódio. Nada podemos afirmar ao certo.

O fato é que somente se encontram registradas em sua correspondência passiva cinco cartas de Serrano, sendo que a segunda delas data de 15 anos após a primeira. De todo modo, as quatro cartas situadas na segunda metade da década de 1930 nos são particularmente interessantes para a relação entre pensamento católico e radicalização política que aqui propomos. Nelas, os intelectuais falam de amizade, trabalho e se referem ao contexto conflituoso em que viviam. Em julho de 1936, Serrano relata o prazer de ter recebido carta de Fidelino datada de 16 de junho, o que aumenta os indícios de que eles se corresponderam ao longo dos 15 anos de ausência de cartas. Na mensagem, Serrano agradece o envio por seu remetente de um estudo sobre os elementos portugueses na obra de Lope da Vega; elogia muito o trabalho e se refere a Fidelino como um “mestre da crítica literária”²⁰. Pergunta a ele quando o terá no Brasil e também qual dos seus livros poderia interessar à Biblioteca Pública em Portugal para que ele os enviasse.

¹⁸ Carta de Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1921. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

¹⁹ Fala de Fidelino de Figueiredo na década de 1960 reproduzida por Julio García Morejón. In Morejón, J. García (1967). *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. p. 68.

²⁰ Carta de Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1936. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

Em 1938, Serrano escreve, segundo ele mesmo, algumas *“linhas às pressas, mal feitas e todavia sinceras e cheias de afeto”*²¹ para agradecer a Fidelino os comentários que teria feito sobre seus livros, marcado por *“frases amigas e estimulantes”*²². Refere-se aos “caminhos de Deus” e aos *“prodígios da sua graça”*²³. Num tom nostálgico e conservador, defende também a necessidade de se *“restabelecer o sentido aristocrático da vida”*²⁴. Reforça ainda o convite para que viesse ao Rio de Janeiro, diz não ter esquecido suas *“saborosas sopas”*²⁵ que teria provado em Lisboa e que deseja retribuí-lo em sua casa, recebendo-o juntamente com sua família.

Um ano depois, em 1939, Fidelino já vivia no Brasil e Serrano lhe escreve em resposta ao pedido de que possibilitasse sua pesquisa na biblioteca do Mosteiro de São Bento. Serrano diz que havia recebido resposta favorável do abade do mosteiro e que lá poderia *“o historiador e crítico, amante de bons livros antigos, encontrar ou talvez só rever, mas em todo caso reencontrar com prazer algumas obras raras e interessantes”*²⁶. Lá Fidelino também encontraria poesia, paz, trabalho e oração, que seriam as principais características dos beneditinos, percebidas, segundo Serrano, por Newman²⁷. O remetente avisa que, quando o destinatário chegasse ao Rio, poderia se encontrar diretamente com o prior dos beneditinos, D. Vicente. Por fim, em 1940, Fidelino recebe carta de Serrano em elogio a seu artigo publicado em *O Jornal* e pergunta quando irá vê-lo novamente *“para uma boa prosa, nesta hora triste do mundo”*²⁸, referindo-se aqui, claramente, à conjuntura internacional da Segunda Grande Guerra.

Vemos serem poucas as cartas disponíveis enviadas por Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo, mas podemos dizer que, mesmo que sutil e indiretamente,

²¹ Carta de Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1938. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Carta de Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1939. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

²⁷ Acreditamos que Jonathas Serrano referia-se ao Cardeal John Henry Newman, convertido do anglicanismo ao catolicismo romano e fundador do *Brompton Oratory*, construído entre 1880 e 1884 em Londres e pertencente aos oratorianos devotos de São Felipe Néri. Foi nesta Igreja que, em 1892, Joaquim Nabuco teria se convertido de um catolicismo de corte jansenista ao catolicismo romano.

²⁸ Carta de Jonathas Serrano a Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1940. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

revelam alguns problemas que afetaram esses intelectuais no contexto da década de 1930. Contexto esse conflituoso, como dissemos, tanto no Brasil quanto em Portugal, e que experimentou a radicalização política em diferentes direções – de um lado, se apresentavam reivindicações progressistas, enquanto, de outro, surgiam reações conservadoras e reacionárias. No Brasil, da década de 1920 em diante, foi realizada a Semana de Arte Moderna, fundado o Partido Comunista e, à mesma época, criado o Centro Dom Vital por Jackson de Figueiredo.

Se, de um lado, valorizava-se a modernidade na política, na arte e na literatura, de outro, organizava-se uma forma de reação a ela pautada em valores católicos tradicionais. O ano de 1922, em especial, é marcado por diferentes transformações que influenciam essa década e a seguinte. Antonio Carlos Villaça lembra que o próprio Alceu Amoroso Lima se referia a 1922 como

“[...] o ano da tríplice revolução [...] a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana, em São Paulo, e a espiritual, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação de livros como Pascal e a Inquietação Moderna, de Jackson, e A Igreja, a Reforma e a Civilização, do Padre jesuíta Leonel Franca.”²⁹

Sugerimos aqui que o diálogo entre Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano nos permite uma ponte para a reflexão dos conflitos e tensões que atingiram intelectuais ligados ao pensamento católico no período de radicalização política que se dá a partir da década de 1920 e se acentua na década de 1930. Assim, pensando o que os aproxima e assemelha em termos de perfil intelectual, propomos uma análise dessa conjuntura política e ideológica, bem como da ambivalência e da perplexidade que podem ter sido por ela geradas nesses indivíduos. Percebemos como esses sentimentos podem gerar integração entre figuras diferentes, mas com perfis intelectuais semelhantes. Por fim, refletimos acerca da forma como o pensamento católico desses intelectuais se expressa face à radicalização política.

Nas cartas de Serrano a Fidelino, a demonstração de um sentimento de retomada de valores aristocráticos do passado, a ligação com os beneditinos que favoreceu as pesquisas de Fidelino e a reclamação diante do momento “triste” que experimentavam sugerem a preocupação, as dúvidas e a hesitação sentidas nesse contexto de transformações políticas, ideológicas e sociais. Diante da ruptura com antigas estruturas, surge o medo e, por vezes, a recusa ao novo.

²⁹ Villaça, Antonio Carlos (1975). *O pensamento católico no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 103.

Desde a proclamação da República (no Brasil, em 1889; em Portugal, em 1910), a Igreja Católica se encontrava defensiva diante do laicismo crescente e da ruptura entre Estado e Igreja. Nos anos 1930, buscava, ao mesmo tempo, recuperar a força perdida desde o fim do Império. Nesse contexto, em 1934, assina concordata com Getúlio Vargas, por intermédio do ministro Gustavo Capanema, através da qual, entre outras conquistas, instaura o ensino religioso nas escolas públicas.

A radicalização política surge, coincidentemente ou não, nesse período de revitalização da Igreja e de sua reconquista de espaço diante do poder público. Ela se dá, portanto, em frentes opostas e torna o cenário da década de 1930 particularmente relevante para se pensar os efeitos que essas tensões políticas e ideológicas podem ter acarretado para intelectuais não necessariamente autoritários, mas ligados ao pensamento católico. Efeitos que podem ser percebidos como dúvidas e hesitações em torno de qual caminho seguir, em especial após o abalo das oligarquias que governaram durante toda a República Velha. A mudança de contexto, trazendo em seu bojo transformações na estrutura política e social no Brasil, apresentava problemas a serem enfrentados pelos intelectuais dessa geração. Lideranças políticas como Getúlio Vargas, que surgiam no cenário nacional, radicalizavam na apresentação de novas reivindicações que refletiam os interesses daquela conjuntura.

Analisando a radicalização política na década de 1930, José Nilo Tavares aponta Vargas, Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes como principais lideranças políticas do período. O autor demonstra como democracia e autoritarismo se complementam nas sociedades capitalistas, o que aconteceu com frequência no Brasil desse contexto. Ressaltamos, principalmente, no texto de Tavares, aqueles que o próprio autor aponta como os maiores movimentos de massa já surgidos no Brasil: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. Movimentos que bem representam a polarização política e ideológica a qual nos referimos. Polarização que contrapõe valores conservadores e progressistas e, além disto, reflete as ambivalências e tensões daquela sociedade em transformação.

Segundo Tavares, o próprio Plínio Salgado, oriundo da geração de modernistas de 1922³⁰, trazia, no início da década de 1930, “*a indecisão e a angústia, que acabaram por gerar um misticismo acentuado*”³¹, que se constituiu em aspecto

³⁰ Em 1936, Plínio assume seu envolvimento com a geração de modernistas que visavam elaborar novos parâmetros para a literatura e as artes no Brasil. Segundo ele, a Semana de Arte Moderna teve o mérito de instigar a rebeldia de jovens contra antigos valores culturais e políticos.

³¹ Tavares, José Nilo (1982). *Conciliação e radicalização política no Brasil*, Petrópolis: Vozes. p. 182.

permanente de sua personalidade. Após viagem pela Europa, em 1930, na qual se encontra pessoalmente com Mussolini, Plínio diz tomar a decisão de iniciar um movimento próprio, contrário aquele que Vargas lançava no mesmo ano. Irá desenvolvê-lo com o auxílio de Augusto Frederico Schmidt, a adesão de alguns dos mais reconhecidos intelectuais da época, como Santiago Dantas, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe e a simpatia de líderes católicos como Alceu Amoroso Lima. A Liga Eleitoral Católica (LEC) – no início do movimento integralista, havia uma grande concordância entre suas propostas – apoiou Plínio Salgado e convocou os católicos a votarem de acordo com a doutrina da Igreja em defesa de seus interesses em questões como a família e a educação.

Alheia a disputas partidárias, a Igreja aderiu, no entanto, ao anticomunismo e ao conservadorismo dos integralistas. Nesse sentido, Amoroso Lima, em defesa da LEC e afinado com o integralismo, dizia, em 1936, que estas seriam formas de se romper com o laicismo da República de 1889 e defender valores cristãos que doutrinas como o positivismo, o liberalismo e o socialismo não souberam compreender³². Além do corporativismo, o integralismo apresentava propostas muito próximas dos interesses católicos. Defendia a realização,

*“[...] na ordem econômica, do regime de predomínio do social sobre o individual; na ordem moral, a cooperação espiritual de todas as forças que defendem os ideais de Deus, Pátria e Família; e na ordem intelectual, a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado”.*³³

Ainda de acordo com José Nilo Tavares, as adesões ao integralismo de Plínio Salgado ocorriam ao redor de todo o país por meio de relações pessoais, na maioria das vezes, ou de propaganda e conhecimento da ideologia partidária. As adesões se davam em razão do anticomunismo, do nacionalismo e da crescente simpatia pelo fascismo naqueles anos. Outros motivos, segundo o autor de menor importância, seriam a oposição ao sistema político vigente, o antissemitismo e o enaltecimento de valores autoritários e espirituais.

Os integralistas conseguiram, inclusive, manter boas relações com o governo nos primeiros anos da Era Vargas. Contudo, com o início do Estado Novo em 1937, essas relações são abaladas pelo fechamento de todos os partidos políticos por Getúlio. Em 3 de novembro desse mesmo ano, a Ação Integralista Brasileira é extinta iniciando-se uma perseguição nacional contra seus componentes. Plínio Salgado

³² Cf. *Ibidem*, p. 197-198.

³³ *Ibidem*, p. 200.

resiste no Brasil até 1939, quando é pressionado a se exilar. Segue, então, para Portugal onde vive por cerca de seis anos fascinado pelo salazarismo e pelo totalitarismo em geral que se espalhava pela Europa. Para ele, a coesão e a unidade desses Estados funcionavam como exemplos de patriotismo e nacionalismo para o Brasil.

Durante esse período em Portugal ele aprofundava suas ideias autoritárias e planejava seu retorno ao país, enquanto seus seguidores por aqui eram reprimidos e censurados pelo Estado Novo. São feitas algumas tentativas de acordo com Getúlio, mas no final da guerra, com o apoio brasileiro aos aliados contra o nazifascismo, essa possibilidade é rompida. Plínio retorna ao Brasil somente após a Segunda Guerra, dando continuidade às ideias integralistas (agora renovadas), mesmo com o fim da Ação Integralista Brasileira.

Ressaltamos, mais uma vez, que a radicalização política na década de 1930 não se deu apenas em sentido reacionário. Assim como a Igreja Católica e os setores conservadores da sociedade se organizaram em busca da reafirmação do seu poder político, simultaneamente, setores das classes médias e do proletariado se reuniram, em especial a partir de 1934, para fazerem frente ao avanço integralista no Brasil. Nessa conjuntura, comunistas, socialistas, anarquistas, liberais democráticos, dentre outros, formam a Aliança Nacional Libertadora, com orientação democrática e oposta ao fascismo de Plínio Salgado e ao autoritarismo que se acentuava no governo Vargas.

Portanto, a radicalização se dá em dois sentidos nesse momento conturbado de transformações políticas e sociais. Para José Nilo Tavares, *“a situação política internacional, particularmente a europeia e os antagonismos internos, refletindo interesses contraditórios existentes na sociedade nacional brasileira”*³⁴ foram fatores que fundamentaram a formação da Aliança. Com essas motivações, o líder Luís Carlos Prestes chegava a defender claramente a luta armada, que deveria caminhar em conjunto com atividades consideradas legais.

Os intelectuais nos anos 1920 e, sobretudo, 1930, se viram envolvidos de alguma forma nesses conflitos que caracterizavam a sociedade brasileira. Alguns deles posicionaram-se favoráveis ou ao integralismo (caso de Santiago Dantas, por exemplo) ou à Aliança (como aconteceu com Jorge Amado, Graciliano Ramos e Caio Prado Jr). Outros, com posicionamento político mais ambíguo, talvez tenham sido tomados de

³⁴ Ibidem, p. 160.

assombro, perplexidade e hesitação diante das mudanças e das possibilidades que então se apresentavam.

Acreditamos ser possível dizer que Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano situaram-se dentre estes últimos. Serrano esteve ligado a Alceu Amoroso Lima, participou do Centro Dom Vital, publicou em *A Ordem* (revista do mesmo Centro) e foi considerado um dos principais líderes católicos do período, principalmente no campo educacional. Portanto, embora não tenhamos informações exatas sobre isto, a proximidade da LEC e das lideranças católicas com o integralismo, pelo menos no início da década de 1930, aponta para a afinidade de Serrano com suas ideias. Talvez não possamos falar em adesão, já que Serrano se manteve aberto às inovações pedagógicas da Escola Nova, conjugando-as à doutrina católica, e era considerado um “*espírito eminentemente liberal*”³⁵, mas certamente uma afinidade de ideais pode ser aqui apontada. Fidelino, por sua vez, também fez parte dessa esfera católica relacionada a Jackson de Figueiredo e a Alceu Amoroso Lima, ao Centro Dom Vital e à revista *A Ordem*³⁶. Não se assumia diretamente como católico, mas todos os indícios apontam nesta direção. Assim, não podemos considerá-lo inteiramente alheio a princípios que também motivaram os integralistas e o grupo de intelectuais católicos do qual fazia parte. Não obstante, não podemos esquecer que ele veio para o Brasil em 1938 fugindo da ditadura salazarista e, conseqüentemente, da ascensão do nazifascismo na Europa. Então, mesmo não dispondo de declarações suas a este respeito, podemos dizer que dificilmente aqui no Brasil ele apoiaria o fascismo que inspirava a Ação Integralista Brasileira.

Fidelino e Serrano apresentaram, como vemos, características em comum que os aproximam política e ideologicamente. Ambos simpatizavam com uma perspectiva conservadora de sociedade que, no início da década de 1930, era defendida tanto pelos grupos católicos quanto pelos seguidores de Plínio Salgado. Simultaneamente, defendiam neste período (já que antes Fidelino chegou a ser ministro do governo ditatorial de Sidónio Pais) valores democráticos, como demonstra Fidelino em sua oposição ao salazarismo e Serrano, que, em seu já citado *Epítome de História Universal*, defendia “*a tendência mais a mais acentuada para a organização*

³⁵ Villaça, A C. (1975). Op. Cit, p. 77.

³⁶ Para fortalecer nosso argumento, lembramos das 30 cartas enviadas por Jackson de Figueiredo a Fidelino e das 38 cartas também a ele enviadas por Alceu Amoroso Lima. Além disto, Fidelino recebeu em 1938 carta do Centro Dom Vital convidando-o a participar do número seguinte da revista *A Ordem* em homenagem à memória de Jackson. Sua proximidade com essa rede católica, portanto, fica evidente. Cf. Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo. Acervo: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.

*democrática das coletividades*³⁷. Ambivalências presentes em seus pensamentos que podem ter possibilitado uma integração entre estes dois intelectuais distintos, mas com afinidades que os assemelham.

Afinidades que provavelmente inspiraram o diálogo e a troca de correspondências entre eles. Quando, em 1940, Serrano diz a Fidelino que gostaria de vê-lo para conversarem “*nesta hora triste do mundo*”³⁸, como vimos anteriormente neste texto, Fidelino já se encontrava exilado no Brasil, onde vigorava o Estado Novo e a repressão aos integralistas, o nazifascismo avançava sobre a Europa e a Segunda Guerra já havia começado há algum tempo. A “hora triste” a qual Serrano se refere tem a ver, portanto, com todo esse contexto conturbado, autoritário e violento, mas também com as incertezas, dúvidas, hesitações e angústias que ele provoca nessa geração.

Neste sentido, desenvolvemos a hipótese de que, diante da radicalização política, alguns intelectuais ligados ao pensamento católico permanecem sem saber exatamente que caminho seguir, que postura e/ou qual posicionamento político e ideológico adotar. Surgem aqui diferentes sentimentos, refletidos nas práticas políticas, que correspondem à forma como estes intelectuais foram, conscientemente ou não, afetados pelos acontecimentos que movimentaram sua geração.

Alguns termos nos auxiliam a expressar estes sentimentos que, acreditamos, podem ser percebidos em meio ao encontro entre o pensamento católico e a radicalização política na década de 1930. Talvez estes intelectuais tenham ficado desorientados, perturbados, transtornados, abalados, desnorteados, indecisos, vacilantes, hesitantes, angustiados, aflitos, agoniados, atormentados, espantados, perplexos, admirados e atônitos com as possibilidades de transformação política e social desenhadas nesse contexto. Estes sentimentos caracterizam, portanto, a busca de opções destes indivíduos quando suas certezas são abaladas; quando “*o sentido aristocrático da vida*”³⁹, o qual Serrano reivindicava em 1938, havia se perdido com as rupturas provocadas pela modernidade e com os movimentos que abalaram a velha estrutura oligárquica na década de 1930 – na verdade, culturalmente, desde a Semana de Arte Moderna, em 1922.

A princípio negativos, estes sentimentos podem ter produzido efeitos integracionistas, contribuindo para a aproximação entre intelectuais distintos, porém semelhantes, como Serrano e Fidelino. Assim, interesses em comum e pontos de

³⁷ Serrano, J. (1950). Op. Cit, p. 428.

³⁸ Cf. nota 28.

³⁹ Cf. nota 24.

afinidade conjugam-se a formas não apenas de pensar, mas de sentir a conjuntura histórica e social em que viviam. Desorientados, vacilantes, angustiados, perplexos, eles se corresponderam, assim como fizeram com outros pares intelectuais, de modo a repartirem suas angústias, dúvidas e reclamações e pensarem por que caminho seguir.

Aquilo que pode ser previamente visto como prejudicial, gera, ao contrário, reflexão, conhecimento e integração. Neste caso, a integração entre dois indivíduos ilustra ainda a relação entre Brasil e Portugal no início do século XX. Falamos, então, de integração micro e macropolítica, de elos de ligação históricos e culturais que são retomados por estes intelectuais após o fim da monarquia e num momento em que o autoritarismo e governos ditatoriais se estabeleciam em ambos os países.

Os sentimentos gerados pelos conflitos da década de 1930 podem ter contribuído para integrar Fidelino a outros intelectuais brasileiros como o próprio Alceu Amoroso Lima, Afrânio Peixoto⁴⁰, entre outros. O contexto conflituoso, a radicalização política e a reação católica coincidem historicamente no Brasil e na Península Ibérica, o que nos leva a acreditar que a perplexidade, a hesitação, a vacilação, a indecisão, etc. também coincidam entre estes intelectuais, com a especificidade de se relacionarem direta ou indiretamente com o pensamento católico. Como dissemos, o negativo, o prejudicial, o problemático, o incerto, o duvidoso, acabam gerando efeitos dialógicos e integracionistas.

Fidelino chegou a escrever retrospectivamente sobre suas “angústias” já na década de 1950. *Um colecionador de angústias*, publicado em 1953, traduz os sentimentos aos quais nos referimos. Talvez não exatamente a dúvida e a hesitação, mas sim a decepção num contexto posterior ao salazarismo, à Segunda Guerra e ao predomínio do nazifascismo durante tanto tempo em vários países europeus. Acreditamos que as dúvidas que não foram respondidas acabaram gerando a decepção que ele aqui transparece. Tanto que ao olhar para o passado, Fidelino enxerga angústias, as muitas angústias que ele teria colecionado ao longo da vida. Assim, reclama da solidão do homem moderno, dos exílios que viveu, da rapidez da modernidade, critica o comunismo, o nazifascismo, os rumos autoritários da República e defende o liberalismo e a democracia enquanto forma de governo. O medo e as incertezas que teria experimentado em sua trajetória trariam, já nos anos 1950, a angústia que ele procura definir e identificar a partir do livro.

⁴⁰ Historiador e crítico literário como Fidelino, Afrânio Peixoto enviou 13 cartas a ele entre as décadas de 1920 e 1940.

Na introdução de *Um colecionador de angústias*, Fidelino fala do hábito dos homens em colecionar. Segundo ele, é possível não apenas colecionar objetos, mas também ecos (como Mark Twain), sorrisos (como Alfonso Reyes), gestos (como Kany)... Ou seja, coleciona-se o material e o imaterial, o abstrato, o subjetivo. A personagem por ele trabalhada no livro, que nada mais é do que falar de si mesmo em terceira pessoa, coleciona angústias. Para Fidelino, seu colecionador seria “*mais original ou mais abnegado, porque a sua recolha se fazia com sofrimento*”⁴¹. Este colecionador

*“[...] aplicava-se a apurar, de entre todo o espetáculo da vida, em si e fora de si, nos homens e nas paisagens, a angústia, o aperto do coração, o medo da própria vida e a humilhação que ela sempre inflige em quem a interpreta e a julga”*⁴².

Vemos refletidos nas palavras de Fidelino alguns dos sentimentos com os quais buscamos expressar as dúvidas e hesitações que acreditamos terem atingido intelectuais como ele e Jonathas Serrano na década de 1930. Ao menos o abalo, a aflição e a agonia parecem estar presentes na forma como ele percebe as emoções e experiências que colecionou ao longo da vida, sobretudo no que tange ao trabalho intelectual, já que quem “interpreta e julga” a vida sofre com o “medo” e a “humilhação”. Destacamos ainda que a angústia para ele encontra-se diretamente relacionada ao sofrimento e à dor. A angústia seria “*a incorporação do mundo em si, incorporação com dor*”⁴³. A partir daí, Fidelino procura definir seu próprio conceito de angústia como um mal que atingiria o homem moderno. Mais ainda, seria um

*“[...] dado intuitivo sobre a realidade psicológica ou humana, de natureza sensível ou intelectual, recebido pela consciência com sofrimento pelo contraste que revela entre essa realidade e preconcebidos arquétipos absolutos ou ideais. A ‘angústia’ forma pequenos conglomerados de conhecimento e dor tem essência cognitiva e estética, é um pedaço ensanguentado da realidade”*⁴⁴.

A angústia representaria sofrimento e seria absorvida pela consciência através da dor, já que há uma distância entre aquilo que se idealiza ser e fazer e aquilo que é experimentado na realidade. Fidelino chega a recorrer à imagem do sangue para caracterizar a angústia e a percepção que ela gera da realidade; sangue que provavelmente, na década de 1950, remete ao pós-guerra, à bomba atômica e à guerra fria. Portanto, acreditamos que a angústia de Fidelino nesse período refere-se à

⁴¹ Figueiredo, Fidelino de (1953). *Um colecionador de angústias*, Lisboa: Guimarães Editores. p. 15.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem, p. 16.

⁴⁴ Ibidem, p. 16-17.

hesitação e à perplexidade das décadas anteriores, mas, ao mesmo tempo, à decepção que atingiu intelectuais conservadores, mas não necessariamente autoritários, no contexto em que Fidelino escreve *Um colecionador de angústias*.

Assim, consideramos este livro a expressão das ambivalências que caracterizam seu autor e muitos de seus pares geracionais. Porém, as ambivalências aqui presentes seriam as de um período posterior à radicalização na década de 1930, quando a decepção se sobrepõe à angústia. Acreditamos que, movido pela decepção, Fidelino descreve suas angústias, o que confere um interessante sentido histórico e subjetivo ao livro.

A passagem à modernidade, entre o final do século XIX e o início do século XX, e o processo de radicalização política do qual tratamos na década de 1930 parecem ter gerado uma espécie de “integração forçada” entre as ideias católicas e monárquicas destes intelectuais e os valores republicanos e positivistas que até então haviam ganhado cada vez mais espaço. Com ideias mais tradicionais, estes indivíduos se viram diante de um contexto histórico, político e social no qual adaptações eram necessárias para que se mantivessem em atividade nos campos político e intelectual. É possível falar, inclusive, numa “acomodação” entre valores distintos, o que fortalecia as ambivalências, as dúvidas e a hesitação entre eles. Afinal, na necessidade de se adaptar, eles conjugavam o moderno e o tradicional e criavam condições para que pudessem se estabelecer em meio aos avanços do positivismo, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, e da radicalização política na década de 1930.

Evidentemente, este processo de “acomodação” ou “integração forçada” favorece, muitas vezes, a indecisão, a desorientação, a hesitação e, optando pelo termo utilizado por Fidelino, a angústia. Isto porque, como os rumos a serem seguidos não estão definidos, surgem as incertezas que, por um lado, podem favorecer a criatividade, e por outro, favorecem o medo, a angústia que, na visão de Fidelino, é absorvida com dor e sofrimento, como “um pedaço ensanguentado da realidade”; uma realidade a qual nem sempre é fácil se adaptar, por não aceitá-la ou não ser aceito por ela.

Diante da radicalização política, o pensamento católico experimentou esta exigência de adaptação, de “acomodação”, já que a Igreja buscava retomar seu poder, enfraquecido com a proclamação da República. Ela mesma buscará se adaptar e se impor a esta nova realidade através da Ação Católica, por exemplo, e da ação de líderes católicos como Jackson de Figueiredo (até a década de 1920) e Alceu Amoroso

Lima, da criação do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*. O próprio empenho de Jonathas Serrano, que era um destes líderes, em conjugar os princípios da Escola Nova – ensino público, obrigatório, laico e gratuito – à doutrina católica demonstra esta busca por adaptação, por uma modernização marcada por valores tradicionais.

A Escola Nova inseria-se numa perspectiva de combate à miséria, de defesa da unidade nacional e do patriotismo e da educação como ferramenta de regeneração social com a qual Serrano estava de acordo. Assim, como afirma Maria Auxiliadora Schmidt⁴⁵, ele apenas recomendava aos educadores que fossem capazes de aderir às novas propostas pedagógicas com cautela, sobretudo em relação aos excessos de cientificismo e pragmatismo que vinham marcando o ensino da história nas últimas décadas. Para ele, o mais importante seria se adaptar sem abandonar os valores morais e espirituais necessários à formação do aluno. Ou seja, adaptar-se à modernidade sem abrir mão de valores tradicionais, responsáveis pela manutenção da ordem social não apenas no presente, mas também no futuro, já que se trata de ensinar a história a crianças e adolescentes.

Neste sentido, vale lembrar sua defesa em torno da relação entre passado e presente no ensino da disciplina, pois assim ela seria aproximada das necessidades reais dos alunos e, claro, serviria ao contexto em que os valores católicos precisavam ser reafirmados diante do processo de laicização da sociedade e de radicalização política entre os anos 1920 e 1930. Portanto, a atuação de Serrano no campo educacional pode ser vista como um exemplo da “acomodação” da qual tratamos. Exemplo de uma integração que, se não é forçada, é, ao menos, fruto de uma pressão conjuntural que se impõe ao pensamento católico em uma das esferas em que mais atua até hoje no Brasil: a educação.

Serrano ainda oferece um bom exemplo desta pressão vivenciada pelo pensamento católico em seu livro *Homens e Ideias*. Nele, de forma geral, o autor aponta alguns dos que considerava os principais intelectuais católicos no Brasil (como Joaquim Nabuco e Jackson de Figueiredo) e no exterior (como Pascal). Ao pensar a produção destes intelectuais, Serrano queixa-se dos ataques sofridos pelos pensadores católicos naquele contexto – a publicação do livro data de 1930. Ele reclama da condição difícil em que estes se encontravam e das críticas que sofriam

⁴⁵ Cf. Schmidt, Maria Auxiliadora (2003). “História com Pedagogia: a contribuição de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil”. In *Revista Brasileira de História*, SP, v. 24, n. 48, p. 189-211.

quando escreviam em favor do catolicismo. Para ele, quando a verdade da religião era dita, seus opositores difamavam os que a diziam. Estes opositores, ao contrário, eram elogiados e citados. Pressão contra a qual considerava ser preciso sempre reagir e se fortalecer. Em suas palavras:

*“Nesta crise moral que atravessamos, e em que as mais desencontradas theorias se entrechocam e nos embates se vão umas ás outras maltratando, a posição do publicista catholico é das mais difficeis e menos invejáveis. O escriptor sem escrúpulos, adulator das viciosas tendencias do publico, e que apenas procura as phrases dubias, que não compromettem, porque afinal de contas nada affirmam; o rabiscador de qualquer coisa destinada á leitura da gente **emancipada** da **escravidão** [grifos no original] religiosa; qualquer desses tem grande probabilidade de ser apreciado, citado, elogiado. O que põe sua penna ao serviço da religião, e busca em seus artigos exaltar a virtude, não hesitando, se fôr preciso, verberar abusos ou desmascarar embustes, – ai delle! Chovem-lhe em cima, de toda parte, agudas settas. Dos inimigos e, ainda, dos que se dizem amigos. E, ao passo que os corruptores enriquecem corrompendo, os defensores da verdade ás vezes se esgotam missionando.”⁴⁶*

No mesmo livro, Serrano afirma que muitos dos opositores do catolicismo são imorais ou amorais, confusos, tão sem dogmas que estão sempre mudando de ideia e negando o que afirmaram anteriormente. Quanto a Jackson de Figueiredo, o aponta ainda como “sensível”, de “bom gosto”, “inteligente” e dono de um “largo coração”. Daí a força da sua imagem no combate à reação contra o catolicismo nas décadas de 1920 e 1930. Citando Serrano, “*pelo valor intrinseco e pela extraordinária energia irradiante, foi uma das mais poderosas forças do renascimento espiritual do Brasil*”⁴⁷.

Um par intelectual que pode ilustrar a integração afetiva entre valores contrapostos no contexto da radicalização política e após a ascensão do modernismo no cenário intelectual brasileiro inclui um dos seus principais representantes: Mário de Andrade. Mais especificamente, nos referimos às correspondências trocadas entre ele e seu “tio” Pio Lourenço Corrêa, que se estende entre os anos de 1917 e 1945 (ano da morte de Mário). Focalizaremos aqui aquelas datadas das décadas de 1920 e 1930, período no qual situamos nossa discussão.

Pio Corrêa era casado com Zulmira de Moraes Rocha, prima de Mário de Andrade. Este se referia a Pio como “tio” devido à convivência com um primo que era realmente seu sobrinho. Pio era autoritário, conservador, elitista, hierárquico e muito ligado a valores tradicionais. Portanto, era política e ideologicamente bastante distante de Mário. Gilda de Mello e Souza, em introdução à coletânea de cartas por eles trocadas, lembra que, embora dono de um temperamento autoritário, Pio precisava de

⁴⁶ Serrano, Jonathas (1930). *Homens e Ideias*, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. p. 53.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 226.

interlocutores com os quais debater suas ideias. Neste sentido, “a abertura mais prolongada, mais importante que manterá com o mundo exterior”⁴⁸ serão as correspondências com Mário de Andrade, compostas por 105 cartas de Pio e 84 de Mário.

Muito diversos, estes indivíduos foram aproximados por duas mortes: a do irmão mais novo e a do pai de Mário. Assim, mesmo com “temperamento, concepções de vida, normas de conduta, preferências intelectuais e artísticas, idéias políticas”⁴⁹ tão distintas foi possível construir uma relação afetiva que superava estes obstáculos, tornando-os motivação para o debate e não para o distanciamento.

Em diferentes momentos da vida de Mário, principalmente naqueles de maiores conflitos ou decepções pessoais e profissionais, era na fazenda de Pio, no interior de São Paulo, que ele se abrigava, aproveitando, inclusive, para escrever ou revisar alguns de seus trabalhos – um dos mais importantes deles, *Macunaíma*, é um exemplo. Lá ele demonstrava, por meio da correspondência, se sentir acolhido e protegido para descansar e produzir. Morto 11 anos antes de Pio, Mário encontrou naquele que representava seu oposto um contraponto para sua visão de modernidade e um consolo em seus momentos de frustração.

Algumas destas cartas são interessantes por ilustrarem os conflitos entre o pensamento católico e a radicalização política que aqui abordamos. No debate entre indivíduos posicionados em lados opostos nessa conjuntura, surgem elementos relacionados à compreensão que buscamos das ambivalências, contradições e hesitações que marcaram o próprio pensamento conservador nesse período que vimos ser de transformações políticas e sociais. Nelas, Pio reafirma as hierarquias sociais, o domínio dos fortes sobre os fracos, as normas tradicionais do que seria a verdadeira língua portuguesa, a religiosidade, a família... Enfim, uma série de princípios com os quais Mário se chocava e tentava combater. Embora, nas cartas com o “tio”, de forma muito afetiva e carinhosa.

Em 1922, logo após a realização da Semana de Arte Moderna, entre os dias 11 e 18 de fevereiro, Pio comenta com Mário o entusiasmo do “sobrinho” com a mesma, seus sucessos e os “sentimentos que eles criaram ou alteraram na sua consciência”⁵⁰. Diz que não entende nada de arte, mas que lhe parece que, na Semana, as coisas

⁴⁸ (2009). *Pio e Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade. 1917-1945*, São Paulo: Edições SESC SP; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul. Introdução de Gilda de Mello e Souza, p. 19.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 11 de março de 1922. Ibidem, p. 55.

foram colocadas fora de seu lugar habitual, de modo que não consegue compreender *“um verso sem metro, sem rima, sem leis”*⁵¹. Complementa dizendo que tudo isto seria *“arte dos soviets”*⁵², referindo-se aos ecos da Revolução Russa e à distorção de papéis que ela teria provocado. Os versos modernistas seriam, em sua opinião, como a Rússia pós-revolucionária: indefinida, sem normas, confusa. Isto, portanto, gera confusão, transtorno, aflição, hesitação, indecisão, agonia, espanto...

As tensões entre o conservadorismo de Pio e o modernismo de Mário transparecem especialmente no que concerne à língua portuguesa. Pio tenta convencer Mário de que a ortografia lusa seria a única correta enquanto a brasileira seria imperfeita. Mário, por sua vez, defende sua posição favorável à informalidade e às adaptações da língua portuguesa cotidiana no Brasil. Em julho de 1930, Mário diz não entender o porquê de seu “tio” *“querer convencer a um convicto”*⁵³, pois o seu *“ponto-de-vista é pragmático, é socialista, é o que o diabo ele queira ser, menos gramatical ou que quer que seja do limbo das ciencinhas do dizer”*⁵⁴. Isto se dá também no campo da literatura, quando Pio defende a literatura tradicional portuguesa em oposição às obras que modernistas como Mário vinham produzindo. Pio lança crítica até mesmo às próprias obras de Mário, ao seu estilo, aos seus temas, à ortografia, etc, mas o faz sem desqualificá-las; procura sim debater com igualdade e colocar seus pontos de discordância como se estivesse aconselhando a um filho.

Pio e Mário também se opunham politicamente, o que fica claro em muitas das cartas relativas às décadas de 1920 e 1930. Nelas, alguns dos mais importantes movimentos políticos aparecem enquanto ambos procuram apresentar e defender seus pontos-de-vista. Pio defende o evolucionismo, mesclado com a religiosidade de quem diz aceitar todos os desígnios divinos e critica o comunismo e as revoluções de todos os tipos. Mário, por outro lado, procura ponderar o conservadorismo do “tio” e se coloca a favor das transformações sociais e culturais. Diz não querer falar de política, mas em vários pontos acaba falando, em virtude do próprio contexto de repressão e da radicalização manifesta em diferentes momentos. Em carta de maio de 1933, Mário reclama da censura do Estado Novo a um de seus versos no qual fala, indiretamente, da tristeza em que se encontrava São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932:

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa. São Paulo, 07 de abril de 1930. Ibidem, p. 170.

⁵⁴ Ibidem.

“Não lhe falo de política, não vale a pena. Mas quero lhe contar que outro dia, num artigo meu, a Censura cortou um trechinho em que eu falava na ‘surda tristeza que mancha agora a terra paulista’. Está proibido aos paulistas se dizerem tristes! Isso me faz pensar num filme famoso, Lírio Partido, em que o sacana do velho dava que dava na menina e depois mandava ela rir, porque senão apanhava mais. Então a pobrezinha punha as mãos nas comissuras dos lábios, e as empurrava pra cima, na feição de quem ri... É São Paulo, que os brasileiros agora não cansam de admirar...”⁵⁵

Aqui ele desenvolve uma crítica veemente ao contexto que torna uma cidade considerada moderna e admirada como São Paulo palco de cenas de violência e repressão. Em cartas posteriores, descreve ainda os subterfúgios que criava para escapar à censura através de palavras e expressões ambíguas e irônicas.

Ao mesmo tempo, o roubo de uma rede do Amazonas, que Pio ganhou de Mário, serve de pretexto para que o “tio” demonstre sua oposição ao comunismo e sua adesão às correntes conservadoras da época, posição da qual Mário procura discordar. Em abril de 1934, Pio conta que “*um comunista detestável*”⁵⁶ havia levado a rede na noite anterior. Ao receber a carta com a expressão preconceituosa do “tio”, Mário responde procurando problematizar o conceito de comunista. Para evitar desentendimentos com Pio, coloca o problema em termos linguísticos e diz precisar evitar que ele cometesse um “*verdadeiro crime de semântica, no chamar de comunistas aos que são simplesmente e burguesmente ladrões*”⁵⁷. Mário ainda busca se afastar dos ideais comunistas, demonstrando-se preocupado apenas com uma compreensão mais ampla e tolerante em torno deles. E complementa:

*“Reduzir o Comunismo à doutrina do ‘o que é de você me pertence’, é um simplismo deselegante que não calha muito bem com a sua serenidade no julgar as coisas e os homens, nem a curiosidade tão severa que bota sempre no conhecer profundamente as coisas que deseja conhecer. **Sem ser minimamente comunista** [sem grifo no original], protesto em nome da simples Verdadíssima, que é bem outra. Mas, ai! quando reparo nestes comunistetes brasileiros, deserdados de família, dinheiro, e amor humano, quase que lhe estou a dar razão...”⁵⁸*

A discussão continua em réplica de Pio datada de 13 de abril do mesmo ano. Aqui Pio diz que nos ideais de seus teóricos o comunismo não tem nada a ver com vagabundos e vadios. Mas, na prática era isto o que ocorria, segundo ele em razão do egoísmo dos homens. Além disto, refletindo seu elitismo, afirma que as classes

⁵⁵ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa. São Paulo, 30 de maio de 1933. Ibidem, p. 231.

⁵⁶ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 5 de abril de 1934. Ibidem, p. 253.

⁵⁷ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa. São Paulo, 10 de abril de 1934. Ibidem, p. 254.

⁵⁸ Ibidem.

populares não estariam “*jámais na altura intelectual de compreender o Comunismo como o idearam os privilegiados das elites intelectuais*”⁵⁹.

Outro aspecto bastante ilustrativo da oposição entre conservadorismo e modernismo nas cartas trocadas entre Pio e Mário é a aversão deste último à ex-metrópole Portugal e ao colonialismo em si, como fizeram os modernistas em busca de valores que representassem o “verdadeiro” Brasil. Envolvidos por estas ideias, criticaram a língua portuguesa em sua versão lusa, a literatura tradicional portuguesa e negaram as supostas contribuições da metrópole à colônia. Neste sentido, Mário se nega a qualquer forma de gratidão em relação a Portugal. Afirma sua simpatia pelo país, mas nega qualquer afinidade com o colonizador. Diz se sentir mais próximo de um russo ou um guatemalteco do que dos portugueses. Com a ironia comum a todas as suas cartas, escreve a Pio de forma a provocá-lo:

*“Pessoalmente, a minha convicção é que nós não temos nenhuma dívida pra com Portugal. Tudo o que ele fez aqui foi obrigado pelas circunstâncias naturais de colonizador, como todos os colonizadores, necessariamente ganancioso, e pelas angústias inda mais naturais do crescimento da Colônia. Nunca senti gratidão nenhuma pra com Portugal, nem com um português. Apesar das tradições que, o Sr. sabe, não recuso nem renego. Mas gosto muito de português, acho-os vitalmente inteligentes, e se a nossa camaradagem me permite uma pequena ida a alcova, estou convencidíssimo que amor de portuguesa é mesmo incomparável e preferível aos demais”*⁶⁰.

Pio, ao contrário, conservador e tradicionalista, se opõe à visão de modernidade de Mário. Para ele, não seria possível deixar de lado as supostas dívidas com Portugal. Mário estaria sendo, em sua opinião, injusto com a ex-metrópole. Para Pio, comparando-se com os demais países que tentaram colonizar o Brasil, como os holandeses e os huguenotes franceses (ambos protestantes), foram os portugueses (católicos) que conseguiram “*proporcionar o ... gozo pessoal e o da comunidade de que fazemos parte*”⁶¹. Assim, o mérito da colonização não poderia ser retirado dos portugueses católicos; fazê-lo seria cometer uma grave injustiça com Portugal. Para exaltar a ex-metrópole, Pio faz uma digressão sobre as qualidades artísticas e literárias dos portugueses, além, claro, de sua história gloriosa de navegação. Diante desta discussão, Pio encerra carta de junho de 1933 repreendendo Mário: “*Não seja injusto, homem!!!*”⁶².

⁵⁹ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 13 de abril de 1934. Ibidem, p. 255.

⁶⁰ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa. São Paulo e São João de 1933. Ibidem, p. 235.

⁶¹ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 26/30 de abril de 1933. Ibidem, p. 237.

⁶² Ibidem.

Mário responde no mês seguinte dizendo concordar com as opiniões literárias de Pio sobre Portugal, mas reafirma sua oposição a qualquer forma de gratidão ao país. Para ele, se Portugal fez algo pelo Brasil, o fez porque era historicamente necessário e para beneficiar a si próprio. Gratidão ele diz ter naquele contexto da década de 1930 em que, por causa da repressão posterior à Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, muitos paulistas se exilaram em Portugal. Porém, acredita que o Brasil a ele nada deve em termos históricos. O modernismo de Mário incluía uma boa dose de esquecimento em relação aos valores tradicionais portugueses e às relações entre Portugal e Brasil; a não ser, claro, que estas fossem vistas num sentido negativo. Vejamos as próprias palavras de Mário:

“Gostei das suas digressões lusitanas e concordo com elas inteiramente. Só recuso a gratidão pelo colonialismo. Me sinto grato agora, pela maneira com que os portugueses trataram os paulistas do exílio, mas pelos Mens de Sá, Cabrais, e mais emboabas, vejo um fenômeno histórico apenas, o apreço pelo seu lado econômico, não me interessa de maneira nenhuma saber se foi melhor colonização portuguesa do que holandesa ou inglesa [divagações completamente inúteis, diante duma realidade que já passou] e vou pra diante. Gratidão, ternura, nenhuma. Mas tenho outras gratidões e ternuras, como já lhe confessei...”⁶³

No final da década de 1930 e início da década de 1940 o tom das cartas de Mário a Pio é bastante pessimista. Nelas, Mário reclama do passado e demonstra se sentir solitário e desanimado com o trabalho intelectual. Pio parece ser, além de seu contraponto, seu refúgio em quem busca consolo e abrigo nesse período de decepção. Decepção que parece refletir uma década na qual a hesitação e o conflito são por ela substituídos. Mário morre em 1945. Mas, anos antes, seu pessimismo já era percebido por Pio, como deixa claro em carta de 1939: *“Impressionou-me quase mal o tom de quase pessimismo que, pela primeira vez na vida, entrevi na sua carta”⁶⁴*. Marcas de um intelectual ambivalente que viveu um momento de conflitos políticos e sociais e se decepcionou com os rumos autoritários do governo Vargas, que contradizia a liberdade que ele, e seus pares geracionais, pretenderam inaugurar a partir de 1922. A proximidade com seu oposto personificado em Pio caracteriza-se pelo afeto e pela possibilidade de pôr em diálogo ideias ainda polêmicas para uma sociedade fortemente conservadora como a brasileira. A renovação nas artes e na literatura, assim como a radicalização política, provocava reações por parte do pensamento conservador, católico ou não.

⁶³ Carta de Mário de Andrade a Pio Lourenço Corrêa. São Paulo, 19 de julho de 1933. Ibidem, p. 239.

⁶⁴ Carta de Pio Lourenço Corrêa a Mário de Andrade. Araraquara, 01 de maio de 1939. Ibidem, p. 326.

Os temas, focos de tensão, colocados na mesa por Mário e Pio refletem os conflitos da sociedade brasileira naquele contexto em âmbito bem mais geral. Tensões que, evidentemente, produzem seus ecos até a atualidade. Antivarguista, católico na juventude, nacionalista, decepcionado com o mundo pós-guerra, com os exílios produzidos por Vargas, com a repressão a São Paulo, etc., Mário em si mesmo reflete alguns dos problemas que afetaram os intelectuais da geração modernista. Não um modernismo, sinônimo de inserção legitimada na modernidade, que visa à retomada de valores tradicionais do passado colonial (como defenderam os mais conservadores, entre eles Serrano e Fidelino), mas sim outro que visa à transformação, sobretudo, dos padrões estéticos e culturais.

Para compreender a frustração de Mário já na década de 1940, é preciso destacar que, enquanto muitos de seus contemporâneos, após os acontecimentos de 1930 e 1932, optaram pela radicalização a qual nos referimos, ora filiando-se à direita ora à esquerda, ou assumiram funções de destaque no governo Vargas, Mário, visto como um democrático, investiu em outro caminho. Segundo Sergio Miceli, ele se engajou em iniciativas estaduais, reduzindo sua própria força política. Daí que sua atuação seja mais reconhecida em âmbito estadual a partir de suas atividades culturais na emergente São Paulo, o que pode ter ocasionado parte de sua decepção na década de 1940. Miceli procura resumir a trajetória e as escolhas de Mário:

“O itinerário de Mário se explica pelas ‘escolhas’ partidárias e ideológicas, pelas alianças com lideranças antivarguistas, pelo mandato político na prefeitura de Fábio Prado, enfim pelo surto febril da atividade cultural na emergente metrópole paulista: imprensa competitiva, editoras de porte, embrião de mercado de arte, espaços impulsionadores de iniciativas de risco.”⁶⁵

Mário ainda é caracterizado pela busca de diferentes linguagens e por abrir espaço para as expressões populares sem deixar de mergulhar na sociologia e na antropologia recém-criadas e de contrapor o culturalismo e o evolucionismo. Para Sérgio Miceli, *“tal postura lhe permitiu uma visada moderna, questionando, do seu jeito desempenado e sentimental, as ciladas classistas”⁶⁶*. Aqui residiria seu maior mérito. Mérito para o qual provavelmente os diálogos com o conservador “tio” Pio contribuíram.

Vemos como, mesmo num contexto de intensa radicalização política, lados opostos puderam se aproximar por meio de afetos; da subjetividade que marca tanto as

⁶⁵ Miceli, Sérgio (2009). “Mário de Andrade: A invenção do moderno intelectual brasileiro”. In Botelho, André e Schwarcz, Lilia M. (org.) (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*, São Paulo: Companhia das Letras. p. 167.

⁶⁶ Ibidem, p. 169-170.

relações pessoais quanto o pensamento político. Daí que seja possível a realização deste paralelo entre Pio e Mário; e Serrano e Fidelino. Seus diálogos se deram num mesmo contexto caracterizado por conflitos, tensões e ambivalências e ilustram a possibilidade de conjugação entre aspectos modernos e conservadores num mesmo indivíduo ou entre indivíduos distintos, mas com perfis intelectuais semelhantes.

Por estes diálogos, pudemos ainda ver que o pensamento católico, embora hesitante, atuou na década de 1930 em busca de reafirmar sua posição política e ideológica no país e influenciou os intelectuais que estudaram a história do Brasil. Esta hesitação gerou ainda a integração entre aspectos modernos e tradicionais, progressistas e conservadores, republicanos e monárquicos, democráticos e fascistas, já que prevalecia certa indefinição quanto a que caminho seguir entre aqueles que recusavam as alternativas mais radicais. Em meio a sentimentos ambíguos que poderiam ser vistos como negativos, surge a possibilidade do diálogo a partir de afinidades, características e interesses em comum, mesmo entre esferas a princípio bastante distintas. Coincidem-se, então, o pensamento católico e a radicalização política, exigindo dos diferentes atores sociais a realização de escolhas que demandam flexibilidade e reflexão e provocam angústia e hesitação.

Fontes:

Obras de Jonathas Serrano e Fidelino de Figueiredo:

Serrano, Jonathas (1930). *Homens e Ideias*, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.

_____. (1939). *Epítome de História do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: F. Briguiet.

_____. (1950). *Epítome de História Universal*. 23ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Figueiredo, Fidelino de (1953). *Um colecionador de angústias*, Lisboa: Guimarães Editores.

Cartas enviadas a Fidelino de Figueiredo por Jonathas Serrano:

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1921.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1936.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1938.

Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1939.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 1940.

Referências Bibliográficas:

Botelho, André e Schwarcz, Lilia M. (org.) (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.

Morejón, J. García (1967). *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

Schmidt, Maria Auxiliadora (2003). “História com Pedagogia: a contribuição de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil”. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 189-211.

Tavares, José Nilo (1982). *Conciliação e radicalização política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Villaça, Antonio Carlos (1975). *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

(2009). *Pio e Mário: diálogo da vida inteira. A correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade. 1917-1945*. SP: Edições SESC SP; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul.

O DIREITO “SOCIAL-DEMOCRATA” E SEUS LIMITES: A CRÍTICA DE UNGER
EL DERECHO “SOCIALDEMÓCRATA” Y SUS LÍMITES: LA CRÍTICA DE UNGER
“SOCIAL DEMOCRACY” LAW AND ITS LIMITS: UNGER CRITICAL THOUGHT
LE DROIT « SOCIAL-DÉMOCRATE » ET SES LIMITES : LA CRITIQUE DE UNGER

DOI: 10.5533/1984-2503-20102403

Carlos Sávio Gomes Teixeira

RESUMO

O artigo analisa a relação entre a estrutura institucional da socialdemocracia europeia e o desenvolvimento do direito no século XX, a partir das críticas elaboradas por Roberto Mangabeira Unger. O texto se inicia com a contextualização da circunstância da socialdemocracia hoje. Em seguida, passa em revista a compreensão do filósofo brasileiro acerca do processo de constituição do direito "idealista e formalista" que informa as principais vertentes do que seriam as abordagens "progressistas" do pensamento jurídico contemporâneo. Conclui afirmando a imprestabilidade desse tipo de direito para enfrentar os grandes desafios das sociedades atuais que requerem o direito como imaginação institucional.

Palavras-chave: Social democracia, Roberto Mangabeira Unger, pensamento jurídico contemporâneo.

RESUMEN

El artículo analiza la relación entre la estructura institucional de la socialdemocracia europea y el desarrollo del derecho en el siglo XX, a partir de las críticas elaboradas por Roberto Mangabeira Unger. El texto se inicia con la contextualización de la circunstancia de la socialdemocracia actualmente. A continuación, examina la comprensión del filósofo brasileño acerca del proceso de constitución del derecho "idealista y formalista" que informa las principales vertientes de lo que serían los abordajes "progresistas" del pensamiento jurídico contemporáneo. Se concluye

afirmando la inutilidad de ese tipo de derecho para enfrentar los grandes retos de las sociedades actuales que requieren el derecho como imaginación institucional.

Palabras-clave: Socialdemocracia, Roberto Mangabeira Unger, pensamiento jurídico contemporáneo.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between the institutional structure of European social democracy and the development of 20th Century law, based on the critical work of Roberto Mangabeira Unger. The text begins by contextualizing social democracy today. It then goes on to consider how the Brazilian philosopher comprehends the constitution of the “idealist and formalist” law that informs most “progressive” approaches in contemporary legal thought. It ends by affirming the inadequacies of this type of thinking for facing the great challenges of today’s.

Keywords: Social democracy, Roberto Mangabeira Unger, contemporary legal thought.

RÉSUMÉ

L’article analyse les rapports entre la structure institutionnelle de la social-démocratie européenne et le développement du droit au long du XX^{ème} siècle, à partir des critiques élaborées par Roberto Mangabeira Unger. Le texte commence avec la mise en contexte de la social-démocratie à l’heure actuelle. Ensuite, l’on survole la compréhension du philosophe brésilien relative au processus de constitution du droit « idéaliste et formaliste », qui nous renseigne sur les principaux courants de ce qu’on pourrait appeler les approches « progressistes » de la pensée juridique contemporaine. En guise de conclusion, le texte affirme l’inadéquation de ce modèle juridique pour faire face aux grands enjeux des sociétés actuelles, qui requièrent le droit en tant qu’imagination institutionnelle.

Mots-clés : Social-démocratie, Roberto Mangabeira Unger, pensée juridique contemporaine.

É bastante provável que a questão política mais importante deste início de milênio ainda seja a de se saber se é possível reconstruir as sociedades para que elas consigam ir além das conquistas alcançadas pelas socialdemocracias. As características mais marcantes dessas sociedades socialdemocratas são a acomodação diante do sistema institucional existente e a adoção de práticas de

compensação social para amenizar os efeitos desigualizadores e seus conflitos no interior da ordem social. Esta ordem foi definida pelo historiador Eric Hobsbawm em seu livro *A Era dos Extremos* como os “anos dourados da era de ouro” do capitalismo no século XX. Mas essa ordem dá sinais cada vez mais eloquentes de exaustão¹.

O arranjo político que propiciou a emergência da socialdemocracia se baseou em um acordo para que as forças contestadoras – tendo a seu favor a ameaça do avanço do comunismo na Europa – negociassem o abandono do esforço de reorganizar a produção e a política em troca da possibilidade de reforma da sociedade por meio de práticas de redistribuição. O problema é que este *contrato* socialdemocrata dá mostras de que chegou aos seus limites, mesmo nos países que sempre foram o modelo paradigmático da socialdemocracia europeia².

As dificuldades que exemplificam o funcionamento deste *contrato* socialdemocrata são, basicamente, de três ordens. A primeira é a estreiteza da base social do setor da economia cada vez mais responsável pela criação da riqueza, o setor intensivo em conhecimento e em tecnologia, onde prevalecem as práticas experimentais e a produção vira uma forma de inovação permanente. O segundo problema destas sociedades é a desestruturação das relações concretas de interdependência entre as pessoas. Mesmo na socialdemocracia mais avançada, a operação “humanizadora” do Estado cada vez mais se restringe à remessa de fundos: “cheques” transmitidos entre pessoas que não são responsáveis umas pelas outras – que na verdade nem se conhecem, que são alheias às experiências umas das outras. E a terceira dificuldade é de natureza moral. Nessas sociedades, a única experiência consistente de engajamento coletivo – de envolvimento das pessoas comuns em grandes tarefas que exigem grandes sacrifícios – é a guerra³. Nos tempos de paz acabam, condenados a uma “sonolência moral”, nas palavras do dramaturgo Samuel Beckett.

¹ Para uma análise detalhada das dificuldades políticas resultantes do desarranjo da estrutura socioeconômica da socialdemocracia em toda a Europa, cf. Anderson, Perry e Camiller, Patrick (1996). *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*, Rio de Janeiro: Contraponto. Os títulos dos capítulos dedicados ao exame dos três países escandinavos considerados historicamente o baluarte da socialdemocracia europeia são sintomáticos: “Suécia: Depois da idade de ouro”, “Noruega: Mudança de modelo” e “Dinamarca: Fim de um idílio?”

² Mesmo reconhecendo que a socialdemocracia é “o mais atraente modelo emergente de organização social no mundo de hoje, o menos opressivo, o mais respeitoso das necessidades humanas conhecidas”, e que “apesar de todos os desapontamentos, se tornou, por exclusão, a agenda política mais atraente do mundo, a que atrai a adesão mais ampla e mais fiel”, deve por isso, ser “o máximo que se pode almejar?” Unger, Roberto Mangabeira (2001). *Política*, São Paulo: Boitempo Editorial. p. 35.

³ Unger, Roberto Mangabeira (2007). *The self awakened: Pragmatism unbound*, Cambridge: Harvard University Press, p. 196-207.

Esta exaustão socialdemocrata exige, para ser superada, a recuperação da ideia de futuros alternativos para as sociedades. Mas o problema é que os instrumentos com que pensar as alternativas estão bloqueados pela herança recebida das grandes teorias sociais do século XIX e XX, como as de Marx e Weber, que exerceram e ainda exercem enorme influência sobre a política contemporânea. A ideia mais importante desta tradição intelectual é a de que as sociedades enfrentam grandes alternativas estruturais: aquilo que parece ser um conjunto eterno de leis sociais é, de acordo com esta ideia, apenas um conjunto de leis de uma forma específica de organização social e econômica. A importância dessa ideia é que ela define como local e contingente aquilo que seria universal e eterno.

Mas, a esta ideia metodológica antinaturalista foi acoplado um conjunto de premissas fatalistas que lhe roubaram o poder transformador. Primeiro, a concepção de que há uma lista fechada de alternativas estruturais na história, como o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Segundo, a concepção de que cada um destes sistemas institucionais é indivisível e que, portanto, toda a prática política ou é a reforma trivial de um destes sistemas ou a substituição revolucionária de um por outro. E terceiro, a busca de leis que moveriam a sucessão pré-estabelecida destes sistemas. Estas premissas deterministas atrapalharam e continuam atrapalhando a prática transformadora.

Por outro lado, nas ciências sociais convencionais, sobretudo como elas são praticadas atualmente na academia dos Estados Unidos – e em seus satélites periféricos –, as premissas deterministas na forma do pensamento social clássico são rejeitadas e abandonadas, mas o são porque a ideia das alternativas estruturais ou da descontinuidade estrutural também deixa de ser considerada. Toda a ciência social convencional caminha para um esforço de naturalizar o existente retirando da história o seu cunho chocante, surpreendente, absurdo, violento, que seria a tarefa de qualquer ciência social realista reconhecer e explicar.

O dilema central que define o problema e a tarefa do pensamento social hoje está no resgate da ideia de que a sociedade é um artefato, resultado de uma construção e de que esta construção pode, portanto, ser alterada nos seus pressupostos institucionais e ideológicos. Para Unger, a grande questão, entretanto, é que as duas circunstâncias predominantes no século XX – a sociopolítica e a intelectual – acabaram por forjar uma situação na qual a reflexão social enveredou por

um caminho incrivelmente estéril e regressivo⁴. Todo o campo daquilo que se pode designar por ideias sociais, está hoje dominado, principalmente no chamado Primeiro Mundo, por três principais discursos intelectuais: o da “racionalização”, o do “escapismo” e o da “humanização”⁵.

O primeiro desses discursos, o da “racionalização”, propõe uma espécie de hegelianismo de direita. A regra é racionalizar as práticas e as instituições estabelecidas procurando explicar a sua consolidação como necessária e inevitável e, dessa forma, ligar o trabalho da inteligência à apologia da realidade. Nenhuma área do estudo social evidencia mais explicitamente esta tendência do que a economia, a mais poderosa e influente ciência social na atualidade.

O segundo discurso, o do “escape”, funda-se na perspectiva que prevalece nas humanidades e nas disciplinas da cultura comumente classificadas de pós-modernas: o mundo prático é abandonado às ciências duras da racionalização e ao esforço espiritualizante da humanização e a subjetividade embarca numa “montanha russa” de aventuras. E o problema maior é que estas aventuras são, na maioria dos casos, sem qualquer vínculo com a organização prática da sociedade, da economia e do Estado: “*a política esfria e a subjetividade esquenta*”, como disse Terry Eagleton. Nesta situação, os projetos fortes deixam de ser os coletivos e passam a ser os individuais, desligados de qualquer perspectiva histórica.

O terceiro grande discurso do pensamento social atualmente é o discurso da “humanização”. Nela, as instituições e as práticas dominantes são interpretadas como aquelas que mostraram na história a sua superioridade competitiva. Assim, o papel que resta para o pensamento é propor meios para atenuar os efeitos da falta de democratização de oportunidades. Esta é a ideia predominante na teoria jurídica e na filosofia política: o resultado é o predomínio nos debates a respeito de políticas públicas da ênfase em políticas sociais compensatórias que redimiriam a desumanidade do mercado. É, portanto, uma tendência do pensamento que se desarma para a

⁴ Para uma análise da situação em que se encontra agora a “crítica social”, ver o abrangente trabalho de Boltanski e Chiapello: Boltanski, Luc e Chiapello, Eve (2009). *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo: Martins Fontes. Mas como prova de que esta situação não é resultado apenas das transformações sociopolíticas de finais do século passado, estudos da longínqua década de 60 já chamavam atenção para o processo de formação da “crítica impotente” característica da explicação formulada pelo pensamento social hoje: “*Outra maneira de se descrever a natureza atual da crítica social seria afirmar que os críticos, qualquer que seja a ordem social com que se defrontam, não percebem mais um grande problema social, para o qual existe uma grande solução. Ao invés disso, percebem uma sucessão de situações mais ou menos únicas, cada uma delas exigindo que a crítica tome uma posição moral, se comprometa, mas apenas no que diz respeito a essa situação particular. Nossa época, portanto, é certamente uma época de crítica, mas também de confusão e desordem excepcionais*”. Bottomore, Tom (1970). *Críticos da sociedade - O pensamento radical na América do Norte*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 18.

⁵ Unger, R. M. (2007). Op. Cit, p. 111-124.

capacidade de reorganizar e refazer a sociedade contemporânea e que espera em troca deste desarmamento unilateral ganhar a capacidade de humanizar a situação existente.

A ascensão e a consolidação do *contrato* socialdemocrata ocorreram em estreita sintonia com uma transformação abrangente e relativamente desconhecida – ou desconsiderada –, que foram as grandes mudanças ocorridas no pensamento jurídico na virada do século XIX para o XX. Essas mudanças criaram um estilo de pensamento jurídico caracterizado pela sistematização idealizante do direito – a representação do direito como um conjunto de princípios e de políticas públicas impessoais – que ajudaram a causar uma revolução silenciosa no desenvolvimento institucional do mundo contemporâneo. Para Unger⁶, essa forma de pensamento jurídico, longe de ser uma parte da solução, é uma parte do problema. Hoje ela conspira contra qualquer esforço de superar o repertório institucional estabelecido, embora muitos “progressistas” a abracem como expressão de modernidade e avanço.

Para Unger a compreensão adequada da situação atual do direito requer a observação a respeito da originalidade do direito do século XX: o que o distingue do direito do século XIX, nos seus avanços e nas suas limitações. A essência do direito do século XIX, no Ocidente, foi a sua organização em torno de um sistema de direitos privados e públicos que pretendia representar a natureza intrínseca e necessária da autodeterminação individual e coletiva. A ideia essencial era a de que uma sociedade livre tinha um conteúdo político pré-determinado. Esse direito que definia o conteúdo da sociedade livre era um direito neutro do ponto de vista da “redistribuição”. Esse pensamento jurídico entendia qualquer tentativa de redistribuição por meio do direito como a politização do direito: a produção de um direito falso e perigoso, a serviço de facções que se apoderavam do Estado⁷.

A diferença fundamental entre essa concepção do século XIX e o ideário que veio a organizar o direito do século XX está na convicção de que a autodeterminação individual ou coletiva depende, para ser real, de condições factuais. No século XX, o direito passou a ser organizado dialeticamente em duas partes: uma parte que organiza a autodeterminação individual e coletiva no mercado e na democracia. E outra parte que se destina a criar a realidade, a dar eficácia a essas promessas de autodeterminação. Essa reorganização dialética do direito ocorreu em todas as dimensões. Assim, da forma mais geral, seria possível dizer que o direito público como

⁶ Unger, Roberto Mangabeira (2004). *O direito e o futuro da democracia*, São Paulo: Boitempo Editorial.

⁷ *Ibidem*, p. 59-65.

um todo se destinou a assegurar a realidade das promessas de autodeterminação do direito privado. Disciplinas inteiras, como o direito do trabalho, surgiram para assegurar a realidade do contrato em situações de desigualdade econômica. E mesmo dentro de uma determinada disciplina, como o direito dos contratos, surgiu uma contraposição de regras e doutrinas: algumas organizando a liberdade contratual e outras assegurando as condições de sua realidade⁸.

Mas, segundo Unger, há um paradoxo nesse avanço: ele parou num ponto que tornou esse direito quase incompreensível. As condições factuais da autodeterminação são sempre controvertidas. Há sempre diferentes maneiras de interpretá-las. E, assim como há diferentes maneiras de interpretá-las, há diferentes maneiras de assegurar as condições da realidade da autodeterminação. Portanto, essa reorganização dialética do direito moderno no século XX deveria ter levado – mas não levou e esta é a questão – a um experimentalismo institucional. Um experimentalismo institucional dentro do direito, identificado como uma busca de formas alternativas de organizar a economia de mercado, o estado democrático e a sociedade civil. Esse é o paradoxo da história do direito do século XX: a combinação de avanço e parada⁹.

A tese de Unger é a de que esse paradoxo da relação entre o avanço e a parada se esclarece à luz da relação entre essa configuração do direito no século XX e o grande compromisso de economia política que dominou o século XX: o compromisso socialdemocrata europeu que, nos Estados Unidos, teve a sua contraparte no *new deal*. Como afirmamos acima, a natureza dessa ordem foi definida por um acordo entre as forças que pretendiam reorganizar a esfera da produção e do poder do Estado para abandonarem a sua tentativa de fazê-lo e, em troca, ganharem as condições de usar o Estado na distribuição de recursos dentro da ordem estabelecida. A esquerda e os movimentos de transformação em geral se retraíram da tentativa transformadora e aceitaram como horizonte a humanização deste mundo existente por meio de políticas de transferência. A situação contraditória de avanço e de parada no interior do direito é apenas a expressão jurídica desse pacto. E o problema está nos limites que esse pacto impõe à solução dos problemas das sociedades contemporâneas¹⁰.

⁸ Ibidem, p. 41-45.

⁹ Ibidem, p. 22-30.

¹⁰ Não se trata de subestimar os avanços que a “era dos direitos” significou, principalmente nos países centrais do capitalismo, mas tão somente destacar que esse processo de inclusão social bastante seletiva comportou também exclusões de muitos grupos ou frações de classes e, principalmente, em muitas áreas não se fez acompanhar do surgimento de inovações na esfera da produção – o que a partir da segunda metade do século XX em diante acarretou enormes problemas de ordem institucional, culminando na ascensão vertiginosa do neoliberalismo.

Para Unger, esse paradoxo na história do pensamento jurídico tem raízes longínquas. Os teóricos do direito atacaram, geração após geração, o formalismo doutrinário neste campo. Na verdade, a principal ocupação da teoria jurídica, por mais de um século, foi a crítica ao formalismo. Mas o formalismo sempre ressurgia. Esse convívio entre uma realidade doutrinária não transformada e uma crítica teórica impotente terminou no curso do século XX. A partir de então, ascendeu uma forma de raciocínio e análise jurídica que, cada vez mais em todo mundo, é considerada como exemplo. Uma forma de pensamento com os seguintes atributos: em primeiro lugar, aborda o direito de maneira teleológica ou funcional, à luz dos objetivos atribuídos a uma parte do direito. Em segundo lugar, é um pensamento sistemático – procura organizar o direito como um sistema. E, por último, recorre a um método idealizante – imagina o direito como um repertório de princípios gerais e de políticas públicas impessoais, que supostamente consultam o interesse coletivo ou se baseiam nas ideias abstratas de direito que representam aquele interesse coletivo¹¹.

Uma das implicações dessa maneira de pensar o direito é estabelecer um contraste entre duas genealogias do direito: uma prospectiva e outra retrospectiva. Prospectivamente, imagina-se o direito como produto do conflito – conflito entre interesses e entre visões. Nesse sentido, ele é concebido como uma expressão da própria natureza da democracia: a esfera que organiza o conflito. Mas, depois, retrospectivamente, nas mãos dos juristas, imagina-se o direito não como o retrato de um conjunto efêmero de composições entre interesses e visões contrastantes, mas como um sistema ideal de evolução que pode ser representado na linguagem dos princípios e das políticas públicas impessoais¹².

Para Unger, esse estilo de pensamento jurídico exemplifica um movimento teórico mais amplo que tenta compatibilizar o racionalismo com o historicismo¹³:

“O defeito central nessa abordagem é sua incapacidade para questionar a autoridade com que a organização estabelecida do governo, da economia e da sociedade civil representa a concepção ideal de sociedade voluntária. Qual parte da estrutura devemos tomar como dada e que parte devemos desafiar? Até que sejamos capazes de formar essa questão e respondê-la, não podemos

¹¹ Unger, R. M. (2004). Op. Cit, p. 85-87.

¹² Ibidem, p. 87-89.

¹³ *“Por racionalismo quero dizer a idéia de que podemos ter um fundamento de justificação e crítica das formas de vida em sociedade, e que desenvolvemos esse fundamento por ponderação, que produz critérios de julgamento que atravessam tradições, culturas e sociedades. O cerne do historicismo é a idéia de que não dispomos de critérios de julgamento com um valor que transcenda formas de vida e universos de discurso específicos e historicamente localizados. As falhas na análise jurídica racionalizadora acabam por ilustrar a fraqueza fundamental nesse movimento filosófico maior de deflação do racionalismo, inflação do historicismo e busca pelo ponto médio entre eles”.* Ibidem, p. 207.

saber realmente de que grau de autoridade as crenças que florescem dentro dessa estrutura devem desfrutar".¹⁴

Na visão de Unger, o problema fundamental dessa circunstância é que essa maneira dominante de pensar o direito só faz sentido à luz do pacto socialdemocrata descrito acima e dessa realidade paradoxal de avanço e de recuo do direito do século XX¹⁵. Para ele, esse é o pensamento jurídico característico de uma civilização que não acredita mais na possibilidade ou na necessidade de reconstruir a ordem social. E mais: satisfaz-se em humanizar as suas estruturas por meio da redistribuição de recursos e direitos em nome de idealizações do direito. É o método de pensamento jurídico que serve aos limites desta ordem, mas que é inaceitável para quem quer transpor tais limites¹⁶.

Essa forma dominante de pensamento jurídico – o pós-formalismo teleológico, sistemático e idealizante – é atualmente apresentada em todo o mundo como a vanguarda do pensamento jurídico. Representa, na visão de Unger, a consumação de uma derrota política casada com uma forma de mistificação intelectual. Mistificação porque passa magicamente da visão prospectiva do direito como produto de conflito para a visão retrospectiva do direito como o fragmento de um sistema ideal. Uma mistificação a serviço do vanguardismo antidemocrático dos juristas, seduzidos pela ideia de uma tarefa importante para melhorar a realidade da ordem social idealizando o direito de uma maneira que parece quase irreconciliável com os pressupostos da democracia. E, por último, uma mistificação porque incompatível com o imperativo do experimentalismo institucional de que depende a solução dos principais problemas das sociedades contemporâneas – mesmo das democracias industriais mais avançadas. O

¹⁴ Ibidem, p. 214.

¹⁵ Duas das maiores expressões intelectuais desse movimento teórico estão representadas nas obras de dois famosos pensadores contemporâneos: *"a concepção de um consenso abrangente numa sociedade democrática do filósofo americano Rawls ou pela noção de uma estrutura de diálogo não-distorcido do filósofo alemão Habermas"*. Ibidem.

¹⁶ Ibidem, p. 103-116. Nesse sentido, o debate sobre a "luta por reconhecimento" iniciado no pensamento social contemporâneo é uma expressão do que Unger define "como terapia social evasiva". O principal expoente dessa perspectiva é Honneth (2003). Cf. Honneth, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo: Editora 34. Essa perspectiva filosófica compartilha aquilo que Unger chama de o reformismo progressista pessimista que "é o compromisso de tratar os grupos mais fracos e pobres na sociedade – aqueles com maior probabilidade de não ter participado das lutas políticas sobre a produção do direito – como os beneficiários primeiros da reconstrução racional e retrospectiva do direito". Unger, R. M. (2004). Op. Cit, p. 106. Esse reformismo se consuma através do "modo pelo qual a análise jurídica racionalizadora, em sua forma mais ambiciosa intelectual e politicamente, torna-se uma terapia social evasiva para os males das democracias industriais, lutando para moderar a desvantagem e a exclusão, ainda que incapaz por seu método e visão de identificar ou atacar as fontes desses males nas estruturas da sociedade". Ibidem, p. 107.

encaminhamento de respostas reais a esses problemas exige que se reabra a agenda da reconstrução institucional da economia e do Estado¹⁷.

A mudança no conflito ideológico do mundo que alterou o debate sobre Estado e mercado só ocorreu após o colapso da União Soviética. Progressivamente, passou-se a associar o avanço dos interesses e dos ideais de emancipação à dependência da capacidade de avançar, também, no terreno das alternativas ainda desconhecidas e resistentes ao antigo debate entre estatismo e privatismo. Hoje, de maneira truncada, a mudança no conflito ideológico mundial encontra duas grandes questões imediatas que suscitam esta questão: 1) como construir crescimento econômico que seja socialmente inclusivo; 2) a questão que se põe, mesmo diante das democracias mais livres e prósperas do mundo, é se só uma pequena minoria dos membros dessas sociedades será admitida nos setores avançados da produção e do ensino ou se se conseguirá abrir as portas para parcelas maiores dos membros da economia e da sociedade, admitindo-lhes a esse universo de experimentalismo avançado que caracteriza as formas vanguardistas de produção e de educação. Os meios tradicionais para atenuar as desigualdades – as políticas sociais compensatórias, de um lado, e a promoção pelos Estados da pequena propriedade, de outro – revelaram-se insuficientes para alcançar este objetivo.

Com a perda generalizada de autoridade intelectual e política dos grandes modelos socioteóricos e ideológicos herdados dos dois últimos séculos, baseadas em ideias abstratas e muitas vezes refratárias à descrição concreta, como foi e é a ideia de socialismo, onde se encontrará o material para as reconstruções que transformem os problemas básicos das sociedades contemporâneas? Encontrar-se-á onde ele existe: no direito. Especificamente, na forma das variações concretas das pequenas diferenças, das contradições latentes que podem servir como ponto de partida para as grandes construções institucionais. Mas, nesse caso, surge o problema de que essa forma de pensamento jurídico atual não serve nem para encaminhar soluções para os países ricos, nem muito menos para países como o Brasil: nosso país não teve, no século XX, o pacto da socialdemocracia. Portanto, adotar uma forma de pensamento jurídico que tem como pressuposto a exibição de um compromisso socialdemocrata inexistente é fugir à realidade e às possibilidades do país.

¹⁷ Ibidem, p. 131-147.

Referências Bibliográficas

Anderson, Perry e Camiller, Patrick (1996). *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*, Rio de Janeiro: Contraponto.

Boltanski, Luc e Chiapello, Eve (2009). *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo: Martins Fontes.

Bottomore, Tom (1970). *Críticos da sociedade - O pensamento radical na América do Norte*, Rio de Janeiro: Zahar.

Honneth, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo: Editora 34.

Unger, Roberto Mangabeira (2001). *Política*, São Paulo: Boitempo Editorial.

_____ (2004). *O direito e o futuro da democracia*, São Paulo: Boitempo Editorial.

_____ (2007). *The self awaked: Pragmatism unbound*, Cambridge: Harvard University Press.

HISTÓRIA E TELEOLOGIA EM DARWIN E MARX PARA ENTENDER UM DEBATE

HISTORIA Y TELEOLOGÍA EN DARWIN Y MARX. PARA ENTENDER UN DEBATE

HISTORY AND TELEOLOGY IN DARWIN AND MARX. TO UNDERSTAND A DEBATE

HISTOIRE ET TÉLÉOLOGIE CHEZ DARWIN ET MARX POUR L'ENTENDEMENT DU DÉBAT

DOI: [10.5533/1984-2503-20102404](https://doi.org/10.5533/1984-2503-20102404)

Maurício Vieira Martins

RESUMO

O artigo discute até que ponto uma concepção de mundo teleológica está presente no pensamento de dois autores tão distintos como Darwin e Marx. Entendendo tal concepção como aquela que afirma que o curso da história natural e social ruma em direção a uma finalidade determinada, realizou-se aqui um movimento duplo. Num primeiro momento, comentamos aquelas passagens que parecem de fato confirmar a presença de uma visão de mundo finalista na obra dos dois autores. Não obstante isso, num segundo momento do artigo – e também a partir de uma investigação textual – sustentamos que ambos autores elaboraram, cada qual a seu modo, conceitos que permitem superar os limites da referida visão finalista. Desta forma, ficam esboçadas as bases para o entendimento da História como um processo simultaneamente determinado e em aberto se fazendo. Entendemos ser tal entendimento o veio mais fecundo das distintas obras, a ser resgatado e aprofundado em nossa contemporaneidade.

Palavras-chave: História, teleologia, darwinismo, marxismo.

RESUMEN

El artículo analiza hasta qué punto una concepción de mundo teleológica está presente en el pensamiento de dos autores tan distintos como Darwin y Marx. Entendiendo tal concepción como aquella que afirma que el curso de la historia natural y social se dirige hacia un fin determinado, se realizó aquí un doble movimiento. En un primer momento, comentamos aquellos pasajes que parecen confirmar la presencia de una visión de mundo finalista en la obra de los dos autores. Sin embargo, en un segundo momento del artículo – y también a partir de una investigación textual – sustentamos que ambos autores elaboraron, cada uno a su manera, conceptos que permiten superar los límites de la referida visión finalista. Así, quedan esbozadas las bases para la comprensión de la Historia como un proceso simultáneamente determinado y en abierto que está siendo hecho. Comprendemos que este entendimiento es el fundamento más fecundo de las distintas obras, a ser rescatado y profundizado en la contemporaneidad.

Palabras-clave: Historia, teleología, darwinismo, marxismo.

ABSTRACT

This paper discusses to what extent a teleological conception of the world is present in the thought of such distinct authors as Darwin and Marx. Since we understand this conception as asserting that the course of natural and social history makes its way to a determined goal, we perform a double movement here. First, we comment on the excerpts that actually seem to confirm the presence of a finalist vision of the world in the works of these two authors. Yet, in a second step – still based on text investigations –, we sustain that both, each in his own way, designed concepts allowing to overcome the limits of this finalist vision. We thus outline the bases to understand history as a process both determined and open, in progress. We consider such understanding as the most fruitful approach to their works. It should be rescued and deepened in the present days.

Key words: History, teleology, Darwinism, Marxism.

RÉSUMÉ

L'article discute à quel point une conception téléologique du monde peut avoir sa place au sein de la pensée de deux auteurs aussi distincts que Darwin et Marx. En comprenant une telle conception comme celle qui établit le cours de l'histoire naturelle et sociale suivant un

axe dirigé vers des fins déterminées, l'on a opéré ici un double mouvement. Tout d'abord, nous avons fait des remarques sur les seuls extraits qui semblaient effectivement confirmer l'existence d'une vision finaliste dans les ouvrages des deux auteurs. Nonobstant, dans un second moment de l'article et également à partir d'une investigation textuelle, nous soutenons que les deux auteurs ont élaboré, chacun à leur façon, des concepts qui permettent de dépasser les limites de cette vision finaliste. C'est ainsi qu'ont été jetées les bases de la compréhension de l'Histoire en tant que processus en cours, à la fois déterminé et ouvert. Nous concevons qu'un tel entendement est la voie la plus féconde d'envisager les œuvres de ces deux auteurs, suggérant une reprise en compte et un approfondissement de leurs œuvres à la lumière de la contemporanéité.

Mots-clés : Histoire, téléologie, darwinisme, marxisme.

“A teleologia, tal como usualmente entendida, havia recebido um golpe mortal pelas mãos do senhor Darwin”¹; assim se pronunciou Thomas Huxley, ao ler pela primeira vez *A origem das espécies*, texto publicado em 1859. Quando reconstituímos a ambiência intelectual de meados do século XIX, torna-se mais claro o sentido deste comentário.

Com efeito, era então predominante uma concepção que visualizava o transcurso da história no mundo natural e social como sendo presidido por uma finalidade, um *telos*. Não obstante as diferenças existentes entre cada perspectiva teleológica, pode-se afirmar que era recorrente a suposição de que a finalidade a ser alcançada relacionava-se com o aprimoramento das diferentes espécies vivas, inclusive e sobretudo a nossa espécie humana. Ao investigar os pressupostos filosóficos das perspectivas teleológicas, vemos que eles se enraízam, afinal, numa certa concepção religiosa do cosmos: a imagem de um Deus ou demiurgo voluntarioso que imprime sua finalidade numa matéria inicialmente amorfa é recorrente em diferentes cosmologias. Desde o *Timeu* de Platão, até o Espírito Absoluto de Hegel, a busca por uma finalidade era concebida como força motora incontornável que exerce seus efeitos nos mais diferentes domínios da experiência.

Mas por que, poderíamos nos indagar, chamou a atenção em especial de T. Huxley o conteúdo antiteleológico do texto de Darwin de 1859? Por que razão também F. Engels durante sua leitura de *A origem...*, escreveu uma carta para K. Marx afirmando que

¹ Apud Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência autônoma*, São Paulo: Companhia das Letras. p. 57.

“*havia ainda um aspecto da teleologia a ser demolido, e agora ele foi*”²? Merece análise o fato de que, entre as inúmeras questões presentes no extenso texto darwiniano de 1859, alguns leitores ilustres destacaram especialmente o que entenderam ser uma crítica a uma concepção finalista da natureza que ali se manifestava.

Levando-se em conta tais aspectos aqui apenas inicialmente aflorados, esclarecemos que o artigo que se segue tem um objetivo pelo menos duplo. O primeiro deles é tornar mais transparentes as razões pelas quais a concepção de Darwin sobre as espécies foi recebida como sendo uma crítica à teleologia natural. O segundo é evidenciar que também K. Marx, certamente percorrendo um trajeto bem distinto do de Darwin, vai se ver envolvido ao longo de sua obra num debate com as concepções teleológicas de sua época (a de Hegel à frente), mas tendo como objeto a própria história humana. Talvez não seja excessivo, aliás, lembrar que, durante a leitura do próprio Marx (em dezembro de 1860) de *A origem das espécies*, ele escreveu a Engels que “*neste livro se encontra o fundamento histórico-natural de nossa concepção*”. Observação forte – tendo em vista que um *fundamento* é algo essencial na obra de um pensador –, que sugere existir aqui um núcleo temático que demanda investigação.

Por outro lado, dificulta nossa tarefa saber que o ponto sob exame é particularmente controvertido. Pois há autores importantes que entendem (diferentemente dos já citados T. Huxley e F. Engels) que o darwinismo seria, afinal, uma forma mais sofisticada de teleologia, a ponto de James Lennox – um biólogo contemporâneo bastante conceituado – ter escrito um artigo intitulado: “*Darwin was a Teleologist*”³. E também no que diz respeito à recepção dos textos de Marx, são incontáveis as leituras que afirmam que, no fundo, a aposta marxiana numa futura sociedade socialista seria a reedição de uma escatologia secularizada (basta lembrar a vertente interpretativa sustentada, dentre outros por Leszek Kolakowski). Como vemos, o teor do relacionamento dos dois autores ilustres aqui em foco com uma certa visão finalista da história, longe de ter gerado um consenso mínimo entre os comentaristas provocou, na verdade, as mais ásperas divergências no debate posterior.

Mas antes de enfrentarmos este núcleo temático – com todas as ambivalências que, reconhecemos desde já, de fato o caracterizam –, um último comentário introdutório

² Engels to Marx (11/12/1859). Sítio da Internet: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/letters/59_12_11.htm. Consulta em 10/03/2010.

³ Lennox, James (1993). “*Darwin was a Teleologist*”, In *Biology and Philosophy* vol. 8, p. 408-421.

se faz necessário. Pois a aproximação que fizemos pouco atrás entre as concepções de Darwin e Marx certamente não significa a inexistência de divergências entre estes dois pensadores. Longe disso: as diferenças existem e são consideráveis. Além do fato, bastante óbvio, de que Darwin se ocupa daqueles fenômenos do chamado mundo natural, ao passo que Marx elege um objeto bem distinto (as sociedades humanas já constituídas), existem tensões reais entre as duas visões de mundo.

É bem conhecido, por exemplo, o registro de que, para além de seu entusiasmo inicial, Marx afirmou também que Darwin teria transposto acriticamente a realidade competitiva de uma sociedade capitalista para o domínio dos fenômenos naturais⁴. Darwin, por sua vez, educadamente recusou a oferta que E. Aveling – genro de Marx – lhe fez. Tal oferta consistia numa dedicatória formal ao próprio Darwin do livro sobre religião que Aveling havia escrito (não se tratava de *O capital* de Marx, como durante muito tempo erroneamente se supôs). E o naturalista inglês manifestou sua recusa deixando por escrito um pronunciamento que, embora respeitoso, sugere que ele tinha algumas reservas à visão de mundo assumida por Aveling⁵.

Isso posto, não deixa de ser verdade que uma articulação entre a visão de mundo darwiniana e a marxista é certamente possível, e vem sendo explorada por diferentes autores, a rigor já desde o século XIX. O presente artigo se inscreve portanto nesta tradição, buscando sua originalidade não só no exame de um aspecto conceitual determinado, como também na tentativa de atualizar um debate.

* * *

Começemos então por Darwin. Para entender sua polêmica com a teleologia naturalista, é necessário ter em mente que a tomada de posição darwiniana se inscreve numa concepção mais geral, que afirma a existência de sucessivas transformações no âmbito das diferentes espécies de seres vivos, sejam eles animais ou plantas. Conforme é sabido, foi na recusa da aceitação do relato bíblico sobre a origem das espécies, presente no livro do Gênesis, que a singularidade da posição de Darwin se manifestou com mais

⁴ Marx to Engels (18/06/1862). Sítio da Internet:

http://www.marxists.org/archive/marx/works/1862/letters/62_06_18.htm. Consulta em 10/03/2010.

⁵ A reconstituição correta deste episódio pode ser encontrada em: Fay, Margaret A. (1978). “Did Marx Offer to Dedicate Capital to Darwin?: A Reassessment of the Evidence”, In *Journal of the History of Ideas*, Vol. 39, No. 1, p. 133-146.

força. Tal relato influenciava mesmo os mais eminentes cientistas do século XIX, que assumiam o pressuposto de que as diferentes espécies vivas haviam sido criadas diretamente por Deus, não cabendo dizer que elas sofreram modificações, já que se manteriam estáveis ao longo do tempo. Para explicar as então recentes descobertas de fósseis que mostravam claramente que a Terra fora povoada por outros entes, bem distintos dos atuais, a alternativa existente era afirmar que Deus havia criado e destruído sucessivamente diferentes espécies, mas que a Bíblia relatava apenas o último episódio da criação.

Em contrapartida, ao afirmar a existência de um ancestral comum para as diferentes espécies e, conseqüentemente, sustentar que elas se transformaram profundamente ao longo do tempo, Darwin dá uma história para o mundo natural. Ele nos mostra que mesmo aquelas formas de vida que nos parecem mais estabilizadas são na verdade o produto de um devir. Daí nosso autor afirmar ter chegado à *“cabal convicção de que as espécies se modificaram e estão se modificando lentamente, através da preservação e acumulação de variações favoráveis sucessivas e ligeiras”*⁶. Certamente Darwin não foi o primeiro a afirmar estas modificações: ele próprio, já nas páginas iniciais de *A origem*, enumera judiciosamente autores como Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire e H. C. Wells (entre outros) como precursores de sua teoria. Porém, o fato é que Darwin foi o responsável pela maior sistematização e análise da enorme quantidade de processos e fenômenos naturais que comprovavam, para usar a sua expressão, a “descendência com modificações” (o termo “evolução” só se estabilizará posteriormente) e, mais do que isso, pela formulação de um conceito explicativo do mecanismo pelo qual isso ocorre.

Ultrapassado o limite das concepções fixistas de origem bíblica, e aceito finalmente o transformismo do mundo natural, havia porém uma questão crucial a ser enfrentada: como transcorria este devir histórico? Seria correto afirmar, por exemplo, que ele é comandado por uma finalidade? Chegamos então ao nosso tema central. Não sendo a ocasião de analisar aqui os diferentes matizes de evolucionismo presentes no século XIX, mencionaremos apenas um deles, que ficou conhecido como ortogênese. Resumidamente falando, a ortogênese supunha que a mudança nos organismos se devia a uma tendência interna existente no interior de cada um deles: era o desejo (*besoin*) de mudança a que se referia um Lamarck. Ainda que rompendo com o modelo fixista mais ortodoxo, as

⁶ Darwin, Charles (2002). *Origem das espécies*, Belo Horizonte: Itatiaia. p. 375.

concepções ortogenéticas eram teleológicas: supunham que as transformações nos organismos transcorriam sob a égide de uma finalidade neles internamente inscrita. Já o mecanismo de mudança das espécies afirmado por Darwin é inteiramente diverso, ele o nomeia como *seleção natural*, e é disso que nos ocuparemos a seguir.

Convém desde agora lembrar que, ao analisar o conceito de seleção natural, o pesquisador contemporâneo se vê diante de um desafio singular: sustentamos a hipótese de que, em sua gênese, o conceito apresentava ainda uma matriz teleológica (que explicitaremos a seguir). Não obstante isso, seus desdobramentos posteriores apontam numa direção muito distinta da moldura inicial na qual foi produzido.

Recordemos que o conceito de seleção natural foi originalmente formulado por Darwin a partir de uma comparação com os criadores de animais e com os melhoristas de plantas. Pois o que eles faziam era uma seleção, no interior da prole de uma determinada espécie, daqueles exemplares que desejavam reproduzir de acordo com critérios valorativos humanos (os mais “belos”, ou os mais “vigorosos”, etc.). Quando Darwin compara a ação da natureza com a destes agentes humanos, ele visava sobretudo tornar mais claro o entendimento das enormes modificações históricas pelas quais passaram as espécies atuais: a ideia era evidenciar que apenas o contato com o exemplar vivo atual é insuficiente para atestar a imensa distância entre ele e seu ancestral mais remoto. Porém, notemos que a analogia entre os processos naturais e a ação humana desenvolvida pelos criadores de animais traz para o argumento darwiniano um complicador que gerou imensas polêmicas posteriores. É que o passo seguinte do argumento será afirmar que a própria natureza – e não apenas os homens – tem condições de operar uma seleção análoga. Daí a pergunta formulada pelo próprio Darwin:

“Por que, se o homem é capaz de selecionar pacientemente as variações que lhe são mais proveitosas, não seria capaz a natureza de selecionar as variações que, sob determinadas condições novas de existência, não se mostrassem mais úteis para seus possuidores? (...) De minha parte, não vejo limites para este poder (...).”⁷

Ora, o risco aqui é evidente: atribuir à natureza o papel de um sujeito volitivo, que age – consciente ou inconscientemente – seguindo a meta implícita de produzir formas de vida “mais úteis”. Se, no caso dos criadores de animais e plantas que planejam quais as características que neles desejam tornar mais acentuadas, existe de fato um sujeito consciente que se põe finalidades (e a inteira atividade transcorre sob a égide da

⁷ Ibidem, p. 366.

finalidade posta como objetivo), já no que toca à natureza, se admitirmos a existência de um processo análogo, no fundo arriscamo-nos a reabilitar a antiga teleologia que estava precisamente sendo questionada. Se esta é apenas uma possibilidade de interpretação ao início de *A origem das espécies*, ela ganha força nas páginas finais do texto, quando Darwin afirma textualmente que *“assim, é da batalha natural, é da fome e da morte que advém o mais elevado objetivo que somos capazes de conceber: a produção dos animais superiores. Existe efetiva grandiosidade neste modo de encarar a Vida (...)”*.⁸

Vê-se aqui com clareza que alguns supostos de uma peculiar concepção de mundo finalista ainda se infiltram no texto darwiniano de 1859. Com efeito, ele comporta uma certa concepção de natureza como um sujeito volitivo, que age rumo ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Formulada esta concepção mais geral, na qual inicialmente se inscreve o conceito de seleção natural, cabe agora destacar que, no seu interior, ela abriga conteúdos bastante distintos de seus pressupostos filosóficos. Se não, vejamos: num primeiro momento, nosso autor enfatiza que no interior da prole de uma espécie existem pequenas variações que acabam por interferir na maior ou menor capacidade de sobrevivência de seus portadores (apenas como exemplo, o formato do bico de uma mesma espécie de pombos nunca é exatamente idêntico). Como o ambiente natural paulatinamente se transforma, e os recursos disponíveis no mais das vezes são escassos para prover a subsistência de toda a biota, aquelas variações interferem no maior sucesso reprodutivo de seus portadores. Ao longo de sucessivas gerações, teremos uma amplificação das diferenças originais, em estreita correlação com o devir do meio natural. Pedimos a atenção do leitor para o fato de que, **quando deixamos de lado aquela referida moldura mais geral do conceito (que supunha ser a inteira natureza um sujeito volitivo) e examinamos seus conteúdos peculiares, o mecanismo de seleção natural, assim formulado, já não envolve nenhuma finalidade embutida.**

Tomemos um exemplo do próprio Darwin, referente ao mimetismo presente em algumas espécies:

“Ao observarmos a cor verde dos insetos que se alimentam de folhas, ou o pardo-mosqueado dos que comem as cascas das árvores..., temos de admitir que estas colorações são úteis para essas aves e insetos, uma vez que os mantêm fora de muitos perigos”.⁹

⁸ Ibidem, p. 381.

⁹ Ibidem, p.98.

Mas ora, enquanto uma aproximação teleológica a esta questão diria que uma certa cor foi adquirida com “a finalidade” de uma espécie escapar de seus predadores, já a explicação por seleção natural afirma algo bem distinto disso. Ela apenas põe em evidência o fato de que, digamos, numa prole de insetos da mesma espécie, com pequenas variações no que se refere à coloração, têm maior chance de sobreviver aqueles que apresentam semelhança com a folhagem do ambiente onde vivem. Ao longo de muitas gerações, o maior sucesso reprodutivo caberá precisamente àqueles descendentes mais adaptados a esta nova realidade.

Assim, o fenômeno do mimetismo, que nos aparecia inicialmente como uma modificação teleológica – este persistente raciocínio finalista que reincide em nosso olhar humano nas mais diferentes ocasiões... – é na verdade o resultado de uma concatenação de causas eficientes, que operam sem finalidade prévia. Conforme o comentário mais geral de E. Mayr, um dos maiores evolucionistas do século XX:

*“Darwin nos ensinou que mudanças evolutivas aparentemente teleológicas e a produção de características adaptativas são apenas o resultado de evolução variacional, que consiste na produção de grande quantidade de variação a cada geração e na sobrevivência probabilística daqueles indivíduos que restam após a eliminação dos fenótipos menos aptos. A adaptação, assim, é um resultado a posteriori, e não a busca a priori de uma meta. Por essa razão, a palavra “teleológico” é enganadora quando aplicada a características adaptativas”.*¹⁰

Voltando ao próprio Darwin, cabe agora dizer que, anos depois da publicação de *A origem*, ele retornará à questão da teleologia em sua *Autobiografia* (redigida em 1876). Este último texto é um documento particularmente instrutivo, pois nele podemos presenciar a retrospectiva feita pelo próprio Darwin de seu trajeto. E é com certa surpresa que o leitor contemporâneo se depara com o explícito reconhecimento, por parte do autor, do fato de que à época da redação de *A origem*, ele ainda possuía efetivas convicções religiosas – mesmo que bem distintas do criacionismo tradicional – que foram retificadas ao longo de seu trajeto posterior. Confirmando a hipótese de leitura que aqui apresentamos, se no texto de 1859 ainda é possível encontrar passagens problemáticas, que podem sugerir um comprometimento do autor com supostos finalistas, já na *Autobiografia* Darwin se diferencia de modo mais radical daqueles que acreditavam existir na natureza um desígnio:

¹⁰ Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência única*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 76-77.

“O antigo argumento do plano [design] da natureza, tal como exposto por Paley, e que antes me parecia tão conclusivo, cai por terra, agora que a lei da seleção natural foi descoberta. Já não podemos argumentar, por exemplo, que a bela charneira [hinge] de uma concha bivalve deve ter sido feita por um ser inteligente, como a charneira de uma porta foi feita pelo homem. Parece haver tão pouco planejamento na variabilidade dos seres orgânicos e na ação da seleção natural quanto na direção em que sopra o vento. Tudo na natureza é resultado de leis fixas”.¹¹

A passagem é fundamental. Nela, Darwin consuma sua ruptura com a cosmovisão teleológica – ruptura que sem dúvida já se iniciara em *A origem* – e distingue pelo menos dois níveis distintos de organização do ser. Se da charneira de uma porta pode-se legitimamente afirmar que foi desenhada por um homem para atender uma certa finalidade, o mesmo não se pode dizer da articulação que une as duas peças de uma concha bivalve. Esta última é o resultado de um processo de seleção natural, onde não houve nenhum tipo de finalidade comandando seu transcurso, mas apenas sucessivas transformações que beneficiaram os organismos portadores de certas características. Aqui, vemos um Darwin interessado em distinguir duas dimensões do ser: enquanto no ser natural – na concha bivalve – não cabe falar em planejamento, já no mundo formado pela ação humana (neste mundo onde se presentifica a elaboração da “charneira de uma porta”), aí sim cabe falar em planejamento, em ação orientada para um fim.

* * *

A referência ao exemplo darwiniano da charneira de uma porta, produto do trabalho humano, nos oferece a ocasião adequada para ingressarmos agora no pensamento de Marx. Sem dúvida, o filósofo alemão foi um dos pensadores que mais se ocupou desta experiência básica de nossa espécie que é a transformação da natureza pelo trabalho. E quando estudamos os escritos de Marx nos quais ele conceitua com mais vagar os elementos presentes num processo de trabalho, vemos que, *nesta precisa esfera do ser*, é inegável a existência de uma dimensão teleológica. É o que nos esclarece uma conhecida passagem de *O capital*:

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia

¹¹ Darwin, Charles (2000). *Autobiografia*, Rio de Janeiro: Contraponto, p. 75 (corrigido de acordo com o original em inglês).

*antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade”.*¹²

Temos aqui registrada a descontinuidade entre a nossa espécie e as demais: ao invés da ação apenas instintiva, emerge nos humanos a capacidade de figurar idealmente sua própria atividade. Mas, atenção, esta descontinuidade não precisa ser interpretada como ruptura absoluta: assim como Darwin, e diferentemente dos criacionistas de sua época (interessados em afirmar a irredutível centelha divina do homem, portador de uma alma e coroa da criação), Marx não constrói uma muralha separando nossa espécie das demais. Já em seus *Manuscritos Econômico-filosóficos*, ele escreve que “o homem é imediatamente ser natural”¹³ (ser enraizado na natureza, portanto), para pouco depois adendar que o homem é capaz de objetivações conscientes. Diferença que se revelará decisiva ao longo da progressiva exteriorização do trabalho humano: assim é que, se o leitor deste artigo se dispuser agora a examinar o que existe à sua volta, não verá uma natureza originária, mas sim um gigantesco conjunto de edificações, de artefatos, etc., produtos da objetivação do trabalho humano.

O que nos cabe agora indagar é se, tal como ocorre na experiência laboral, também o decurso histórico mais geral seria orientado, na concepção de Marx, por uma finalidade. Tal como em Darwin, a aproximação a esta pergunta necessita ser feita com cuidado. Num primeiro contato com a obra marxiana, deparamo-nos com passagens que parecem se encaminhar para uma resposta afirmativa à questão.

Tomemos, a título de exemplo, os já citados *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Neles, ao referir-se a uma futura sociedade comunista, Marx afirma que “é [o comunismo] o enigma resolvido da história, e se sabe como esta solução”¹⁴. Ora, é fato que um enunciado que afirma existirem enigmas na história, que encontrarão sua solução apenas no momento da meta realizada, caminha bem próximo a uma concepção finalista da história. E para que não se diga que esta é uma passagem localizável apenas na juventude de Marx, podemos citar também o capítulo 24 de *O capital*, onde após fazer uma análise da violência presente no processo de transição da sociedade feudal para a

¹² Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume I), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 202.

¹³ Marx, K. (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*, São Paulo: Boitempo Editorial, p. 127.

¹⁴ *Ibidem*, p. 105.

sociedade capitalista, nosso autor apresenta nestes termos o futuro advento de uma sociedade socialista, que entende estar bem próximo:

*“Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. (...) A propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade individual baseada no trabalho próprio. Mas, a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação”.*¹⁵

Ao invocar a “fatalidade de um processo natural”, Marx torna-se vulnerável àquela mencionada crítica que entende ser sua concepção uma versão materialista da filosofia da história de Hegel (esta sim, reconhecidamente teleológica). Possibilidade de leitura que se vê reforçada pelo uso do conceito hegeliano de negação da negação.

Feito este registro, analisemos agora a vertente que nos parece mais fecunda no interior do pensamento de Marx. Pois de modo algo paradoxal, eis que o próprio filósofo nos oferece os meios para se desconstruir a matriz teleológica anterior, rumo a uma concepção mais aberta do processo histórico. E não é preciso recorrer-se apenas à obra da maturidade de Marx para comprovar isso: mesmo num texto como *A ideologia alemã*, na polêmica com os filósofos neo-hegelianos, encontramos uma excelente passagem a este respeito (como que a nos mostrar que a partição excludente entre jovem Marx e velho Marx não é, afinal, uma boa chave de leitura). Nela, nosso autor se pronuncia com muita clareza contra o idealismo teleológico que caracterizava a formulação dos neo-hegelianos, onde a história surgia como um sujeito dotado de vontade. Diferenciando-se de tal concepção, o texto afirma o caráter mundano da experiência humana histórica:

*“A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a actividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objectivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América o objectivo de proporcionar a eclosão da revolução francesa”.*¹⁶

Evitando, pois, a visão antropomórfica de história, Marx a devolve a seu solo fundante: concatenação temporal das diferentes gerações de seres humanos, que se relacionam entre si e com a natureza. Quanto à existência de uma teleologia neste

¹⁵ Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume II), RJ: Civilização Brasileira. p. 881.

¹⁶ Marx, K. e Engels, F. (1981). *A ideologia alemã*, Lisboa: Edições Avante. p. 47-48.

processo, o nítido exemplo referente à relação entre o descobrimento¹⁷ da América e a Revolução Francesa nos mostra que o que estava ali presente era tão somente uma relação causal, mas não teleológica. Sendo mais explícitos: ao fazer a análise dos processos históricos que levaram à eclosão da Revolução Francesa, é legítimo incluir-se o descobrimento da América como um deles. Mas uma perspectiva teleológica não se satisfaz com este sóbrio registro: ela vai bem mais além, e afirma que havia uma finalidade – consciente ou inconsciente – no fenômeno de 1492, que seria propiciar a eclosão, séculos depois, da própria Revolução Francesa. É precisamente contra este erro teleológico que se endereça o alerta de Marx.

Voltando agora à questão que apresentamos mais atrás, referente à possibilidade de se expandir a teleologia existente num processo de trabalho para o transcurso histórico mais geral, vemos com nitidez que a resposta que se impõe é negativa. Ou seja: **é um erro transpor-se as categorias explicativas do processo de trabalho para o âmbito macro-histórico**. Pois se no primeiro caso a atividade transcorre sob a égide de uma causalidade de fato marcada por uma teleologia, o mesmo não ocorre no âmbito do processo histórico como um todo.

Mas não seria uma contradição afirmar – como faz Marx – que os homens agem perseguindo finalidades e que mesmo assim a história humana não é teleológica? De forma alguma. Basta lembrar que, na concepção marxiana, a partir da atividade humana emerge uma realidade distinta daquela intentada pelos seus agentes. Seja na formação de um ente singular, o capital (que adquire uma lógica própria de expansão), seja nos cotidianos conflitos entre as classes sociais, vale aqui lembrar uma passagem de F. Engels que ressalta com clareza a imprevisibilidade do curso histórico assim formado: “*o que um deseja tropeça com a resistência oposta por outro, e o resultado de tudo isto é algo que ninguém desejava*”¹⁸. Formulação que nos deixa diante do caráter em aberto da experiência humana se fazendo: experiência determinada, sem dúvida, mas ainda assim imprevisível.

É bem sabido que as advertências quanto ao cuidado necessário para se analisar os diferentes momentos constitutivos de um processo histórico nem sempre foram

¹⁷ Seguindo a terminologia do texto marxiano, falamos aqui em *descobrimto* da América. Sabe-se que a historiografia contemporânea questiona tal expressão, ressalva que não afeta o cerne do presente argumento.

¹⁸ “Engels a Bloch (carta de 21/22 de setembro de 1890)”. In: Marx, K., e Engels, F. (s/data). *Obras Escolhidas*, vol 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 285.

observadas pelos seguidores de Marx e Engels. Com efeito, já enquanto os autores estavam vivos, passou a circular uma versão de seu pensamento que interpretava as hipóteses marxianas sobre a importância das condições objetivas da vida humana no devir histórico como sendo imperativos a serem seguidos igualmente por todas as sociedades (procedimento que, ao fim e ao cabo, caracterizaria um estreito finalismo histórico). Entre as passagens nas quais Marx protesta contra esta vulgarização de seu pensamento – ele que já havia afirmado que “tudo que eu sei é que não sou marxista”¹⁹... –, merece destaque a carta de 1877 endereçada ao editor do periódico russo *Otecestvenniye Zapisky*. Nela, Marx diverge frontalmente da interpretação dada à sua abordagem do processo de transição de uma sociedade feudal para a sociedade capitalista:

“Isso é tudo. Mas não é o bastante para o meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental numa teoria histórico-filosófica da marcha geral imposta pelo destino a cada povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que ele se encontra, de modo que se possa finalmente chegar à forma de economia que assegura, com a maior expansão das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais completo do homem. Mas eu lhe peço desculpas. Isso é me prestar demasiada homenagem e me envergonhar bastante”.²⁰

O que era então, na pena de Marx, o esboço de uma pesquisa histórica a ser testado em cada caso concreto passou a ser erroneamente interpretado como uma espécie de dogma a ser seguido de modo universal por todas as sociedades, daí o protesto marxiano contra a trivialização de sua teoria.

* * *

Buscamos demonstrar neste breve artigo que, percorrendo trajetórias distintas, tanto Marx como Darwin deram uma contribuição singular para o entendimento dos processos históricos de longa duração. Ao recusar as teses dos fixistas de sua época, Darwin nos mostra a natureza como um processo histórico se fazendo, que passa agora a demandar uma preocupação genealógica para o entendimento das diferentes espécies. “Nossas classificações hão de se transformar em genealogias”, nosso autor afirma de modo muito sugestivo ao final de *A origem das espécies*.

¹⁹ Apud “Engels a Schmidt (carta de 05 de agosto de 1890)” In: *Ibidem*, p. 283.

²⁰ Letter from Marx to Editor of the *Otecestvenniye Zapisky* (11/1877), Sítio da Internet: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/11/russia.htm>. Consulta em 03/2010.

Já em Marx encontramos uma recusa das polaridades que então disputavam a primazia no entendimento dos fenômenos sociais: nem Hegel, com sua teodiceia do Espírito, nem os empiristas, que apresentavam uma mera “coleção de fatos mortos”²¹. Vai então para um primeiro plano a afirmação de um processo histórico singular, que emerge da própria atividade dos grupos humanos em seu intercâmbio com a natureza. Muito brevemente, deixemos aqui anotado que é em função desta emergência de categorias especificamente sociais que o basilar conceito darwiniano de seleção natural – tão pertinente, como vimos, para a compreensão do devir das espécies na natureza – não deve ser transposto de modo acrítico para o âmbito das relações sociais (por mais que assim proceda a volumosa bibliografia produzida pelos defensores da sociobiologia contemporânea...)²².

Enfim, ao longo do percurso destes dois autores clássicos, vimos também que ambos se defrontaram com uma antiga e persistente concepção que afirma existir uma finalidade oculta comandando o transcurso dos processos naturais e históricos. Essencialmente equivocada, tal concepção dilata categorias que são válidas num âmbito determinado da experiência humana, expandindo-as para processos que a rigor, não são teleológicos.

Procuramos também tornar manifesto, ainda que isso possa soar inicialmente paradoxal, que em certas passagens dos dois autores examinados, é possível localizar marcas da concepção que está sob crítica. Sendo assim, aquele comentarista que se propuser a apresentar aos seus leitores um Marx finalista, ou um Darwin teleólogo, conseguirá em parte fazer isso, pois existem momentos nos dois pensadores que permitem esta interpretação. Porém, esta leitura, longe de ser, no nosso entendimento, a mais produtiva de seus textos, finda por desconsiderar o fundamental: o enorme esforço empreendido por ambos na crítica às visões de mundo então predominantes, que projetavam categorias humanas finalistas em processos não intencionais.

Enfim, partindo de uma teleologia, matriz de pensamento fortemente enraizada no século XIX (e que deixou marcas na obra deles mesmos), Marx e Darwin nos ofereceram

²¹ Marx, K e Engels, F. (1981). Op. Cit, p. 30.

²² Abordamos este ponto com mais vagar em nosso artigo: Martins, Maurício Vieira (2006). “Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência”, In *Crítica Marxista*, n. 22, Rio de Janeiro: Revan, p. 32-54. Vale lembrar que a crítica ao teleologismo encontra em B. Espinosa um de seus antecessores mais contundentes.

as condições de operar a sua ultrapassagem e visualizar uma história em aberto se fazendo. Para tal visualização, avulta em importância um trabalho de interpretação que, acompanhando a letra destes textos clássicos, desdobre-a para deles extrair aquilo que é mais fecundo e passível de diálogo com a nossa contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

Darwin, Charles (2000). *Autobiografia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (2002). *Origem das espécies*, Belo Horizonte: Itatiaia.

Fay, Margaret A. (1978). “Did Marx Offer to Dedicate Capital to Darwin?: A Reassessment of the Evidence”, In *Journal of the History of Ideas*, Vol. 39, No. 1, p. 133-146.

Lennox, James (1993). “Darwin was a Teleologist”, In *Biology and Philosophy* vol. 8, p. 408-421.

Martins, Maurício Vieira (2006). “Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência”, In *Crítica Marxista*, n. 22, Rio de Janeiro: Revan, p. 32-54.

Marx, K. (1980). *O capital* (Livro 1, volume I), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1980). *O capital* (Livro 1, volume II), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. e Engels, F. (1981). *A ideologia alemã*, Lisboa: Edições Avante.

_____. (s/data). *Obras Escolhidas*, vol 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega.

Mayr, Ernst (2005). *Biologia, ciência autônoma*, São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2005). *Biologia, ciência única*, São Paulo: Companhia das Letras.

FAZENDAS E QUARTÉIS

A QUESTÃO AGRÁRIA SOB ÓTICA MILITAR NO BRASIL E NO PERU: (1961-1988)

**HACIENDAS Y CUARTELES: LA CUESTIÓN AGRARIA BAJO LA ÓPTICA
MILITAR EN BRASIL Y PERÚ (1961-1988)**

**HACIENDAS AND BARRACKS: THE AGRARIAN QUESTION ON THE MILITARY
PERSPECTIVE IN BRAZIL AND PERU (1961-1988)**

**LATIFUNDIA ET CASERNES : LA QUESTION AGRAIRE SOUS L'OPTIQUE MILITAIRE
AU BRÉSIL ET AU PÉROU (1961-1988)**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102405

Vanderlei Vazelesk

RESUMO

Este trabalho discute a atuação dos regimes militares instaurados no Brasil (1964) e no Peru (1968) no que tange à implantação de leis de reforma agrária. São analisadas as razões pelas quais a legislação sobre redistribuição de terras foi aplicada no Peru, ao passo que no Brasil sua implementação ficaria restrita à política de modernização da agricultura. Reflete-se também sobre a emergência do movimento camponês, ocorrida nos anos cinquenta em ambos os países, e sobre o diálogo por ele estabelecido com as respectivas burocracias estatais durante as ditaduras militares, bem como sua atuação nos contextos de abertura política do início dos anos oitenta.

Palavras-chave: Burocracia estatal, trabalhadores rurais, Brasil, Peru.

RESUMEN

El trabajo discute la actuación de los regímenes militares establecidos en Brasil (1964) y en Perú (1968) respecto a la implantación de las leyes de reforma agraria. Se analizan las razones por las cuales la legislación sobre redistribución de tierras ha sido aplicada en Perú, al paso que en Brasil su aplicación quedaría restringida a la política de modernización de la agricultura. Además, se reflexiona sobre el surgimiento del movimiento campesino, ocurrido en los años cincuenta en ambos países, y sobre su diálogo con las respectivas burocracias estatales durante las dictaduras militares, así como su actuación en los contextos de apertura política a inicios de los años ochenta.

Palabras-clave: Burocracia estatal, trabajadores rurales, Brasil, Perú.

ABSTRACT

This work discusses the practices of the military regimes established in Brazil (1964) and Peru (1968) in what concerns the implementation of land reform laws. It analyzes the reasons why legislation on land redistribution was applied in Peru, while Brazil limited itself to implement policies to modernize agriculture. It then reflects on the emergence of peasant movements in both countries, in the 1950s, on the dialogue they established with the respective State bureaucracies during the military dictatorships, and on their action in the contexts of political opening, in the beginning of the 1980s.

Key words: State bureaucracy, rural workers, Brazil, Peru.

RÉSUMÉ

Ce travail discute l'action des régimes militaires instaurés au Brésil (1964) et au Pérou (1968) pour ce qui est de la mise en place des lois concernant la réforme agraire. L'on analysera, d'un côté, les raisons pour lesquelles la législation relative à la redistribution des terres a été appliquée au Pérou et, de l'autre, pourquoi sa mise en œuvre au Brésil a été restreinte et soumise à la politique de modernisation de l'agriculture. Par ailleurs, l'on propose une réflexion sur l'émergence du mouvement paysan, qui a eu lieu dans ces deux pays au long des années 1950, sur le dialogue que celui-ci a établi avec les bureaucraties

étatiques respectives durant les dictatures militaires et également sur sa participation aux contextes d'ouverture politique en cours au début des années 1980.

Mots-clés : Bureaucratie étatique, travailleurs ruraux, Brésil, Pérou.

Introdução

No dia primeiro de abril de 1964 os tanques do general Olímpio Mourão Filho chegavam à Guanabara, desfechando o golpe que depunha o presidente João Goulart. O movimento civil-militar era a expressão de uma ampla coalizão oposicionista, que reunia proprietários rurais, industriais, militares e um vasto setor médio, que se opunha tanto às reformas pregadas por Goulart, como ao amplo movimento reivindicatório que as mesmas inspiravam. Tal movimento congregava os operários do Comando Geral dos Trabalhadores, os camponeses que se articulavam em vários pontos do país, organizações estudantis e mesmo baixas patentes das forças armadas. A vitória da composição conservadora parecia exorcizar o fantasma de uma reforma agrária anunciada pelo presidente duas semanas antes, vista pela maior parte dos setores proprietários e médios, como a porta de entrada para a temida comunização do país. Entretanto, exatos oito meses depois do golpe, era aprovada por um congresso resistente uma lei de reforma agrária, que continha muitos dos dispositivos pregados no governo deposto.

Em 1968, os tanques do general Velasco Alvarado cercavam o palácio de governo e retiravam à força o presidente Fernando Belaunde Terry. O Peru aprovara em 1964 uma lei de reforma agrária bem mais moderada que a brasileira, mas não fora o problema agrário o principal detonante do golpe. Uma oligarquia agrária enfraquecida, com o poder político no parlamento, que não expressava seu poder econômico, denúncias de corrupção e um mau acordo com a International Petroleum Corporation seriam o rastilho de pólvora para o golpe que afastou o presidente. Belaunde, cinco anos antes, fora

praticamente posto no poder pelas forças armadas. ¹ Se o problema agrário não fora um fator imediato da crise, nove meses depois o regime militar peruano implantava uma lei de reforma agrária, que seria aplicada e acabaria reduzindo em muito o poder do setor oligárquico.

Se, no Brasil, como nos lembra Dreifus², o que estava em jogo, mais do que a derrota de um projeto socializante, era uma proposta de reordenação do sistema capitalista, que se buscava implantar sob inspiração dos intelectuais ligados ao IPES ³ no Peru, como recordam Contreras e Cueto⁴, o que se tentava era uma reorganização do capitalismo não associada aos grandes grupos econômicos internacionais, e mesmo chegava-se a falar em socialismo como meio para atingir-se o desenvolvimento do país, ainda que não fosse um socialismo nos moldes soviéticos .

Por que dois regimes de signos tão diferentes aprovariam pouco tempo depois de instalados leis de reforma agrária? Qual o diálogo que estabeleceram com movimentos camponeses, após a implementação de ditas leis de reestruturação fundiária? Qual o papel dos setores proprietários, que no Brasil foram tão importantes para a ascensão do movimento civil-militar ao poder e no caso peruano assistiram passivamente a queda de Belaunde? São reflexões que iremos desenvolver durante este trabalho. Comparar é de extrema utilidade, na medida que nos permite, através do olhar que lançamos ao outro, entender um pouco de nós mesmos.

¹ Fernando Belaunde Terry disputara as eleições de 1962 no Peru e as perdera para Victor Rau Haya de La Torre. A possibilidade de vitória deste detestado líder da Alianza Popular Revolucionaria Americana, que no passado fora identificado pelos militares ao comunismo e agora era associado à corrupção da antiga oligarquia, levou a uma intervenção militar, que anulou as eleições e as realizou em condições favoráveis a Belaunde. Cf. Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Terceira Edição Fundação Alexandre Gusmão. p. 235.

² Dreifus, René Armand (1981). *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes. p. 135.

³ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entidade civil que congregava, no início dos anos sessenta, intelectuais conservadores, empresários e militares da ativa e da reserva, que foi fundamental para a desestabilização de Goulart.

⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporaneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos. p. 249.

O texto divide-se em três momentos: Inicialmente discute-se a emergência dos movimentos camponeses em ambos países na década de cinquenta e os respectivos papéis nas crises, que levaram a derrocada de Goulart e Belaunde. Posteriormente, aborda-se os respectivos projetos militares para a questão agrária em cada sociedade e, dentro de nossas possibilidades, sua relação com os setores proprietários e principalmente trabalhadores rurais. Por fim, reflete-se sobre a participação das organizações de trabalhadores nos contextos de crise dos respectivos regimes militares.

É uma abordagem inicial, que acreditamos ser extremamente importante para perceber um pouco melhor as semelhanças e diferenças entre duas sociedades a um tempo vizinhas e desconhecidas entre si, possibilitando ao leitor um primeiro olhar em relação às respectivas estruturas agrárias, desde uma perspectiva comparada.

Questão Agrária e Segurança Nacional: a Emergência dos Movimentos Camponeses

Quando Fidel Castro e seus guerrilheiros conseguiram estabelecer sua base na Serra Maestra, utilizaram a reforma agrária como uma das principais bandeiras para atrair o apoio dos elementos rurais, que se uniram à ampla frente que derrotou Fugencio Batista. Rapidamente, o novo governo realizou a reforma agrária, que foi, recordemos, um dos principais focos de tensão com o governo de Eisenhower⁵.

Com a chegada de Kennedy ao poder (1961), a reforma agrária começa a ser percebida como uma espécie de vacina contrarrevolucionária, pois mostraria ao campesinato a possibilidade de sair das duras condições em que vivia, sem apoiar movimentos disruptivos. Logo, a Aliança para o Progresso pregada pelo governo americano em uma conferência em Punta Del Este (Uruguai), no mesmo ano da posse de Kennedy, definiu a necessidade de reformas agrárias em toda América Latina, como mecanismo de superação do subdesenvolvimento⁶. Embora, como recorda a autora, pouco de efetivo se fizesse para apoiar financeiramente a realização de reformas

⁵ Ayerb, Luiz Fernando (2003). *A Revolução Cubana*, São Paulo: UNESP. p. 58.

⁶ Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?*, Porto Alegre: UFRGS. p. 215.

agrárias, especialmente após o assassinato de Kennedy (1963), aqueles que as defendiam tinham agora uma possibilidade para desatrelar reforma agrária de comunismo, podendo perceber esta saída como uma alternativa dentro dos marcos capitalistas.⁷ Os defensores da reforma agrária nestas condições poderiam perfeitamente identificá-la como um meio de contenção dos movimentos camponeses, que, pelo menos nos dois países por nós analisados, começavam a ganhar importante dimensão desde a década de cinquenta.

No Brasil, as primeiras décadas do século XX seriam marcadas muito mais por movimentos tidos como messiânicos (Canudos, Contestado), em que os trabalhadores, movidos por um fervor religioso, mas também tentando romper com as estruturas locais de poder, organizaram comunidades, que resistiam ao controle oligárquico.

O governo de Vargas, instalado a partir de 1930, ainda que não tenha conseguido alterar a estrutura agrária, face à resistência do setor proprietário, procurou fazê-lo, fosse via esforços para a implantação da legislação trabalhista, fosse via colonização com pequenos proprietários. Ainda que sejam raros nesse período os vestígios deixados por um incipiente sindicalismo agrário, lembremos que a propaganda varguista ecoou nos meios rurícolas. A resposta é uma grande quantidade de cartas em que trabalhadores solicitavam desde uma enxada até o pedido para retornar à terra de onde tinham sido expulsos⁸. Lentamente, ia-se desenvolvendo uma cultura de direitos no meio rural. É certo que não podemos atribuir apenas à propaganda varguista esta inovação. O fato é que o roceiro começava a perceber que havia um poder maior que o do proprietário rural a quem se podia apelar.

⁷ Embora a versão mais conhecida do apoio de Kennedy a uma reforma agrária na América Latina esteja relacionada à noção de que ela impediria revoluções, existem pontos de vista distintos. Luis Gamarra Otero, que na década de 1960 era presidente da Sociedade Nacional Agrária, entidade representativa de proprietários rurais peruanos, avalia a possibilidade de grupos ligados ao partido Democrata nos Estados Unidos temerem a concorrência de produtos latino-americanos naquele país e, portanto, defenderem a reforma agrária como meio de desestruturar a produção agrícola dos países competidores. Cf. Otero, Luiz Gamarra (2008). "Um Testemuño Personal". In *Cáceres Vegas, Iliana – A 38 Años de La Reforma Agrária*, Lima: Fundación José Manuel Bustamante de La Fuente.

⁸ Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2008). *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, p. 240 e Dezemone, Marcus (2008). *Do Cativoiro à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*, Niterói, UFF, tese de doutorado, p. 25.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro procurou organizar ligas camponesas, que se destacaram no Rio de Janeiro, Goiás e Pernambuco. A queda do PCB na ilegalidade, em 1947, contribuiu para o desmonte do trabalho iniciado, mas as ligas seriam retomadas na segunda metade dos anos cinquenta. O advogado Francisco Julião, que por muitos anos trabalhou na defesa de arrendatários que eram expulsos por seus patrões, auxiliaria na organização da célebre Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco no Engenho Galiléia, em 1955. Esta seria apenas a primeira de uma miríade de entidades que se desenvolveriam especialmente em Pernambuco e na Paraíba, mas que atrairiam a atenção nacional para o Nordeste, no início dos anos sessenta.

O Partido Comunista criara, em 1953, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que buscava apoiar a sindicalização rural e garantir a redução do preço dos arrendamentos, bem como lutar contra a expulsão dos arrendatários.

A Igreja Católica, temerosa do avanço comunista, começou a organizar, através da Ação Católica Rural, grupos que visavam ao mesmo tempo evangelizar os trabalhadores, impedindo sua filiação ao comunismo e propondo algum tipo de alteração na estrutura fundiária, embora sem definir muito bem que tipo de alteração seria esta⁹.

Enquanto isso, setores ligados ao exército começavam a perceber a questão agrária como potencialmente perigosa. Militares já haviam participado no enfrentamento do confronto em Francisco Beltrão no Paraná (1957) e acompanhado com apreensão o confronto de Trombas e Formoso, no norte de Goiás, entre 1955 e 1956¹⁰. A presença, real ou imaginada, do Partido Comunista nestas regiões transformava, do ponto de vista de muitas lideranças militares, a questão agrária num problema a ser equacionado. Não

⁹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase, p. 45 e Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Estatuto da Terra: Origem e (Des)caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares*, Assis: UNESP, tese de doutorado, p. 53.

¹⁰ Tanto o conflito de Francisco Beltrão como o de Trombas e Formoso significaram a luta de posseiros contra grileiros e o movimento goiano contou com o apoio do Partido Comunista.

havia os comunistas tentando, em 1948, transmutar o enfrentamento entre posseiros e grileiros na ainda hoje pequena Porecatu (PR) no foco inicial da revolução brasileira?¹¹

O impacto da revolução cubana pode ter contribuído para a radicalização de alguns setores das ligas camponesas¹² e, em 1961, o Primeiro Congresso Camponês do Brasil, realizado em Belo Horizonte, se transformaria no brado “Reforma Agrária na lei ou na Marra”! A voz de Francisco Julião galvanizou o congresso e as teses do PCB, representadas na Ultab, no sentido de se regulamentar contratos de arrendamento, bem como de regulamentar o trabalho rural, foram derrotadas pelas de reforma agrária massiva. Vale salientar que, nesse momento, os movimentos sociais agrários não se limitavam ao açucareiro Pernambuco. No Rio Grande do Sul, contando com o respaldo do governador Leonel Brizola, o Movimento dos Agricultores sem Terra (Máster) realizava acampamentos e conseguia progressivamente a conquista da terra. Em São Paulo, assalariados executavam greves para obrigar o patrão a pagar o salário. No Rio de Janeiro, com o apoio do deputado Tenório Cavalcante, posseiros resistiam à expulsão na Baixada Fluminense.

Se o congresso de trabalhadores significou alerta máximo para o setor proprietário, com a expressão de Josafá Macedo, um dos dirigentes da Federação da Agricultura Mineira – “*Fiquei muito impressionado com o que vi no congresso*”¹³ –, aqueles que viam na reforma agrária um meio de evitar a revolução começavam a perceber que o momento de agir estava próximo. Ainda mais que, paralelamente ao movimento rural, surgia a proposta de reforma agrária do presidente João Goulart, que em 1963 apresentaria o projeto de redistribuição de terras, a partir da desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida agrária.

¹¹ Martins, José de Souza (1984). *A Militarização da Questão Agrária*, Petrópolis: Vozes, p. 35.

¹² Houve setores dissidentes das ligas que imaginaram a possibilidade de aproveitar o crescimento da mobilização agrária como foco inicial da revolução socialista, contando mesmo com o apoio cubano. Rolemberg sustenta que se detectou em novembro de 1961 um campo de treinamento em Pirinópolis, Goiás, com armamentos vindos de Cuba. Cf. Rolemberg, Denize (2001). *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*, Rio de Janeiro: Mauad. p. 23.

¹³ Starlin, Heloísa Maria Murgel (1985). *Os Novos Inconfidentes: os Senhores das Gerais*, Belo Horizonte: UFMG, p. 178.

Se a proposição janguista era bombardeada no parlamento, grupos conservadores ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais buscavam construir uma alternativa de reforma agrária. Num momento em que nem mesmo os líderes da Confederação Rural Brasileira falavam contra a redistribuição de terras, parecendo discutir apenas o modo de efetivá-la, homens como o engenheiro Paulo Assis Ribeiro começavam a elaborar um projeto que mais tarde influenciaria o Estatuto da Terra. Ribeiro trabalhara junto ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, e seu projeto previa muito mais a colonização no norte do Estado do que a desapropriação. Como veremos, esta linha, não sem resistência, acabaria vitoriosa.¹⁴

Enquanto as ocupações de terras, as greves no setor açucareiro e a articulação dos grupos ligados ao sindicalismo rural se desenvolviam, na luta agora pela organização da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, o IPES organizava uma ampla coalizão opositora, que unia segmentos descontentes das camadas médias, industriais, militares e os atemorizados setores proprietários rurais. Seu temor exacerbou-se quando, a 13 de março de 1964, o presidente João Goulart assinou, no famoso comício da Central, o decreto que desapropriava as terras às margens das rodovias e ferrovias federais. Era o começo da comunização, do confisco, do caos. A Marcha da Família com Deus, realizada seis dias depois em São Paulo, deu o respaldo civil ao movimento militar e, em 1º de abril, João Goulart partia para o exílio no Uruguai.

O movimento camponês seria derrotado, seus principais líderes presos, exilados e alguns mortos, mas a questão agrária não sairia da ordem do dia¹⁵.

No caso peruano, embora a década de cinquenta seja fundamental para entendermos a intervenção militar na questão agrária, pode-se afirmar que os conflitos pela posse da terra entre fazendas e as comunidades indígenas remontam ao tempo da independência. Bolívar, quando governava o Peru, aboliu o tributo indígena, mas também arrebatava às comunidades a propriedade da terra, que fora garantida pelo governo colonial espanhol, pois o libertador imaginara os indígenas como proprietários individuais.

¹⁴ Sobre a atuação de Paulo Assis Ribeiro junto aos projetos agrários do governador Mauro Borges, veja-se, apenas a título de exemplo, Projeto de Combinados Agrourbanos: In: Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 20.

¹⁵ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 93.

Com as finanças enfraquecidas, o governo posterior restabeleceu o tributo e as comunidades tiveram maior garantia para a propriedade da terra. O governo Ramon Castilla (1854-1862), em melhores condições devido aos recursos obtidos com a extração do guano, aboliu o tributo indígena. Mas o fim do tributo possibilitou aos grandes “hacendados”, fossem os barões do açúcar na costa, fossem pecuaristas na serra, avançar contra as terras comunais. Assim, as últimas décadas do século XIX seriam fortemente marcadas pela expropriação das comunidades, bem como pela resistência, muitas vezes armada, a esta expropriação¹⁶.

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreram greves em fazendas açucareiras de Piura, ao mesmo tempo em que nas zonas serranas eclodiam movimentos contra a perda de terras pelas comunidades ou mesmo a luta contra a cobrança de impostos por parte dos proprietários locais, os “gamonales”¹⁷. Em 1916, seria criado o primeiro sindicato rural em Ica, sob a liderança de Hipólito Peves Oliveros, que seria mais tarde o histórico dirigente da Confederación Campesina Del Peru. A década de 1920 assistiu a cerca de oitocentos protestos camponeses, destacando-se o de Uancané, em 1923, quando as lideranças rurais chegaram a controlar a cidade. No ano anterior, seria criada a Federación General de Yanaconas y Campesinos Del Peru. Mar e Mejía¹⁸ lembram que não existem provas de uma aliança entre operários açucareiros da costa e camponeses serranos, durante esse período. Esta desconexão deve-se ao fato das limitações geográficas do país¹⁹, bem como a pesada repressão, que, por exemplo, deixaria Peves Oliveros, presidente da Federação de Yanaconas, encarcerado entre 1924 e 1927.

¹⁶ Demelas, Marie Danielle (2003). “Estado y Actores Colectivos: El Caso de Los Andes”. In: Anino, Antonio; Guerra, François Javier (2003). *Inventando La Nación*, México: Fondo de Cultura Económica, p. 275.

¹⁷ Os “gamonales” são o equivalente peruano do coronel brasileiro, chefe político de uma determinada região, especialmente na zona andina, que dispunha de poder de vida e morte sobre seus trabalhadores, prevalecendo o sistema de “yanaconaje”, que corresponde ao trabalho gratuito realizado durante vários dias do mês para o patrão. Sobre as lutas das primeiras décadas do século XX, cf.: “Informe Central Al III Congreso de La Confederación Campesina del Peru, 5, 6 e 7 de maio de 1970”, In *Voz Campesina*, No. 1, Ano 25, março de 1972, p. 3-5.

¹⁸ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

¹⁹ O Peru está dividido em Costa, Serra e Selva, e com os meios de transporte da época, era extremamente difícil a comunicação entre os diversos pontos do país.

Na década de 1930, o movimento camponês perderia substância, posto que a repressão, aliada à crise econômica, o desmobilizaria, mas, ao fim da Segunda Guerra Mundial, seria reestruturado. E em 1947 seria criada, sob o influxo do Partido Comunista, dos socialistas e apristas, a Confederación Campesina Del Peru (CCP).²⁰ Atuando em princípio ao lado da Federación de Yanacunas, os líderes procuravam estimular a sindicalização, mas, no ano seguinte, um golpe militar liderado pelo general Manuel Odría desencadeou forte repressão tanto contra as atividades do APRA, quanto contra o movimento sindical camponês. A ditadura, que durou até 1956, assistiria ao seu final à emergência de conflitos novos e de organizações que procuravam canalizar as insatisfações de vários setores sociais.

Nas cidades, fazendo concorrência ao PARA, surge a ação popular de Belaunde Terry e, pouco tempo depois, partidos como o Movimento Social Progressista ou o Democrata Cristão²¹. E nos campos começa a desenvolver-se um forte movimento reivindicativo.

Na costa açucareira, estimulados pelo APRA, que há décadas apoiava a formação de sindicatos nos engenhos os trabalhadores realizavam greves e formavam sindicatos. Nos departamentos serranos de Cuzco e Pasco e mesmo no costeiro departamento de Piura, comunidades indígenas retomavam terras que perderam para as fazendas sob o influxo da CCP, que se fundira com a antiga Federación de Yanacunas. Toda esta movimentação levava o governo eleito de Manuel Prado (1956-1962) a criar a Comisión para La Reforma Agraria y La Vivenda. Após três anos, a comissão elaboraria um projeto

²⁰ Salgado, Carlos Monge (1989). *Agremiación en El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latin-American Studies Association. Cf. ainda "Informe al Tercero Congreso de la Confederación Campesina del Perú". In: *Voz Campesina*, Março de 1972, no. 1, Ano 25, p. 8-21. Vale salientar como as diferentes memórias conformaram a história contada por dirigentes da *Confederación Campesina del Peru*. No Informe citado, a presença aprista nos primeiros tempos é escamoteada em favor dos comunistas. Atualmente, observo em entrevista que realizei com Jorge Prado, secretário-geral da CCP, em 16 de julho de 2009, em Lima, também essa presença é escondida em favor de uma dita autonomia camponesa. Cf: Ribeiro, Vanderlei Vazelesk. "Confederación Campesina del Peru: uma Aproximação". Trabalho inserto nos anais eletrônicos das *VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*, realizadas entre 11 e 13 de novembro de 2009 na Universidade de Buenos Aires. Sobre a presença aprista nas áreas rurais açucareiras da costa peruana ao fim da segunda Guerra, cf.: Burenus, Charlot (2001). *Huando: Testimonio de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres*. Lima, DESCO.

²¹ Cotler, Julio (2006). Op. Cit, p. 197.

que pouco falava em desapropriação, posto que se pensava mais em garantir a estrutura vigente no país, limitando-se a reconhecer o direito de as comunidades reaverem suas terras, embora lhes dessem poucas garantias de retomada.

Enquanto isso, no plano sindical, a CCP ganhava um concorrente, sendo organizada a Federación Nacional de Campesinos del Peru (Fencap), sob forte influência aprista, atuando especialmente junto ao setor açucareiro. Em 1961, crescia o movimento sindical em Cuzco e os yanaconas realizavam uma greve geral.

No ano seguinte, ano eleitoral, tanto a Fencap como a CCP realizaram congressos. O padrão de greves na costa açucareira, acompanhado de ações das comunidades retomando as terras, marcava uma ascensão do movimento camponês, embora não houvesse perspectiva de unificação, devido às diferenças ideológicas entre os dirigentes das entidades.

Os da Fencap ligavam-se umbilicalmente ao APRA e pareciam mais interessados em medidas de melhoras nas condições dos assalariados, enquanto os da CCP, nesse momento muito influenciados pelo maoísmo, sustentavam a necessidade de uma reforma agrária, existindo entre os dirigentes da entidade aqueles que só aceitavam discuti-la após a revolução socialista. De todas as mobilizações daquele ano, a que mais chamaria atenção seria a liderada por Hugo Blanco na serra. Os sindicatos da Província de la Convención, departamento de Cuzco²², realizavam ocupações de terra, expulsando os gamonales e realizando aquilo que dirigentes da CCP chamariam mais tarde de recuperação confiscatória, pois se associaria rapidamente à ideia de ocupação a de tomada pelos camponeses das comunidades das terras usurpadas pelas fazendas.

Num ano eleitoral, a reação militar combinava repressão e cooptação. Vale salientar que o processo eleitoral foi suspenso ante a iminente vitória do APRA. Por mais que Haya de la Torre tentasse mostrar não ser mais o antigo líder socialista dos anos trinta, o fato é que o seu nome gerava fortes resistências na cúpula militar. Essa resistência não se dava mais pelo antigo temor de ter sido o APRA a organização que incentivara marinheiros a se sublevarem em 1931 e 1948. A resistência agora vinha de um setor reformista dentro do exército, que, articulado no Centro de Altos Estudios

²² O Peru está dividido em departamentos, que por sua vez estão subdivididos em províncias e estas em distritos.

Militares²³, agora entendia que o país necessitava de reformas, inclusive agrária, para poder industrializar-se e defender-se de ameaças externas e internas. No passado, Haya fora o temido revolucionário, agora era visto como alguém que se aliava aos Estados Unidos e à arcaica oligarquia para chegar ao poder. Enquanto impedia a posse do aprista, a Junta Militar de Governo procurava realizar algumas distribuições de terras, ao mesmo tempo em que líderes como Hugo Blanco eram presos e outros, assassinados.²⁴

Os líderes do CAEM começaram a temer pela possibilidade de que as greves açucareiras na costa, associadas aos levantes camponeses nas zonas andinas, pudessem ser o estopim da revolução. Como seus homólogos brasileiros, temiam que do campo viesse a guerrilha foucaultiana, que se esparramaria por todo o país a partir dos pequenos focos. Não fora assim na Argélia, que se libertara da França, não começava a ser assim na África Portuguesa, como lembrava em depoimento ao CPDOC o general Octávio Costa? A revolução poderia perfeitamente bem desencadear-se a partir de pequenos movimentos rurais. Era preciso contê-los. Por isso, a Junta Militar de Governo, ao entregar o poder a Belaunde Terry, finalmente eleito em 1963, tinha decretado as bases para uma reforma agrária.

A repressão fez diminuir as ocupações de terra, mas a noção de que a estrutura agrária peruana precisava ser reformada ganhava corpo entre os setores médios, e capturava a atenção das principais lideranças políticas do país. Assim, em fevereiro de 1964, o parlamento aprovava uma lei de reforma agrária que, ainda que estabelecesse um limite a partir do qual as terras poderiam ser desapropriadas e reconhecesse, em tese, o território das comunidades camponesas, organizava um processo extremamente lento para a adjudicação de terras.

Além do mais, a oposição que a aliança entre partidários do APRA e de Manuel Odría faziam às medidas de Belaunde no parlamento, negando recursos orçamentários para aplicação de dispositivos legais (desapropriações, cadastros, etc.) levaram ao virtual colapso do processo no período 64-68. Desta forma crescia a descrença nos meios castrenses e, principalmente, no campesinato, de que pudesse ocorrer uma reforma agrária, dentro dos limites da restritiva democracia peruana.

²³ Esta entidade era um centro preparatório de oficiais similar à Escola Superior de Guerra no Brasil.

²⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 235.

Além do mais, o que os líderes do CAEM tanto temiam finalmente ocorreu, pois justamente em La Convención eclodiram as ações guerrilheiras do Movimiento de Izquierda Revolucionaria e do Ejército de Liberación Nacional. Embora os movimentos armados tenham sido derrotados facilmente, parecia claro para muitos setores no exército, que aquela era apenas uma primeira fase da luta, e que era preciso impedir a emergência de novos focos de contestação no meio agrário.

Como no Brasil dos primeiros meses de 1964, desenvolvia-se a noção de que não bastava reprimir protestos rurais, mas era preciso fazer algo em relação a uma estrutura, que exportava pouco e não atendia ao mercado interno. Embora o problema agrário não tenha sido um dos fatores que desencadearam o golpe, como no caso brasileiro, os planejadores militares peruanos provavelmente o tinham bastante em conta.

De acordo com García²⁵, como causas imediatas estavam a crise econômica, a veia nacionalista atingida com a perda da Ata de Talara,²⁶ e principalmente o desgaste das tradicionais oligarquias agrárias que, ainda que ocupassem o parlamento, já não atendiam a reclamos como de setores da indústria ou dos trabalhadores, ficando isolada. Havia também o perigo da volta de Haya de la Torre, o septuagenário, que poderia vencer as eleições previstas para 1969²⁷.

Desta maneira, quando o golpe foi desfechado contra Belaunde, poucos grupos saíram às ruas para defender não o governo, que já não contava com possibilidades de apoio, mas pelo menos a frágil democracia peruana.

Assim, os militares que agora empalmavam o poder desenvolveriam um projeto nacional, que teria características distintas do modelo anterior, ainda muito calcado na extração mineira, na pesca, na agricultura para a exportação. Aqui a reforma agrária ganharia extrema relevância.

²⁵ García, Henry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco, p. 41.

²⁶ A Ata de Talara era um documento assinado entre a International Company Petroleum e o governo peruano, garantindo indenizações que a empresa pagaria ao governo após a nacionalização. A versão mais conhecida é a de que o governo teria “perdido” a última página do contrato.

²⁷ “Golpe Militar no Peru”. In *O Estado de S.Paulo*: 4 de outubro de 1968: 4, 12.

Reforma Agrária e Regime Autoritário: a Política Fundiária e os Projetos Militares

Já em maio de 1964, enquanto sindicatos de trabalhadores sofriam intervenções e lideranças eram presas, o governo de Castelo Branco organizou o Gret (Grupo de Trabalho para o Estatuto da Terra), que deveria efetivar discussões a respeito da realização de uma reforma agrária, dando-lhe um caráter técnico, como se dizia, evitando as mobilizações camponesas do período anterior. Rapidamente delinearam-se duas posições no interior do Gret: de um lado aquela defendida por Paulo Assis Ribeiro, que sustentava ser a tributação progressiva sobre áreas não utilizadas a melhor forma para obter terras para a reforma agrária, e de outro a esgrimida por José Gomes da Silva, que afirmava ser a desapropriação sobre espaços não cultivados, o melhor mecanismo, pois atenderia rapidamente a massa camponesa, que reivindicava o acesso à terra²⁸.

Havia também aqueles que, mais ligados ao IPES de São Paulo, contestavam a necessidade de realização de qualquer reforma na estrutura fundiária. Quando veio a público, em julho, a notícia do projeto governamental, expressa na convocação do seminário de secretários estaduais de Agricultura para um encontro em Viçosa (MG), a reação foi vigorosa por parte dos opositores à proposta. Aqui nota-se um padrão que já observei em minhas pesquisas em relação ao diálogo entre entidades patronais agrícolas e o Estado, durante os governos de Getúlio Vargas: os líderes da Sociedade Rural Brasileira simplesmente se recusaram a comparecer ao encontro, enquanto os dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura compareceram, e procuraram interferir nas decisões nele elaboradas.

Conforme Sales²⁹, tudo era questionado no estatuto, desde o grupo que o elaborara até o nome do diploma legal a ser implantado. A desapropriação com pagamento em títulos da dívida agrária era considerada confiscatória, o cadastro de terras previsto para que se pudesse organizar as desapropriações era uma forma também de confisco e principalmente não se devia discutir política agrária, mas uma política agrícola, que modernizasse a estrutura, não da tenência da terra, mas da prática agrícola, através da técnica.

²⁸ Landin, Regina Ângela Bruno (1995). "Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto". In *Revista Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ. p. 12.

²⁹ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 138.

O projeto sofreu então várias alterações³⁰. A política agrícola ganhava maior peso, o imposto territorial previsto para 0,5% baixaria para 0,2% e não ficaria com a União e sim parte com os estados e outra com os municípios onde fosse arrecadado. O proprietário cuja terra fosse declarada latifúndio teria, como queriam os dirigentes da Sociedade de Agricultura, três anos para adaptar-se aos novos regulamentos. Mesmo assim, no congresso, quando a proposta foi enviada em outubro, as resistências não seriam menores. O deputado Abel Rafael, do Partido de Representação Popular, que tinha origem na Ação Integralista exclamava: “*Seria melhor ir buscar o senhor João Goulart, pois ele faria esta reforma com mais autenticidade*”³¹.

Na UDN, a resistência do deputado Bilac Pinto era extremada, defendendo que não era necessária a redistribuição de terras, pois desorganizaria a produção e o melhor era aceitar o êxodo rural, para que a indústria e os serviços absorvessem a mão de obra vinda do campo. Um dispositivo implantado logo após o golpe militar, que dava ao congresso um prazo máximo de trinta dias para discutir as mensagens presidenciais, facilitou a aprovação do Estatuto da Terra. A Mensagem 33 fora encaminhada em outubro. Já em novembro, a emenda X, permitindo ao governo pagamento em títulos da dívida agrária para desapropriações de terras, e o Estatuto da Terra eram aprovados.

O estatuto, pela primeira vez no Brasil, definia o que era latifúndio, por dimensão (seiscentas vezes o módulo fiscal de uma determinada região) ou por inexploração, de acordo com as condições de cada área³². Previa-se a realização de desapropriações em áreas de tensão social com altos índices de parceiros e arrendatários, e os beneficiários seriam organizados em cooperativas integrais de reforma agrária. O modelo imaginado era de uma empresa rural tecnificada, fosse para o latifundiário que se modernizasse fosse para novas áreas cooperativizadas. O estatuto preconizava antes do início das desapropriações a realização de um cadastro das terras, num país que jamais o fizera, pois era funcional para os grandes apossadores de terras desde o século XIX não

³⁰ Ramos, Carolina (2006). *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, p. 139.

³¹ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 153.

³² Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 87.

demarcar seus limites a fim de continuar avançando sobre novas áreas³³. O estatuto não tinha nenhuma palavra sobre a apropriação ilegal por grandes possuidores de terras públicas (grilagem), que poderia ter sido um meio de arrecadação de terras. Os grileiros, como nas observações de Márcia Motta, continuavam com um expressivo poder político, não só em nível de sua região, mas também no plano do poder central.

Eram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para efetivar as políticas referentes à reforma, como o cadastro de terras, as desapropriações e a organização das cooperativas de parceiros; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para efetivar políticas agrícolas, como eletrificação, estímulo à comercialização, aperfeiçoamento técnico, etc. Rapidamente o processo de reforma agrária seria esvaziado, mas o estatuto não seria esquecido.

Se no Brasil houve um amplo debate público (excluindo-se os trabalhadores) acerca da aprovação de uma lei de reforma agrária nos primeiros meses do regime militar, o mesmo não parece ter-se dado no país vizinho. No Peru, as atenções iniciais do governo não pareciam voltadas para a questão agrária, mas sim para companhias de petróleo. Assim, a Ata de Talara foi anulada uma semana após o golpe, e logo depois as instalações petrolíferas seriam ocupadas militarmente. Pouco tempo depois seria estatizada a tradicional Serro de Pasco Corporation, antiga mineradora de cobre daquele departamento.

Contudo, a noção de que o governo deveria realizar rapidamente uma reforma agrária estava presente nos escalões superiores da burocracia estatal, pois tratava-se de ganhos econômicos e políticos. Econômicos, porque seria uma ampliação do mercado interno, para a recente indústria em expansão. O governo militar procuraria realizar três décadas depois dos vizinhos a substituição de importações³⁴. Para tanto era preciso aumentar a produção para uma Lima que crescia, enquanto os novos produtores consumiriam o que a indústria tivesse para oferecer. Ganhos políticos, porque efetivamente a reforma agrária, bandeira em mãos de amplos setores sociais, seria agora importante instrumento para consolidação do regime recém-instalado.

³³ Motta, Marcia Maria Menendes (2001). *Nas Fronteiras do Poder*, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Record, p. 112.

³⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Op. Cit.*, p. 235.

Não por acaso, o decreto de reforma agrária foi assinado no dia do índio (24 de junho de 1969), um dia depois de ocorrerem manifestações antigovernamentais em Huanta, Departamento de Ayacucho.³⁵

A reforma afetaria amplas áreas do país: cinquenta hectares na Costa e trinta hectares na Serra eram os limites a partir dos quais a terra poderia ser expropriada. A presença de relações de Yanaconaje seria também um fator determinante para a expropriação. As propriedades seriam pagas em títulos da dívida agrária, mas, como na legislação brasileira, as benfeitorias seriam restituídas em dinheiro. Poderia resgatar mais rapidamente seu bônus o expropriado que investisse em indústrias, embora, conforme Barrantes³⁶, o clima econômico ficaria pouco favorável a investimentos privados num contexto de insegurança jurídica.

O processo de expropriação foi relativamente rápido: Conforme Mar e Mejía³⁷, em sete anos de reforma agrária, nove milhões de hectares tinham sido adjudicados a centenas de milhares de famílias, correspondendo a um terço da área total cultivável do país. Como fora possível que a oligarquia agrária não resistisse duramente ao processo expropriatório? Esta pergunta ainda precisa ser melhor refletida. Para García³⁸, o processo de reforma agrária foi efetivado num momento em que os grupos tradicionais encontravam-se extremamente fragilizados. Na Costa, os setores açucareiro e algodoeiro não encontravam mercado mundial para os seus produtos. Nas áreas serranas, os pecuaristas, embora desfrutassem ainda de poder político em nível regional estavam extremamente dependentes dos setores comerciais. Já de acordo com Otero³⁹, teria faltado maior coesão à camada proprietária, a qual teria se preocupado muito pouco em defender a estrutura agrária coletivamente, cada um imaginando que não seria atingido pela reforma.

³⁵ Em 22 de junho ocorreram protestos, que envolveram estudantes universitários ligados ao APRA nessa localidade, resultando em quatro mortos. Cf. *Reunião de 23 de Junho de 1969*. In: *Extratos de Atas del Gobierno Militar (1968-1975)*. Ministério de Información, Pontificia Universidad Católica del Peru, Volume VI, Junho de 1969.

³⁶ Barrantes, Roxana (2008). Op. Cit, p. 133.

³⁷ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). Op. Cit, p. 278.

³⁸ García, Henry Pease (1986). Op. Cit, p. 215.

³⁹ Otero, Luiz Gamarra (2008). Op. Cit, p. 201.

A forma de organização do setor agrário reformado correspondia a um complexo sistema cooperativo controlado pelo Estado. Destacavam-se as cooperativas agrárias de produção, pensadas para atender aos trabalhadores dos complexos agroindustriais, onde gerentes nomeados pelo Estado administrariam as novas unidades. Por outro lado, haveria as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), entidades desenhadas para a realidade serrana, incluindo em sua organização não trabalhadores, mas antigas fazendas expropriadas e comunidades vizinhas a elas, redistribuindo-lhes os benefícios.

Conforme Mar e Mejía⁴⁰, embora a experiência da reforma agrária tenha sido relativamente bem sucedida no que tange à redistribuição de terras, o processo engendrou diversos novos problemas, como conflitos entre técnicos nomeados pelo governo e os trabalhadores das cooperativas agrárias de produção: enquanto os primeiros queriam decidir o que plantar e preocupavam-se em ampliar a produção, os segundos desejavam melhores condições de trabalho. Houve também confrontos entre as comunidades que perderam suas terras para as fazendas serranas e reivindicavam sua devolução, ocorrendo ocupações de terras, chamadas recuperações, mesmo que as comunidades não fossem mais titulares das terras que buscavam cultivar.⁴¹

Além do mais, a situação econômica das novas unidades produtivas foi-se deteriorando, pois dependia fundamentalmente de investimentos públicos e, após a crise de 1973, dinamizada pela alta dos preços do petróleo, o país não recebia mais aportes estrangeiros. Os gastos públicos tinham aumentado de maneira extremamente rápida, face ao crescimento do papel da burocracia, que agora controlava empresas estatais nos mais diversos ramos da economia, algo que também ocorreria no Brasil de Ernesto Geisel, sem discurso socializante. O propósito nacionalista, que procurava a maior autonomia do país nos mais variados ramos econômicos, acabava por ampliar o papel estatal, sem que houvesse recursos para tanto⁴².

⁴⁰ Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). Op. Cit, p. 198.

⁴¹ Os conflitos onde comunidades buscaram retomar as terras das Sociedades de Interesse Social atravessaram todo o período do governo de Velasco Alvarado. Ver por exemplo: *Voz Campesina*, Março de 1972, p. 15.

⁴² Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 235 e Pease, Frank (2005). *Breve Historia del Peru Contemporaneo*, México: Fondo de Cultura Económica, p. 347.

No plano político, o governo militar buscava contar com respaldo nos setores populares, e para isso criou o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (Sinamos), que no meio agrário estimulava a formação de sindicatos controlados pelo Estado. Estes sindicatos seriam a oposição à CCP, que continuava a organizar as ocupações de terras como na província de Andahuaylas, departamento de Apurímac, em 1974, onde a reforma agrária paralisada por antigos proprietários, que agora eram funcionários do escritório de reforma agrária, seria efetivada a partir das ações da CCP.⁴³ Além disso, o governo militar dissolveu a tradicional Sociedade Nacional Agrária e criou a Confederación Nacional Agraria (CNA), que englobava os novos beneficiários da reforma, mas também poderia incorporar pequenos e médios proprietários.

A crise econômica enunciada a cima debilitou rapidamente o poder do grupo liderado pelo general Velasco Alvarado, líder do golpe militar de 1968. Segundo Cueto e Contreras⁴⁴, o governo militar cindiu-se em duas facções: a Missão, de corte mais conservador, pregava o retorno a um padrão liberal de economia; enquanto setores mais à esquerda sustinham a necessidade de um controle maior da economia pelo Estado. As violentas manifestações de fevereiro de 1975 contribuíram para o isolamento de Alvarado, que foi deposto em agosto daquele ano.

Embora o novo governo chefiado pelo ministro de economia General Francisco Morales Bermúdez acelerasse a reforma agrária em 1976, no ano seguinte o processo seria paralisado. O governo, em meio à crise econômica e a uma greve geral, anuncia o fim do Plan Inca (nome dado ao plano governamental, que garantiria a reforma agrária e o processo estatizante) e a implantação do Plan Tupac Amará. Hora de buscar investimentos estrangeiros e, no plano político, organizar uma saída de cena dos militares em ordem. Assim, em 1978, o Sinamos, órgão marcado por um viés de esquerda nacionalista, era desativado. São realizadas eleições para uma assembleia constituinte, que no ano seguinte restaurou no país os princípios do sistema liberal, sem eliminar direitos trabalhistas e a reforma agrária⁴⁵.

⁴³ Rénique, José Luiz (2004). *La Batalla por Puno: Conflictos Agrarios y Nación en los Andes Peruanos, 1866-1995*. Lima: Cepes/Sur, p. 186.

⁴⁴ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 331.

⁴⁵ Pease, Frank (2005). Op. Cit, p. 341.

Nesse momento, a Confederación Campesina del Perú, que sofrera forte repressão e mesmo divisões internas⁴⁶, voltava a ganhar prestígio ao protestar contra a falta de apoio econômico ao setor reformado e participar de mobilizações inclusive junto a sindicatos ligados à oficial Confederación Nacional Agrária.⁴⁷

Se no Peru o processo de reforma agrária, assim como sua contenção, obedeceu a uma estratégia mais ampla em nível da burocracia civil-militar, que controlava o poder de Estado a partir de 1968, também no Brasil os embates em torno da aplicação do Estatuto da Terra estiveram ligados a duas estratégias distintas dentro e fora do aparelho burocrático. O grupo em torno de Roberto Campos e Castello Branco sustentara a reforma agrária não como um modelo socializante, como muitos de seus correspondentes peruanos defendiam, mas como um meio de levar o capitalismo ao campo a partir da criação de uma multidão de pequenos proprietários tecnificados. Contudo, um outro setor congregado em torno de Costa e Silva (ministro da guerra de Castello Branco) e Delfim Netto defendiam que seria contraproducente uma reforma agrária, pois o que seria necessário era tecnificar a grande propriedade rural e quanto aos que não tivessem acesso à terra, logo surgiria uma alternativa: a Amazônia⁴⁸.

Já em 1965 um decreto governamental excluía a desapropriação como principal forma para a arrecadação de terras para a reforma agrária, apondo a tributação como mecanismo essencial para obter terras. Para Paulo Assis Ribeiro, presidente do IBRA, uma tributação progressiva à propriedade não utilizada forçaria os proprietários a vender suas terras ao Estado. Para tanto seria necessário o cadastro, inclusive porque a

⁴⁶ Naquele momento três agrupações reivindicavam o nome de *Confederación Campesina del Perú*: uma de corte maoísta, mas que aceitava estabelecer o diálogo com outras entidades e participava de processos como a greve geral ou das eleições para a Assembléia Constituinte, sob liderança do futuro senador Andrés Luna Vargas; a segunda, de corte mais ortodoxo, sob a liderança de Saturnino Paredes, reivindicando uma reforma agrária posterior à Revolução Socialista; e ainda uma terceira organização, que deixou poucos vestígios de seu atuar, sob a liderança de Manuel Llamoya Mitmac. Todas essas cisões originaram-se do IV Congresso da entidade, realizado em 1973, em Encash, departamento de Eccash, no qual o grupo liderado por Luna Vargas abandonou o conclave, alegando razões de segurança, embora suas discordâncias com a linha ortodoxa de Paredes fiquem bem claras. Cf. "III Congreso de La Confederación Campesina del Perú", In *Voz Campesina*, 1972, p. 7-12, Lima, CCP, 1974. "IV Congreso de La Confederación Campesina Del Peru", Lima, CCP, 1974, p. 10-12.

⁴⁷ "Encuentro Del Frente único para El Desarrollo Agrário", 24 de Junho de 1981, In *Voz Campesina*, Fevereiro de 1981, p. 4.

⁴⁸ Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). Op. Cit, p. 204.

determinação do que fosse latifúndio dependia da especificação do módulo fiscal da região.⁴⁹

José Gomes da Silva⁵⁰ não economiza adjetivos para criticar a atuação do IBRA nos primeiros anos do governo militar. O IBRA era a “*desorganização organizada*”, com muito gasto nos intermináveis cadastros, muito desperdício e apenas mil famílias assentadas em cinco anos de trabalho. Além do mais o órgão fora objeto de uma CPI em 1967 e de uma intervenção comandada pelo general Luiz Carlos Tourinho em 1968, quando se constatariam várias irregularidades⁵¹.

Com a posse de Costa e Silva, o discurso governamental em torno da reforma agrária começa progressivamente a ser abandonado. Sales⁵² recorda que mesmo a prestação de contas governamental nas mensagens ao congresso não faz mais referências às medidas tomadas em relação à reforma agrária, ainda que os princípios do Estatuto da Terra fossem inscritos na Constituição outorgada ao país em 1967.

Delfim Netto, agora ministro da Fazenda, considerava inócuo realizar uma reforma agrária, já que se podia tecnificar uma quantidade menor de proprietários já estabelecidos. Começam também os incentivos fiscais para investimentos na Amazônia e no Centro-oeste.

O discurso em torno da Amazônia seria intensificado com a ascensão de Emílio Médici em 1969. Terras sem homens para homens sem terra, cantava a propaganda oficial. Tratava-se, afirmava o governo, de se resolver dois problemas: retirar o excesso populacional do Nordeste assolado pela seca, e ocupar a Amazônia sob o lema “*integrar para não entregar*”.⁵³

⁴⁹ Módulo fiscal era o tamanho médio de uma propriedade calculado a partir das características geográficas, físicas, econômicas etc. de uma determinada zona agrária. Cf. Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar. P. 122.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*, p. 141-144.

⁵² Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Op. Cit.*, p. 197.

⁵³ A ideia de colonizar a Amazônia remontava ao período do Estado Novo, com o discurso de Marcha para o Oeste, quando pregava-se o deslocamento de populações nordestinas para o Centro-Oeste e a Amazônia

Entretanto, enquanto o governo ia abandonando o discurso em torno da reforma agrária numa “revogação tácita do Estatuto da Terra”⁵⁴, outro ator ainda insistia na necessidade de seu cumprimento. Após a repressão dos primeiros tempos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizava seu primeiro congresso em 1966 e, sob José Rota, ligado aos círculos católicos de São Paulo, começava a pregar o cumprimento do estatuto. No ano seguinte, face à ascensão de José Francisco da Silva, de Pernambuco, aliado a lideranças do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, começava a intensificar a propaganda em favor do cumprimento da lei.

Durante o governo Costa e Silva, o jogo no interior da burocracia militar ainda não parecia terminado. O então ministro do Interior, general Afonso de Albuquerque Lima, que disputaria com Médici nos bastidores a indicação para a sucessão do combalido Costa, defendia publicamente a realização de uma reforma agrária. Em 1968 era criado o Gera (Grupo Executivo da Reforma Agrária), que, subordinando o IBRA sob o interventor general Carlos Morais, propunha a declaração de áreas prioritárias onde dever-se-ia decretar desapropriações face aos conflitos pela posse da terra. Mesmo setores da Igreja Católica, tão importantes na deposição de Jango, começavam a exigir do governo a realização da reforma⁵⁵.

As lutas internas ao aparelho militar podem ter resultado na decretação do Ato Institucional número 9, que retirava a palavra prévia da indenização nos casos de desapropriação e do decreto-lei 582 que determinava o prazo de setenta e duas horas para que a justiça realizasse a imissão da União na posse do bem expropriado⁵⁶. Contudo, poucas semanas depois, Albuquerque Lima seria substituído no Ministério do Interior por outro general, Costa Cavalcanti, que tinha uma concepção de reforma agrária muito mais afinada com a de Delfim Netto. Para o militar pernambucano, reforma agrária era aperfeiçoamento da produção, desenvolvimento técnico, sem alteração na estrutura fundiária.

nos trabalhos da extração do látex. Cf. Lenharo, Alcir (1984). *Trabalho e colonização no Brasil. Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste*, Campinas: Papirus. p. 42 e Velho, Otávio Guilherme (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Petrópolis: Vozes.

⁵⁴ Martins, José de Souza (1984). Op. Cit, p. 75.

⁵⁵ Silva, José Gomes da (1971). Op. Cit, p.167.

⁵⁶ Ibidem, p. 145.

Os líderes da CONTAG continuariam a pregação reformista utilizando-se das estratégias legais permitidas naquele momento. Conforme Medeiros⁵⁷, um memorial enviado a Médici em 1970 lembrava que os discursos do presidente, do Papa, a constituição e o Estatuto garantiam a realização de uma reforma agrária, nada tendo esta de subversivo. Além disso no dia a dia, os advogados da CONTAG e de federações como a do Rio de Janeiro buscavam impedir os despejos que se multiplicavam por todo país face à modernização da agricultura.

As estratégias variavam, procurando caracterizar em muitos casos o parceiro ou arrendatário como posseiro e, quando possível, qualificar como grileiro o pretense proprietário. A grilagem, aliás, se multiplicava, pois a cada nova estrada, como a Rio-Santos apareciam pseudoproprietários procurando expulsar os que cultivavam as terras. Conforme uma advogada da CONTAG, muitas vezes o recurso era protelar ao máximo o processo a fim de impedir a expulsão e tornar a indenização por benfeitorias cara para o proprietário. O precário tornava-se meio de sobrevivência, enquanto os sindicalistas andavam na busca de garantias de permanência na terra⁵⁸.

À guisa de comparação, observemos que enquanto nesse momento, no Brasil, a luta era desencadeada nos marcos estritos da legalidade da ditadura militar, os camponeses peruanos que tinham sido mobilizados não só por suas entidades, mas pelo próprio discurso de Alvarado, podiam esgrimir outras bandeiras. No Peru, uma das reivindicações da Confederación Campesina, formulada especialmente nos momentos de ocupação de terra, era que os camponeses não tivessem que pagar pela terra nos projetos de reforma agrária, já que a mesma lhes fora arrebatada pelos fazendeiros.⁵⁹

Enquanto no Sul e Sudeste do Brasil os conflitos multiplicavam-se, as previsões de Caio Prado Junior concretizavam-se na Amazônia. O autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* afirmava, nos anos quarenta, que colonizar em áreas distantes dos mercados consumidores e sem apoio técnico aos camponeses, apenas ampliaria o raio

⁵⁷ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 117.

⁵⁸ Cf. Barcelos, Fernando (2008). *Sindicalismo e Luta pela Terra no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário, dissertação de mestrado. p. 147.

⁵⁹ "Campeños no pagarán por la Tierra". *Voz Campesina*, Novembro de 1972, 4-5.

de ação do latifúndio⁶⁰. Era exatamente o que ocorria sob o impacto da construção de rodovias como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Os posseiros recém-chegados mal realizavam o desmatamento, recebiam a visita de grileiros com jagunços e policiais para expulsá-los da terra. Nesse contexto, o setor progressista da Igreja Católica sob dom Pedro Casaldaglia pregava a necessidade da reforma agrária e do atendimento às reivindicações dos posseiros⁶¹. A situação agravou-se face à eclosão da guerrilha do Araguaia. No sul do Pará, os guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil buscaram o apoio de posseiros, que lutavam contra grileiros, para fazer da região, o foco inicial da revolução socialista.

A guerrilha fora derrotada, mas agora o temor de uma região pouco povoada assustava o setor militar, pois nada garantia que não surgisse uma nova guerrilha do Araguaia. Assim o Conselho de Segurança Nacional literalmente legalizou milhares de hectares de terras sob o argumento de que “*se os empresários conseguiram estes títulos de forma equivocada, já repararam seu erro, levando o progresso à região*”⁶².

Dez anos após a promulgação do Estatuto da Terra, um relatório do Serviço Nacional de Informações enviado a Geisel reconhecia a extrema morosidade na aplicação do Estatuto da Terra e do Programa de Apoio à Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste (Proterra), entendendo que seria um foco de tensão, que atravessaria todo o governo. De fato, a ligação entre Igreja progressista e movimentos rurais é preocupação constante manifesta nesses relatórios.⁶³

Esta preocupação, contudo não mudaria a atitude da burocracia estatal e o crescimento dos conflitos no campo, levaria à formação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975. Se no Peru a Igreja estivera relativamente favorável ao governo de Velasco Alvarado⁶⁴, no Brasil a Igreja católica em boa medida deixava o governo. Para Romano⁶⁵,

⁶⁰ Lenharo, Alcir (1984). Op. Cit, p. 42.

⁶¹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 110.

⁶² Martins, José de Souza (1984). Op. Cit, p. 53.

⁶³ Arquivo Ernesto Geisel – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. EG- 1974-03-25.

⁶⁴ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*, São Paulo: HUCITEC, p. 172.

⁶⁵ Romano, Roberto (1986). *Brasil: Igreja Contra Estado*, Campinas: UNICAMP, p. 117.

tal fato dava-se também em virtude de o governo Geisel não valorizar tanto o papel da Igreja Católica como “mater” e “magistra”, permitindo, por exemplo, a aprovação do divórcio pelo congresso em seu governo, dispondo o presidente de condições legais para impedi-la. É certo que havia outros pontos de tensão: as questões ligadas ao meio agrário eram importantes, além dos problemas ligados aos direitos humanos. Assim, o apoio ao regime militar ia se esvaindo no seio da Igreja Católica.

Revogado o Ato Institucional Número 5 e empossado o general Figueiredo, antigo diretor do serviço de informações, o país ingressaria numa fase de abertura lenta e gradual. A questão agrária voltaria à ordem do dia. No Brasil, volta-se a discutir o estatuto da Terra. No Peru, aparentemente redemocratizado, com a volta de Belaunde Terry ao poder, tratava-se de discutir o que fazer da reforma agrária do regime militar.

Terra e Democracia: a Problemática Agrária nos Contextos de Abertura e Redemocratização

No Peru, o governo de Belaunde, embora não desmontasse a estrutura agrária herdada do regime militar, revertendo a reforma agrária, procurou criar mecanismo de estímulo ao investimento privado. O Decreto Supremo Dois, de 17 de novembro, permitia a participação do capital estrangeiro em projetos de exploração florestal, além da participação de capital estrangeiro associado às empresas estatais para a comercialização dos produtos no exterior. Num país que por mais de uma década fora marcado pelo nacionalismo, esta medida fora vista pelo setor ligado às Confederações tanto camponesa como agrária, como mais uma concessão ao imperialismo, principalmente no que diz respeito à CCP⁶⁶. Porém, o que mais marcou o governo Belaunde foi sua inação no que diz respeito às cooperativas agrárias. Estas, conforme Cueto e Contreras⁶⁷, ficariam praticamente abandonadas à própria sorte sem investimentos públicos num contexto de alta inflação e carência de capitais.

Entretanto, as tensões na nação vizinha ainda se agravariam por outro fator: um movimento de cunho maoísta, gestado em universidades e que se desenvolvera no pobre

[Mari & Vi1] Comentário: AI 5 não foi revogado com Geisel?! A abertura não começou com ele? Conferir...

⁶⁶ Vargas, Andrés Luna (1981). *La CCP frente a la ley de Promoción y desarrollo agrario*, Lima: CCP. p. 4.

⁶⁷ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 321.

departamento de Ayacucho realizaria sua primeira ação espetacular em 1980, queimando milhares de urnas no dia das eleições. Partido Comunista del Peru por el Sendero Luminoso, de José Carlos Mariátegui, sob o líder Abmayel Gusmán, caracterizava o país como uma pequena China anterior a Mao, marcada pela feudalidade e pela exclusão da massa indígena. O campo deveria cercar a cidade. De acordo com Rénique⁶⁸, o movimento buscava o campesinato como base de massa e seus principais adversários, num primeiro momento, não seriam próceres da direita, mas lideranças de esquerda, como os da CCP.

Conforme Iokoy⁶⁹, haveria três regiões de forte implantação da CCP aliada à igreja católica no início dos anos oitenta no Peru: Cuzco, Puno e Cajamarca. Em Cuzco, o objetivo principal era barrar o crescimento senderista, impedindo que estes conquistassem corações e mentes para sua causa. Em Puno, as lutas da CCP não se restringiram ao enfrentamento ao Sendero. De um lado, organizava-se a federação departamental de sindicatos camponeses, que buscava lutar por recursos governamentais contra a seca, as enchentes e tentar ampliar o crédito agrário. Mais ainda: muitas comunidades haviam ficado excluídas do processo de reforma agrária. As antigas SAIS eram pouco cultivadas e muitos nas comunidades reclamavam o acesso à terra. Quando Alén García, sucessor de Terry anunciou a expropriação de terras das SAIS (Sociedades Agrícolas de Interesse Social) para entregá-las às comunidades, a mobilização camponesa ganhou vulto. Em 1987, ocorreriam ocupações de diversas SAIS sem contar com a resistência dos ocupantes das mesmas⁷⁰.

Finalmente, em Cajamarca, a Igreja colaboraria na organização das rondas camponesas, espécie de milícias locais, que tanto combatiam a insurgência senderista, como se opunham a delinquência comum⁷¹. Não é demais salientar que a resistência ao Sendero Luminoso viria não tanto das forças de segurança que tiveram enormes dificuldades para combatê-los face a seu despreparo e violência indiscriminada nas regiões onde atuavam. A resistência brotaria exatamente do meio agrário, começando

⁶⁸ Rénique, José Luiz (2004). Op. Cit, p. 219.

⁶⁹ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). Op. Cit, p. 180.

⁷⁰ Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). Op. Cit, p. 187 e Rénique, José Luiz (2004). Op. Cit, p. 238.

⁷¹ Ibidem, p. 201.

com uma ação em Lucanamarca onde oito senderistas foram mortos por camponeses no início de 1983. A reação senderista foi o massacre de sessenta e nove homens, mulheres e crianças, mas a partir dali a resistência camponesa ao Sendero paulatinamente ganharia proporção até que conseguissem o apoio das Forças Armadas, antes temerosas em sustentar a luta via camponeses.⁷²

Quanto à reforma agrária peruana, ela não seria revertida, mas, sem o estímulo estatal, a tendência nas cooperativas foi o fracionamento da terra, tornando a produtividade extremamente baixa. Vale salientar que, à falta de investimento público, somavam-se as intempéries climáticas do início dos anos oitenta (secas, enchentes), a inflação, que a partir do governo Alán García disparou, e a guerrilha senderista, que no meio rural buscava desconectar o camponês da cidade.⁷³

Rapidamente, apesar dos pedidos de dirigentes da Confederación Campesina del Perú, as cooperativas foram-se desagregando e as terras foram parceladas, chegando-se a criar, em 1985, a Asociación Nacional de Parcelarios (ANAPA). A crise não possibilitou no Peru a unificação das lutas camponesas, ainda que CCP e CNA tentassem organizar ao lado de entidades de pequenos produtores tecnificados, como a Organización Nacional Agraria, um Consejo de Unidad Nacional Agraria. A reforma agrária não se revertia, mas padecia de inanição⁷⁴.

Enquanto isso, no Brasil, o governo Figueiredo assumia o poder sob o impacto das mobilizações de fim do período autoritário. Nas cidades, as greves dos operários do ABC paulista, de funcionários públicos e de outras categorias. No campo, o Terceiro Congresso da CONTAG revigorava a luta pelo cumprimento do Estatuto da Terra. Agora não era pedir, mas exigir, como recorda Barcelos⁷⁵. Desta maneira, as lutas no meio

[Mari & Vi2] Comentário: Não seria Alan García, que inclusive é o atual presidente peruano?

⁷² A resistência camponesa ao Sendero, de acordo com os estudos existentes, deve-se ao fato de as zonas por eles controladas tornarem-se autênticas aldeias estratégicas como no Vietnã, posto que os camponeses a elas submetidos não podiam deixar a comunidade. Cf. "Comisión de La Verdad y Reconciliación", Lima, CVR, Tomo II, P: 345-352). Cf. também: Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria en el Perú*, Lima: Editorial Planeta, p. 256 e Roncagliolo, Santiago (2007). *La Cuarta Espada: La Historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso*, Buenos Aires: Debate, p. 315.

⁷³ Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). Op. Cit, p. 345.

⁷⁴ Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales en la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p.49 e Salgado, Carlos Monge (1989). Op. Cit, p. 14.

⁷⁵ Barcelos, Fernando (2008). Op. Cit, p. 192.

agrário ganhavam outra dimensão. Em Pernambuco, os sindicalistas retomavam as greves, enquanto no Acre os seringueiros buscavam impedir a transformação dos seringais em projetos pecuários.

No Rio Grande do Sul, um ator não convidado para o Estatuto da Terra entrava em cena: o diploma legal fora pensado para incorporar principalmente parceiros e arrendatários. O processo de modernização da agricultura nos anos setenta, feito muito à base de incentivos fiscais do governo federal, possibilitou o crescimento do boia-fria, o camponês que trabalha sempre temporariamente sem estar fixado à terra. No Rio Grande do Sul, apoiados pela Pastoral da Terra, os “sem terra”, como se denominavam, acamparam na Encruzilhada Natalino, exigindo glebas. O governo procurou cooptar e reprimir. Acenava com terras em Mato Grosso e na Bahia, mas enviava o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o “Major Curió”, que combatera a guerrilha do Araguaia, tentara controlar sindicatos rurais e organizara o garimpo de Serra Pelada. O militar rumou para o Sul, na tentativa de intimidar os acampados. O problema gaúcho seria resolvido com a compra pelo estado de uma fazenda, mas a questão agrária aparecia como explosiva.

Do Rio Grande do Sul, o movimento chegou a Santa Catarina, Paraná e mesmo São Paulo. A linha legalista da CONTAG era agora considerada ultrapassada e mesmo o Estatuto da Terra superado. Sob o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, os sem terra desvinculam-se da Comissão Pastoral, em 1984, e criam o Movimento dos Sem Terra, com a mística, que uniria o político ao religioso. “Terra dom de Deus, terra de irmãos”, cantava uma Campanha da Fraternidade dos anos oitenta. Conforme Barcelos⁷⁶, procurava-se diferenciar “terra de trabalho” de “terra para especulação”, valorizando-se ao máximo a primeira.

Enquanto os movimentos por reforma agrária retomavam a antiga magnitude, o governo anunciava a maior reforma agrária do mundo, na expressão do novamente ministro Delfim Netto, mas isso significava apenas titular terras em áreas de extrema tensão, como a região do Araguaia. Ao mesmo tempo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) enredava-se em denúncias de grilagem em

⁷⁶ Ibidem, p. 217.

Rondônia e outras regiões⁷⁷. A questão agrária, vista como foco de conflitos que ainda poderiam redundar em revolução, é militarizada, no dizer de José de Souza Martins, pois o ministério de Assuntos Fundiários, criado em 1982, é entregue ao general Danilo Venturini, membro do Conselho de Segurança Nacional.

A reforma agrária ganhou o discurso eleitoral nas disputas para governos estaduais e Congresso Nacional de 1982 e nas campanhas pelas eleições diretas, em 1984. No ano seguinte, a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney trouxeram o tema para o centro do cenário político. José Gomes da Silva era agora o presidente do INCRA,⁷⁸ o Estatuto da Terra parecia que ia ser aplicado. O plano Nacional de Reforma Agrária foi anunciado em maio de 1985. O Movimento dos Sem Terra realizava ocupações em vários estados e tudo indicava que o setor latifundista estava socialmente isolado.

Contudo, um mês depois era anunciada a criação da União Democrática Ruralista (UDR), sob a liderança de Ronaldo Caiado. Com seus leilões de programa de gado geral, a entidade arrecadava fundos para o combate à reforma agrária, enquanto multiplicavam-se pelo país, especialmente em estados como Pará, Goiás e Maranhão, as denúncias do envolvimento de membros da mesma com o assassinato de padres, bispos e outros apoiadores da reforma agrária.

O plano não garantia a desapropriação de terras como principal mecanismo de obtenção das mesmas e José Gomes deixou o INCRA. Na Constituinte de 87-88, a voz da UDR se fez ouvir. Conforme Medeiros⁷⁹, a reação vinha não do tradicional latifúndio, mas do empresariado paulista, que conseguira terras quase de graça na Amazônia. Na Constituição, embora se use a expressão terra improdutiva, cancelava-se o módulo fiscal previsto no Estatuto da Terra. Ao final dos trabalhos, o então deputado Luiz Inácio Lula da Silva teria afirmado que não se conseguira produzir um documento melhor que o diploma do regime militar.

⁷⁷ Santana, Jerônimo (1981). *A Grilagem do INCRA em Rondônia*, Brasília: Câmara dos Deputados. p. 38.

⁷⁸ O Ibra e o Inda foram fundidos em 1970 num único órgão: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Cf: Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2005). Verbetes "IBRA" e "INCRA" In Motta, Márcia (org) (2005). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Record.

⁷⁹ Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). Op. Cit, p. 187.

Considerações Finais

Comparar é sempre um trabalho difícil, ainda mais quando lidamos com realidades tão distintas. O Peru, dividido geograficamente em Costa, Serra e Selva e etnicamente entre uma população branca predominante na costa e indígena na serra, nos oferece um panorama bastante diverso daquele encontrado em nosso país.

Contudo, percebemos neste trabalho alguns pontos de convergência: em ambos os casos setores das burocracias militares perceberam a questão agrária como potencialmente desestabilizadora e procuraram vencer os movimentos camponeses no seu próprio terreno, realizando a reforma agrária, arrancando de passagem uma bandeira historicamente esquerdista. Procuraram também impor a legislação a partir do peso de regimes autoritários.

As coincidências entretanto se detêm aqui: no Peru uma oligarquia agrária enfraquecida econômica e politicamente viu-se obrigada a aceitar a imposição de uma lei que não gostaria de ver aplicada nem em seus piores pesadelos. Certo que se garantia indenização das benfeitorias em dinheiro, certo também que foi possível resistir passivamente destruindo a maquinaria, mas ver os antigos índios serranos ocuparem a condição (mais simbólica que real) de proprietários era mais do que poderiam aceitar.

No Brasil, onde o golpe militar não foi uma ação quase exclusiva do meio castrense e onde as oligarquias regionais muito tinham colaborado para a ascensão do regime, a situação era outra. Foi viável a resistência à burocracia estatal, fosse na imprensa, via entidades representativas, fosse no parlamento. Aprovado o estatuto, foi a hora de amparar as oposições internas a Castello Branco e colher os frutos do plantio na administração Costa e Silva.

Também quanto aos camponeses a situação era distinta: no Peru, já mobilizados pelo discurso oficial, foi o momento de aproveitar a brecha e cobrar mais do que o Estado estava disposto ou podia conceder. Daí as greves nas fazendas açucareiras e as ocupações nas zonas serranas, mesmo depois da reforma agrária. Isso não quer dizer que não houvesse repressão no Peru, como mostram as prisões em Andahuaylas, mas o discurso oficial e o estímulo à sindicalização tornavam as condições organizativas mais palatáveis para os camponeses peruanos.

No Brasil, no contexto repressivo do pós-golpe militar, a saída foi, durante os primeiros anos, ter uma conduta extremamente legalista. Posteriormente, a atuação sindical oficial seria ultrapassada pela Pastoral da Terra, mas durante o período mais difícil da ditadura militar seria fundamental para manter a ideia de reforma agrária em voga.

Finalmente, no contexto de abertura política, os movimentos camponeses continuariam exprimindo suas reivindicações. Aqui, a reforma agrária; no Peru, ainda a luta pela terra em algumas regiões e o apoio ao setor reformado em outras. Desta forma, podemos perceber que se o objetivo dos planejadores ligados às respectivas burocracias militares era conter movimentos de trabalhadores via legislação, de acordo com as condições vigentes em cada país, tal objetivo esteve longe de ser alcançado. No Brasil, os movimentos rurais seriam os mais atuantes mesmo nos momentos de maior repressão e, no Peru, a Reforma Velasquista não significou a paralisia dos movimentos reivindicatórios camponeses, contribuindo em verdade para sua maior ativação. Quando chegou o momento das aberturas políticas, os trabalhadores do campo, ainda que não atendidos, eram setores a ser considerados, fosse no cálculo dos planejadores militares, que se retiravam, fosse nas avaliações dos que se candidatavam a sucedê-los.

Referências Bibliográficas

Ayerb, Luiz Fernando (2003). *A Revolução Cubana*, São Paulo: UNESP.

Barcelos, Fernando (2008). *Sindicalismo e Luta pela Terra no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário, dissertação de Mestrado.

Burenus, Charlot (2001). *Testemuño de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres*, Lima: Desco.

Castro, Celso (1995). *Visões do Golpe Memória Militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. [V.I.].

Barrantes, Roxana (2008). "Una Reflexión sobre La Seguridad Jurídica y los Incentivos a la Inversión privada a Partir de La Reforma Agrária Peruana". In Vegas de Cáceres, Ileana (2008). *A 38 Años de La Reforma Agrária*, Lima: Fund Manuel J. Bustamante de La Fuente.

Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporaneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Comisión de La Verdad Y Reconciliación (2003). Informe Final, Lima, CVR.

Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Terceira Edição Fundação Alexandre Gusmão.

Dezemone, Marcus (2008). *Do Cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)*, Niterói, UFF, tese de doutorado.

Demelas, Marie Danielle (2003). "Estado y Actores Colectivos: El Caso de Los Andes". In: Anino, Antonio; Guerra, François Javier (2003). *Inventando La Nación*, México: Fondo de Cultura Económica.

Dreifus, René Armand (1981). *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes.

García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco.

Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de La Guerra Milenária em El Peru*, Lima: Editorial Planeta.

Iokoi, Zilda Márcia Gricole (1996). *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*, São Paulo: HUCITEC.

Landin, Regina Ângela Bruno (1995). "Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto". In: *Revista Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ.

Lenharo, Alcir (1984). *Trabalho e colonização no Brasil. Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste*, Campinas: Papirus.

Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Martins, José de Souza (1984). *A Militarização da Questão Agrária*, Petrópolis: Vozes.

Matos-MAR, José; Megía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária en el Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Medeiros, Leonilde Sérvulo (1989). *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro: Fase.

Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desco-clacso.

Moreno, Julio Alfaro (1994) *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert.

Motta, Marcia Maria Menendes (2001). *Nas Fronteiras do Poder*, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Record.

Otero, Luis Gamarra. "Un Testemuño Personal". In Vegas de Cáceres Ileana (2008). *A 38 Años de La Reforma Agraria*, Lima: Fund Manuel J. Bustamante de La Fuente.

Pease, Frank (2005). *Breve Historia del Peru Contemporáneo*, México: Fundo de Cultura Económica.

Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?*, Porto Alegre: UFRGS.

Ramos, Carolina (2006). *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*, Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado.

Rénique, José Luiz (2004). *La Batalla por Puno: Conflictos Agrarios y Nación en los Andes Peruanos, 1866-1995*. Lima: Cepes/Sur.

Ribeiro, Vanderlei Vazelesk (2008). *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*, Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes.

_____. "IBRA" In Motta, Marcia (org) (2005). *Dicionário da Terra*, Rio de Janeiro: Record.

Rolemberg, Denize (2001). *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*, Rio de Janeiro: Mauad.

Romano, Roberto (1986). *Brasil: Igreja Contra Estado*, Campinas: UNICAMP.

Roncagliolo, Santiago (2007). *La Cuarta Espada: La Historia de Abimael Gusmán y Sendero Luminoso*, Buenos Aires: Debate.

Sales, Carmem Lucia Gomes de (2008). *Estatuto da Terra: Origem e (Des)caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares*, Assis: UNESP, tese de Doutorado.

Santana, Jerônimo (1981). *A Grilagem do INCRA em Rondônia*, Brasília: Câmara dos Deputados.

Salgado, Carlos Monge (1989). *Agremiación en El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latin-American Studies Association.

Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar.

Starlin, Heloísa Maria Murgel (1985). *Os Novos Inconfidentes: os Senhores das Gerais*, Belo Horizonte: UFMG.

Vargas, Andrés Luna (1981). *La CCP frente A La ley de Promoción y desarrollo agrário*, Lima: CCP.

Velho, Otávio Guilherme (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Petrópolis: Vozes.

OS PROJETOS LIBERAIS NO BRASIL IMPÉRIO

LOS PROYECTOS LIBERALES EN EL IMPERIO BRASILEÑO

LIBERAL PROJECTS IN THE EMPIRE OF BRAZIL

LES PROJETS LIBÉRAUX AU BRÉSIL IMPÉRIAL

DOI: 10.5533/1984-2503-20102406

Théo Lobarinhas Piñeiro

RESUMO

O artigo visa discutir como o liberalismo foi apreendido pelas classes e frações de classe no Brasil durante o processo de ruptura com Portugal e especialmente o de formação do Estado Imperial. Para tanto, busca reconstruir tais processos, ao mesmo tempo em que discute as diversas acepções de liberalismo, em seus fundamentos, buscando suas raízes e sua interação com a história concreta da política brasileira na primeira metade do XIX. Neste sentido, pretende apreender o confronto de idéias, antes de tudo, como uma disputa entre grupos sociais. Assim, a derrota de uma proposta liberal não significa a derrota do liberalismo, e sim, a vitória de outra proposta que se ancora também em princípios liberais, imprimindo ao termo um sentido diferente, mas que mantém suas principais características.

Palavras-chave: Liberalismo, Independência, Estado Imperial Brasileiro, Classes Sociais no Império, Proprietários.

RESUMEN

El artículo discute como el liberalismo fue apreendido por las clases y fracciones de clases en Brasil durante el proceso de ruptura con Portugal y especialmente de formación del Estado Imperial. Para ello, trata de reconstruir estos procesos, al

mismo tiempo que discute las diversas acepciones de liberalismo, en sus fundamentos, buscando sus raíces y su interacción con la historia concreta de la política brasileña en la primera mitad del siglo XIX. En este sentido, pretende aprehender la confrontación de ideas, sobre todo, como una disputa entre grupos sociales. Así que la derrota de una propuesta liberal no significa la derrota del liberalismo, sino la victoria de otra propuesta también basada en principios liberales, imprimiendo en el término un sentido diferente, pero que mantiene sus principales características.

Palabras-clave: Liberalismo, independencia, Estado Imperial brasileño, clases sociales en el Imperio, propietarios.

ABSTRACT

This paper discusses how liberalism was appropriated by classes and their fractions in Brazil throughout the process that led to its independence from Portugal and, more particularly, during the formation of the Empire. To do so, it both reconstructs such processes and discusses the different acceptations of liberalism, in their foundations, seeking their roots and interaction with the concrete history of Brazilian policies in the first half of the 19th century. In this regard, it essentially understands the confrontation of ideas as a dispute between social groups. Thus, the defeat of a liberal proposal does not mean that of liberalism, but rather the victory of a different proposal, also grounded in liberal principles, which gave a different meaning to this term, although it maintained its principal features.

Key words: Liberalism, independence, Empire of Brazil, social classes in the Empire, landowners.

RÉSUMÉ

L'article a comme objectif de discuter comment, au Brésil, le libéralisme a été interprété par différentes classes et fractions de classe au cours du processus de rupture avec le Portugal, spécialement en ce qui concerne la période de formation de l'État impérial. À cet effet, l'on cherche à revisiter ces processus, parallèlement à la discussion menée au sujet des diverses acceptions existantes du libéralisme, en puisant dans ses fondements, en quête de ses racines et de l'entendement de son interaction avec l'histoire concrète de la politique brésilienne de la première moitié du XIX^{ème} siècle. En ce sens, nous prétendons saisir l'essence des affrontements

d'idées, avant tout en tant que disputes entre groupes sociaux. Cela étant, l'échec d'une proposition libérale ne signifie pas la défaite du libéralisme, mais la victoire d'une autre proposition également ancrée sur des principes libéraux, conférant ainsi au terme une signification différente, tout en préservant ses caractéristiques principales.

Mots-clés : Libéralisme, indépendance, État impérial brésilien, classes sociales dans l'Empire, propriétaires.

Introdução

No processo histórico da formação do Estado Imperial Brasileiro, havia diferentes leituras do significado e conteúdo do termo liberalismo, ligadas a interesses sócio-políticos específicos. Uma parte da historiografia subestima este aspecto liberal, enfocando-o pela ótica de um "pensamento conservador", prevalecendo uma visão conservadora na vida política nacional, sendo a *conciliação* a tônica da política imperial, com o intuito de ajustar interesses e não vendo o conflito como elemento permanente, e sim circunstancial¹. Por outro lado, Mattos², que percebe o conflito como estrutural, entende que a ação dos conservadores do Império foi no sentido da construção de monopólios, como uma certa continuidade do período colonial, afirmando ser a "classe senhorial" contrária ao liberalismo, bem como pela prevalência da Coroa, subestimando os elementos da representação política e fundando a ação do grupo dominante no que denomina "*sentimento aristocrático*".

Por outro lado, há autores que afirmam a originalidade do movimento político brasileiro, aprendendo-o como uma figura híbrida, como Costa³, com o conceito de "*liberalismo regressista*", onde os elementos conservadores servem de contrapeso a práticas liberais, estruturando as instituições e a visão de mundo dos principais

¹ Mercadante, Paulo (1965). *A Consciência Conservadora no Brasil*, Rio de Janeiro: Saga; Carvalho, José Murilo de (1980). *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Campus.

² Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). *O Tempo Saquarema*, São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL.

³ Costa, Emília Viotti da (1987). "A Consciência Liberal nos primórdios do Império". In: Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª Ed., São Paulo: Brasiliense, p. 119-138.

agentes sociais. Adorno⁴ tende a tal aproximação entre ambas as correntes, ao constatar que conservadorismo e radicalismo se combinam no ideário liberal brasileiro, embora entenda que não existe no Brasil uma "tensão liberal", e sim, uma "tensão democrática", com o afastamento das chamadas "camadas populares" da vida política nacional.

Reconstruir a maneira pela qual, na formação do Estado Monárquico, o liberalismo passa a ser elemento importante, embora redefinido em alguns de seus princípios, leva a contemplar o processo de emancipação política do Brasil, no qual a proposta de autonomia política cede espaço para a ruptura, a partir dos diversos sócio-políticos que, embora em permanente conflito, tinham em comum elementos fundamentais do liberalismo.

Ao tentar recuperar este movimento, irão aparecer diversos momentos do processo histórico brasileiro, especialmente entre 1822 e 1850, que será, ao fim e ao cabo, o fio condutor desta reflexão sobre a derrota de um determinado significado do Liberalismo e, portanto, sobre a vitória de um grupo que imprimirá ao termo um sentido, sem perder contudo suas características principais.

A Emancipação: Avanços e Recuos do Liberalismo

A penetração das idéias liberais no Brasil pode ser detectada já nos movimentos do final do século XVIII. Entretanto, a absorção dos princípios liberais passa por sua combinação com a especificidade do processo histórico e da estrutura social da América Portuguesa. A crítica elaborada ao absolutismo se transforma basicamente, no Brasil, em argumentos contra a dominação colonial⁵.

As vertentes do liberalismo no Brasil, que informam a ruptura com Portugal e a construção do Estado Brasileiro, podem ser melhor compreendidas se observado como as diferentes classes sociais absorveram seus princípios e como lidaram com a questão do trabalho escravo. O liberalismo representou distintos interesses e aspirações sociais existentes na sociedade brasileira e ligou-se também - o que é fundamental no estudo da gênese do Estado Brasileiro - à diversidade e aos conflitos entre as diversas regiões.

⁴ Adorno, Sérgio (1988). *Os Aprendizes do Poder: Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Para os proprietários, o liberalismo significava fundamentalmente a luta contra a dominação colonial, às limitações à liberdade de comércio, os exageros do fisco, o controle dos cargos e funções pelos colonizadores, ou seja, os instrumentos de subordinação dos *Proprietários de terras e escravos* e os *Negociantes*⁶ - frações de classe dominantes na colônia - aos interesses dos grupos dominantes na metrópole. Representava ainda a manutenção de sua posição, o controle do acesso à terra, do comércio, externo e interno e da mão-de-obra. Não era um instrumento de reforma social, mas de eliminação da subordinação a Portugal.

Para os setores desvinculados da propriedade, a idéia de liberdade não se restringia ao fim da relação colonial. Embora sem acesso às teorias que embasavam o pensamento liberal, a luta contra a metrópole era também a eliminação das barreiras sociais, a possibilidade da igualdade econômica - com garantia de acesso à propriedade - o que implicava em profunda alteração da estrutura social. A participação deste grupo no processo de emancipação - e na vida política - estava na base das propostas mais radicais do liberalismo⁷. No processo de emancipação política, podemos identificar as duas vertentes principais do liberalismo no Brasil, que irão marcar o processo político brasileiro, da independência à vitória da centralização implicando na construção do modelo liberal do Império Brasileiro.

Com o início da regência de D. Pedro, o processo histórico vai impondo a ruptura com Portugal. Tomando à historiografia uma primeira distinção clássica nos interesses em torno da independência, observemos que estes estavam representado por dois grandes blocos, consagrados com os nomes de *Partido Português* e *Partido Brasileiro*. Antes de mais nada é preciso reter que

“A denominação de 'Partido Português', como a de 'Partido Brasileiro', antes de corresponder à nacionalidade de seus integrantes, refere-se à posição política em relação ao Imperador, à natureza e estrutura do Estado e às

⁵ Costa, Emília Viotti da (1987). “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. Op. Cit., p. 23.

⁶ Por *NEGOCIANTE*, estou entendendo um grupo da economia urbana que - proprietário de capitais - atua fundamentalmente na esfera da circulação e do financiamento. Essa diversificação de sua atuação permite que sejam encontrados à frente de casas bancárias e companhias de seguro, propiciando uma participação econômica e política qualitativamente mais intensa que o simples comerciante.

⁷ Costa, Emília Viotti da (1987). “A Consciência Liberal nos primórdios do Império”. Op. Cit., p. 119-138.

*ligações com Portugal. Embora encontremos proprietários de terras e escravos e comerciantes em ambos os 'partidos', é certo que o antigo corpo de funcionários, ligados à Coroa, assim como expressiva parcela dos chamados 'comerciantes reinóis', formavam o 'grupo português', enquanto que boa parte da 'aristocracia territorial' e comerciantes ligados ao grande comércio de exportação encontravam-se entre os 'brasileiros' (...)*⁸

O chamado grupo português se identifica muito mais por sua defesa do absolutismo, razão pela qual não nos deteremos nele, apesar de sua importância na vida política brasileira. No chamado "Partido Brasileiro", ainda antes da Independência, podemos identificar, pelo menos, dois grupos, quantitativamente muito diferentes, assim como as posições que assumiam. Os *aristocráticos* eram inicialmente defensores da manutenção da unidade com Portugal, através do projeto do Império luso-brasileiro, que caminharam para a aceitação da ruptura a partir das medidas tomadas pelas Cortes portuguesas. Defendiam uma concentração de poderes nas mãos do Imperador, embora também defendessem uma Constituição, que garantisse a posição conquistada na sociedade brasileira, extinguir as restrições da situação colonial, garantir a liberdade de comércio, a autonomia administrativa e a manutenção da Ordem, isto é, da propriedade, inclusive a escrava. Para eles, os princípios liberais eram os que se relacionavam ao fim da dominação colonial.

Para os *democráticos*, também chamados de *liberais*, o fundamental era a defesa da Constituinte e da Constituição, impondo grandes restrições ao poder do Imperador, ampliação do direito do voto e o fim das instituições ainda vinculadas ao Antigo. Também a liberdade econômica e a autonomia administrativa eram fundamentais, sendo alguns de seus setores, claramente ligados às idéias republicanas, defensores de uma forma de Monarquia Federativa.

A luta contra a Metrópole forjara a aliança entre tais grupos, influenciados pelas idéias liberais, porém com uma compreensão distinta de seus pressupostos. As concessões feitas de ambas as partes iriam conformar um ideário simplificado, no qual o liberalismo servira para organizar os colonos para a luta e a ação política⁹.

Aliados em um primeiro momento, aristocráticos e democráticos iriam se separar logo após a Independência, com os últimos sendo afastados das principais ações da vida nacional. Fortalecidos, os *aristocráticos* promoveram imensa

⁸ Piñeiro, Théo L (1995). *Negócios e Política no Brasil Império (1831-1888)*. Projeto de Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, ex. mim., p. 1.

⁹ Adorno, Sérgio (1988). Op. Cit., p. 45.

perseguição aos liberais, com a fuga ou a deportação de seus principais líderes. Com isto, pareciam ter conquistado o Império, porém tiveram que se defrontar - e isolados - com um outro grupo, mais forte que o anterior: o *português*, iniciando outra fase no processo de emancipação política.

A derrota dos *democráticos* enfraqueceu também os *aristocráticos*, abrindo caminho para a dissolução da Constituinte e a outorga da Carta de 1824. Na estrutura política do Estado, diminuiu-se a representatividade do Legislativo, com a ampla possibilidade de dissolução da Câmara, pela intervenção direta do Poder Central nas Províncias e afirma-se o poder do monarca, através do Poder Moderador. A natureza do Poder Moderador significa que o Estado Imperial era autoritário, não absolutista. A teoria de B. Constant se encaixa neste processo porque - mesmo de acordo com o liberalismo - preocupa-se em negar a soberania absoluta do corpo político, no que se relaciona com as LIBERDADES POLÍTICAS, vendo a "igualdade natural" como perigosa. Neste sentido, sua aplicação se liga à necessidade de estabelecer a natureza e a extensão da *soberania do povo*, entendida pelo pensador como limitada e relativa¹⁰. A Carta outorgada de 1824 substituiu a idéia de *soberania popular* pela confusa soberania compartilhada entre "o povo" e o Príncipe, construindo uma estrutura política (monarquia constitucional hereditária, submissão da Igreja ao Estado, voto censitário, além do Poder Moderador) fruto de uma aliança entre os setores ainda ligados à antiga colonização e os setores liberais não radicais, representados pelos *aristocráticos* do "Partido Brasileiro". Tal aliança impedia a adoção de uma forma absolutista de governo, porém criava as condições onde se deslocava da discussão política a questão da igualdade, ao mesmo tempo em que afirmava a liberdade como um bem restrito, reiterando as hierarquias forjadas ao longo do período colonial.

O modelo autoritário implantado pela Constituição, a subordinação das demais regiões à Corte, sem que houvesse um grupo capaz de exercer uma dominação e construir, naquele momento, uma hegemonia¹¹, as diversas tentativas de submeter grupos sociais poderosos e de restaurar práticas de controle social e

¹⁰ Manent, Pierre (1990). *História Intelectual do Liberalismo: Dez Lições*, Rio de Janeiro: Imago.

¹¹ Hegemonia é um conceito que liga-se à dominação e também à direção, na medida em que uma classe, ou fração de classe, torna-se "*protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos (...)*". Ver: Gruppi, Luciano (1978). *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro: Graal, p. 58.

político existentes no período colonial, fizeram com que o Primeiro Reinado fosse marcado por uma série de crises políticas, bem como representasse o último momento do processo de emancipação. A crise econômica, os tratados com Portugal - Independência - e com a Inglaterra - Comércio -, o crescimento do descontentamento entre os proprietários, a política empregada pelos membros oriundos do antigo "Partido Português", tudo isto fez crescer a oposição ao primeiro imperador. Neste contexto é que se entende a reorganização das alianças e o retorno à vida política nacional dos antigos liberais radicais, pelas mãos de seus antigos algozes. Neste sentido a Abdicação de D. Pedro I completava o processo de emancipação e agora as duas principais vertentes do liberalismo brasileiro voltavam à arena, na luta pela definição do modelo de Estado e de um significado próprio ao pensamento liberal brasileiro.

Êxtase e Agonia do Liberalismo Radical

A historiografia sobre o Império enfatiza o fato do período entre 1831 e 1850 ser marcado por inúmeras lutas políticas, rebeliões e revoltas, que puseram em risco a construção da unidade nacional. As inúmeras revoltas das tropas são vistas como uma fragilidade do poder. Ao lado desses, a Balaiada, a Sabinada, a Cabanagem e a Farroupilha demonstram a explosão de insatisfações latentes, que irrompem após a Abdicação, relacionados à exclusão e à miséria, por um lado, ou à necessidade de afirmação certas demandas políticas, por outro. A "grande insurreição dos malês", ocorrida em Salvador, em 1835, demonstrava o perigo iminente de uma explosão social e apontava para a necessidade do firme controle sobre a massa escrava¹², fazendo recrudescer, nos proprietários, o medo do *haitianismo*, e a certeza da necessidade de instituições públicas capazes de garantir a própria existência da escravidão.

As tensões entre as diferentes visões sobre o liberalismo no Brasil, deste período, serão informadas por esses movimentos, que servirão de referência para os defensores e adversários da limitação do Estado. A historiografia enfatiza um embate entre *liberalismo* e *conservadorismo*, sendo este o produto da aproximação entre um *liberalismo moderado* e um *pensamento conservador*. Tais análises se prendem à

¹² Sobre o movimento dos "malês", ver: Freitas, Décio (1976). *Insurreições Escravas*, Porto Alegre: Movimento e Reis, João José (1986). *Rebelião Escrava no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

luta *centralização X descentralização, autoridade X liberdade*, identificando os primeiros termos ao projeto conservador e os segundos ao liberal. A minha proposta se constrói no sentido de que os elementos de autoridade, liberdade, características da divisão e relação entre os poderes, bem como o que está implícito em toda a discussão, a escravidão, devem ser compreendidos no campo do pensamento liberal, não havendo o hibridismo pretendido por diversos autores¹³.

Algumas análises sobre o pensamento social no Brasil vêem na escravidão uma contradição com a defesa das idéias liberais no Brasil¹⁴ ou como impedimento para a plena implantação do projeto liberal no país¹⁵. Tais concepções entendem que escravidão e liberalismo são inconciliáveis, pois o último se basearia na igualdade natural entre os homens. Entretanto, parece-me ser possível uma leitura diferente desta questão, como propõe Franco, em ensaio sobre Locke, ao afirmar que, para aquele pensador, "*(...) a igualdade dos homens aparece necessariamente, pois decorre do próprio pensamento classificatório (...)*"¹⁶.

Mattos lembra o uso do pensamento de Locke, Mill, Constant e Tocqueville, entre outros, nas diversas discussões travadas na Câmara sobre o grau possível de interferência do Estado na vida dos cidadãos¹⁷. Afirma um ilustre pensador do século XIX no Brasil que, na instrução jurídica de Olinda, era ensinado

*"(...) as ordenações, regras e definições do direito romano, o código Napoleão, a praxe, princípios de filosofia do direito, por último as teorias constitucionais de Benjamin Constant, tudo sob a inspiração geral de Bentham."*¹⁸

¹³ Sobre a construção do pensamento conservador, a partir das oposições liberdade x autoridade e descentralização x centralização, ver: Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit. Sobre o caráter conciliador do processo político brasileiro, onde o conflito se mostra conjuntural, não havendo distinção fundamental entre conservadores e liberais, ver: Mercadante, Paulo (1965). Op. Cit.

¹⁴ Prado Jr., Caio (1987). *Evolução Política do Brasil (Colônia e Império)*. 18ª Ed., São Paulo: Brasiliense; Mercadante, Paulo (1965). Op. Cit.; Adorno, Sérgio (1988). Op. Cit.

¹⁵ Malerba, Jurandir (1994). *Os Brancos da Lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*, Maringá: EDUEM; Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.

¹⁶ Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1993). "All the world was America". In: *Revista USP*, nº 17, mar-mai/93. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, p. 39.

¹⁷ Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.

¹⁸ Nabuco, Joaquim (1975). *Um Estadista do Império*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 15.

Ao lado desta igualdade natural, observe-se que Locke vê o homem fundamentalmente como um proprietário, fazendo tal atributo parte de sua natureza. A propriedade o define como homem, afirma tal condição, devendo a sociedade civil e o Estado expressarem tal situação, defendendo e garantindo a propriedade. A introdução desta questão, enquanto constitutiva da condição humana, redefine a da igualdade e a remete para um ponto integrador: a igualdade entre proprietários, do que decorre, portanto, também uma desigualdade natural. Locke fornece ainda elementos para a legitimação da propriedade sobre o escravo, posto que fora da plena condição humana, da sociedade civil, pois não poderiam consentir, pois reconhece haver

*"(...) uma outra categoria de servidores, a que damos o nome particular de escravos, que, sendo cativos aprisionados em uma guerra justa, estão pelo direito natural sujeitos à dominação absoluta e ao poder absoluto de seus senhores. (...) tiveram suas vidas capturadas, e com elas suas liberdades, perderam seus bens - e estão, no estado de escravidão, privados de qualquer propriedade - e não podem nesse estado ser considerados parte da sociedade civil, cujo principal fim é a preservação da propriedade."¹⁹
(grifos meus)*

Assim, a propriedade - sobre bens e pessoas - é o que legitima a liberdade. Não há uma liberdade que abranja a todos, e sim, a que beneficia aos que, na condição de proprietários, ainda que só de si mesmos, os qualifica como membros da comunidade. Também a discussão sobre a liberdade permite verificar como o conceito de autoridade no Brasil, normalmente identificados como tendo uma matriz conservadora, se forja a partir dos princípios liberais. Ainda aqui a influência de Locke é marcante, ao distinguir a liberdade existente no estado de natureza daquela usufruída na sociedade civil, a primeira caracterizada pela imposição de sua vontade, tendo como regra somente a lei da natureza, enquanto a segunda ligada a uma regra comum à qual todos devem obedecer²⁰. Tal noção, que consagra o preceito liberal, segundo o qual *liberdade é fazer tudo aquilo que a lei não proíbe*, coloca a questão da relação entre *liberdade e autoridade*.

O pensamento de Bentham, que influenciou os liberais brasileiros, entendia que a única maneira de estabelecer o equilíbrio e o bem social era proporcionar a

¹⁹ Locke John (1994). *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, Petrópolis: Vozes, p.131-132.

²⁰ *Ibidem*, p. 95.

felicidade ao maior número possível de indivíduos. Embora a obtenção do prazer pudesse ser obtida por muitos meios,

*"(...) a posse de bens materiais era básica para a obtenção de todas as demais satisfações (...) [podendo ser] (...) a medida de todas as demais", ou seja, "cada parcela de riqueza tem a sua correspondente parcela de felicidade"*²¹.

Segundo tal princípio, como observa o autor, o dinheiro passa a ser a medida de prazer ou sofrimento, buscando cada indivíduo aumentar sua riqueza para obter maior prazer, inclusive adquirindo poder sobre os outros, o que estabelece uma relação direta entre riqueza e poder. Como a procura do prazer por um indivíduo implica necessariamente na oposição de seus interesses aos de outros, tal ação deve estar regulada por normas que, ao mesmo tempo, impeçam a desagregação social e permitam estabelecer *"a maior felicidade para o maior número"*²². É neste contexto que se coloca a questão da lei, originalmente uma forma de restringir a liberdade de ação, mas que acabaria tornando-se um instrumento que promoveria o aumento da liberdade geral, definindo o papel do Estado, sendo missão dos governantes promover a felicidade da sociedade²³.

Neste sentido, liberdade e autoridade não são conceitos antagônicos ou contraditórios, mas complementares, uma garantindo o exercício da outra. Outro aspecto do conceito e do exercício de liberdade, incorporado pelo pensamento político brasileiro no período diz respeito à distinção entre *liberdade antiga* e *liberdade moderna*, efetuada por Constant. A primeira caracterizava-se pela participação direta do cidadão na vida política, enquanto que a segunda se baseia na representação²⁴. Penso estar claro que os conceitos básicos em que se assentam as distinções entre as diferentes propostas de organização do Estado estão dentro do campo liberal. Vejamos tais propostas e como, no processo histórico brasileiro, se deu a derrota de uma delas e quais suas implicações.

²¹ Bentham, Jeremy. "Principles of the Civil Code". Parte I, cap. 6., cit. em Macpherson, C. B (1978). *A Democracia Liberal: origens e evolução*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 31.

²² Ibidem.

²³ Bentham, Jeremy (1989). *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, São Paulo: Nova Cultural, p. 19.

²⁴ Manent, Pierre (1990). Op. Cit., p. 135-139.

Com a abdicação de D. Pedro I, abriu-se um período de reorganização do exercício do poder, já apontada na passagem da Regência Provisória para a Permanente, quando, indicando a nova divisão de forças do país, se afirma a prevalência da Câmara dos Deputados e forja-se uma aliança entre o "Norte", representado por João Bráulio Muniz e o "Sul", por José da Costa Carvalho. A proibição de que os regentes usassem das prerrogativas do Poder Moderador (dissolução da Câmara, concessão de títulos nobiliárquicos, suspensão das garantias constitucionais, negociar tratados internacionais) garantiam o poder principalmente dos proprietários de terras/escravos, representados na Câmara, ao mesmo tempo em que os setores vinculados ao Primeiro Imperador tiveram sua capacidade de influir no governo praticamente anulada.

O entendimento da questão relativa à dissolução da Câmara passa pela percepção de que, na estrutura política do Império, tal Casa da Assembléia Geral representava os interesses dos grupos dominantes regionais e que, no Senado, apesar de um processo eleitoral nas Províncias, estavam os elementos mais ligados ao Imperador, devido à sua participação na escolha, através das listas oriundas do resultado daquelas eleições.

Por outro lado, no que se refere à capacidade de negociar tratados internacionais, bem como seu impacto sobre a vida política, é mister apreender que a aproximação do prazo estipulado pelo Tratado com a Inglaterra para o fim do tráfico internacional de escravos muito influenciou para aguçar a oposição dos proprietários escravistas a D. Pedro I e, de certo modo, reconstruir, no fim do Primeiro Reinado, a aliança entre os segmentos liberais da época da independência.

A composição do ministério deixava claro que os *liberais moderados* dominavam o governo, enquanto os *liberais exaltados*, que haviam mobilizado a população contra o monarca, achando-se os principais responsáveis por sua deposição, eram afastados, razão pela qual Ottoni considerava o sete de abril como o "*dia dos logrados*"²⁵.

É sempre bom lembrar que *Liberais moderados* e *Liberais exaltados* correspondem a uma autoidentificação dos próprios agentes que viveram aquele processo histórico, tendo sido denominações consagradas pela historiografia, a partir do reconhecimento da influência liberal nas suas formulações, bem como do conteúdo mais radical de um grupo em relação ao outro. Recupera-se aqui, apenas

²⁵ Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.

em parte, a distinção existente entre os liberais no contexto da Independência, sendo possível encontrar propostas semelhantes, especialmente no que diz respeito à organização do Estado e à participação de outros setores da sociedade.

Derrotados em suas pretensões, neste momento, os *exaltados* iriam revoltar-se durante todo a regência, arrastando muitas vezes em seu movimento as chamadas "camadas populares", residindo aí a grande instabilidade política do período. Para esse grupo, o que importava era levar adiante o conjunto de demandas que, segundo eles, havia alimentado o movimento contra D. Pedro I, aspirações que permitem entender melhor a distinção entre os setores liberais que disputavam o poder para imprimir o seu sentido à vida política do Império.

Desde o final do primeiro reinado, a questão da organização do Estado identificava a divisão entre os liberais. Os *exaltados* defendiam uma monarquia descentralizada e a submissão do Imperador à Câmara, reafirmando a importância das províncias. Com a abdicação, suas posições vão se tornando cada vez mais claras e radicais, embora não houvesse unidade entre seus membros. As suas idéias podem ser melhor identificadas através de diversos jornais, cujo conjunto ajuda a compreender suas propostas e divergências, desde a visão que tinham da sociedade brasileira até a questão da participação das camadas populares, a *plebe*.

Defensores do *princípio democrático*, ainda que de maneira genérica e com divergências, tornaram-se inimigos ferozes da monarquia centralizada, da concentração de poderes nas mãos do monarca, defendendo a primazia das Províncias e, para alguns, a República. Para eles, autoridade significava a diminuição da liberdade e um atentado à igualdade, o que levava ao constante chamamento dos diversos segmentos sociais para apoiar as suas reivindicações. Combatiam o que chamavam de privilégios dos aristocratas, chegando alguns a defender uma espécie de reforma agrária, denominada o "*Grande Fatusim Nacional*", uma repartição que teria por base a família, visando extinguir os "*sesmeiros aristocratas*", que mantinham o povo na miséria. É interessante notar que o mesmo parâmetro de divisão de terras - a família - foi utilizado por Feijó, em sua proposta de Lei de Terras, que buscava destinar, através da distribuição, uma determinada quantidade de terras aos chefes de família, calculada segundo o número de membros da mesma, embora fundamentalmente seu projeto não tocasse nas terras já ocupadas. Neste sentido, tencionava criar um novo grupo *cidadãos*

ativos, definidos no Império a partir do critério da propriedade - agrária ou não -, colidindo com os interesses dos setores proprietários²⁶.

Os exaltados apontavam os "*aristocratas*" como defensores do absolutismo, inclusive, acusado-os de se vender aos interesses europeus e à Santa Aliança.

Por outro lado, a questão da *plebe* – além de demonstrar a grande diversidade social entre os seus adeptos, onde se encontram diversos segmentos, desde artesãos até grandes proprietários, descontentes com a subordinação das regiões²⁷ – criava problemas entre os *exaltados*, que se opunham, de certo modo, à sua exclusão. Alguns segmentos propunham até mesmo o fim da escravidão, enquanto outros, ou não enfrentavam o problema, ou não atacavam a instituição, com base na garantia do *direito de propriedade*, bem como insistiam na distinção entre *Povo e Plebe*, limitando a participação da segunda à manifestação de suas reivindicações.

Povo e plebe se definem como pessoas, distinguindo-se basicamente, embora não apenas, pela propriedade. Neste sentido, a segunda separa-se do primeiro no que diz respeito à cidadania. E ambos se distinguem dos escravos a partir do conteúdo da *liberdade*, que separava *pessoas de coisas*²⁸.

Como defensores da limitação do poder do monarca, da afirmação da prevalência da Câmara e da primazia das Províncias, os *exaltados* podem ser vistos como uma unidade em movimento e, neste sentido, *todos* se dispunham a fazer avançar a "*Revolução*". Entretanto, divergiam profundamente entre si quanto ao sentido desta "*Revolução*", no que diz respeito à sua abrangência social (o lugar da *plebe*) e da profundidade das reformas - os privilégios comerciais, a propriedade da terra, as formas de representação.

Esta divisão – bem como a indecisão entre a garantia irrestrita do direito de propriedade e a qualificação desta propriedade – enfraquecerá politicamente suas

²⁶ Para uma excelente análise da proposta do deputado paulista, depois Regente, ver: Motta, Márcia Maria Menendes (1998). *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

²⁷ Cunha, Pedro Otávio Carneiro da (1970). "A fundação de um império liberal: uma discussão de princípios". In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 3, 3ª ed., São Paulo: DIFEL, p. 238-262; Costa, Emília Viotti da (1987). "A Consciência Liberal nos primórdios do Império". Op. Cit.

²⁸ Uma análise aprofundada sobre esta distinção pode ser encontrada em: Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit., p. 125 e segs.

propostas, influenciando na sua ação, que oscilava entre lutar contra o poder centralizado ou ampliar as formas de inserção das classes sociais, demarcando os limites da sua própria definição do *princípio democrático* e ajuda a compreender sua derrota.

Os liberais moderados, organizados na *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, assumiram o poder com a abdicação, com a principal preocupação de, no dizer de Vasconcelos, "*parar o carro revolucionário*"²⁹. Defensores da monarquia constitucional, propunham o estrito cumprimento das normas constitucionais. Acusando os *exaltados* de explorarem a "luta de classes" e o "ódio entre as raças", opunham-se ao *princípio democrático*, que viam como promotor da *desordem*, colocavam-se também contra os defensores da restauração, que queriam o retorno do Imperador deposto.

Da mesma forma que os *exaltados*, defendiam a separação dos poderes, a Câmara como centro político, porém não se opunham ao Senado, nem à centralização política. Suas bases sociais, de certo modo, aglutinavam aos proprietários de terras/escravos, os setores ligados ao grande comércio e às finanças, embora muitos de seus principais representantes viessem de outros setores urbanos, normalmente emergentes, principalmente os que, vindos de famílias enriquecidas, haviam estudado na Europa ou nas faculdades de Direito, fornecedora dos principais quadros intelectuais do Império³⁰.

A questão da escravidão não trazia, para eles, os mesmos dilemas dos radicais, não só pela defesa irrestrita do direito de propriedade, como pela própria concepção de *povo*, na qual nem mesmo a *plebe* era objeto de preocupação dos *moderados*, a não ser no que se relaciona com o seu controle. Ademais, esta questão era a pedra de toque na distinção entre as vertentes do liberalismo, pois se "*a presença da plebe desunia os exaltados*", na verdade,

*"A inclusão do Povo, por meio da proposição do reconhecimento de uma igualdade, opunha exaltados a moderados, acirrando as disputas na Câmara temporária (...)"*³¹

²⁹ Sousa, Otávio Tarquínio de (1957). *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Vol. V – Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rio de Janeiro: José Olympio, p. 139.

³⁰ Adorno, Sérgio (1988). Op. Cit.

³¹ Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit., p. 136.

Ao *princípio democrático* opunham o *princípio monárquico*, afirmando o primado da *autoridade* (ordem) sobre a *igualdade* e definindo *liberdade* a partir da *propriedade*. Assim, seus princípios liberais não se confundiam com democracia.

Os primeiros anos da Regência, especificamente entre 1831 e 1836, correspondem ao final do período que um contemporâneo denominou de AÇÃO, isto é, de avanço e vitória do *princípio democrático*³². A *Guarda Nacional*, criada em 1831 e formada por todos os cidadãos entre 21 e 60 anos, organizada em todo o território nacional, o aquartelamento e a diminuição do exército, extinção das guardas municipais e corpos de milícias afirmavam a prevalência do poder civil e diminuía o perigo militar³³, além de reforçar o poder local.

Também a estruturação da justiça, neste momento, representa uma vitória dos princípios *exaltados*, especialmente com a promulgação, em 1832, do *Código de Processo Criminal*, na medida em que reforçava os poderes do juiz de paz, ampliando suas atribuições, enfraquecendo em muito a capacidade de atuação do poder central. A implantação do tribunal do júri em todo o Império, acompanhado da extinção dos foros privilegiados, à exceção dos políticos determinados constitucionalmente, também fazia avançar a maior participação do *povo*. Completando o processo, o critério de indicação dos magistrados e promotores, escolhidos de uma lista apresentada pelas câmaras, afirmava a preponderância do poder local e da participação dos cidadãos. No processo eleitoral mantinha-se o critério censitário, o que aprofunda a distinção já referida entre *povo e plebe*.

Culminando este avanço, o *Ato Adicional de 1834* determinava a extinção do Conselho de Estado; a transformação do Conselho Provincial em Assembléia Legislativa Provincial, à qual competia legislar sobre os assuntos internos da Província; a instituição da Regência Una e Temporária (mandato de quatro anos), eleita por sufrágio direto e a criação do Município Neutro da Corte, com a autonomia política para a Província do Rio de Janeiro. Num certo sentido, o Ato Adicional foi o produto de um acordo político entre as forças liberais do Império, consolidando os interesses ligados à descentralização, porém mantendo instituições atacadas pelos

³² Rocha, Justiniano José da (1956). "Ação, Reação e Transação: duas palavras acêrca da atualidade política do Brasil". In: Magalhães Jr., Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, p. 165.

³³ Rodrigues, José Honório (1982). *Conciliação e Reforma no Brasil*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Cunha, Pedro Otávio Carneiro da (1970). Op. Cit.

exaltados, tais como o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado. Por outro lado, aparece como expressão da liderança dos *liberais moderados*, principalmente quando se observa que, apesar da tendência dominante de fortalecimento do poder local, o Ato subordinou o Município à Província.

O fato de que a promulgação do Ato Adicional ter sido a última vitória do "*carro revolucionário*" liga-se a vários fatores, já bastante abordados na historiografia. Por esta razão, basta sua enunciação, vinculando-os ao que já foi consagrado como o período da REAÇÃO³⁴. Preliminarmente, embora possa parecer um evento menor, deve-se considerar a morte de D. Pedro I, que desestruturou as bases do grupo restaurador, permitindo maior aproximação deste com os *liberais moderados*. Acresça-se a isto o temor da desagregação nacional e da hierarquia social, provocado pelas inúmeras revoltas que marcaram o período, com destaque para as que contaram com maior participação da *plebe* e especialmente o pavor causado pela revolta dos escravos de Salvador, movimentos já mencionados anteriormente, além do receio causado pelo avanço do *princípio democrático*, implicando na alteração da estrutura social, identificada com a "*ordem*".

Fundamental, no entanto, para compreensão da reação, é entendê-la como com a reafirmação de uma dominação, ligada à construção de bases sociais com a expansão cafeeira, possibilitando o surgimento de uma classe capaz de, associada aos Negociantes da Cidade do Rio de Janeiro, formular um projeto nacional e garantir os meios necessários de fortalecimento do poder central, iniciando uma trajetória para o estabelecimento de sua hegemonia. Entretanto, não se trata de uma reedição do Estado Imperial centralizado do Primeiro Reinado, e sim, de uma reelaboração das relações de dominação, incorporando ao bloco no poder os grupos dominantes regionais, o que equivale dizer que a centralização ocorrida a partir do Regresso garantiu alguns dos elementos de descentralização do período anterior. É neste processo que se dá início ao desmonte da estrutura política criada com o avanço dos "*princípios democráticos*". Estruturam-se novas alianças, formando-se o "Partido" Regressista - mais tarde Conservador - pela aproximação de setores dos *liberais moderados*, *antigos restauradores* e até mesmo *setores dos exaltados*, principalmente proprietários temerosos da agitação social. De outro lado, organizam-

³⁴ Rocha, Justiniano José da. (1956). Op. Cit.

se os Progressistas, posteriormente Liberais, com frações dos antigos exaltados e moderados³⁵.

Na construção dos progressistas, os aspectos mais radicais até aqui defendidos pelos exaltados irão sendo abandonados, centrando-se a sua proposta cada vez mais nas questões relativas à descentralização política, demonstrando a grande influência dos setores proprietários regionais. Neste sentido, pode-se observar um afastamento progressivo da defesa das chamadas "camadas populares", concentrando-se o debate entre os grupos na organização do Estado e na repartição do poder entre Coroa e Província.

Em 1840, a Maioridade do Imperador restabelece o exercício do Poder Moderador, logo a possibilidade de dissolução da Câmara, a centralização na nomeação dos Presidentes de Província, e recriando-se, em 1841, do Conselho de Estado, órgão consultivo do Imperador no exercício do Poder Moderador. Ainda em 1840, com a Lei Interpretativa do Ato Adicional, diminuía-se o poder das Províncias, embora fossem mantidas as Assembléias Legislativas Provinciais e suas atribuições sobre a gestão regional. No ano seguinte, a Reforma do Código de Processo Criminal diminuía a autoridade do juiz de paz, passando suas atribuições policiais aos Delegados, subordinados ao Chefe de Polícia da Província, ligado ao Ministério da Justiça. O juiz municipal, o de órfãos e os promotores deixaram de ser indicados pelas Câmaras, passando tais prerrogativas para os representantes do Imperador. O próprio tribunal do júri foi atingido, limitando-se sua competência e submetendo suas decisões ao juiz de direito. Em 1847, completa-se a nova estrutura política, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros - separando-se o Poder Moderador do Executivo -, facilitando a prática do parlamentarismo, ainda que este se caracterizasse pela importância da escolha do Chefe de Gabinete no resultado das eleições. Tal derrota do *princípio democrático* não se deu sem conflito, seja no âmbito do Parlamento, seja através de revoltas, como foram os movimentos ocorridos em Minas Gerais e São Paulo, em 1842, e a Praieira, em Pernambuco, em 1848, todos ligados ao afastamento dos liberais do poder³⁶.

³⁵ Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.

³⁶ As medidas centralizadoras foram apontadas a partir de: Pereira, Lúcia Maria Bastos e Machado, Humberto Fernandes (1999). *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ver também: Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.

Por outro lado, afirma-se o princípio da representação, a partir da configuração dos Partidos Políticos e da separação de poderes, com os ministros se tornando responsáveis perante o Parlamento. A definição da competência da Câmara, enquanto lugar dos representantes das Províncias, reforça tal princípio, para o que contribuíram também as sucessivas reformas do sistema eleitoral foram ampliando a participação dos indivíduos na escolha de deputados³⁷.

A reforma tributária de 1844 não pode ser considerada um rompimento com o liberalismo, uma vez que teve nitidamente objetivos fiscais. Da mesma forma, o sentido geral da legislação econômica consagrava o princípio da não participação do Estado, embora criasse mecanismos de controle sobre as diversas atividades³⁸.

Considerando os atributos formulados para o cidadão e o povo, os mecanismos de limitação do poder do Estado sobre o indivíduo estavam assegurados, como é o caso do *habeas corpus*, na medida em que garantia a apreciação judiciária dos atos do Executivo. No mesmo sentido, como bem lembra Adorno³⁹, com exceção da definição de soberania, os direitos do cidadão são retirados dos princípios da Declaração Universal.

Com todas estas considerações, que revelam claramente o âmago liberal do processo político, cabe a questão do real significado do Regresso, entendido por muitos, como visto na Introdução, como emblema do pensamento conservador. Em outras palavras, se aceitamos o caráter liberal deste Estado, qual o sentido e o significado deste liberalismo e do pensamento liberal vitorioso no Império?

Conclusão

A derrota da Praieira significou finalmente a débâcle do projeto baseado no *princípio democrático*. Deste modo, não se pode reduzir a vitória da "Ordem" apenas à afirmação do projeto centralizador, pois este não se separa de um outro, que remete não só à configuração das relações entre as regiões do país, e sim à construção de uma determinada dominação social, na qual se promoveu o não reconhecimento das demandas da *plebe*, a partir do seu afastamento da participação

³⁷ Rocha, Justiniano José da (1956). Op. Cit. Ver também: Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). Op. Cit.; Rodrigues, José Honório (1982). Op. Cit.

³⁸ Pelaéz, Carlos M. e Suzigan, Wilson (1976). *História Monetária do Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

³⁹ Adorno, Sérgio (1988). Op. Cit.

política, garantindo o controle do Estado, e através dele, o acesso às riquezas geradas para as classes proprietárias.

Por outro lado, os elementos que compuseram o liberalismo brasileiro não foram "importados" de um pensamento conservador, mas encontravam-se todos no debate liberal, tendo suas raízes fincadas no reformismo ilustrado português, onde se construiu a idéia do trono como regulador das demandas e depositário do poder conferido pela sociedade, passando pela qualificação - ou desqualificação - dos agentes sociais, definindo-se claramente os membros a partir do critério da liberdade e os cidadãos com base na propriedade e reconstruindo o papel do Estado com base no conceito da autoridade, entendida como instrumento de manutenção da coesão e da hierarquia social.

Importante também notar que o pensamento liberal foi ainda um instrumento de identidade nacional entre tais classes, aprofundando aquela alicerçada somente pela oposição à dominação metropolitana, que caracterizou a penetração das idéias liberais na América Portuguesa, permitindo a criação de vínculos e modos de repartição do poder entre os vários interesses que compunham o "mosaico" colonial.

Enquanto *instrumento de identidade*, o pensamento liberal foi importante na construção da hegemonia dos proprietários de terras/escravos, permitindo através dos conceitos de propriedade, liberdade, autoridade, "ordem" e coesão, a identificação de seus interesses aos do conjunto da sociedade, alicerçando as alianças necessárias para o exercício do seu poder, através do Trono Imperial.

Aliás, a figura do Imperador é fundamental na construção desta identidade, através da consolidação da Monarquia Constitucional, e não apenas recuperando a visão de um *primeiro entre os iguais*, que costura as relações entre todos os segmentos proprietários. A idéia de uma soberania compartilhada entre o Imperador e o *povo*, a partir da aparente submissão dos interesses de todos ao Trono, permite a representação de uma falsa igualdade entre os homens livres, incluindo aí a *plebe*, uma vez que todos, com bem lembrado no *Tempo Saquarema*, aparecerão como pertencentes a uma única categoria, a de *súditos*.

A reunião de todos esses aspectos constitutivos do pensamento político brasileiro apontam para o sentido mais profundo do liberalismo no Império: a construção da dominação e a consolidação da hierarquia social em uma sociedade baseada no trabalho escravo, porém inserida no amplo cenário da produção de mercadorias.

Referências Bibliográficas

Adorno, Sérgio (1988). *Os Aprendizes do Poder: Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bentham, Jeremy (1989). *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, São Paulo: Nova Cultural.

Bentham, Jeremy. "Principles of the Civil Code". Parte I, cap. 6., cit. em Macpherson, C. B (1978). *A Democracia Liberal: origens e evolução*, Rio de Janeiro: Zahar.

Carvalho, José Murilo de (1980). *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Campus.

Costa, Emília Viotti da (1987). "A Consciência Liberal nos primórdios do Império". In:

Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª Ed., São Paulo: Brasiliense, p. 119-138.

Costa, Emília Viotti da (1987). "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª Ed., São Paulo: Brasiliense, p. 17-54.

Cunha, Pedro Otávio Carneiro da (1970). "A fundação de um império liberal: uma discussão de princípios". In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 3, 3ª ed., São Paulo: DIFEL, p. 238-262.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1993). "All the world was America". In: *Revista USP*, nº 17, mar-mai/93. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, p. 30-53.

Freitas, Décio (1976). *Insurreições Escravas*, Porto Alegre: Movimento.

Gruppi, Luciano (1978). *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro: Graal.

Locke John (1994). *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, Petrópolis: Vozes.

Malerba, Jurandir (1994). *Os Brancos da Lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*, Maringá: EDUEM.

Manent, Pierre (1990). *História Intelectual do Liberalismo: Dez Lições*, Rio de Janeiro: Imago.

Mattos, Ilmar Rohloff de (1987). *O Tempo Saquarema*, São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL.

Mercadante, Paulo (1965). *A Consciência Conservadora no Brasil*, Rio de Janeiro: Saga.

Motta, Márcia Maria Menendes (1998). *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Nabuco, Joaquim (1975). *Um Estadista do Império*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Pelaéz, Carlos M. e Suzigan, Wilson (1976). *História Monetária do Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

Pereira, Lúcia Maria Bastos e Machado, Humberto Fernandes (1999). *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Piñeiro, Théo L (1995). *Negócios e Política no Brasil Império (1831-1888)*. Projeto de Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, ex. mim.

Prado Jr., Caio (1987). *Evolução Política do Brasil (Colônia e Império)*. 18ª Ed., São Paulo: Brasiliense.

Reis, João José (1986). *Rebelião Escrava no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

Rocha, Justiniano José da (1956). "Ação, Reação e Transação: duas palavras acêrca da atualidade política do Brasil". In: Magalhães Jr., Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Rodrigues, José Honório (1982). *Conciliação e Reforma no Brasil*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Sousa, Otávio Tarquínio de (1957). *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Vol. V – Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rio de Janeiro: José Olympio.

**ESPAÇO PUBLIDIÁTICO E HEGEMONIA IDEOLÓGICA
CONSTRUÇÃO NARRATIVA ATRAVESSADA PELO IMAGINÁRIO**

**ESPACIO PUBLIDIÁTICO Y HEGEMONÍA IDEOLÓGICA: CONSTRUCCIÓN
NARRATIVA ATRAVESADA POR EL IMAGINARIO**

**PUBLIC AND MEDIA SPACE AND IDEOLOGICAL HEGEMONY
A NARRATIVE CONSTRUCTION CROSSED BY THE IMAGINARY**

**ESPACE PUBLIMÉDIATIQUE ET HÉGÉMONIE IDÉOLOGIQUE
CONSTRUCTION NARRATIVE TRAVERSÉE PAR L'IMAGINAIRE**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102407

Wilson Couto Borges

RESUMO

Com este trabalho, buscamos apresentar algumas das principais reflexões desenvolvidas em nossa tese de doutorado sobre a relação entre as narrativas produzidas pelos meios de informação, o imaginário social e a ideologia. Para tanto, partiremos de um caso concreto presente na mídia apontando suas conexões com práticas distantes no tempo e no espaço, através da noção de inconsciente político do autor, destacando o quanto impressões, emoções, sensações, sentidos particulares são universalizados pelos “homens de imprensa”.

Palavras-chave: Ideologia, Imaginário, Jornalismo, Narrativa, Inconsciente Político.

RESUMEN

En este trabajo, objetivamos presentar algunas de las principales reflexiones desarrolladas en nuestra tesis doctoral sobre la relación entre las narrativas producidas por los medios de información, el imaginario social y la ideología. Para ello, partiremos de un caso concreto presente en la media apuntando sus conexiones con prácticas distantes en el tiempo y en el espacio, a través de la noción de

inconsciente político del autor, destacándose lo cuanto impresiones, sensaciones, sentidos particulares son universalizados por los “hombres de la prensa”.

Palabras-clave: Ideología, imaginario, periodismo, narrativa, incosciente político.

ABSTRACT

This work presents some of the main reflections, developed in our doctoral dissertation, on the relationship between the narratives produced by the means of information, social imaginary and ideology. To do so, it resorts to a concrete case present in the media. After pointing out its connections to practices distant in time and space, through the notion of political unconscious of the author, it highlights to what extent particular impressions, emotions, sensations and meanings are universalized by the ‘men of the press’.

Key words: Ideology, imaginary, journalism, narrative, political unconscious.

RÉSUMÉ

Avec ce travail, nous prétendons présenter certaines des principales réflexions développées dans notre thèse de doctorat concernant les rapports existants entre les récits produits par les moyens d’information, l’imaginaire social et l’idéologie. À cet effet, nous partirons d’un cas concret issu des médias pour signaler ses connexions avec des pratiques éloignées dans le temps et dans l’espace, grâce à la notion d’inconscient politique de l’auteur. Nous mettrons en outre l’accent sur la façon dont des impressions, des émotions, des sensations et des significations particulières sont universalisées par les « hommes de presse ».

Mots-clés : Idéologie, imaginaire, journalisme, récit, inconscient politique.

I

Nos dias 4 e 5 de março deste ano, tivemos a oportunidade de acompanhar pelos meios de informação um episódio que, se não chamava a atenção pela notícia em si, destacava-se pelo conjunto dos depoimentos que o cercavam. Tratou-se daquilo que as fontes oficiais (dentre outras, a Secretaria Estadual de Segurança Pública) classificaram como “surto psicótico” de um agente da Polícia Civil. De todas as falas concorrentes, uma em especial vai nos interessar aqui: a de um repórter da *Rádio Tupi*, que acompanhou durante horas o desenrolar dos *acontecimentos*.

Antes, porém, vamos à sequência dos *fatos*. De acordo com a dinâmica descrita pelos veículos, ao receber a escala de serviço, um policial foi à sala de seu superior – o delegado responsável –, iniciando uma acalorada discussão, que culminou com o agente sacando sua arma e ameaçando matar o titular de 39ª DP (Pavuna). Ao presenciar aquela cena que poderia acabar de forma trágica, um inspetor (apontado como um dos mais qualificados negociadores daquela instituição policial) conseguiu retirar o titular da delegacia, permanecendo ele mesmo por aproximadamente cinco horas ponderando com seu colega de profissão. Ao final, para alívio dos personagens envolvidos, o protagonista entregou sua arma, rendendo-se em seguida.

Há uma longa discussão, que não convém ser aprofundada aqui, sobre o *papel* desempenhado pelos três principais meios de difusão da notícia: rádio, TV e impresso. Mas, em linhas gerais, ao primeiro, pela facilidade na mobilidade, caberia a função de trazer a notícia em primeira mão, afinal, para tanto, basta que um repórter tenha um telefone celular e do local transmita os acontecimentos “em tempo real” aos ouvintes; ao segundo, através da convergência entre imagem e som, utilizar do poder que a imagem em movimento goza para produzir um estatuto de verdade junto aos telespectadores, especialmente em função do prestígio que a máxima “uma imagem vale mais que mil palavras” desfruta no imaginário social; ao último, sobretudo por, em geral, circular apenas no dia seguinte ao fato, *contextualizar* um pouco mais a notícia para os leitores, isto porque como as informações nos outros dois são muito sintéticas (o custo é medido por tempo) os jornais impressos produzem a sensação de que a apuração foi muito além daqueles. Isto posto, ficaremos com o conjunto das narrativas produzidas pela rádio (neste caso, a *Tupi*) devido a imediatez da cobertura e pela proximidade com os ouvintes.

Durante a programação do chamado “Show do Apolinho” foram várias as inserções que o repórter realizou para atualizar aos ouvintes sobre aquele conflito que, em suas palavras, “*poderia acabar numa tragédia*”. Menos nos interessa o episódio em si, seja numa dimensão sociológica seja humana, tampouco o estamos valorando. Mas, ele se revela um interessante caso analítico na justa medida em que se insere no antagonismo social brasileiro, não no embate entre chefe e subordinado, mas revelado através da oposição “*peças de bem*” *versus* “*criminoso*”.

Explicamos melhor: numa das participações do personagem que fazia a cobertura daquele conflito, a apresentador do “Show” o interpela: “*mas, vem cá, se o delegado já saiu e o problema do rapaz era com ele, por que essa situação continua se arrastando?*” Resposta do repórter: “*Na verdade, o clima está tenso. O rapaz continua armado e ameaçando atirar. O negociador está lá dentro, mas não pode tomar a arma da mão dele*”. O apresentador o interrompe e pergunta: “*o cara estava dizendo que iria matar o delegado, mas se ele não está mais lá, é só entrar e prender o rapaz*”. O repórter retoma a fala e argumenta: “*infelizmente não é assim. Trata-se de um trabalhador que deve ter algum problema psicológico. Os atiradores de elite já estão até posicionados. A situação é bem tensa. Se fosse um marginal ficava mais fácil, era só dar um tiro na cabeça e acabava a história*”. Pois bem, num só golpe, o intrépido homem de imprensa atualizava não só nosso antagonismo social, mas o fazia inclusive com relação à pena de morte para aqueles que, se não são culpados legalmente, o são moralmente.

O que a passagem do parágrafo anterior guarda de singular é a amplificação de uma determinada forma de pensar junto a uma audiência que, pelos números, é de relativa expressão. Neste caso, nos vemos diante daquele movimento que Jameson, White, Stallybrass, Cerqueira Filho, Zizek e nós enxergamos como a manifestação do inconsciente político do autor. Isto é, a abordagem daquele profissional do rádio estava atravessada, ainda que o próprio eventualmente não tenha consciência disso, por um processo onde o imaginário social aparece numa perspectiva conservadora e é construído na longa duração.

Na verdade, longe de representar um processo de mediação entre aquilo que efetivamente ocorreu e a recepção, nossa proposta teórica trabalha com as construções narrativas produzidas pelos veículos de comunicação no marco daquilo que afirmamos ser um novo tipo de espaço público: o *espaço publiático*. Isto é, se em outros momentos da nossa história a imprensa era concebida como um dos aparelhos privados da sociedade civil, contemporaneamente, na exata medida em que produz um amálgama de vários discursos dentro dela, ela tende a se converter num simulacro da sociedade civil, ou como preferimos no *espaço publiático*. Sendo nossa premissa pertinente, as informações trazidas pelo repórter da *Rádio Tupi* reificam no imaginário social a noção de que a execução de um “criminoso” é legítima (ainda que seja ilegal).

Há aqui duas construções ideológicas que se tocam e se complementam – além de se fossilizarem no tempo: a primeira é a de que o jornalista é um portador da verdade, trabalho que realiza de maneira imparcial, neutra, objetiva, atualizando alguns dos princípios celebrados pelo jornalismo norte-americano, que encontra na imprensa brasileira um solo fértil para tal concepção, especialmente a partir dos anos 1950-60; a segunda, a de que a imprensa é um poder mediador, mas que se converte fantasisticamente num poder moderador, que é capaz de produzir sentenças sociais à medida que representa os interesses da sociedade. Evidentemente, o ponto de partida dessas produções é a noção de que os meios de informação refletem as demandas da sociedade. No entanto, queremos chamar a atenção para um aspecto bastante singular e que se configura neste artigo como linha para uma futura investigação. Trata-se da revisão da concepção da imprensa como veículo de publicização encontrada em Habermas¹, ainda que este autor destaque as transformações sofridas pela atividade jornalística.

II

Dentro da abordagem teórico-metodológica que estamos propondo, encontramos em Gilbert Keith Chesterton um interessante ponto de ancoragem. Destacado escritor e crítico inglês, não podemos esquecer que Chesterton também desempenhou a atividade jornalística – sendo apontado inclusive como um locutor de rádio muito popular –, o que nos autoriza a tomar por empréstimo algumas de suas histórias sobre o padre-detetive Father Brown². Em *A cabeleira roxa*, Chesterton³ conta o episódio em que o Padre Brown investiga um dos mitos que envolvem a aristocracia inglesa, neste caso o dos *Eyres de Exmoor*. Não trata-se aqui de um mero detalhe o fato de o relato envolver a pauta, a apuração, a elaboração da notícia, mas principalmente, a troca de correspondências entre o

¹ Habermas, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

² Ainda que não seja o objeto principal da nossa argumentação, é um dado bastante interessante e revelador o fato de o protagonista das histórias de Chesterton ser Father Brown (Pai Brown). A opção por Padre Brown (Priest Brown) pode guardar relação com a influência de São Tomás de Aquino, cuja vida foi escrita pelo literato-jornalista inglês.

³ Chesterton, G. K. (2004). “A cabeleira roxa”. In: Braga, R. (Coord.). *Contos ingleses*, Rio de Janeiro: Ediouro.

repórter que cobria o caso e o redator-chefe do *Daily Reformer* – periódico escolhido pelo escritor para ser o pano de fundo do conto.

Na construção da personagem Edward Nutt (redator-chefe), assim o caracteriza Chesterton:

“o Sr. Nutt, bem como muitos que exercem funções de mando no jornalismo, poder-se-ia dizer, realmente, que sua emoção mais habitual fosse a de medo permanente: de processos de difamação, de perder anunciantes, de erros tipográficos, do olho-da-rua”⁴.

Note-se que um dos pontos mais interessantes das atividades do Sr. Nutt é o processo de revisão, com as constantes “substituições de palavras” como “*adulterio*’ por ‘*mau comportamento*’ ou ‘*juudeu*’ por ‘*estrangeiro*’⁵, “*sobrenatural*’ por ‘*maravilhosos*’, ‘*dar cabo*’, por ‘*reprimir*’⁶ ou ainda “*Deus*’ por ‘*circunstâncias*’⁷. Por outro lado, o repórter Francis Finn era o responsável por abastecer o periódico com história sobre “feitiçaria e assombrações”, isto é, aquilo que se presumia ser o principal interesse do leitor do *Daily Reformer*. Atravessando a construção narrativa de Chesterton, não menos significativa para nós é a presença da “autonomia do repórter” para cobrir o episódio, o que nos permite inferir sobre a presença das noções de imparcialidade, neutralidade, objetividade, no jornalismo inglês do século XIX.

No processo de construção da história do jornalismo brasileiro encontram-se duas poderosas influências ao longo desses 200 anos. Desde a vinda da Família Real para o Brasil (1808) até o início dos anos 1920, a principal influência era a francesa, com um tipo de jornalismo mais literário, romanceado, com narrativas onde se privilegiava a riqueza de detalhes. A partir desse momento, gradativamente, passaríamos a uma revisão desse modelo, especialmente em função da importação de alguns parâmetros do jornalismo norte-americano, o que produzirá, a partir das reformas gráficas e editoriais dos anos 1950-60, a hegemonia de um fazer jornalístico assentado nas concepções de lide, de pirâmide invertida, bem como de objetividade, neutralidade, imparcialidade. Note-se que, se entre em 1808 e 1821 fala-se da presença do jornalismo inglês, particularmente representado no *Correio*

⁴ Ibidem, p. 293-294.

⁵ Ibidem, p. 294.

⁶ Ibidem, p. 296.

⁷ Ibidem, p. 308.

Braziliense, editado em Londres por Hipólito da Costa, a partir da nossa independência (1822), arrefece-se a necessidade de combater aquele jornal considerado clandestino.

Na verdade, ainda que o “jornalismo inglês” tenha desaparecido dos debates públicos, nos interrogamos se a mesma “erradicação” se produziu na prática e no imaginário dos homens de imprensa. Paralelamente, um dos grandes colaboradores de Chesterton no diário por ele editado (G.K.’s Weekly) foi Hebert Georg Wells. Sabe-se que H. G. Wells representou uma importante influência no jornalismo norte-americano, especialmente quando nos lembramos da reprodução de seu livro *Guerra dos mundos* narrado por Orson Wells e que levou aquela sociedade a um pânico generalizado.

Novamente, podemos notar a influência do “jornalismo inglês” no tipo de produção noticiosa elaborada na terra do Tio Sam. Seria factível pensarmos então que, seja atravessando o Atlântico seja descendo as Américas, práticas jornalísticas distantes no tempo e no espaço poderiam influenciar o tipo de imprensa que atualmente temos no Brasil? Seria possível estabelecermos analogias entre o *Daily Reformer* de Chesterton e os nossos diários reformados dos anos 1990? Seria ainda possível enxergarmos tal conexão a partir do relato elaborado pelo repórter Finn, que afirmava que sua descoberta jornalística e sua redação “*hãõ de se ler por toda a Europa e, com certeza, por toda a América e todas as Colônias*”⁸? Voltemos então ao *A cabeleira roxa*.

Além da presença de uma narrativa que apelava às sensações (prática corrente no jornalismo inclusive nos dias atuais), “*com subtítulos; e estes eram de sabor mais picante*”⁹, Chesterton nos permite perceber o quanto a necessidade de se organizar os acontecimentos por ordem de importância (pirâmide invertida) já é uma prática corrente no jornalismo inglês na passagem do século XIX para o XX, como mostra em outra passagem descrita por Finn: “*sei que é de praxe entre os jornalistas apresentar o fim de uma reportagem no começo da mesma, antecipação a que denominam manchete*”¹⁰. Não menos interessante é o recurso à sua imaginação (do repórter Finn) para dar conta da montagem dos estereótipos dos personagens de sua investigação: um padreco (o Padre Brown), um fidalgo (um

⁸ Ibidem, p. 303.

⁹ Ibidem, p. 296.

¹⁰ Ibidem.

Eyres). No entanto, a validade de suas impressões (poderíamos mesmo dizer, do seu imaginário) se assenta no fato de arrogar-se:

*“Repórter calejado que sou, não me foi preciso forçar muito o meu descaramento para ir-me sentando logo junto à comprida mesa (...). O homenzarrão de preto **tinha jeito** de ser pessoa muito instruída e versada mormente nas antiguidades locais; o homenzinho, também de preto, embora muito menos falador, **surpreendeu-me** com sua ainda mais vasta cultura. De modo que nos entendemos e acomodamos muito bem”¹¹.*

Toda essa experiência do repórter Finn permite a ele antever que, no contexto da sua apuração, das suas investigações, *“algumas das suas narrações não são próprias para o jornal”*¹². Na verdade, previamente a “dinastia dos Eyres” já era tratada como culpada de produzir os horrores materializados no personagem da cabeleira roxa. Nesse sentido, nos sentimos autorizados a propor que implicitamente outra analogia se faz presente, na exata medida em que, tanto lá quanto cá, os antecipadamente culpados tendem a não serem reproduzidas nas páginas dos periódicos suas demandas (suas narrações).

Evidentemente, Finn é apenas um primeiro “filtro” dos assuntos tratados pelo *Daily Reformer*. Ou seja, há nele uma construção imaginária do que deve (ou que não deve), do que pode (ou do que não pode), do que interessa (ou do que não interessa) ao diário, pois mesmo *apurando* e *confirmando* os fatos por ele investigados, com consulta a fontes de informação – *“penso dever ao Dr. Mull a justiça de declarar que as minhas duas investigações iniciais confirmam a sua história”*¹³ – sentencia em sua correspondência à redação: *“Bom, digam vocês, aí no jornal, o que quiserem de tudo isso; ou tirem-lhe o sentido que preferirem”*¹⁴.

Evidentemente, as aproximações por nós propostas podem ser questionadas. No entanto, nos parece plausível pensar na atuação do repórter e do diário na perspectiva que aqui marcamos, isto é, na investigação do papel da imprensa como poderoso agente político. Mudou-se o conteúdo da construção – ontem, na Inglaterra, o combate à aristocracia; hoje, no Brasil, o combate às “classes perigosas” – sem que a forma sofresse profundas transformações. Quando o

¹¹ Ibidem, p. 298.

¹² Ibidem, p. 302.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

redator-chefe do *Daily Reformer* escreve ao repórter dizendo: “*Sua reportagem serve, mas tenho que incluir-lhe algumas manchettes; e nossos leitores jamais tolerariam uma personagem padre católico*”¹⁵, vemos aqui a presença da noção de *Contrato de Leitura*, proposta por Véron¹⁶ e produzida a partir da construção teórica de Chartier¹⁷ sobre os *Protocolos de Leitura*¹⁸.

Não vamos estabelecer neste artigo uma profunda discussão sobre a presença de analogias no plano do conteúdo. Porém, quando nos deparamos com um relato (poderiam argumentar, simplesmente ficcional) como o que o repórter faz nas linhas finais de sua correspondência à redação – “*Isto tudo me parece muito caracteristicamente adequado a incidir sob a nossa campanha contra a nossa aristocracia pelo que ela vale, e pelo que valerá ainda, enquanto Deus não nos mandar melhor gente*”¹⁹ –, julgamos que estamos diante do mesmo processo descrito por Sevcenko²⁰ sobre a primeira década do século XX, bem como o da última década, descrita por nós²¹.

III

As conexões entre aquilo que descrevem Chesterton, Sevcenko e Borges são particularmente importantes porque enxergamos nelas profundas semelhanças do ponto de vista da presença de construções narrativas que apelam às emoções, aos afetos, aos sentimentos, às sensações, imersas num processo mais amplo de difusão da ideologia dominante. Com essa perspectiva, nossas premissas apontam

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Véron, Eliseo (1981). *A produção de sentido*, São Paulo: Cultrix.

¹⁷ Chartier, Roger (1996). *Práticas de leitura*, São Paulo: Estação Liberdade.

¹⁸ Para Chartier, os *Protocolos de Leitura* representam “*senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido*” (Ibidem, p. 95). Nossa opção em trabalhar com a noção de *Protocolos de Leitura* em detrimento da de *Contrato de Leitura* se dá em função de o direcionamento não ser produzido sempre de forma consciente.

¹⁹ Chesterton, G. K. (2004). Op. Cit., p. 307.

²⁰ Sevcenko, Nicolau (1989). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo: Brasiliense.

²¹ Borges, Wilson Couto (2009). *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*, Niterói: Tese de Doutorado em Comunicação, UFF.

para a centralidade do imaginário como uma instância que orienta a produção cultural, evidenciando o processo pelo qual uma dada ideologia ganha o conjunto da sociedade, mormente pelo papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa que, longe de simples difusores, tornam-se protagonistas na cristalização de determinadas representações de mundo. Com esta afirmação não queremos recuperar uma tradição teórica que concebia os receptores (fossem eles leitores, ouvintes ou telespectadores) como sujeitos passivos, que simplesmente consumiam e reproduziam as informações massivas. Entretanto, cremos que também não podemos negar que os *Protocolos de Leitura* representam uma porta aberta para compreendermos como um determinado saber é compartilhado por uma dada formação social.

Em nossa avaliação, os veículos de informação constroem, a partir de determinados mecanismos de produção das narrativas, uma aproximação entre a experiência humana e a contada nas páginas dos periódicos – ou seja, entre a realidade e a ficcionalidade. Desse modo, é muito interessante observar como o apelo às sensações e aos sentimentos tem sido uma importantíssima estratégia de interlocução entre os meios e a sociedade, o que evidencia a permanência dessas chaves-de-leitura (mais ou menos homogêneas) entre a narrativa jornalística e a sua leitura – pelos menos no intervalo entre os séculos XIX e XXI, sem perdermos de vista que tal narrativa se assenta sobre a verossimilhança.

Portanto, a narrativa jornalística é concebida para que o leitor empregue o sentido sobre ela, sendo os protocolos responsáveis por fornecerem as chaves para que tais sentidos sejam empregados de forma mais ou menos semelhantes. Assim, a forma como o antagonismo social vem sendo absorvido (a partir de um jogo tenso entre o que deve ser memorizado e o que deve ser esquecido) tem ainda produzido seus efeitos na conformação da sociedade brasileira.

Como nossa reflexão se desenvolve no sentido de apontar que o antagonismo social, ou a luta de classes, como nomeou Marx, está presente não no campo estrito da política, mas no da cultura – entendendo-o não só como arena de disputas e conflitos, mas também como espaço de mediação e de hibridização, de produção de sentidos e de significados – é fundamental que compreendamos que essa busca por produzir sentidos revela em si mesmo uma disputa por produzir memória, identidade e projetos. Com isso, o que buscamos apontar é o caráter processual (sempre circular) da dinâmica cultural, não perdendo de vista o jogo

complexo que existe entre conter e resistir, entre negação e sedução entre os grupos sociais. Na verdade, o que estamos querendo é fugir da dicotomia simplificadora entre cultura popular *versus* cultura erudita, o que acabaria implicando num reducionismo que inviabilizaria a identificação das ambiguidades, as contradições, mas igualmente as permanências presentes nesse processo.

Em Chartier²², por exemplo, observa-se que desde o século XVI os textos e os livros eram destinados a uma civilidade, ocupando o impresso um papel significativo na circulação dos modelos culturais. Porém, e sem que qualquer anacronismo acesse suas reflexões, o autor destaca que a apropriação dos conteúdos dos escritos se dava por mecanismos outros que não somente a leitura individualizada. Também não estamos menosprezando o fato de que uma parte considerável dos impressos (talvez a maioria) era consumida pelos clérigos, nobres ou letrados. O que nos interessa identificar são as formas como os leitores populares se apropriavam deste tipo de literatura, como é o caso descrito pelo autor, em que há a aproximação dos mercadores com a nobreza pelo fato de seus filhos estudarem juntos²³.

Ao abordar *os manuseios coletivos do impresso*, o historiador francês destaca que uma das principais formas de mediação presente no período pré-moderno é a leitura em voz alta que acontece em alguns lugares sociais, tais como oficina ou loja de livros e assembleias religiosas, conferindo o caráter de aprendizagem coletiva desse material. Das formas de apropriação descritas por Chartier, uma em particular nos chama a atenção: os cartazes. Eles, mas principalmente os avulsos e os pasquins, vão representar um importante instrumento de publicização dos conteúdos impressos, publicização essa que vai desaguar nos jornais modernos.

Há outros dois pontos destacados por Chartier sobre práticas de leitura a que vale a pena dar um pouco mais de atenção: o Pasquim e a Biblioteca Azul. Para nós, a formação de uma estratégia discursiva assentada no sensacionalismo presente na contemporaneidade se alicerça, principalmente, sobre esses dois pontos. No caso dos pasquins, é interessante destacarmos, primeiramente, a padronização e a regularidade de suas tiragens, sem, é claro, desprezarmos o fato de que as elites urbanas consumiam o seu conteúdo editorial. Apesar de o autor

²² Chartier, Roger (2004). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo: Ed. UNESP.

²³ Situação análoga é a de Menocchio em *O queijo e os vermes*, onde Ginzburg mostra como o moleiro se apropriava dos conteúdos discursivos que circulavam no Antigo Regime.

trabalhar com os primórdios da circulação e do consumo em larga escala de textos impressos, a tentação de comparar com a grande imprensa brasileira é grande, especialmente em função dos temas imersos nas “novidades” trazidas pelos periódicos. Como destaca o autor,

“entre as 517 edições de pasquins (...) seis motivos predominam: os crimes e as execuções capitais (89 edições), as aparições celestes (86), os feitiços e possessões diabólicas (62), os milagres (45), as inundações (37), e os tremores de terra (32)”²⁴.

É interessante observarmos que, em larga medida, já encontramos nos pasquins a presença do sensacionalismo. Para nós, não é outra coisa o que o autor quer dizer quando afirma que o pasquim

“alimenta as imaginações citadinas com narrativas em que o excesso, seja ele o do desregramento moral seja o da desordem dos elementos, e o sobrenatural, miraculoso ou diabólico, rompem com o ordinário do cotidiano”²⁵.

Ora, mas não é exatamente desse tipo de material que se alimenta o *Daily Reformer* de Chesterton?

Nesse processo que buscamos evidenciar parece ter um papel muito especial a Biblioteca Azul. Ela é fundamental para o desenvolvimento das modernas estratégias de narrar em função da tradutibilidade do texto literário e sua massificação. Acompanhando essa massificação do texto literário, outro aspecto bastante interessante é que *“desde seus inícios a Biblioteca Azul é, antes de tudo, uma fórmula editorial suscetível de difundir textos de natureza muito diferentes”²⁶*. Medicina, astrologia, livros técnicos eram os temas do período pré-moderno; economia, política, internacional, meio ambiente, são os contemporâneos. Tal como acontece no século XXI, esse texto produzido em larga escala, para consumo também em larga escala, mantém o aspecto daqueles editados à época da Biblioteca Azul.

No entanto, há características que marcam os jornais da grande imprensa, que são o caráter individual das leituras, bem como a distinção em possuí-lo e lê-lo.

²⁴ Chartier, Roger (2004). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, Op. Cit., p. 115.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem, p. 118.

Nesse sentido, o jogo entre produção-distribuição-consumo continua, tornando-se, entretanto, o consumo um poderoso signo de distinção social. Como efeito, o que a Biblioteca Azul introduz com sua estratégia editorial é um sistema de classificação cultural dos produtos, de um lado; e um novo desenho das fronteiras culturais, de outro. No entanto, será a partir de reconfigurações de matrizes da cultura popular na modernidade que o desenho dessas fronteiras se tornará mais evidente, mormente em função do dualismo razão/emoção produzido a partir desse momento histórico.

Ao bipolarizar a cultura a partir do dualismo cultura popular *versus* cultura erudita ou alta cultura *versus* baixa cultura, o que o projeto iluminista negligenciou foi o fato de que o popular é ao mesmo tempo o lugar do vulgo e da mediação. No entanto, não podemos deixar de pensar em uma associação do sensacionalismo a uma ideia de democracia, ao incluir o povo no processo de produção da cultura. Ao forjar o dualismo razão/emoção, o projeto iluminista relegou ao segundo o espaço dos excessos, dos sentimentos, das sensações. Mas, ao fazê-lo, conferiu às classes populares um papel importante na dinâmica social. Não sem muito embate, o que as classes altas possibilitaram foi o acesso do povo aos mesmos mecanismos que as permitiam se estabelecer como classe dominante. Barbero²⁷ nos chama a atenção para a presença de uma produção cultural que, sendo destinada ao vulgo, ao povo, não era pura *ideologia*, já que não só abre às classes populares o acesso à cultura hegemônica, mas confere a essas classes a possibilidade de fazer comunicável sua memória e sua experiência.

A análise de Barbero é fundamental para a compreensão do jogo que se estabelece a partir da modernidade. Se é ilusória a distinção entre alta e baixa cultura, é necessário que se desenvolva uma série de estratégias de conformação do que pertenceria a um campo ou ao outro. É nesse ambiente que o excesso e a contenção emergiram como parâmetros de classificação entre os níveis de cultura. Esse é o contexto em que se associa o melodrama, sobretudo em função do seu caráter excessivo e da sua relação com o carnalizado, a um gosto estritamente popular.

²⁷ Martín-Barbero, Jesús (2001). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Vejamos algumas características fundamentais do melodrama tomadas a partir de Barbero e de Baltar²⁸: excesso; identificação/projeção (catarse); justiça; dramatização; música; fatalismo; esquematização maniqueísta; hibridização de gêneros; emotividade (sensações), em oposição à razão; estrutura sintática/gramática própria; presença de mitos, arquétipos, estereótipos, oposição público *versus* privado; pedagogia moral. O melodrama, pela forma teatral, pela forma dramatúrgica que o compõe no século XIX, vai ser identificado como (a) o espetáculo popular, representando um lugar de chegada de uma memória narrativa e gestual e lugar de emergência de uma cena de massa. Nesse sentido, o melodrama se configura como uma possibilidade concreta de construção de uma memória, de um imaginário.

Já demonstramos em outra oportunidade²⁹ como o sensacionalismo foi um importante catalisador do processo de circulação do impresso. Nesta ocasião, gostaríamos de focar o conceito de inconsciente político nos termos trabalhados por Fredric Jameson³⁰. Sua proposta está associada à ideia de que o romance vai se reconfigurar no século XIX, deixando de ser um gênero “autônomo” para se tornar um gênero atravessado pelas questões de então. Neste autor, tal como acontece com os que trabalhamos até aqui, a presença da circularidade das matrizes é um traço constitutivo do romance moderno. Isso, de alguma forma, coloca Jameson no centro das questões que nos interessam frontalmente. Nele também vamos encontrar a ideia de que, apesar das possibilidades que o “novo” romance oferece, é necessário que as leituras sejam feitas dentro de um universo minimamente compartilhado pelos leitores. Para o autor, *“ele [o romance] não se limita a solicitar do leitor que reconstrua essa casa e paisagem por meio de um olhar interior, mas que as reinvente como uma **Idéia** e como desejo do seu coração”*³¹. Como é o leitor quem valora, quem atribui desejo e sentido à obra, novamente a noção de Protocolos de Leitura se revela uma importante chave na compreensão de por que os leitores, a despeito de serem diferentes uns dos outros, respondem a esses estímulos de forma ou menos parecida.

²⁸ Baltar, Mariana (2006). “Moral deslizante. Releituras da matriz melodramática em três movimentos”. Texto apresentado na XV COMPÓS, Bauru (SP).

²⁹ Borges, Wilson Couto (2009). *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*, Op. Cit.

³⁰ Jameson, Fredric (1992). *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*, São Paulo: Ática.

³¹ *Ibidem*, p. 159. Grifo nosso.

Uma das possibilidades apresentadas no trabalho de Jameson é que, a partir da formação de um inconsciente político, é possível aos produtores das obras literárias forjarem um discurso mais ou menos semelhante sobre a dinâmica social. Compartilhando dessa perspectiva, nossa investigação tem se desenvolvido no sentido de apontar que essa mesma formação que interfere na produção se espalha para o conjunto da sociedade reconfigurando essa dinâmica. Colocado em outros termos, o que estamos propondo é que, ao universalizar elementos que são em alguma medida particulares aos produtores culturais, os leitores “emprestam” sentido a algo que é particular, mas que recebe o caráter de universal.

Assim, ao explorarmos as pistas oferecidas por Jameson – para quem o poeta reproduz seus anseios, seus desejos, a partir da formação de um inconsciente político – gostaríamos de destacar que, num jogo dialético, essa reconfiguração do mundo feito pelo produtor volta para o mundo num processo dinâmico e contínuo. Portanto, nossa proposta é que o inconsciente político compõe não só o corolário que fornece elementos para a produção textual, mas também é aquele que é responsável por uma atribuição de sentidos de forma mais ou menos parecida por um universo de leitores bastante heterogêneo a partir da formação de um imaginário social³².

Uma segunda pista é quanto ao caráter exclusivo desse jogo que se dá no campo estrito da produção literária. Já vimos o quanto a produção discursiva dos periódicos responde, inicialmente, a um alargamento da produção textual e à sua conseqüente popularização. Uma vez que o jornalista também narra o mundo, conferindo sentidos a ele, nos parece crível pensar na possibilidade de que os “homens de imprensa” também universalizaram, através de estratégias narrativas, sentidos, sensações, emoções que são particulares.

Como extensão das duas primeiras, uma terceira pista diz respeito à relação entre os processos de expansão do mercado editorial e o de civilização. Para nós, eles caminharam *vis à vis* com a *distribuição* do ideário iluminista. Evidentemente, não estamos afirmando que o mercado editorial se expandiu por conta do Iluminismo, tampouco que este concebeu um processo civilizatório onde a

³² Estamos optando por trabalhar inicialmente com o conceito de *imaginário social* por entender que, em si, ele compreende tanto o aspecto racional quanto o emocional dos atores sociais. Evidentemente, é a contribuição jamesiana que abre essa perspectiva, uma vez que traz para o debate contemporâneo a possibilidade de as emoções (entendidas por ele a partir do conceito de inconsciente político) atravessarem a atividade produtora de um autor mesmo dentro da racionalidade burguesa.

impressão fosse essencial. Na verdade, há um fluxo do imaginário que precede a *Idade das Luzes* e a sucede. Mas, igualmente, não há como negar que esses dois fatores foram importantes para a expansão dos valores burgueses a partir do século XVIII.

Porém, admitindo a presença desse projeto político iluminista, cuja separação entre razão/emoção era (e cremos que continua sendo) fundamental, avaliamos que na contemporaneidade essas características aparecem misturadas, uma vez que são constitutivas dos agentes sociais. É assim que os jornais se revelam espaços privilegiados para percebermos como essa relação entre razão e sensação aparece através das pistas, das marcas, dos sintomas revelados em suas páginas.

IV

Uma das questões mais centrais de nossas investigações diz respeito ao quanto a formação de um imaginário interfere decisivamente na forma como os indivíduos, na contemporaneidade, se apropriam daquilo que ouvem, leem e assistem conferindo-lhe sentido. Isso porque partimos da premissa de que uma quantidade significativa de narrativas – nos interessam em particular as midiáticas – são produzidas a partir de um conjunto de referenciais que tem como marco fundador a passagem do Império à República no Brasil, iluminando o que deve ser lembrado e buscando obstaculizar o que deve ser esquecido.

Na verdade, não negligenciamos o fato de que se um determinado projeto é colocado em marcha naquele momento histórico ele não é isento de disputas. No entanto, se há ruptura, o que mais evidencia a presença de um projeto burguês-conservador é a continuidade de boa parte dos processos que ali foram gestados. Esse é o sentido de argumentarmos que há uma íntima relação entre os protocolos de leitura associados a tal projeto (com suas devidas atualizações históricas) e que os mesmos influenciam decisivamente na forma como os sujeitos conferem sentido ao antagonismo social.

Em nossa avaliação, há uma estreita relação entre as narrativas dos meios de informação, especialmente pelo apelo que fazem às emoções, aos sentimentos, às sensações, e a construção do imaginário dos indivíduos. A aproximação entre as narrativas jornalísticas e a construção do imaginário se dá justamente em função da

expansão dos romances de sensação ter acontecido preponderantemente através dos jornalistas, grandes precursores da presença de tais romances nas páginas dos periódicos. Assim, a despeito de ser o leitor quem valora uma leitura, dando sentido a ela, com o romance de sensações espera-se que o conjunto de leitores de uma dada formação social responda aos estímulos produzidos por eles de forma mais ou menos homogênea. Ou seja, podemos perceber o discurso produzido pela mídia a partir de um duplo movimento: de um lado, a presença do verossímil; por outro, um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário. Nessa perspectiva, os atores sociais tendem a compreender a realidade – na verdade, uma mistura entre o real e o ficcional³³ – de forma mais ou menos semelhante em função de um conjunto de convenções que são interiorizadas em seu imaginário.

Nesse processo, é preciso dar destaque à memória e igualmente ao esquecimento como instâncias antitéticas e dialéticas no processo de produção da realidade. Evidentemente, a memória só existe enquanto categoria discursiva, enquanto narrativa, o que traz Ricoeur para o centro desse debate. Mas, a presença do filósofo francês aqui se faz necessária sobretudo em função de sua noção de que a narrativa se revela na tessitura da intriga, uma atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais. Com essa abordagem, abre-se caminho para a interpretação da ação humana a partir da leitura/compreensão que o significar humano produz, dentro de uma relação dialética e viva entre a prefiguração do mundo (ou *mimese I*); sua configuração (*mimese II*) e a reconfiguração (*mimese III*), ressaltando que é através da *mimese II* que a mediação entre a apropriação do mundo e a sua reconfiguração acontece.

Da *tríplice mimese* ricoeuriana, iniciemos com a *mimese I*. Para Ricoeur,

*“a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços discursivos que a distingue de uma simples sequência de frases de ação”*³⁴.

É bem verdade que tais traços discursivos são reveladores de um jogo dialético entre aquilo que assumimos que seja a verdade (ainda que ela seja verossímil) e o que pretendemos empreender no mundo. Esse, afinal, é o círculo

³³ Para Ricoeur, como os relatos com pretensão de verdade e os relatos ficcionais se embaralham, não apresentando fronteiras fixas, haveria uma unidade ficcional entre modos e gêneros narrativos: o tempo. Cf. Ricoeur, Paul (1994). *Tempo e Narrativa*, Campinas: Papyrus, Vol. 1.

³⁴ *Ibidem*, p. 90.

hermenêutico de que fala o autor, onde a conexão dupla entre regras de tessitura da intriga e termos de ação constitui uma relação de pressuposição e uma de transformação. No entanto, tais narrativas são elaboradas dentro de um conjunto de regras, de convenções, que estabelecem alguns limites à atividade de tecer intrigas. Ou seja, se por um lado temos uma atividade altamente produtora/criativa, por outro temos um controle (uma regulação) dos mecanismos que, em larga medida, condicionam tal atividade.

Em nossa análise, os meios de comunicação de massa têm sido amplificadores deste regimento na medida em que cristalizam determinado uso social da língua, dando forma à ideologia dominante. Ainda que a proposta do autor seja evidenciar o caráter ativo da elaboração da obra no mundo, de um fazer que dê unidade entre a prefiguração e a refiguração, através da configuração (mediação), temos trabalhado com a perspectiva de a regulação/normatização dos códigos culturais servirem à reificação do *status quo* na justa medida em que limitam as alternativas (principalmente se levarmos em conta a interferência dos meios de comunicação na dinâmica social) de respostas dos indivíduos. O principal esforço das nossas elites (classes dirigentes do projeto civilizador brasileiro) tem sido no sentido de naturalizar os códigos culturais. Se consideramos que os meios de informação têm tido a primazia desse processo, não podemos negligenciar o fato de que se trata de um processo um pouco mais antigo, que pode ser remontado à Idade Média, como propõe Ricoeur, destacando a pertinência do conceito bakhtiniano de circularidade.

Note-se que, na dinâmica acima descrita, os meios de comunicação assumem a centralidade na constituição do sistema de ideias dominantes que têm orientado as ações humanas, evidenciando o que é socialmente importante – que, portanto, deve estar presente na pauta de debates públicos oferecidos pelas narrativas jornalísticas – naquilo que acontece cotidianamente em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, ganha relevância o processo de produção de um imaginário social. Imaginário esse que serviria para *modelar* a recepção, por exemplo, através de protocolos de leitura. Assim, o discurso midiático, a partir de uma construção narrativa onde as sensações, emoções e sentimentos são apelados, valorando a vida e normatizando-a, encontra forte ressonância entre os leitores, ouvintes ou telespectadores. Em nossa avaliação, é justamente na *mimese II* (que possui a função de mediação) que acontece a aproximação com a construção

da identidade dos sujeitos sociais. Isso se torna possível à medida que o passado é evocado e, por uma ação produtora, vai retornar ao mundo, refigurando-o. Assim, a *tessitura da intriga* seria o meio pelo qual o ser humano recebe as ressonâncias do mundo, configura-as e produz leituras, que também retornaram ao mundo.

O papel da articulação da memória (e, conseqüentemente, do que deve ser esquecido) nesse jogo é central. Como essa memória evocada recebe um investimento dos projetos que a sociedade abraça, é interessante pensarmos o quanto as respostas (ou atos de configuração) são mais ou menos semelhantes do ponto de vista da ação individual. Evidentemente, não estamos buscando apontar uma dicotomia simplificadora entre a ação e o regramento na construção dos nossos argumentos. Porém, não podemos deixar de pensar o quanto essas ações (produtoras, individuais) têm recebido um investimento de longa duração na conformação de uma maneira mais ou menos análoga de agir. Por mais que o sentido se complete na mediação que o homem realiza, não devemos descartar a indução que os protocolos sociais exercem sobre o ato configurante. Se tomarmos como referência a construção da ideia de ordem (e com ela a de desordem, com os sujeitos “desviantes” sendo criminalizados) não é de se estranhar que toda a carga repressiva contra os crimes narrados nas páginas dos jornais encontre eco na sociedade.

Um dos efeitos mais perniciosos desse processo é o fato de as narrativas produzidas pelos meios de comunicação (principalmente na chamada imprensa informativa) receberem a chancela de verdadeiras, como se de fato não fossem discursos produzidos a partir de interesses claramente ideológicos. Evidentemente, tal articulação midiática está imersa num processo complexo onde o lembrar tem tanto ou menos peso que o esquecer, com disputa pelos recursos utilizados para que se rememore.

Como o foco do nosso interesse são os *media*, não podemos desprezar o tipo de memória com o qual trabalham (o excepcional), tampouco o quanto transformam seus documentos em monumentos, associado ao fato de se investirem de autoridade para apontar e destacar o que deve e como deve ser lembrado. Ao lembrarmos de algo no presente, não devemos perder de vista a necessidade de esquecermos de outras tantas lembranças. No entanto, também não podemos negligenciar o quanto a memória e o que deve ser esquecido se articulam com a

identidade. Identidade essa que é produzida a partir de um jogo dialético e processual originado de situações, posições, interações.

Mas, deste jogo entre lembrar e esquecer, queremos nos deter sobre dois pontos que nos parecem cruciais para a presente discussão. O primeiro é o *esquecimento*. Mais ainda, o esquecimento como ausência da coisa lembrada, que permite representações. O segundo é a *imaginação regrada*, que representaria uma suposta eliminação da consciência imaginante, permitindo certa cristalização da “mídia” das imaginações.

Para tanto, gostaríamos de estabelecer uma aproximação entre Ricoeur e Huyssen³⁵ a partir da tipologia proposta pelo primeiro para pensar os usos e abusos da memória. As análises desses autores em torno do esquecimento manipulado tornam-se bastante interessantes quando pensadas à luz, por exemplo, da Ditadura brasileira ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980. Mesmo depois de produzirem toda sorte de cerceamento e repressão, os militares são convocados para solucionar o problema do conflito urbano na cidade do Rio de Janeiro em pelo menos cinco ocasiões³⁶.

Podemos inferir que, no caso brasileiro, a anistia política representou não somente o esquecimento das demandas sociais, representadas pelas *reformas de base* que o presidente João Goulart ameaçava pôr em curso, mas também o esquecimento das atrocidades cometidas durante o regime. Cremos que a ação do Exército em 1992 revela esse duplo trabalho de memória (o lembrar e o esquecer). Por um lado, temos o esquecimento³⁷ produzido a partir do apagamento de um regime que trouxe profundas marcas no cenário nacional brasileiro; por outro, a memória³⁸, fomentada pela cobertura jornalística, através de um projeto de recuperação da imagem do Exército que passou por um ostracismo no interregno

³⁵ Huyssen, Andréas (2005). “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In: Bragança, Aníbal e Moreira, Sônia Virginia (org.). *Comunicação, acontecimento e memória*, São Paulo: Intercom.

³⁶ *RIO-92, Rio I e Rio II, Rio contra o crime* e, apesar da natureza distinta, o *Pan-Rio 2007*.

³⁷ Podem-se observar em 1992 os três tipos de esquecimento proposto por Ricoeur. O impedido, para quem sofreu diretamente com os excessos do regime militar; o manipulado, através das narrativas produzidas pela imprensa; o convocado, primeiro com a própria anistia e posteriormente com a ideologia que vem orientando a questão da segurança pública.

³⁸ De forma análoga ao esquecimento, também os três tipos de memória são produzidos: a memória impedida, quando se apaga (ou melhor, se tenta apagar) o que representou a ditadura; a manipulada, novamente com o trabalho discursivo dos meios de informação; e a convocada, que se revela sobretudo por uma assunção contemporânea de que a ação do Exército (ou das Forças de Segurança) é mais eficaz que a das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro.

entre o fim da ditadura e a primeira década de 1990. Os exemplos poderiam se multiplicar. Mas, o que queremos ressaltar é o quanto a relação da memória e do esquecimento mantém proximidade com a formação de um imaginário, que interfere na maneira como os indivíduos conferem sentido às narrativas produzidas pelos meios.

V

Nossa principal linha de investigação se desenvolve em torno da concepção de que houve um deslocamento da luta ideológica para o campo cultural, especialmente em função da centralidade que os veículos de informação passam a ter nos debates políticos contemporâneos. Isso porque, mais que meros difusores da produção material da cultura, os *media* desempenham um papel preponderante no antagonismo social sobre o qual a sociedade brasileira se construiu.

Ao realizarmos um mapeamento das construções narrativas da imprensa³⁹, pudemos perceber e apontar as relações existentes (no plano do discurso) entre uma “criminalidade sempre crescente” e a necessidade de aumento da repressão, (materializada na “intervenção das Forças Armadas”) no Rio de Janeiro. Com essa perspectiva, buscamos evidenciar o deslocamento do conflito entre classes para dentro do *espaço publidíatico*, identificando os sinais que podem nos revelar que este espaço se constitui como um lugar privilegiado para assistirmos àquilo que Zizek definiu como “*presença da ideologia justamente no lugar onde se julga que ela não esteja*”⁴⁰.

Ao trabalharmos com a premissa de a imprensa, a partir da veiculação de um discurso próprio, interferir decisivamente no jogo de disputas entre as classes, é porque entendemos que a produção discursiva gerada por ela acerca do antagonismo social produz, como um dos seus efeitos, a construção/reificação de um imaginário social que orienta as ações engendradas por outros atores sociais. Se voltarmos ao episódio com o qual abrimos este artigo, poderemos perceber o quanto a construção narrativa gerada pelo repórter evidencia o fato de que medidas letais contra *marginais* são aceitáveis. Ora, a palavra *marginais*, no sentido tomado por

³⁹ Borges, Wilson Couto (2009). *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*, Op. Cit.

⁴⁰ Zizek, Slavoj (1996). *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

aquele ator e difundido *nas ondas do rádio*, acaba por abarcar tanto aqueles que vivem à margem quanto na margem. Tomando por base a ideia de que as informações jornalísticas são, em larguíssima medida, assumidas pelo senso comum, e que o sentido que aquela expressão assume fortalece o desrespeito aos direitos humanos, fica muito evidenciado que os excessos produzidos contra os considerados perigosos devem ser tolerados. Esse tipo de construção semântica revela, dentre outros aspectos, o lugar de produção e enquadramento da memória coletiva – sem que nos esqueçamos do esquecimento igualmente produzido – que converte a imprensa, não naquele partido orgânico do qual Gramsci já abordou, mas *na sociedade civil*, na medida em que pasteuriza os discursos sociais dentro dela.

É por isso que faz todo o sentido pensar a imprensa (não aquela habermasiana que iluminava a esfera pública, mas *como se a própria esfera pública fosse*) como o “Poder Moderador” de que tratou Albuquerque⁴¹, entendendo-a em sua dimensão política, uma dimensão que mascara que as interpretações produzidas pelos meios representam um lugar de interpretação da realidade, mas não o único. Note-se que, antes das transformações por que passaram algumas empresas jornalísticas (anos 1950-60) não havia distinção entre as chamadas imprensa informativa e imprensa sensacionalista. Isto significa dizer que a adaptação da realidade brasileira aos parâmetros norte-americanos produziu a noção de que se tratava da distinção entre um jornalismo independente, principalmente de ligações políticas, e um outro que representava claramente vinculações com interesses político-ideológicos. Mas, uma vez que se trata de realidades distintas, com contextos culturais igualmente distintos, talvez faça mais sentido pensar, concordando com o autor, que os homens da imprensa se atribuam o papel de solucionar conflitos na nossa sociedade.

Ainda que Albuquerque destaque que o Poder Moderador fosse “*a solução clássica, da Constituição de 1824, acrescentando aos três poderes originais um quarto, o Poder Moderador, exercido pelo Imperador e encarregado de resolver conflitos entre o Executivo e o Legislativo*”⁴² e que fosse uma estratégia criada “*sob medida para os interesses de Pedro I, tal arranjo político demonstrou ter um*

⁴¹ Albuquerque, Afonso de (2000). “Um outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”. In: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, nº 4, p. 23-57.

⁴² *Ibidem*, p. 29-30.

*invejável fôlego, resistindo até a proclamação da República, em 1889*⁴³ – sendo atribuído tal *poder* aos militares, posteriormente⁴⁴ –, inferimos se uma certa fantasia mediadora (moderadora) já não atravessa as mentes dos homens de imprensa (que em muitos dos casos eram também homens das letras).

Afinal, não nos parece fortuito o debate fomentado pelo plebiscito sobre o sistema de governo (1993) trazer a “*necessidade*” da existência “*do poder moderador do rei*”⁴⁵, mesmo após 104 anos de República. A presença dessa proposta, mesmo um século após o fim do Império, nos parece reveladora do quanto a formação de um imaginário atua na ação humana. Menos fortuita ainda parece ser a noção de perfeição subsumida na moderação evocada – a de um monarca – caracterizada pela possibilidade de determinar, de maneira “isenta”, quais são as melhores alternativas para a sociedade.

Quando apontamos a primazia da imprensa no processo de construção de uma dada ordem social, destacando a presença do sensacionalismo e a importância que a construção de um imaginário tem na forma como os sujeitos sociais se apropriam das informações produzidas pelos meios, julgamos que nos aproximamos de análises como as de Ginzburg, especialmente em função de sua afirmação de que

*“o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social (...) pode se converter num instrumento pra dissolver as névoas da ideologia que obscurecem a estrutura social como a do capitalismo maduro (...). Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las”*⁴⁶.

Obviamente, o que a formulação da proposta do historiador italiano indica é que a construção desse imaginário social se estabelece num processo que é de longuíssima duração. Se olharmos para as construções narrativas produzidas pela imprensa caindo naquela cilada de que se trata da descrição de fatos episódicos e cotidianos, perderemos a dimensão do quanto o processo de construção da ordem burguesa remete a momentos históricos não visíveis ao primeiro olhar.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Albuquerque explica que às Forças Armadas foi associado o papel de um poder neutro, apolítico, responsável pelo equilíbrio entre os três poderes e a ordem pública. Essa lógica foi rompida em 1964 quando a linha-dura dos militares tomou o poder, mantendo-se nele até o primeiro quinquênio dos anos 1980.

⁴⁵ Albuquerque, Afonso de (2000). Op. Cit., p. 29-30.

⁴⁶ Ginzburg, Carlo (1989). *Mitos, Emblemas e Sinais*, São Paulo: Cia. das Letras, p. 177.

No horizonte das nossas observações está a perspectiva de que há compromissos longevos que ainda atravessam o imaginário da formação social brasileira na passagem do século XX ao XXI. Quando nos recordamos da “via prussiana” de desenvolvimento da sociedade brasileira, como destacou Cerqueira Filho, podemos perceber o quanto ela pode ser concebida como *“metáfora/metonímia para um complexo de afetos, emoções e sentimentos inconscientes (...) que obstaculizam a prática política liberal e democrática ainda hoje no Brasil”*⁴⁷.

Ao fazer referência aos afetos e sentimentos inconscientes, o autor se aproxima da investigação proposta por Barbero sobre a pesquisa na América Latina nos anos 1990. No entanto, nos parece infrutífero olhar para o final do século XX sem lançar os olhos para seu início, isto porque seria lá que poderíamos encontrar alguns contornos daquilo que assistimos contemporaneamente, mormente no que diz respeito aos meios de informação. Com esse olhar, torna-se muito pertinente a incorporação de Nicolau Sevcenko no desenvolvimento da nossa reflexão, especialmente no que ele nos diz sobre o exercício intelectual como atitude política, imerso na construção do regime republicano brasileiro. No entanto, queremos reter deste autor aquilo que aparece em sua obra como um dado marginal.

Não nos parece um mero apêndice a presença de “campanhas na imprensa” sobre o modelo de sociedade que se erigia no Brasil no início do século XX. Não queremos vilipendiar as contribuições do autor, principalmente porque não perdemos de vista que seu objeto de estudo era outro. Entretanto, a pouca importância dada à imprensa em detrimento dos literatos obliterou um pouco, acreditamos, o papel dos meios no processo de formação social brasileiro⁴⁸. Isso porque, se de fato os literatos tiveram um papel importante na construção dessa ordem burguesa (e a proliferação dos romances de sensação é um indicativo disso), (a) não foi através deles que se irradiava para o restante do país aquele conjunto de

⁴⁷ Cerqueira Filho, Gisálio (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta, p. 30.

⁴⁸ Poderíamos até tentar entender que o período trabalhado pelo historiador não contava com os jornais organizados como empresa jornalística, o que poderia sugerir que não contávamos com uma classe organizada em termos profissionais, ou com o prestígio social, como os literatos. Mas, é justamente por entender que a ação dos homens de imprensa já se fazia sentir com muita ênfase na passagem do século XIX para o XX e que as décadas de 1930 e 1960 não mudaram substancialmente (ou seja, na forma) a estrutura narrativa dos *relatos do dia a dia* que optamos por evidenciar que naquele momento histórico os marcos para a ação *moderadora* dos meios já começavam a florescer.

transformações – não podemos esquecer, tampouco o faz o autor, do contingente bastante significativo de iletrados espalhados (aproximadamente 86% da população) não só no Distrito Federal, mas por todo o território nacional – e (b) era na imprensa que referidas campanhas ganhavam a sociedade – o que muito provavelmente era corroborado pelo fato de as técnicas de oralidade permitirem uma circularidade muito maior do que a escrita⁴⁹.

Temos a exata noção de que a imprensa não julga (do ponto de vista legal) os comportamentos *desviantes* na nossa sociedade. Antes, porém, não é menos verdade que ela julgue moralmente, antecipando, em muitíssimos casos, a condenação pública daqueles que divergem dos modelos hegemonicamente celebrados – como, por exemplo, legitimando o extermínio dos “marginais”. Assim, nos interrogamos: na contemporaneidade, quando se elimina dos debates *publidiáticos* as alternativas para a politização da “questão social”, não se está simultaneamente produzindo a inscrição de que não há alternativas? Ou, propondo em outros termos, quando se dá voz a determinadas construções, deixando de fora as que a essas se opõem, não se estaria concomitantemente produzindo o que deve (e o que não vai) ser celebrado? É por isso que o estudo das narrativas jornalísticas é central, porque ao interferir na produção material da cultura, eliminando de suas páginas as tensões que atravessam qualquer modelagem social, o que os meios fomentam é a formação de mentalidades (ou de imaginações) acerca do antagonismo social. Nesse sentido, o que as informações noticiosas produzem é uma espécie de soberania sobre as imaginações ou, mais especificamente, uma hegemonia ideológica atravessada pela questão do imaginário.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, Afonso de (2000). “Um outro ‘Quarto Poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”. In: *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, nº 4, p. 23-57.

⁴⁹ O próprio Sevcenko destaca que as tiragens dos jornais excediam em mais de mil por cento às dos livros e que os que liam nas capitais limitavam-se aos jornais. Ainda que admita que os números não refletiam a quantidade de leitores, nos parece um indício bastante evidente de que, se havia difusão das ideias, ela era fomentada pelos periódicos e não pela literatura. Para mais detalhes ver Sevcenko, Nicolau (1989). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Op. Cit. ou ainda Barbosa, Marialva (2007). *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, Rio de Janeiro: Mauad X.

Baltar, Mariana (2006). "Moral deslizante. Releituras da matriz melodramática em três movimentos". Texto apresentado na XV COMPÓS, Bauru (SP).

Barbosa, Marialva (2007). *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, Rio de Janeiro: Mauad X.

Barbosa, Marialva e Enne, Ana Lucia S (2006). "O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional". Artigo apresentado na LUSOCOM/2006, Santiago de Compostela/Espanha.

Borges, Wilson Couto (2009). *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*, Niterói: Tese de Doutorado em Comunicação, UFF.

_____ (2006). *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan.

Carvalho, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras.

Castoriadis, Cornélius (1987). *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cerqueira Filho, Gisálio (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Escuta.

Chartier, Roger (2004). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo: Ed. UNESP.

_____ (1996). *Práticas de leitura*, São Paulo: Estação Liberdade.

Chesterton, G. K. (2004). "A cabeleira roxa". In: Braga, R. (Coord.). *Contos ingleses*, Rio de Janeiro: Ediouro.

Ginzburg, Carlo (2002). *História noturna. Decifrando o Sabá*, São Paulo: Cia. das Letras.

_____ Ginzburg, Carlo (1989). *Mitos, Emblemas e Sinais*, São Paulo: Cia. das Letras.

Habermas, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Huysen, Andréas (2005). “Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In: Bragança, Aníbal e Moreira, Sônia Virginia (org.). *Comunicação, acontecimento e memória*, São Paulo: Intercom.

Jameson, Fredric (1992). *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*, São Paulo: Ática.

Martín-Barbero, Jesús (2004). *Ofício do Cartógrafo*, São Paulo: Loyola.

_____ (2001). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Ricouer, Paul (2003). *La memoria, La historia, El olvido*, Madri: Trotta.

_____ (1994). *Tempo e Narrativa*, Campinas: Papyrus, Vol. 1.

Sevcenko, Nicolau. (1998) (org.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3 – República: da Belle Époque à era do rádio*, São Paulo: Cia. das Letras.

_____ (1989). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo: Brasiliense.

Véron, Eliseo (1981). *A produção de sentido*, São Paulo: Cultrix.

Zizek, Slavoj (1996). *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

**AMERICANIZATION OF BRAZIL OR A PRAGMATIC WARTIME ALLIANCE?
THE POLITICS OF NELSON ROCKFELLER'S OFFICE OF INTER-AMERICAN
AFFAIR IN BRAZIL DURING WORLD WAR II**

**AMERICANIZAÇÃO DO BRASIL OU ALIANÇA PRAGMÁTICA EM TEMPOS DE
GUERRA?
A POLÍTICA DO OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS DE NELSON
ROCKFELLER NO BRASIL DURANTE A II GUERRA MUNDIAL**

**AMERICANIZACIÓN DE BRASIL O ALLIANZA PRAGMÁTICA EN
TIEMPOS DE GUERRA?
LA POLÍTICA DEL *OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS* DE NELSON
ROCKFELLER EN BRASIL DURANTE LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

**AMÉRICANISATION DU BRÉSIL OU ENGAGEMENT PRAGMATIQUE EN
TEMPS DU GUERRE?**

**LA POLITIQUE DE L'*OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS* DE
NELSON ROCKFELLER AU BRÉSIL PENDANT LA SECONDE GUERRE
MONDIALE**

DOI: 10.5533/1984-2503-20102408

Ursula Prutsch

ABSTRACT

This article considers firstly the wide range of activities spearheaded by the Office of Inter-American Affairs (OIAA) in Brazil and the significance of this wartime institution. The OIAA was created in 1940 and headed by Nelson A. Rockefeller to combat Axis inroads into the South of the Western Hemisphere and deepen U.S. influence in the region. Toward this end it was engaged in a variety of spheres, including finance, commerce, and manufacturing industry, communications and mass media, culture and education. Its politics in Brazil, the most important hemispheric partner moreover, serves to illustrate the intertwining of economy, politics, and culture in United States foreign policy, especially towards Latin America. Secondly, the article will also show

that the Brazilian government – rather than being a passive recipient of dictums from Washington – worked hard to appropriate the OIAA's agenda to the demands of its own interests in the ongoing nation-building process. In this context the article will ask whether the discourse of *brasilidade*, the state-controlled construction of a national identity, was a counterweight to the transfer of *American Way of Life* and of American values to Brazil. Hence, this text will discuss the Brazilian as well as the U.S.-American perspective.

Key-words: United States, Brazil, Office of Inter-American Affairs, americanization, *brasilidade*.

RESUMO

Este artigo analisa, em primeiro lugar, a larga gama de atividades promovidas pelo *Office of Inter-American Affairs* (OIAA) no Brasil e o significado desta instituição de tempos de guerra. O OIAA foi criado em 1940 e liderado por Nelson A. Rockefeller para combater a entrada do Eixo no Sul do continente americano e ampliar a influência dos Estados Unidos na região. Com este intuito, envolveu-se numa série de esferas, como finanças, comércio e indústria, comunicações e mídia de massas, cultura e educação. Sua política no Brasil, seu mais importante parceiro no continente, ilustra, além disso, o entrelaçamento entre economia, política e cultura na política externa dos Estados Unidos, especialmente para a América Latina. Em segundo lugar, o artigo mostrará também que o governo brasileiro – em vez de ser um receptor passivo dos ditames de Washington – trabalhou arduamente para apropriar a pauta do OIAA aos seus próprios interesses no processo em andamento de construção da nação. Neste contexto, o artigo questionará se o discurso de *brasilidade*, a construção de uma identidade nacional controlada pelo Estado, foi um contrapeso para a transferência do *American Way of Life* e dos valores americanos ao Brasil. Assim, este texto discutirá tanto a perspectiva brasileira quanto estadunidense.

Palavras-chave: Estados Unidos, Brasil, *Office of Inter-American Affairs*, americanização, *brasilidade*.

RESUMEN

El artículo analiza, en primer lugar, la amplia gama de actividades promovidas por el *Office of Inter-American Affairs* (OIAA) en Brasil y el significado de esta institución de

tiempos de guerra. El OIAA fue creado en 1940 y liderado por Nelson A. Rockefeller para combatir la entrada del Eje en el Sur del continente americano y ampliar el influjo de los Estados Unidos en la región. Con este objetivo, se ha enfrascado en una serie de esferas, como finanzas, comercio e industria, comunicaciones y comunicación de masas, cultura y educación. Su política en Brasil, su más importante aparcero en el continente, ilustra, además, el entrelazamiento entre economía, política y cultura en la política exterior de los Estados Unidos, sobre todo para América Latina. En segundo lugar, el artículo mostrará también que el gobierno brasileño – en lugar de ser un receptor pasivo de los dictámenes de Washington – ha trabajado arduamente para apropiarse del programa del OIAA a sus propios intereses en el proceso en marcha de construcción de la nación. En este contexto, el artículo cuestionará si el discurso de *brasildade*, la construcción de una identidad nacional controlada por el Estado, fue un contrapeso para la transferencia del *American Way of Life* y de los valores americanos al Brasil. De este modo, el texto discutirá tanto la perspectiva brasileña como la estadounidense.

Palabras-clave: Estados Unidos, Brasil, *Office of Inter-American Affairs*, americanización, *brasildade*.

RESUMÉ

Cet article examine en premier lieu le large spectre d'activités promues par l'*Office of Inter-American Affairs* (OIAA) au Brésil et le rôle de cette institution des temps de guerre. L'OIAA a été créée en 1940, avec à sa tête Nelson A. Rockefeller, pour combattre l'entrée de l'Axe sur le continent américain et amplifier l'influence des États-Unis d'Amérique dans la région. À cet effet, l'OIAA s'est immiscé dans toute une série de sphères, telles que les finances, le commerce et l'industrie, les communications et les médias de masse, la culture et l'éducation. Sa politique au Brésil, son partenaire le plus important sur le continent, illustre en outre les liens entre les aspects économiques, politiques et culturels au sein de la politique d'affaires étrangères menée par les États-Unis d'Amérique, spécialement en ce qui concerne l'Amérique Latine. En deuxième lieu, l'article montrera également que le gouvernement brésilien – au lieu de se comporter comme récepteur passif des prescriptions de Washington – a beaucoup travaillé pour rendre l'ordre du jour de l'OIAA approprié à ses propres intérêts, en vue de corroborer le processus en cours de construction de la nation. En fonction de ce contexte, l'article analysera la

capacité du discours de la « brasilité », entendu sous la perspective de la construction d'une identité nationale contrôlée par l'État, à faire contrepoids au transfert de l'*American Way of Life* et des valeurs américaines au Brésil. Par conséquent, ce texte s'intéressera aussi bien à la perspective brésilienne qu'à l'optique nord-américaine.

Mots-clés : États-Unis, Brésil, *Office of Inter-American Affairs*, américanisation, « brasilité ».

Nelson Aldrich Rockefeller's first visit to Brazil in September 1942 was of highly symbolic nature for the Brazilian-American relations. The young multi-millionaire was not coincidentally present in Rio de Janeiro on exactly September 7, Brazil's national holiday. His family's name was known in the South American state, had it been an important laboratory for U.S.-sponsored public health efforts, exerted especially by the Rockefeller Foundation since the early 1930s, and now it was becoming a key destination for North-South technology transfers. Brazil was a huge potential market for U.S. products and the source of several important commodities found in factories and kitchen pantries across the United States. For American industrial and commercial interests, Brazil represented a seemingly inexhaustible supply of raw materials and foodstuffs. After a long period of neutrality, the Brazilian government had declared war on Germany and Italy, joining the United States and the Allied cause in August 1942.

Rockefeller's trip to Rio de Janeiro was intended to further the agenda of expanding U.S. influence in South America, but it was also complimented by the goals of the nationalistic *Estado Novo*, or New State, inaugurated by Brazilian president-dictator Getúlio Vargas (1883-1954) in November 1937. The convergence of interests was evident in the 1942 Independence Day festivities, when Nelson Rockefeller stood at Vargas' side and watched more than 30,000 school children under the baton of Heitor Villa Lobos sing in praise of the Brazilian nationalist leader. This propagandistic extravaganza of civic parades, youth, and choral song, was part and parcel of the Vargas regime's effort to parlay international relations into domestic campaigns of security and order. Two days prior to the president's joint appearance with Rockefeller, Vargas had ordered a police raid against suspected Nazi spies, leading to the arrest of more than 3,000 people. The raids coincided with a massive

media campaign against the country's enemies, real or imagined. The American guest was to be duly impressed by the aggressive anti-axis politics recently adopted by his Brazilian hosts.

Brazilian historians including Luiz Alberto Moniz Bandeira, Gerson Moura and Roberto Gambini¹, and, more recently, paulista historian Antonio Tota² have put forwarded several arguments about the economic and cultural Americanization of Brazil during the Second World War. Moura's *Tio Sam chega ao Brasil* (1984)³, for example, describes a flood of American consumer products arriving in Brazil as a result of the war alliance with the United States. According to Tota, South America as confronted massive United States economic influence, was undergirded by cultural strategies of domination. They provided important and valuable insights into Brazil's wartime relations with the United States, the earlier studies were influenced by the theory of dependence that interpreted Brazil primarily as a victim of U.S.-influence.

While Gerson Moura's work focus on Brazil's capacity of power play with the United States, Antonio Tota's study of United States influence did not grasp some fundamental dimensions of U.S.-Brazilian relations that need to be addressed in order to understand the workings and impact of U.S. policies directed at Brazil during the war years. When Nelson Rockefeller arrived in Rio in an effort to bring closer together Brazilian and U.S. interests, the Brazilian society was already in the midst of an intense process of nation-building that envisioned certainly changes consistent with, but not led by, United States policy. Not only had the Brazilian government set out to nationalize economic resources and industries as early as 1930, it had embarked on a policy of comprehensive cultural modernization meant to reach into every corner of this vast and diverse country. The histories of social, cultural, and economic change closely associated with Americanization during the interwar and WWII years, then, might be more suitably associated with an autonomous *national* history.

¹ Bandeira, Luiz Alberto Moniz (1973). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; Moura, Gerson (1982). *Brazilian Foreign Relations 1939-1950. The Changing Nature of Brazil-United States Relations during and after the Second World War*, Unpublished PhD. Diss., London; Gambini, Roberto (1977). *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. Influência Americana e Alemã no Estado Novo*, São Paulo: Edições Símbolo.

² Tota, Antonio Pedro (2000). *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras.

³ Moura, Gerson (1984). *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana*, São Paulo: Brasiliense.

This article, indeed, considers firstly the wide range of activities spearheaded by the Office of Inter-American Affairs (OIAA) in Brazil and the significance of this wartime institution. The „Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics“ as it was firstly called, was created by order of the Council of National Defense on August 16, 1940 to respond to perceptions of a massive threat to the security of the United States. Its overall purpose may be summarized as follows: it was established to combat Axis inroads into the South of the Western Hemisphere, deepen U.S. influence in the region, and secure the allegiance of Latin America in the upcoming struggle. The Office of Inter-American Affairs was to facilitate such a thorough mobilization by establishing liaison between various entities of government and between the government and private sectors. Toward this end it engaged, as advisors or members of staff, representative and influential citizens from a variety of spheres, including finance, commerce, and manufacturing industry, communications and mass media, culture and education. Headed by American businessman and philanthropist Nelson A. Rockefeller (1908-1979), who held the position of the *Coordinator of Inter-American Affairs*, the OIAA engaged in a vast range of activities, many of which remain to be studied.

Many projects, the OIAA effected, might be understood as politics of “Americanization”. Its politics in Brazil, the most important hemispheric partner moreover, serves to illustrate the intertwining of economy, politics, and culture in United States foreign policy, especially towards Latin America. Secondly, the article will also show that the Brazilian government – rather than being a passive recipient of dictums from Washington – worked hard to appropriate the OIAA’s agenda to the demands of its own interests in the ongoing nation-building process. In this context the article will ask whether the discourse of *brasildade*, the state-controlled construction of a national identity, was counterweight to what the OIAA was intending to instill, namely adherence to the *American Way of Life* and to American values. Hence, this text will discuss the Brazilian as well as the U.S.-American perspective and the intentions as well as the reactions, strategies of accommodation and resistance of the largest South American state against the U.S.-influence.

Getúlio Vargas’ Nation-Building-Project

Getúlio Vargas had come to power in 1930 in a brief civil war, and he remained in office through various machinations until a bloodless coup removed him from the

presidential palace in October 1945. As his government set out to transform the vast and heterogeneous society whose political economy was dominated by the interests of the export-oriented agrarian sector into a modern, unified industrial nation-state, Vargas came to be convinced that such a massive undertaking could only succeed under his personal stewardship. With the proclamation of the *Estado Novo* on November 10, 1937, Vargas asserted the powers of dictatorship to pursue this goal. The Constitution of 1934 was suspended and freedom of the press abolished. With the complete ban on political parties, Vargas relied on the military, the upper class, and the Catholic Church. His regime, moreover, found support in the industrial working class, as it wooed workers with comprehensive social welfare programs into state-regimented unions. Vargas strove toward a peculiar balance of power, not just in his domestic policies, but also in foreign affairs and well into the war years. Whereas some of his ministers sympathized with the fascist regimes in Europe, especially prior to the declaration of belligerence against the Axis, other officials were decided Americanophiles. Of the latter group, standouts included Oswaldo Aranha, Brazil's Ambassador in Washington DC in 1934-7 and later Minister of Foreign Affairs, and Vargas's own daughter Alzira, a close adviser also sympathetic to the Americans⁴.

Like many other countries of the region, Brazil responded to the global economic crisis of the 1930s, which had brought about a steep decline in coffee prices and crisis of foreign exchange and debt, with a set of policies that facilitated import substitution, especially of consumer products and semi-durable manufactures, and greater state control over the nation's economic resources. As the federal government assumed a larger role in the economic and social fabric of the nation, officials fostered strong collective identification with the causes of national recovery. Culture, education, and science also came increasingly into the sphere of federal regulations.

⁴ For books on Vargas and the *Estado Novo* see Abreu, Marcelo (1999). *O Brasil e a economia mundial 1930-1945*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Capelato, Maria Helena (1998). *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*, São Paulo: Papyrus; Dulles, John F.W. (1967). *Vargas of Brazil*, London, Austin: Texas University Press; Faoro, Raymundo (1977). *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre: Globo; Hentschke, Jens (1996) *Estado Novo. Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937*, Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik; see Hentschke, Jens (2006). *Vargas and Brazil. New Perspectives*, New York: Palgrave, Macmillan, see Carneiro, Maria Luiza Tucci (1999). "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". In: Pandolfi, Dulce (ed.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 327-340; Wirth, John D. (1970). *The Politics of Brazilian Development 1930-1945*, Stanford, Ca: Stanford University Press; Araujo, Ricardo Benzaquen de (1986). "O Dono da Casa. Notas sobre a imagem do poder no 'mito Vargas'". In: *Religião e Sociedade*, 13/2, pp. 102-122.

In its effort to form distinct notions of a Brazilian nationhood, the Vargas regime drew upon the modernist movement of the 1920s and other cultural movements framed around an appreciation of the country's distinctive historical roots. Not surprisingly, the conservation and protection of the national heritage became one of the hallmarks of the Vargas government. A progressive monument protection law took effect almost immediately after the declaration of the Estado Novo. In the following five years, the baroque jewels of Minas Gerais and the Jesuit-Guarani mission of São Miguel, in Rio Grande do Sul, among other sites, were restored with state funds⁵.

In spite of these well-publicized efforts, officials in the Vargas regime were periodically perturbed to receive notice that Brazil remained seen as a backward "Nation of Botocudes" in the international concert of nations⁶. Hence, the Press and Propaganda Department (DIP), organized in 1939, assumed strict control over the domestic mass communications systems as well as orchestrated favorable images of the Vargas regime, in particular, and Brazilian civilization, generally. The DIP, in fact, played a central role in the public diplomacy, especially concerning the United States⁷. Indeed, most films, weekly newsreels, and radio programs coming from the States to Brazil had to pass through the DIP's censorship boards before reaching the Brazilian public. And, the DIP distributed various kinds of media about Brazil to U.S. government and media outlets. By closely cooperating with the OIAA, the DIP exerted influence in the way Brazil and its president were presented in the U.S..

The DIP, of course, had to carefully adjust the images it produced to the changing strategic positioning of the Vargas regime. Thus, after mid-1942 and following Brazil's declaration of war on the Axis powers, Vargas, the „Father of the Poor“, now also came to be stylized as the most loyal pan-American warrior in the fight against fascism. The Brazilian government represented itself as the "*most democratic country of the world [sic]*", as foreign minister Oswaldo Aranha wrote to

⁵ For the founding of universities see Schwartzman, Simon et. al. (1984), *Tempos de Capanema*, São Paulo: Paz e Terra; for the SPHAN see Williams, Daryle (2001). *Culture Wars in Brazil. The First Vargas Regime, 1930-1945*, Durham, London: Duke University Press.

⁶ "O Brasil não pode continuar na situação de uma Botoculandiasinha" in Papers of Gustavo Capanema (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, rolo 17, 626).

⁷ See Souza, José Ignacio de Melo (1990). *Ação e Imaginário de uma ditadura: Controle, Coerção e Propaganda Política nos Meios de Comunicação durante o Estado Novo*, unpublished PhD diss. São Paulo, see Capelato, Maria Helena R. (1998). Op. Cit.; see Goulart, Silvana (1990). *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*, São Paulo: Marco Zero Editora.

Orson Welles after the actor's intensive filming experiment in Rio de Janeiro⁸. Accordingly, the DIP produced catch phrases to be repeated time and again to underscore this claim, most notably slogans referring to the "two democracies" fighting against the totalitarian regimes in Europe. The irony, of course, was not lost on Brazil's democratic opposition who in turn sought to exploit the wartime coalition in order to undermine the authoritarian grip of the Estado Novo⁹.

As other institutions in the nation-building project, the Press and Propaganda Department employed a number of European immigrants, most of them Jewish refugees¹⁰. These immigrants in Vargas' service seemed to signal the regime's openness and tolerance, yet they barely masked the fact that at the same time highly restrictive and anti-Semitic immigration laws were severely limiting the number of refugees entering the country. The Estado Novo, moreover, understood how to integrate numerous Brazilian intellectuals into its *project*. The sociologist Gilberto Freyre, author of *Casa Grande e Senzala* [1933; Eng. trans: *The Masters and the Slaves*, (1946)], drafted a central model for the Estado Novo with the myth of the harmonious *racial democracy*, an important element of its homogenization discourse. Freyre emphasized the integrative abilities of Brazil's nation-state, where European, Asian, and African immigrants lived together harmoniously in a tropical cultural *melange*. This discourse denied the racism that existed (and exists) in Brazil. It also played a psychologically important role in the country's foreign relations, particularly with regard to the United States. If Brazil was a recipient country for U.S. technology and armaments during World War II and thus clearly the weaker partner in the *material* transfer, it could on the other hand demonstrate its superiority with respect to racial relations, as the discourse of racial democracy favorably compared Brazil with the apartheid that existed in the U.S. South.

Brazil and the United States: Brothers in War

As is well known, during World War II the Vargas government came to cooperate with the United States on a broad range of issues. It granted the U.S. the right to establish military bases along the coast of northern Brazil as well as fly-over and air traffic

⁸ Oswaldo Aranha to Orson Welles, August 13, 1942 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Records of the Department of Information, Education Division, Box 1261, Folder 2,7).

⁹ For further details see Prutsch, Ursula (2008). *Creating Good Neighbors? Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der U.S.A in Lateinamerika, 1940-1946*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

¹⁰ Prutsch, Ursula (2008). *Creating Good Neighbors? Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der U.S.A in Lateinamerika, 1940-1946*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, p. 151.

rights in the Amazon¹¹. The Washington Accords, signed in March 1942, granted Brazilian interests exclusive rights to supplying strategic raw materials to the United States, such as rubber, diamonds, mica, iron ore, and tantalite¹². By 1944, the Vargas regime had sent troops, the Força Expedicionária Brasileira or FEB, to Italy as part of the Fifth Army. The Vargas regime was well aware of the strategic and economic importance of Brazil to the U.S. war effort and knew how to exploit its bargaining position. Hence, Brazil's cooperation came at a price. The U.S. financed the workhorse of Brazil's industrialization, the steel plant Volta Redonda, Rio de Janeiro state¹³. Among those that greatly profited from the wartime alliance was the Brazilian military: lend-lease weaponry and technology transfers from the U.S. helped Brazil to become the leading military power in the region and thus contributed to a marked shift in the balance of power vis-à-vis its main competitor for regional predominance, Argentina.

The growing alliance with the United States, however, did not come about without difficulties and frictions. U.S. war needs directly affected various regions of Brazil. First, U.S. demand for rubber led to a vast increase of economic activity in the huge Amazon basin, a fragile ecosystem that was difficult to exploit and that came to be a test and experimentation area for the Institute of Inter-American Affairs, a branch of the OIAA. Second, coastal cities of the north and northeast, including Belém, Recife, Salvador, and Fortaleza, became home to military airports serving as bridgeheads for U.S. invasion forces heading for Africa and Europe. Thousands of American military personnel were sent to Brazil, and it was reported that

¹¹ Kraus, Louise Theresa (1986). *The Establishment of United States Army Air Corps Bases in Brazil, 1938-1945*, Unpublished PhD Diss. College Park: University of Maryland; see McCann, Frank D. (1973). *The Brazilian-American Alliance 1937-1945*, Princeton: Princeton University Press.

¹² For U.S.-Brazilian relations see: McCann, Frank D. (1973). Op. Cit.; Cobbs, Elizabeth Anne (1992) *The rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil*, New Haven, London: Yale University Press; see Gambini, Roberto (1977). Op. Cit.; Gellman, Irwin F. (1979) *Good Neighbor Diplomacy. United States Policies in Latin America 1933-1945*, Baltimore, London: The Johns-Hopkins University Press; Huggins, Martha K. (1989) *Political Policing. The United States and Latin America*, Durham, London: Duke University Press; Marinho, Maria Gabriela (2001) *Norteamericanos no Brasil. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*, São Paulo: Coleção Educação Contemporânea; Bandeira, Luiz Alberto Moniz (1973). Op. Cit.; Moura, Gerson (1982). *Brazilian Foreign Relations 1939-1950. The Changing Nature of Brazil-United States Relations during and after the Second World War*, Op. Cit.; Miceli, Sergio (1990) *A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*, São Paulo : IDES/Editora Sumaré; Tota, Antonio Pedro (2000). Op. Cit.; Rocha, Denise (1998). "Sportethos und Monumentalismus – Tropischer way of life: die brasilianische Wahrnehmung des NS-Reiches und der U.S.A". In: König, Hans-Joachim and Rinke, Stefan (ed.). *Transatlantische Perzeptionen: Lateinamerika-U.S.A-Europa in Geschichte und Gegenwart*, Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz and Akademischer Verlag, pp. 259-282.

¹³ See Veiga, Sandra Mayrink and Fonseca, Isaque (1990). *Volta Redonda, entre o aço e os armas*, Petrópolis: Editora Vozes; Rady, Donald Edmund (1973). *Volta Redonda*, Albuquerque, New Mexico: Rio Grande Publishing Company; Wirth, John D. (1970). Op. Cit.

“the excessive number of people from the U.S., investigating, reporting, or arranging for bases, factories, railroads, espionage, propaganda, or movies, concerned the local populace”¹⁴.

U.S. technicians, who often treated their Brazilian hosts as inferiors, were unaware or outright disrespectful of local cultural codes and thus, hurt local traditions. *“They are not subject to control by anyone and there are several instances of drunkenness and furniture smashing, and constant flouting of Brazilian taste such as lack of ties and coats at meals in the best hotels”*, related two OIAA-informants from Belém do Para to the headquarters in Washington¹⁵. A military secret service report summarized the ambiance as follows: *“The poorer Brazilian classes in the country districts blame the Americanos [sic] for everything and seem to feel the Americans are there to take something away from them rather than help them.”¹⁶*

The wartime alliance also had repercussions in the great urban centers, most notably the metropolis of São Paulo. There, vast new armament industries came into being. While the latter certainly provided new work opportunities, the gearing of Brazil’s economy to U.S. war needs at the same time increased scarcity of goods as well as inflationary pressures that soon were felt in daily life. After mid-1943, rationing of fuels, sugar, and milk, forced ordinary Brazilians to queue for the basic necessities of life¹⁷. Tensions and difficulties such as these were sources of concern for the OIAA’s propaganda apparatus that strove to deflect possible criticism of the U.S. and create a general climate of good-will. If overdone, however, such concern for Brazil’s goodwill in itself could become a source of irritation, as Foreign Minister Aranha indicated in a much quoted ironic remark: *„One more good will mission, and Brazil will declare war on the United States.”¹⁸*

Rockefeller’s Institute of Inter-American Affairs: The Fight against Fascism, and Business

The extraction of strategic raw materials such as rubber and the establishment of military bases along the northeastern coastline were among the central interests of

¹⁴ Kraus, Louise Theresa (1986). Op. Cit., p. 173.

¹⁵ K. and T. to Earl Givens, February 6, 1943 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1277, Folder 07,1).

¹⁶ Kraus, Louise Theresa (1986). Op. Cit., p. 169.

¹⁷ Cytrynowicz, Roney (2000). *Guerra sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, São Paulo: EDUSP.

¹⁸ McCann, Frank D. (1973). Op. Cit., p. 247.

U.S. policy in Brazil. In order to be operationally successful and to minimize frictions, U.S. policies had to overcome a number of logistical challenges. The OIAA stepped in to ease tensions. Most notably, the OIAA was charged to help provide foodstuffs and medical care for large contingents of U.S. soldiers and Brazilian workers who were employed either in the giant military construction sites or came to be drawn by the thousands into the Amazon basin as rubber collectors. Drawing on the organizational model and experience of the Rockefeller Foundation, in March 1942, the OIAA established a new agency to handle health and technology projects, the Institute of Inter-American Affairs (IIAA). Its tasks included fighting malaria, the construction of educational institutes for medical personnel and infrastructure improvements. The IIAA's mission partially overlapped with the Vargas government's *Marcha para Oeste*, which meant to gain access to the economic resources of the Amazon region¹⁹. The IIAA and the Brazilian government together created the SESP, the Special Service for Healthcare, which established its operative base in Belem do Pará. The main part of the financing was undertaken by Brazil; the U.S. provided loans, know-how and medical supplies. The SESP established hospitals, drained swamps, and administered nearly 18 million atebrine tablets to fight malaria²⁰.

Among the target groups the SESP focused upon there were the rubber tappers, known as *seringueiros*. When Malaysian rubber plantations fell under Japanese control, the United States quickly turned to Brazilian sources, boosting Brazil's rubber production but also requiring a significant reorientation in regional labor markets. The Vargas' government implemented a plan to hiring 50,000 men from the arid areas of the Brazilian northeast to serve as *seringueiros*. While Brazilian organizations were responsible for the transport and the provisioning of circa 13,000 rubber collectors who were actually transported to the Amazon, Rockefeller's OIAA was given the task of recruiting them. Since the majority of the prospective workers were illiterate, the OIAA chose to approach them through comics. One such widely distributed narratives, for example, told the story of Floriano, a poor Brazilian from the

¹⁹ Garfield, Seth (1997). "The Roots of a Plant that Today is Brazil': Indians and the Nation-State under the Brazilian Estado Novo". In: *Journal of Latin American Studies* 29, p. 748. Report by Ernest E. Maes, June 1942 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 3, Information, Science and Education, Race, Box 410, Folder U.S.-Section of Inter-American Institute, TR 47).

²⁰ For the SESP see Campos, André Luiz Vieira de (1997). *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*, Unpublished PhD Diss. The University of Texas at Austin; see Bastos, Nilo Chaves de Brito (1996). *SESP-FSESP. Evolução Histórica 1942-1991*, Brasília: Fundação Nacional de Saude.

northeast, who, by collecting latex, was able to secure his existence and marry his fiancée, in addition to fulfilling a task important for the Allied war effort and Brazilian development²¹. OIAA posters adorning restaurants and display windows depicted the battle on the rubber front: “Rub them out with rubber” appears on one of these posters in which an oversized car tire threatens to roll over Hitler, Mussolini, and Hirohito. On another poster a huge octopus with swastika-shaped eyes and large tentacles embracing the globe, is being pierced by an enormous sword; the picture is accompanied by the words “With this weapon we will win”.

Safeguarding the food supply for *seringueiros* in the Amazon and for the military bases was one of the major tasks of the OIAA. Thus, feeding armies of relocated Brazilian workers and thousands of U.S. soldiers stationed in Brazil was feared to develop into a major strain on local food supply with serious effects on agricultural prices. Moreover, the U.S. soldiers found local products to be of low quality, a particular concern that the OIAA tried to resolve by establishing model farms, providing loans to small farmers, organizing agricultural training, and by introducing new hybrid seeds and artificial fertilizers. In order to relieve pressure on the food supply, the OIAA, moreover, sponsored Victory Gardens, turning to one of its favorite didactic methods: sponsoring local competitions. As in other policy areas, the OIAA’s Food Supply Division relied on the cooperation by Brazilian agencies, and in 1942, the Brazilian-American Commission of Food Production (CBA) was established. The net effect of such efforts is impossible to gauge with any precision, but it is remarkable that the OIAA at least in one region came under harsh criticism. The OIAA boosted meat and vegetable production in the vicinity of military bases, since Brazilian foodstuff did not meet the quality criteria of U.S. soldiers. As the surplus products were dumped on the local market, they actually decreased prices and provoked local producers to protest²².

The networks, built by the OIAA and the Institute of Inter-American Affairs, were extended beyond the war. Once freed from the oversight of the U.S. Congress and the State Department, the American International Association for Economic and

²¹ “Floriano” (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1283, Folder Rubber Reserve, Publicity).

²² Monthly Report, July 16 to August 15, 1944 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1336, Folder Health and Sanitation Newsletters 1943, Folder Food Supply Division, Brazil). See also RAC, RFA, NAR pers. III 4 0, OIAA, Box 4, Brazil 1942-1946, Commercial and financial section. See relatório 17 de agosto, 1942 (Arquivo Itamarati, Consulado em Los Angeles, 48/5/4).

Social Development (AIA) and the International Basic Economy Corporation (IBEC) continued to work in areas of research and commerce²³.

American Public Diplomacy - The OIAA's Brazilian Division

Apart from engaging in the logistical needs of the rubber economy and newly established military bases, the OIAA developed a range of other activities that relied upon permanent field offices located throughout the country. After August 1941, the OIAA established subcommittees in São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Santos, Belo Horizonte, Vitoria, Bahia, Recife, Natal, Fortaleza, Belem and Manaus. All reported to the division office located in Rio. The Brazilian Division and its subcommittees were mainly composed by representatives of large U.S. enterprises, such as General Motors, Kodak, and Goodyear. Until March 1944 the Brazilian Division was run by Berent Friele, a long-time manager of the American Coffee Corporation and after that, by Frank Nattier, special representative to the Coordinator. As a kind of a barometer for local feeling toward America and the Americans, the Brazilian Division and its subcommittees delivered regular feedback to the OIAA's Washington Headquarters. Such feedback served mostly as a guide for the development of informational materials and propaganda contents.

The first of the Brazilian Division's subcommittees came to be established in the fall of 1942 in São Paulo, an important industrial metropolis and port city. As other committees, the São Paulo branch was run by an executive of a large U.S. firm. Arnold Tschudy, a jurist who had completed his doctorate at Berkeley before being hired by Standard Oil California in 1929. Thereafter he had earned an excellent reputation as the head of General Motors Corporation in Brazil. From 1940 onward, he also served as the President of the U.S. Chamber of Commerce in São Paulo. Indeed, Rockefeller's headquarter thought so much of Arnold Tschudy that it disregarded the pay scale for employees of the State Department in order to be able to pay him a salary that was in line with his previous manager's earnings. Tschudy earned more than every other employee of the OIAA with his \$10,200 salary a year²⁴. The importance of São Paulo was also related to the fact that it was home to a sizeable Italian and Japanese minority, a population the OIAA was intent on

²³ For documentation see RAC, RFA, NAR pers. III 4, AIA-IBEC.

²⁴ Tschudy received 8,000 dollars a year from the State Department and, despite protests from Secretary of State Cordell Hull, an additional 2,190 dollars from OIAA funds to meet for his living expenses (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1328, Folder 31, 5, OIAA São Paulo).

monitoring carefully through its own subcommittee and through other channels. Indeed, the OIAA's research and intelligence branch, the Bureau of Latin American Research, sent an Italo-American informant down to São Paulo, who delivered information for the Washington Office on a regular basis²⁵.

Yet, in contrast to the regional setup in Mexico and Argentina, for instance, the Brazilian Division came to be recognized by the Foreign Ministry as an official institution of the U.S. Government²⁶, which meant that it was not under the trusteeship of the U.S. Embassy but acted almost independently as a diplomatic authority subject only to supervision from Washington. This peculiar institutional setup allowed for much greater leeway than elsewhere.

During the early stages of its existence, the Brazilian Division assumed comprehensive competencies in economic policies and – what was called - “development work”²⁷. Together with the Embassy, it helped to identify firms to be blacklisted and to establish essential Brazilian import needs, from raw materials to spare parts, so as to help Brazil's economy to produce the raw materials and other products urgently needed by the U.S.. The assessment of import requirements and investigations into the ownership of the firms involved was a difficult task, yet it allowed the OIAA to take a deep look into Brazil's economic potential and ownership structures. The areas of competence of the Brazilian Division, however, changed over time as other wartime agencies came to assume various of its functions, particularly in fields related to blacklisting and the requirements of the war economy²⁸.

²⁵ Laurence Duggan to ambassador Jefferson Caffery, October 13, 1942 (NARA II, RG 84, Rio de Janeiro Embassy, Box 17, Folder 800). Report by Serafino Romualdi, August 11, 1942 (NARA II, RG 84, Rio de Janeiro Embassy, Box 7).

²⁶ See Formation of Regional Coordination Committees (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1277, Folder 05.1 (2)).

²⁷ “The activities of the Brazilian Division in the commercial and financial field have been adjusted to similar activities of the Coordinator's Office in Washington, with principal emphasis on development work, the purpose of which to aid in strengthening the internal economy of Brazil and in tightening the commercial bonds among the countries of this hemisphere.” Commercial and Financial Section (RAC, RFA, NAR pers. III 4 0, OIAA, Box 4, Folder Brazil 1942-1946). The Coordination Committee of the Brazilian Division was headed by Earl C. Givens, manager of General Electric, S.A. Other representatives were: Wingate M. Anderson (Standard Oil Brazil), Harry F. Covington (Cia Expresso Federal), George W. Hufsmith (Light & Power Co.), Carl Kincaid (lawyer), David L. Lewis (Metro Goldwyn Mayer), C.H. Wiseley (National City Bank of New York), U.G. Keener (Electric Bond & Share Co.). See RAC, RFA, NAR pers. III 4 0, OIAA, Box 1, Folder 1945, Regional Committees.

²⁸ The OIAA lost its competence concerning the Black List, which from August 1941 onwards, was defined by the newly created Division of World Trade Intelligence of the State Department. See: NARA II, RG 229, General Records, Central Files, Group 2, Commercial and Financial Economic Development, Box 108, Folder State Department, Division of World Trade Intelligence.

From late 1942 until 1945, therefore, the Division's main field of action was public diplomacy. The latter had been one of the main assignments since its inception, but the intensity of its propaganda and cultural programs increased markedly during the war. Prior to Pearl Harbor, the Brazilian Division, as Berent Friele recalled in a letter to Rockefeller from August 1943, has had a rocky start. In its propaganda work it relied to a large degree on Spanish-language materials that were also sent to Brazil, causing much criticism. The content in general was so dilettante, that justifiable malice was heaped on the OIAA²⁹. After the attack on Pearl Harbor, however, the Division's capabilities had greatly improved. By the time Brazil entered the war, the OIAA had carried out a first massive propaganda push, and until mid-1943 the cultural and political relations between the two nations continued to improve.

The Division's public diplomacy campaigns aimed to achieve two major objectives. On the one hand, they were meant to justify the economic and military presence of the U.S. and the wartime alliance in general. On the other hand, they strove to revamp the image of the United States as an idealistic and generous nation with a high standard of education. The OIAA's attempt at image engineering was based on the premise that both the exposure to previous and unfortunate U.S. policies in the real world, most notably to the demeaning experience of the Big Stick in Central America and the Caribbean, as well as to the outpourings of Hollywood's dream factory, had left too negative an impression for Brazilians and Latin Americans in general to be able to appreciate the real nature of the United States. If such exposures had produced images of the U.S. as a predominantly protestant nation driven by capitalistic, materialistic interests, and a society characterized by a promiscuous lifestyle, gangsters, and a generally uncultured population, the OIAA now sought to persuade Latin Americans otherwise.

The Public Diplomacy of the Brazilian Division was multi-faceted: To justify the economic and military presence of the U.S. and the wartime alliance, films, information and propaganda materials produced by the OIAA in Washington or by the local Division again and again captured the sites where natural resources were extracted, where agricultural and healthcare stations had been established. Berent Friele and his team also invited selected groups of well-known Brazilian intellectuals,

²⁹ Berent Friele to Nelson A. Rockefeller, August, 23, 1943 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 4, Administration, Box 443, Folder Berent Friele).

politicians, and high-ranking civil servants of the DIP for sightseeing tours in the United States. The Brazilian guests were sent on trips that were carefully planned and choreographed by the State Department and that were meant to confront their preconceived and misguided notions of the United States with “reality”. For example, these guided tours included New York with its Statue of Liberty, the capital Washington D.C., Detroit as an important industrial center, as well as the Disney studios in Burbank, the worldwide known symbols for U.S.-American film culture.

Scholarships, even more than those fourteen-day-trips for Brazilian VIPs, were deemed especially effective in their capacity to replace misguided preconceptions. Students and professionals educated in the United States were expected to develop into “goodwill ambassadors” on their return home. The Brazilian Division thus maintained a highly active educational and cultural exchange program: it sent Brazilian artists to the North, chose qualified candidates for the newly created Inter-American Trade Scholarships program, it recruited U.S. technicians to serve in industry and agriculture³⁰. and administered rapidly expanding exchange programs for university teachers and students so that they were able to discover the world of “the other”. Musicologist Carleton Sprague Smith, who first worked for the OIAA and then for the State Department stressed the importance of cultural exchange and culture politics as part of the U.S. program to enduringly implement American influence on Brazil in a letter to Nelson Rockefeller:

“Along with our countless rubber, naval and military missions we ought to have a Cultural Mission in full swing now which would help to smooth things out after the war when the honeymoon is over. Unless there is a realistic plan to show Democracy at work to our neighbors, they will slip back into the old European patterns. And they cannot be blamed for this because they have never really seen the American intellectual scene, unless they’ve been to the U.S.”³¹.

While U.S. businessmen were hired by the OIAA to deepen economic relations between the North and the South of the Hemisphere, to help eliminate the economic presence of Axis powers through blacklisting and fill the resulting vacuum, so-called

³⁰ Technicians from the U.S. came for the extraction of plant oil, of coal, the breeding of silk caterpillars, cassava production, plant fibers, aluminium, transport, the equipping of hospitals, and mineral prospecting (RAC, RFA, NAR, pers. III 4 0, OIAA, Box 4, Folder Brazil 1942-1946, Commercial and Financial Section).

³¹ Carleton Sprague Smith to Nelson Rockefeller, May, 15, 1943 (NARA II, RG 229, General Records, Central Files, group 3, Information, Science and Education, Brazil, Box 418, Folder 1943).

culture ambassadors, like the musicologist Sprague Smith³² and the film director Orson Welles were expected to do the ground-work on the image-front. Their support for the cause, however, often exposed a degree of concern and uneasiness. Smith suggested that communicating democratic values could only be successful through democratic fair play and cooperation. Yet, the war demanded the rapid mobilization of all available resources regardless of whether or not the societies and culture in Latin America were democratically constituted. Therefore, U.S. foreign policy in general, and the OIAA in particular continued to “appease” antidemocratic “elements”, and rather looked toward strategies that would explain the burden of the war effort and downplay its impact on Latin American economies.

Culture policy and culture exchange in mass media and art with the Brazilian Press and Propaganda Department

Sometimes at odds with the more idealistic cultural ambassadors, the OIAA’s businessmen – some of them were friends of Nelson Rockefeller – viewed *culture* also as a product to be sold and the *media* and especially films as another market to be conquered by the United States. Films are an artistic-esthetic product, mostly oriented towards mass-consumption. They reflect mentalities, society models and values; films transport political contents and appeal less to rational thinking than to emotional perceptions of audiences³³. The businesspeople within the OIAA film section particularly looked towards movies as both a mass product to be marketed as well as a vehicle to convey contents, such as the delivery of messages on the American Way of Life, if guided along proper lines. John Hay Whitney, Director of the OIAA film section until June 1942, wrote to Nelson Rockefeller:

*“Of the three arms of psychological warfare – radio, news and movies – the latter, from my point of view, has by far the greatest potentialities as it combines the impact of sight and sound.”*³⁴

The Motion Picture Society for the Americas (MPSA), founded in March 1941 in Hollywood, worked as a clearing house for feature and education films, designed

³² Carleton Sprague Smith first worked for the OIAA; in 1944 he was employed by the State Department to serve as a cultural attaché in São Paulo.

³³ Kirsch, Thomas (1977). *Die Entwicklung der argentinischen Filmindustrie*, Münster: MAks Publikationen, p. 25; see Mallimacci, Fortunato and Marrone, Irene (1977). *Cine e imaginário social*, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales.

³⁴ Nelson A. Rockefeller to John Hay Whitney, May 1, 1942 (RAC, RFA, NAR pers. III 4 L, Box 263, Folder 2627). In June 1942 Whitney joined the *U.S. Air Force* and returned to the U.S.A in early 1946.

mostly for the Latin American market. Its members discussed scripts, included famous Latin Actors in the production, avoided pejorative remarks and cooperated with Will Hay's censorship office, which had engaged Addison Durland, a Cuban American. In the depiction of Latin societies, Durland set value on whiteness and modernity, editing out images of slums, female characters of dubious reputation as well as monologues in broken English³⁵. Thus, for the OIAA, "high brow culture" that, like exhibitions and concerts, aimed at more exclusive audiences, was not deemed more important than "low brow" cultural products, such as films.

The Brazilian Press and Propaganda Department DIP was the most important cooperation partner for the OIAA in the field of media and cultural production. Established in 1939 after the Italian propaganda model and influenced by European fascism in terms of aesthetics and staging, the DIP came to be a powerful institution. Once the Vargas regime had decided to align with the United States, the DIP's propaganda division was called upon to legitimize the shift in foreign policy. Although many in the DIP viewed the switch to the "right side" with distrust and half-heartedness, some of its officials had powerful reasons to cooperate with the U.S.. As owners of media production facilities, such as film studios or radio stations, they wanted to profit from the new technology offered by the OIAA.

In August 1941 Walt Disney, together with RKO representative Phil Reisman and John Hay Whitney, director of the OIAA's film division, met DIP director Lourival Fontes in Rio de Janeiro, where they developed strategies of cultural cooperation. The delegates from Hollywood looked for information about the technical standards of Brazilian film studios, about Brazilian tastes and preferences concerning U.S. films and stars, about Brazilian projects and topics for feature and educational films. Above all, they looked for instructions about censure practices in the South American dictatorship. Disney, Reisman, and Whitney wanted to know whether to avoid concepts like "democracy" or how to put them in the "right context", so that their movies would pass the desks of the Brazilian censors without problems³⁶. The Brazilians, in turn, requested documentaries and movies with historical themes, which were supposed to be an entertaining as well as didactically valuable means for constructing the country's history:

³⁵ See Motion Picture Society for the Americas (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 3, Information, Box 961).

³⁶ Memorandum by Berent Friele and Frank Nattier, September 1, 1941 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1283).

“What would please us most would be pictures produced on Brazilian subjects, either in the United States or in Brazil, with American stars and, whenever possible, with the addition of some Brazilian elements. The principal source to explore, in this field, would be episodes with respect to our history, like, for example the epopoeia of the Bandeirantes (pioneers), the episodes of the Indian civilization by the Jesuits, the independence wars (like the Inconfidencia Mineira), the episodes of the court of D. João VI and D. Pedro II, which give a relief of the national Brazilian spirit.”³⁷

Their wishes reflect very well the themes they considered important for the construction of the past in the *Estado Novo*'s nation building process. Moreover, such films, especially if produced in the United States, would help to publicize Brazil and its long history and culture abroad. For the transfer of technical know-how, the *Estado Novo* compromised with the Americans, who insisted that such aid would only be feasible if existing regulations protecting the domestic film industry (by stipulating a certain number of Brazilian films to be shown per week in movie theaters) were loosened in favor of the American film industry³⁸.

The idea of inviting Orson Welles for a film about Brazil and the carnival also originated in the DIP and its director Lourival Fontes³⁹. Welles' project *It's All True* was an effort to capture the purported unvarnished reality instead of harmless and picturesque carnival scenes. He thereby not only irritated his producers in Hollywood, who actually dropped the project claiming exploding costs, but enraged his political patrons in Brazil. The latter wanted him to capture colonial and modern Rio, its beaches and leisure activities, not the dark-skinned poor from the *favelas*. They expected him to produce tourist images that would enhance Brazil's image among both domestic and foreign audiences. As such, this episode shows how the cultural

³⁷ Departamento de Imprensa e Propaganda to John Hay Whitney, September 1, 1941 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1283).

³⁸ Memorandum by Berent Friele and Frank Nattier, September 2, 1941; John Hay Whitney to Lourival Fontes, August 29, 1941 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1283, Motion Pictures).

³⁹ Several studies on the Vargas regime and the U.S.-Brazilian alliance suggest that Fontes, like the police president Filinto Müller and Attorney General Francisco Campos, had to leave the political stage, because their sympathy for the Axis was not compatible with the foreign political shift toward the United States. In the case of Fontes, this does not seem to be true. Fontes was eager to collaborate with the U.S. institutions from the beginning. A local reporter of Rockefeller's Bureau for Latin American Research wrote to the Washington Headquarters of the OIAA, how astonished the OIAA people were to see Fontes dismissed from his job in 1942 – despite his helpful cooperation. The reporter felt the army to demand a stronger influence in the DIP. Fontes' successor was an army officer. Confidential Reports from Brazil, No. 9, May 21, 1941 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1341, Folder 52.3). See also Brazilian Division to the OIAA, July 21, 1942 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 4, Administration, Box 313, Folder Radio, Misc.).

and economic interests of the white Brazilian elite and profit-orientated Hollywood-producers overlapped. Yet, if Welles' film camera subverted the ambitions of Brazil's elites and Hollywood moguls, in other respects he seems to have satisfied the expectations of both the OIAA and the Estado Novo. He gave lectures and interviews and crowned President Vargas' birthday party as a special guest in one of Rio's luxurious casinos. All in all, the Brazilian press and public appreciated Welles' efforts to understand country, culture and people. They favorably compared Welles with other "goodwill ambassadors" mobilized by the OIAA, including actors Tyrone Power and Douglas Fairbanks Jr. as well as the crooner Bing Crosby. On his return to the U.S.A., Welles made Brazil a prominent topic in his radio show *Hello Americans*, trying to sensitize audiences and to eradicate stereotypes: "Don't think that the function of Brazilian music is to translate American hits into Portuguese", or that "Brazilians do nothing but Samba"⁴⁰.

What Orson Welles' *It's All True* was unable or unwilling to supply, Walt Disney was able to do with the much cited production *Saludos Amigos* (1942/43), that was ordered by the OIAA for Latin American as well as U.S.-American audiences, and ran in Brazil under the title *Alô Amigos*. The cultural encounter between Donald Duck and the Disney-invented Brazilian parrot Joe "Zé" Carioca in the film sequence *Aquarela do Brasil* can be read and interpreted in two ways: On the surface, Zé Carioca, the fast-speaking, cigar-smoking, umbrella-toting parrot seems to present the more remarkable creature, as he has a good command of English and weathers the cultural encounter very well, while the befuddled Donald Duck desperately thumbs through Portuguese dictionaries as he does not understand his South American neighbor's exuberant words of welcome. Yet, a more fitting interpretation points into a different direction. Donald Duck really does not need to learn any Portuguese because he is accompanied by a talented, native tour guide, who takes him by the hand and shows him the tourist attractions of the capital: the beautiful Guanabara Bay with the Sugar Loaf, cachaça, samba and casinos. The samba *Aquarela do Brasil* ranked first in the U.S.-Charts in February 1943. Cartoon figures inhabit a world beyond materiality, cartoons can also be the site of unbridled

⁴⁰ See Stam, Robert (1997). *Tropical Multiculturalism. A Comparative history of Race in Brazilian Cinema and Culture*, Durham, NC and London: Duke University Press, p. 115.

expressions of the individual and collective unconscious⁴¹. For the OIAA's Brazilian Division, Disney's mélange of documentary and comic fulfilled the bilateral needs for tourist images and pan-American harmony even better than Stefan Zweig's homage to his tropical exile, *Brazil. Land of the Future*⁴². Disney's *Saludos Amigos* as well as his other feature film *The Three Caballeros*, the first color feature that combined live action with animation, fulfilled expectations of the "authentic exotic" and erotic "other", of Latin America as a "surprise package" that could be tasted during a well organized tourist tour in the unknown territory south of the Rio Grande. In terms of culture transfer, Brazilian films did not have a chance to conquer the American market. The only film was *O Brasileiro João de Souza*, a propagandistic melodrama, written by Adolfo Chust about the Brazilian contribution in the war against the German threat⁴³.

Apart from movies and documentary films, the OIAA also looked toward radio as a vehicle to reach and influence audiences in Brazil. It engaged Princeton University public opinion researchers Hadley Cantril and Lloyd A. Free to investigate the tastes and preferences of radio listeners, as well as the quality of transmissions and the influence of Axis stations⁴⁴. It greatly expanded the volume of Portuguese language programs short-waved from the United States⁴⁵, and it set out to find ways and means by which to gain access to domestic stations that would greatly increase the size of audiences exposed to U.S. programming.

In Brazil, as in other Latin American countries, radio was the most important means of communication. Radio reached all parts of the country and did not require knowledge of reading. Not surprisingly, it became heavily regulated by the DIP. In the Estado Novo, radio was seen as an important vehicle for the construction of a national identity (*brasildade*), and the DIP restricted access to this mass medium.

⁴¹ Burton, Julianne (1992). "Don (Juanito) Duck and the Imperial-Patriarchal Unconscious: Disney Studios, the Good Neighbor Policy, and the Packaging of Latin America". In: Parker, Andrew (ed.) et al. *Nationalisms and Sexualities*, New York and London: Routledge, p. 31.

⁴² The film was shown in six theaters at the same time and received good critiques: "The public laughed with gratitude. The character of the Brazilian parrot remained in everybody's mind as an invention inspired by the friendship of the North for the South. Films like that of Walt Disney make the Brazilians forget North American paternalism." Report from December 23, 1942 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 3, Information, Motion Pictures, Box 227, Folder Reports). The parrot survived in Brazilian Disney-magazines as character.

⁴³ Adolfo Chust, *João de Souza*, Drama (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, DIP: Divisão de Cinema e Teatro, October 3, 1942).

⁴⁴ Hadley Cantril, "A survey of Communications in Brazil. Confidential Report", American Social Surveys, Inc. Princeton, New Jersey (NARA, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 4, Administration, Box 318).

⁴⁵ On the volume of short-wave broadcasting see Ogilvie, John W. G. (1945) "The Potentialities of Inter-American Radio". In: *Public Opinion Quarterly* 9:1, pp. 19-28.

Such restrictions also applied to the wartime ally, the United States. Whereas in other parts of Latin America during the war years many radio stations hooked up with U.S. networks such as CBS and NBC to retransmit programs from the United States⁴⁶. State regulations in Brazil blocked such rebroadcast arrangements. Hence, the OIAA faced considerable hurdles when it tried to have Brazilian stations broadcast programs produced by its Radio Division.

If the OIAA at last did achieve a modicum of success this was largely due to the negotiating ability of Berent Friele. The OIAA gained the right to supply five minutes of the state-run news hour, *Hora do Brasil*, broadcast daily between 7:00 and 8:00 p.m. The OIAA was also allowed to provide a further broadcast from New York for the following fifteen-minute timeslot. This show, *Calling Brazil*, informed its U.S.-American listeners about psychological warfare, war sacrifices, about facts and figures, landscape beauties and mentalities of Brazil. The Estado Novo's cooperation, however, came at a price. The OIAA's Radio Division had to open its doors to Brazilian censorship officials. Thus, *Calling Brazil* was actually produced by Julio Barata, the former head of the DIP's Radio Division, who had been hired by the OIAA for this purpose. To take on Barata and Fontes, high-ranking censorship officials who continued to respond to orders from a dictatorship, and make Barata a paid official of a government that professed to defend democracy and liberalism, was a rather exceptional move on the part of the OIAA, but it evidences to the ideological flexibility on both sides of the U.S.-Brazilian wartime alliance. It also demonstrates the ability of the Vargas regime to dictate the terms of cooperation. The presence of Brazilian censorship officials within the OIAA's Radio Division thus allowed the Rockefeller agency to gain access to radio stations in Brazil for limited retransmission purposes and to draw on the expertise of Brazilians who had a better understanding of the sensibilities and preferences of audiences targeted by these programs.

Apart from political news and informational programs, the OIAA also produced quizzes for children, political round tables and radio plays to be rebroadcast by Brazilian stations. The comedy *Barão Eixo*, for example, depicted a dupe with a pronounced German accent, who believes and reproduces the propaganda spread by Radio Berlin, but is permanently challenged by an alert boy whose pointed questions debunk the German news and bring the Baron into argumentative troubles. *Barão Eixo* thus had radio audiences witness conversations about the doubtful

⁴⁶ Such retransmission arrangements are discussed in Gisela Cramer's contribution to this volume.

quality of Axis propaganda. As *Barón Eje*, this theatrical play was also broadcast in Spanish-America, but the Portuguese version was adapted to particular Brazilian conditions. Thus, in view of the considerable Japanese minority in Brazil, in this version the Baron is accompanied by an obsequious Japanese named Fujita, who always agrees with his master, while talking politics with a woman named Dona Marculinas, to whom he reports news from Berlin⁴⁷. Whether or not this or other programs fulfilled their objectives is impossible to ascertain, but it is important to note that they would find their way to Brazilian stations only after the DIP had given the Estado Novo's official blessing.

By comparison, the OIAA's exchange programs for artists and intellectuals seem to have produced longer-lasting results. When the Brazilian muralist Cândido Portinari was hired to create a four part painting cycle for the Hispanic Division of the Library of Congress, George Biddle, the brother of U.S. Attorney General Francis Biddle and fellow muralist, traveled to Rio de Janeiro in exchange. There, he created two frescos depicting the war in the National Library, where they remain until this day⁴⁸. The OIAA achieved similarly long-lasting effects by giving a scholarship to Erico Veríssimo. This Brazilian, who is until now known only as a writer⁴⁹, was in fact one of the most important literary agents mediating between the two nations. With the help of the OIAA, Veríssimo moved to the U.S., where he engaged in true speaking marathons about Brazil, in addition to teaching at Berkeley during 1943. He returned to the U.S. in 1952 as Secretary General of the Cultural Section of the OAS. As the agent for the Brazilian publishing house Livraria Globo in the thirties, he had made American literature known in Brazil and advised U.S. publishers. While working for the OIAA in 1943, he wrote *O Gato Branco em Campo de Neve (Black Cat on a Field of Snow)* that soon became a bestseller in Brazil. As the OIAA had hoped, the young author set out to provide Brazilians with a strong, cheerful image of the United

⁴⁷ Brazilian Division to the OIAA, January 7, 1942; Berent Friele to Jefferson Caffery, February 2, 1941 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1301, Folder 05.4.1); for *Calling Brazil* see Box 1300, Folder 05.4.

⁴⁸ Archibald MacLeish to Getúlio Vargas, September 17, 1941 (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, papers of Gustavo Capanema, rolo 5, 683; see also NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1213; George Biddle, Diary/Dec. 1941-Dec. 1942, May 26, 1942 (Library of Congress, Manuscript Division, papers of George Biddle, 0457 H, Box 28, Folder 2); Berent Friele to the OIAA, February 10, 1942 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1324, Folder 06.11).

⁴⁹ In 1935 he published *Caminhos Cruzados* [Crossroads, 1943], 1938 *Olhai os lírios do Campo* was published [Consider the Lilies in the Field, 1947]

States⁵⁰. However, his book, peppered with key words like *Kodak*, *Coca-Cola*, *swing*, and *cowboy*, was not an uncritical homage to the great nation in the north. Well aware of his informed and critical readership in Brazil, Veríssimo depicted, for example, a stroll through a slum in Washington and he denounced U.S. apartheid. He thus implicitly distanced himself from the position on race as maintained by the OIAA, a discourse that did not deny discrimination but tended to stress America's capacity to change toward the better. Rather, Verissimo's position reflected a Brazilian discourse on race, a discourse that was now reaching dominance as the myth of racial democracy.

Consequences of the War Time Alliance

The consequences of the economic influence of U.S. institutions and enterprises upon Brazil as well as the intense culture policy and propaganda provoked much criticism in Brazil. In late 1942 the painter George Biddle was told by the journalist Samuel Wainer, that most Brazilians believed their country to be transformed in a U.S.-American colony⁵¹. In 1944, Mauricio de Medeiros deplored the Coca-Colaization of Brazil in the *Diario Carioca*, denouncing the massive physical and cultural presence of the Americans⁵². The Brazilian *modernista* and writer Oswald de Andrade heavily criticized the concept of racial segregation in the U.S. South as an example of U.S.-American mendacity. With analytical precision he deplored U.S.-capitalism as marked by Puritanism, and he faulted the racist upper and middle classes for condemning the southern states of the United States to rural poverty, suggesting that Panamericanism was about to do the same to Latin America, by trampling upon the politics of the New Deal and Franklin D. Roosevelt's humanitarianism⁵³.

The wartime alliance brought about a massive increase of economic interchange between both countries. In 1940 Brazil had imported goods valued at \$111 million from the United States; five years later the value of imported goods had risen to \$210 million. At the same time Brazil was able to triple its exports to the

⁵⁰ Correspondence of Erico Verissimo (Arquivo Literario Érico Veríssimo, ALEV, Porto Alegre). See Verissimo, Erico (1941). *Gato Preto em Campo de Neve*, Porto Alegre: Globo.

⁵¹ George Biddle, Diary Dec. 1941-Dec.1942, October 31,1942 and November 1,1942 (Library of Congress, Manuscript Division, papers of George Biddle, 0457 H, Box 28, Folder 2).

⁵² Medeiros, Mauricio de. "Ghettos para Negros". In: *Diario Carioca*, 9.5.1944.

⁵³ Andrade, Oswald de. "Aqui foi o sul que venceu". In: *O Estado de São Paulo*, 2.9.1943.

United States from \$105 million in 1940 to \$311 million in 1944⁵⁴. Between 1942 and 1945, the South American state received 73 per cent of all loans granted to Latin America by the United States⁵⁵.

After the “*brief honeymoon of U.S.-Brazilian relations between August 1942 and mid-1943*”, as Berent Friele had stated in his letter to Nelson Rockefeller⁵⁶, however, the impact of war and the wartime alliance brought about frictions that were difficult to contain, and even harder to explain away by propaganda, mostly so in those regions which experienced them at first hand. Prices for raw materials, household goods, and U.S.-imports rose steadily in Brazil until 1943; wheat and white sugar were rationed, an alternative fuel made out of lumber, called *gasogênio*, was produced and served as one symbol of national unity and war sacrifice on the home front. Advertisements tried to boost the ugly container that adorned cars by stressing the comfort of the interior⁵⁷. Farmers were not able to buy wire to repair the fences of their farms. In 1945, public transport and construction works had almost broken down, except for the luxurious hotel Quitandinha in the mountains near Rio de Janeiro that would be opened two years later⁵⁸. Expensive consumer goods were only affordable for the small upper and middle class. Lux soap, U.S. films, and lectures by U.S. intellectuals contrasted sharply with arrogant U.S. engineers in the Amazon, sometimes vulgar-mouthed Marines in Brazilian coastal towns and with scarcity of important primary goods and foodstuff.

The Brazilian Division sought to respond to these economic consequences, especially after mid-1943, where Germany’s defeat loomed on the horizon. Berent Friele advocated that the OIAA turn toward a consolidation of the achieved goals and their defense in the post-war period⁵⁹. The particular makeup of the OIAA and its regional offices was also bound to provoke or reinforce suspicions. Rockefeller was associated with Standard Oil and Berent Friele, the former manager of the American Coffee Corporation and director of the OIAA’s Brazilian Division, was likewise

⁵⁴ Gambini, Roberto (1977). *Op. Cit.*, p. 94.

⁵⁵ Weis, Michael W. (1993). *Cold Warriors and Coups d’etat. Brazilian-American Relations, 1945-1964*, Albuquerque NM: University of New Mexico, p. 11.

⁵⁶ Berent Friele to Nelson A. Rockefeller, August, 23, 1943 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, General Records, Central Files, Group 4, Administration, Box 443, Folder Berent Friele).

⁵⁷ Cytrynowicz, Roney (2000). *Op. Cit.*

⁵⁸ Sá, Hernane Tavares de (1947). *The Brazilians. People of Tomorrow*, New York: J.Day Co, p. 18. Tavares de Sá was until 1944 adviser of the OIAA. See RAC, RFA, NAR III 4 L, OIAA, Box 239, Folder 2398.

⁵⁹ Berent Friele to Nelson Rockefeller, August 28, 1943. (NARA II, RG 229, General Records, Central Files, Group 4, Administration, Box 443, Folder Berent Friele).

associated with Big Business. More than a few Brazilians therefore viewed the Brazilian Division as a center of U.S.-imperialism, especially in times of the crisis.

Thus, from mid-1943 onwards the contents of OIAA media production devised in Washington concentrated on explaining to the people south of the Rio Grande how perfectly the U.S. American civil society coped with fulfilling the duty of war sacrifice. Thus an internal memorandum of the OIAA stressed:

*"We **must** make the people know what sacrifices the American people are making – no servants, poor laundry and other personal services, homes broken, transportation hardships, etc. The sacrifice theme must be brought out."⁶⁰*

At the same time, the Brazilian Division had to defend the goals of economic sustainability beyond the war and its own survival, but had more and more troubles to save the loosing image.

"As the postwar transition develops, there can be expected to be a considerable amount of criticism, blame and complaint. [...] Since the Americans are almost the only foreigners who have been active here for many months now, most of the blame for the difficulties and problems of any character can be expected to be placed on the United States. Our enemies will certainly be more active than ever in taking advantage of the situation."⁶¹

The military cooperation with the United States enabled Brazil to become the leading military power in Latin America. The construction of the steel plant Volta Redonda, the flagship of Brazilian modernization, through the United States, fostered industrialization and the transformation from an agricultural state to a modern, diversified nation⁶². Parallel to the increase of the trade relations between the two countries and despite of the strong presence of U.S. organizations on Brazilian ground, the South American state successfully pushed its politics of nationalization ahead: while the majority of banks in 1938 were in foreign hands, their number among the ten largest banks in 1947 was reduced to two⁶³.

Volta Redonda, because it had been built almost exclusively by the Northern partner, was an example of how Brazil skillfully integrated diverse results of the

⁶⁰ Meeting, November 17, 1943 (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1266, Folder 02.13).

⁶¹ Berent Friele to Nelson A. Rockefeller, August 23, 1943, (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1261, Personal, BD-1244).

⁶² Leopoldi, Maria Antonieta (1999). "Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política". In: Pandolfi, Dulce (ed). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 123.

⁶³ Leopoldi, Maria Antonieta (1999). Op. Cit., p. 127.

wartime alliance in its nation-building-process, although Vargas stressed the merits of the United States: *“An imperialist policy does not aid its neighbors to create a steel industry – yet Volta Redonda has only been possible through the aid of the United States”*, he declared in a speech at the fifth anniversary of the Estado Novo⁶⁴. Volta Redonda was made the flagship of Brazilian industrialization by the DIP, its steel workers were depicted as the role model for the new working class. Perfect working conditions, homes, leisure time facilities – Volta Redonda had its own soccer team – demonstrated the modern Brazilian worker and his corporate identity⁶⁵. After the war, Volta Redonda was depicted as an example of Brazil’s industrial expertise and was “sold” as a genuine Brazilian technical achievement.

The Vargas regime even took the scarcity of goods after mid-1943 to demonstrate national unity. Dieticians in the employ of the Estado Novo endeavored to propagate the switch from white bread to corn products as progress in public health. Even until 1944 São Paulo so called *blecautes*, regular blackout exercises, were organized and remained being the most commemorative elements of the Brazilian home front for many civilians⁶⁶.

The DIP also sought to depict the alliance as one of equal partners, even as the terms of interaction were very much dependent on the interests and preferences of the stronger partner, the United States. The Brazilian propaganda machinery went even further than demonstrating equal strength and achievements in the “democratic fight” against European fascism. It proposed that Brazil’s cultural capacity of ethnic integration was much more democratic than that of its wartime partner. It referred to apartheid and racial segregation in the U.S. South in order to present Brazil as a model society that had achieved perfect and peaceful coexistence of different ethnic groups, a true “racial democracy”, which the Vargas regime also sought to export. Chlodimir Vianna Moog, who was one of the candidates to be invited to the United States with a scholarship, wrote in the *New York Herald Tribune*: *“If I were asked to name the most important or most significant aspect of Brazilian civilization, I should say without hesitation the complete absence of racial problems.”*⁶⁷ If this propaganda

⁶⁴ Speech by Getúlio Vargas at the 5th anniversary of the Estado Novo (NARA II, RG 229, Office of Inter-American Affairs, Coordination Committee for Brazil, Box 1304, Folder 05.6, 2).

⁶⁵ Mayrink Veiga, Fonseca, Volta Redonda, 18. See Speech by Vargas (NARA II, RG 229, Coordination Committee for Brazil, Box 1304, Folder 05.6, 2).

⁶⁶ Cytrynowicz, Roney (2000). Op. Cit. pp. 104, 122.

⁶⁷ Moog, Vianna. „Race Problems Are Lacking in Life of Brazil“, September 12, 1943 (NARA II, RG 229, Coordination Committee for Brazil, Box 1318, Vianna Moog).

machinery had started out using the mass media in order to instill a sense of homogenous, national identity in a vast and heterogeneous state, this sense of *brasilidade*, would ultimately provide the basis for the construction of a counter-culture against strong U.S.-American influence. Thus, if the OIAA and the wartime alliance exerted a strong influence on Brazil, they did not “Americanize” the country.

The cooperation with the United States should have strengthened the Estado Novo’s hold on the public domain. In this sense, some scholars and contemporary critics have argued that the United States helped Getúlio Vargas to stay in power⁶⁸. True, there are good reasons to assume that Vargas and other protagonists benefited from the wartime alliance. Yet, at the same time, the actual propagandistic contents disseminated by both the DIP and the OIAA, may well have served to undermine the regime’s legitimacy. Both agencies stressed the topic of the two democracies fighting against totalitarian powers, a discourse that could not but manifest a glaring contradiction. For those quarters of Brazilian society increasingly dissatisfied with the dictatorial regime, such a discourse served to strengthen the resolve to bring about a regime change. One part of the clandestine student opposition focused especially on the relationship with an imperialist power. Other student groups, Paulista politicians, the University of São Paulo, former state governors who had been dismissed from their offices with the coup d’état 1937, and democratic Brazilian citizens hoped that the democratic influence, transported by the U.S. culture policy, would contribute to a political transition⁶⁹. The pro-American Brazilian foreign minister Oswaldo Aranha, co-founder of the anti-Vargas Sociedade Amigos da América, criticized not only the persistence of fascist leanings within the military, but also Vargas’ refusal to held elections and to reestablish democracy⁷⁰. Criticism was often focused on the question, why the Vargas administration did not

⁶⁸ AMA 41.08.06 (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Agencias Militares do EUA).

⁶⁹ Moe Berg to Nelson A. Rockefeller, February 27, 1943 (RAC, RFA, NAR pers. III 4 0, OIAA, Box 4, Moe Berg Mission). See Moura, Gerson (1982). *Brazilian Foreign Relations 1939-1950. The Changing Nature of Brazil-United States Relations during and after the Second World War*, Op. Cit., p. 152. The state of São Paulo in 1932 had organized a revolution against the Vargas regime. The University of São Paulo was influenced by many of its European teachers, most of them Nazi refugees, by U.S. American scholars and by politically liberal teachers and students.

⁷⁰ See Reabertura da "Sociedade Amigos da América" em 20.4.1945. Discursos pronunciados pelos Senhores General Manoel Rabelo e Dr. Oswaldo Aranha, o O. 1945. See Dulles, John F. (1984). *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas 1939-1945*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EDUSP.

invest the profit from this wartime alliance in social and educational programs, but built casinos and provided its clientele with privileges⁷¹.

Concluding Remarks

The Brazilian example serves on one hand to illustrate the intertwining of economy, politics, and culture in the structure of Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs; on the other hand it serves to describe the reactions, strategies of accommodation and resistance of the largest South American state against the U.S.-influence. As this chapter shows, the OIAA intended to ease the transition of Brazil into the wartime alliance, by mitigating negative externalities and by convincing the Brazilian public to accept the burdens of bilateral cooperation in the war effort. In this endeavor, however, the OIAA was not the only relevant actor. It faced state institutions that followed their own agenda, often compatible if not entirely congruent with U.S. foreign policies.

The OIAA often was in its own way. The agency undoubtedly committed numerous mistakes, which were often the result of "false assumptions" and of a lack of knowledge. After Regional Committees were established, in 1942, the central offices of the OIAA began to receive more regular and useful information from its local offices as well as from questionnaires and public opinion studies. The areas of competence of the Brazilian Division, however, changed over time as other wartime agencies came to assume various of its functions, particularly in fields related to blacklisting and the requirements of the war economy. From late 1942 until 1945, the Division's main field of action was public diplomacy.

The businessmen hired by the OIAA did not only work in the economic, but also in the culture field and they were sometimes at odds with the more idealistic cultural ambassadors, such as musicologist Carleton Sprague Smith and the film director Orson Welles. Representatives of the U.S.-movie industry, who acted at the same time as culture politicians viewed culture also as a product to be sold and the media and films as another market to be conquered by the United States.

The cultural products aimed at creating a broad understanding about the U.S. wartime needs, at legitimizing the war economy and at deconstructing stereotypes of

⁷¹ See report from Horace Peterson, July 11, 1944 (NARA II, RG 226, Office of Strategic Services, Box 980, N°. 84283, Military Intelligence Division).

the United States in Brazil through the production of new images. The cultural and academic policy of the U.S., which strove for “other images” of the U.S., was successful in portions of the middle and upper class and made it possible for Brazilian and U.S.-scholarship recipients such as Erico Verissimo to expand their horizons and make careers.

The negative consequences of the war economy, such as the increased scarcity of goods and the inflationary pressures, were not predictable in the first two years of the agency’s activities. The media production, which was consumer good and ideological vehicle at the same time, led to overstressed messages, that reproduced the „old images“ many Latin Americans had about the North. These information campaigns of repetitive slogans and messages made the OIAA into a propaganda bureau for U.S. foreign policy in Latin America, although some staff members of the State Departments and critical intellectuals were aware of the ambivalence of information and culture strategies.

Several Brazilian politicians and businessmen profited from the culture and economic transfer, and the political opposition in Brazil was partly supported. The Brazilian government was able to achieve advantages in this “power play”. The steel plant Volta Redonda, although it had been built almost exclusively by the Northern partner, was an example of how Brazil skillfully integrated diverse results of the wartime alliance in its nation-building-process.

The Brazilian Press and Propaganda Department (DIP) was the most important cooperation partner of the OIAA in the field of public diplomacy. The cooperation manifested in hiring Julio Barata for the OIAA radio show *Calling Brazil* in New York and in founding Orson Welles’ film experiment *It’s all true*. The DIP was firstly able to profit from the technical imports from the United States. Its culture production was secondly used to blur the real power relations in this wartime alliance and made Brazil propagandistically the more powerful partner. Thirdly the culture politics - apart from its identity function - was used for the construction of a counter-culture against the strong U.S.-American influence. It emphasized the Brazilian achievement of a multi-ethnic society free from conflicts, a “true” racial democracy formed by the people – in contrast to the segregated society in a nation which was proud of its democratic and liberal tradition, that tried to spread this exceptionalism through a global civilizing mission (although this Brazilian racial democracy was a myth and continues to be one). But the DIP was also able to direct the distribution of

U.S.-american cultural products through its censorship politics. State regulations blocked U.S. rebroadcast arrangements.

Although it was founded as a war organization, the OIAA – from the beginning – aimed at the implementation of its interests on a long-range basis, in order to hamper European influence after the war. The public diplomacy of the OIAA did not have the lasting positive influence intended, mostly because the Cold War introduced a new era in diplomatic relations. Bilateral cooperation, which was established during the war years by OIAA members affiliated to U.S. corporations continued to prosper without governmental support or control after the war. Nelson Rockefeller's *American International Association for Economic Development (AIA)* and *International Basic Economy Corporation (IBEC)*, both established in 1946, carried the networks in the field of agribusiness on and expanded them, partly with the same staff.

Bibliographical References:

Abreu, Marcelo (1999). *O Brasil e a economia mundial 1930-1945*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Araujo, Ricardo Benzaquen de (1986). "O Dono da Casa. Notas sobre a imagem do poder no 'mito Vargas'". In: *Religião e Sociedade*, 13/2, pp. 102-122.

Bandeira, Luiz Alberto Moniz (1973). *Presença dos Estado Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Bastos, Nilo Chaves de Brito (1996). *SESP-FSESP. Evolução Histórica 1942-1991*, Brasília: Fundação Nacional de Saude.

Burton, Julianne (1992). "Don (Juanito) Duck and the Imperial-Patriarchal Unconscious: Disney Studios, the Good Neighbor Policy, and the Packaging of Latin America". In: Parker, Andrew (ed.) et al. *Nationalisms and Sexualities*, New York and London: Routledge.

Campos, André Luiz Vieira de (1997). *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*, Unpublished PhD Diss. The University of Texas at Austin.

Capelato, Maria Helena (1998). *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*, São Paulo: Papirus.

Carneiro, Maria Luiza Tucci (1999). "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". In: Pandolfi, Dulce (ed.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 327-340.

Cobbs, Elizabeth Anne (1992) *The rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil*, New Haven, London: Yale University Press.

Cytrynowicz, Roney (2000). *Guerra sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, São Paulo: EDUSP.

Dulles, John F. (1984). *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas 1939-1945*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EDUSP.

Dulles, John F.W. (1967). *Vargas of Brazil*, London, Austin: Texas University Press.

Faoro, Raymundo (1977). *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre: Globo.

Gambini, Roberto (1977). *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. Influência Americana e Alemã no Estado Novo*, São Paulo: Edições Símbolo.

Garfield, Seth (1997). "The Roots of a Plant that Today is Brazil": Indians and the Nation-State under the Brazilian Estado Novo". In: *Journal of Latin American Studies* 29.

Gellman, Irwin F. (1979) *Good Neighbor Diplomacy. United States Policies in Latin America 1933-1945*, Baltimore, London: The Johns-Hopkins University Press.

Goulart, Silvana (1990). *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*, São Paulo: Marco Zero Editora.

Hentschke, Jens (2006). *Vargas and Brazil. New Perspectives*, New York: Palgrave, Macmillan.

Hentschke, Jens (1996) *Estado Novo. Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937*, Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik.

Huggins, Martha K. (1989) *Political Policing. The United States and Latin America*, Durham, London: Duke University Press.

Kraus, Louise Theresa (1986). *The Establishment of United States Army Air Corps Bases in Brazil, 1938-1945*, Unpublished PhD Diss. College Park: University of Maryland.

Kirsch, Thomas (1977). *Die Entwicklung der argentinischen Filmindustrie*, Münster: MAks Publikationen.

Leopoldi, Maria Antonieta (1999). "Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política". In: Pandolfi, Dulce (ed). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

Mallimacci, Fortunato and Marrone, Irene (1977). *Cine e imaginário social*, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales.

Marinho, Maria Gabriela (2001) *Norteamericanos no Brasil. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*, São Paulo: Coleção Educação Contemporânea.

McCann, Frank D. (1973). *The Brazilian-American Alliance 1937-1945*, Princeton: Princeton University Press.

Miceli, Sergio (1990) *A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*, São Paulo : IDES/Editora Sumaré.

Moura, Gerson (1984). *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana*, São Paulo: Brasiliense.

Moura, Gerson (1982). *Brazilian Foreign Relations 1939-1950. The Changing Nature of Brazil-United States Relations during and after the Second World War*, Unpublished PhD. Diss., London.

Ogilvie, John W. G. (1945) "The Potentialities of Inter-American Radio". In: *Public Opinion Quarterly* 9:1, pp. 19-28.

Prutsch, Ursula (2008). *Creating Good Neighbors? Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der U.S.A in Lateinamerika, 1940-1946*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

Rady, Donald Edmund (1973). *Volta Redonda*, Albuquerque, New Mexico: Rio Grande Publishing Company.

Rocha, Denise (1998). "Sportethos und Monumentalismus – Tropischer way of life: die brasilianische Wahrnehmung des NS-Reiches und der U.S.A". In: König, Hans-Joachim and Rinke, Stefan (ed.). *Transatlantische Perzeptionen: Lateinamerika-U.S.A-Europa in Geschichte und Gegenwart*, Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz and Akademischer Verlag, pp. 259-282.

Sá, Hernane Tavares de (1947). *The Brazilians. People of Tomorrow*, New York: J.Day Co.

Schwartzman, Simon et. al. (1984), *Tempos de Capanema*, São Paulo: Paz e Terra.

Souza, José Ignacio de Melo (1990). *Ação e Imaginário de uma ditadura: Controle, Coerção e Propaganda Política nos Meios de Comunicação durante o Estado Novo*, unpublished PhD diss. São Paulo.

Stam, Robert (1997). *Tropical Multiculturalism. A Comparative history of Race in Brazilian Cinema and Culture*, Durham, NC and London: Duke University Press.

Tota, Antonio Pedro (2000). *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras.

Veiga, Sandra Mayrink and Fonseca, Isaque (1990). *Volta Redonda, entre o aço e os armas*, Petrópolis: Editora Vozes.

Verissimo, Erico (1941). *Gato Preto em Campo de Neve*, Porto Alegre: Globo.

Weis, Michael W. (1993). *Cold Warriors and Coups d'état. Brazilian-American Relations, 1945-1964*, Albuquerque NM: University of New Mexico.

Williams, Daryle (2001). *Culture Wars in Brazil. The First Vargas Regime, 1930-1945*, Durham, London: Duke University Press.

Wirth, John D. (1970). *Politics of Brazilian Development 1930-1954*, Stanford, Ca: Stanford University Press.

Email: ursula.prutsch@lrz.uni-muenchen.de

Ursula Prutsch: Historian, Associate Prof. At the Amerika-Institute at the Ludwig-Maximilians-Universität Munich (Germany); publications on history of Latin America (esp. Brazil and Argentina), Inter-American Affairs and transatlantic migrations.

Colaboradores deste Número

Alcira Beatriz Bonilla

Doutora em Filosofia e Letras (Área de concentração em Filosofia) pela Universidade Complutense de Madri (1985). Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade Complutense de Madri (1978). Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Salvador (Buenos Aires) (1968). Pós-doutora pela Universidade de Québec (1988 e 1991). Professora titular regular de Antropología Filosófica e Professora adjunta regular da Área de Filosofía Práctica (Ética e Problemas Especiais de Ética), do Departamento de Filosofía da Universidade de Buenos Aires. Investigadora independente do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas*, CONICET, trabalhando atualmente na Academia Nacional de Ciências de Buenos Aires.

E-mail: alcirabeatriz.bonilla@gmail.com

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense e bolsista CAPES. Desenvolve o projeto de pesquisa “Diálogos intelectuais entre dois lados do Atlântico: Práticas historiográficas, circulação de idéias e apropriação cultural. (Re)conhecimento e legitimidade (1870-1946)”. Mestre em História Social pela mesma Universidade com dissertação defendida em março de 2007 e intitulada “Discurso Jurídico e (Des)qualificação Moral e Ideológica das Classes Subalternas na Passagem à Modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)”; mestrado cursado com bolsa do CNPq. Membro da ANPUH - Associação Nacional de História e da SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com

Carlos Sávio Gomes Teixeira

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, atuando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Tem dois mestrados: um em Ciência Política obtido na USP e outro em Comunicação, Imagem e Informação obtido na Universidade Federal Fluminense (UFF). É Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFF. Até outubro do ano passado, exerceu o cargo de Assessor Especial do Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

E-mail: csavio@ibest.com.br

Mauricio Mello Vieira Martins

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Sociologia pela PUC-RJ (1982), Mestrado (1988) e Doutorado em Filosofia (1997) pela mesma instituição. Ingressou por Concurso Público na Universidade Federal Fluminense em 1984, e atualmente é Professor Associado desta Universidade (UFF). Atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF.

E-mail: mvm@unisys.com.br

Théo Lobarinhas Piñeiro

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1982) e graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1980). É Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1989) e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal Fluminense e vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

E-mail: theo@historia.uff.br

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Professor de História da América da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2006). Atualmente é professor de História da América junto ao Departamento de História e Economia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: vazelesk@uol.com.br

Wilson Couto Borges

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Ciência Política e Especialista em História do Brasil, pela mesma universidade. É autor do livro “Criminalidade no Rio de Janeiro: a Imprensa e a (In)formação da Realidade”, editado pela Revan (Rio de Janeiro).

E-mail: wcborges@ibest.com.br

Ursula Prutsch

Historiadora. Professora Associada do *Amerika-Institute - Ludwig-Maximilians-Universität*, de Munique. Possui publicações sobre história da América Latina (Brasil e Argentina); e sobre relações interamericanas e migrações transatlânticas.

E-mail: ursula.prutsch@univie.ac.at